ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 44

Brasília - DF, segunda-feira, 6 de março de 2017

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 49
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 51
Ministério da Cultura 53
Ministério da Defesa 56
Ministério da Educação 57
Ministério da Fazenda 59
Ministério da Integração Nacional 65
Ministério da Justiça e Segurança Pública 65
Ministério da Saúde 72
Ministério das Relações Exteriores 78
Ministério de Minas e Energia 78
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 85
Ministério do Esporte 86
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 86
Ministério do Trabalho 87
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 89
Ministério Público da União 89
Tribunal de Contas da União 91
Poder Judiciário 94
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 95

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES

Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.028 (1)

ORIGEM	: ADI - 44305 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. JOAQUIM BARBOSA**
REDATORA DO ACÓRDÃO	: MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE-HOSPITAIS, ESTABELECIMENTOS E SERVIÇOS - CNS
ADV.(A/S)	: IVES GANDRA DA SILVA MARTINS (11178/SP)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL

Decisão: Após o voto do Relator, Ministro Joaquim Barbosa (Presidente), julgando parcialmente procedente a ação direta, no que foi acompanhado pelos Ministros Cármen Lúcia e Roberto Barroso, pediu vista dos autos o Ministro Teori Zavascki. Impedido o Ministro Gilmar Mendes. Ausente o Ministro Dias Toffoli representando o Tribunal na III Assembleia da Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa, em Angola. Falaram, pela requerente Confederação Nacional de Saúde - Hospitais, Estabelecimentos e Serviços, o Dr. Ives Gandra da Silva Martins, e, pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária Geral de Contencioso. Plenário, 04.06.2014.

Decisão: Após o voto do Ministro Teori Zavascki, que conhecia da ação direta como arguição de descumprimento de preceito fundamental, julgando-a procedente na sua integralidade, nos limites postos nos termos do voto do Ministro Joaquim Barbosa (Relator), o julgamento foi suspenso. Impedido o Ministro Gilmar Mendes. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 19.10.2016.

Decisão: Após os votos dos Ministros Rosa Weber, Luiz Fux e Ricardo Lewandowski, que conheciam da ação direta como argüição de descumprimento de preceito fundamental, julgando-a procedente em sua integralidade, e o voto do Ministro Dias Toffoli, que conhecia da ação direta e a julgava procedente, pediu vista dos autos o Ministro Marco Aurélio. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 19.10.2016.

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio, que, preliminarmente, não conheceu da ação direta como arguição de descumprimento de preceito fundamental, e, no mérito, julgou parcialmente prejudicada a ação no tocante ao art. 1º da Lei 9.732/98 e assentou a inconstitucionalidade formal do art. 4º da Lei 9.732/98 e, por arrastamento, dos arts. 5º e 7º do mesmo diploma legal, e o voto do Ministro Celso de Mello, que conheceu da ação direta como arguição de descumprimento de preceito fundamental, afastando a prejudicialidade da ação, e, no mérito, julgou-a integralmente procedente, o Tribunal deliberou suspender a proclamação do resultado do julgamento para assentada posterior. Não votou o Ministro Edson Fachin, por suceder o Ministro Joaquim Barbosa. Impedido o Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, o Ministro Luiz Fux, que proferiu voto em assentada anterior. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 23.02.2017.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.036 (2)

ORIGEM	: ADI - 45840 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. JOAQUIM BARBOSA**
REDATORA DO ACÓRDÃO	: MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - CONFENEN
ADV.(A/S)	: RICARDO ADOLPHO BORGES ALBUQUERQUE (011110/DF)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL

Decisão: Após o voto do Relator, Ministro Joaquim Barbosa (Presidente), julgando parcialmente procedente a ação direta, no que foi acompanhado pelos Ministros Cármen Lúcia e Roberto Barroso, pediu vista dos autos o Ministro Teori Zavascki. Ausente o Ministro Dias Toffoli representando o Tribunal na III Assembleia da Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa, em Angola. Falaou pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária Geral de Contencioso. Plenário, 04.06.2014.

Decisão: Após o voto do Ministro Teori Zavascki, que conhecia da ação direta como arguição de descumprimento de preceito fundamental, julgando-a procedente na sua integralidade, nos limites postos nos termos do voto do Ministro Joaquim Barbosa (Relator), o julgamento foi suspenso. Impedido o Ministro Gilmar Mendes. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 19.10.2016.

Decisão: Após os votos dos Ministros Rosa Weber, Luiz Fux e Ricardo Lewandowski, que conheciam da ação direta como argüição de descumprimento de preceito fundamental, julgando-a procedente em sua integralidade, e o voto do Ministro Dias Toffoli, que conhecia da ação direta e a julgava procedente, pediu vista dos autos o Ministro Marco Aurélio. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 19.10.2016.

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio, que, preliminarmente, não conheceu da ação direta como arguição de descumprimento de preceito fundamental, e, no mérito, julgou parcialmente prejudicada a ação no tocante ao art. 1º da Lei 9.732/98 e assentou a inconstitucionalidade formal do art. 4º da Lei 9.732/98 e, por arrastamento, dos arts. 5º e 7º do mesmo diploma legal, e o voto do Ministro Celso de Mello, que conheceu da ação direta como arguição de descumprimento de preceito fundamental, afastando a prejudicialidade da ação, e, no mérito, julgou-a integralmente procedente, o Tribunal deliberou suspender a proclamação do resultado do julgamento para assentada posterior. Não votou o Ministro Edson Fachin, por suceder o Ministro Joaquim Barbosa. Impedido o Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, o Ministro Luiz Fux, que proferiu voto em assentada anterior. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 23.02.2017.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.228 (3)

ORIGEM	: ADI - 46715 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. JOAQUIM BARBOSA**
REDATORA DO ACÓRDÃO	: MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE, HOSPITAIS, ESTABELECIMENTOS E SERVIÇOS
ADV.(A/S)	: IVES GANDRA DA SILVA MARTINS (11178/SP)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL

Decisão: Após o voto do Relator, Ministro Joaquim Barbosa (Presidente), julgando parcialmente procedente a ação direta, no que foi acompanhado pelos Ministros Cármen Lúcia e Roberto Barroso, pediu vista dos autos o Ministro Teori Zavascki. Impedido o Ministro Gilmar Mendes. Ausente o Ministro Dias Toffoli representando o Tribunal na III Assembleia da Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa, em Angola. Falaou pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária Geral de Contencioso. Plenário, 04.06.2014.

Decisão: Após o voto do Ministro Teori Zavascki, que conhecia da ação direta como arguição de descumprimento de preceito fundamental, julgando-a procedente na sua integralidade, nos limites postos nos termos do voto do Ministro Joaquim Barbosa (Relator), o julgamento foi suspenso. Impedido o Ministro Gilmar Mendes. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 19.10.2016.

Decisão: Após os votos dos Ministros Rosa Weber, Luiz Fux e Ricardo Lewandowski, que conheciam da ação direta como argüição de descumprimento de preceito fundamental, julgando-a procedente em sua integralidade, e o voto do Ministro Dias Toffoli, que conhecia da ação direta e a julgava procedente, pediu vista dos autos o Ministro Marco Aurélio. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 19.10.2016.

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio, que, preliminarmente, não conheceu da ação direta como arguição de descumprimento de preceito fundamental, e, no mérito, julgou prejudicado o pedido, e o voto do Ministro Celso de Mello, que conheceu da ação direta como arguição de descumprimento de preceito fundamental, afastando a prejudicialidade da ação, e, no mérito, julgou-a integralmente procedente, o Tribunal deliberou suspender a proclamação do resultado do julgamento para assentada posterior. Não votou o Ministro Edson Fachin, por suceder o Ministro Joaquim Barbosa. Impedido o Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, o Ministro Luiz Fux, que proferiu voto em assentada anterior. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 23.02.2017.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R$ 0,50	R$ 2,00
de 32 a 76	R$ 0,90	R$ 2,40
de 80 a 156	R$ 1,90	R$ 3,40
de 160 a 250	R$ 2,50	R$ 4,00
de 254 a 500	R$ 5,00	R$ 6,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0179

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.621 (4)

ORIGEM	: ADI - 24238 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. JOAQUIM BARBOSA**
REDATORA DO ACÓRDÃO	: MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - HOSPITAIS, ESTABELECIMENTOS E SERVIÇOS (CNS)
ADV.(A/S)	: IVES GANDRA DA SILVA MARTINS (11178/SP)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decisão: Após o voto do Relator, Ministro Joaquim Barbosa (Presidente), julgando parcialmente procedente a ação direta, no que foi acompanhado pelos Ministros Cármen Lúcia e Roberto Barroso, pediu vista dos autos o Ministro Teori Zavascki. Ausente o Ministro Dias Toffoli representando o Tribunal na III Assembleia da Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa, em Angola. Falaou pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária Geral de Contencioso. Plenário, 04.06.2014.

Decisão: Após o voto do Ministro Teori Zavascki, que conhecia da ação direta como arguição de descumprimento de preceito fundamental, julgando-a parcialmente procedente, o julgamento foi suspenso. Impedido o Ministro Gilmar Mendes. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 19.10.2016.

Decisão: Após os votos dos Ministros Rosa Weber, Luiz Fux e Ricardo Lewandowski, que conheciam da ação direta como argüição de descumprimento de preceito fundamental, julgando-a parcialmente procedente, e o voto do Ministro Dias Toffoli, que conhecia da ação direta e a julgava procedente, pediu vista dos autos o Ministro Marco Aurélio. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 19.10.2016.

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio, que, preliminarmente, não conheceu da ação direta como arguição de descumprimento de preceito fundamental, e, no mérito, julgou prejudicado o pedido, e o voto do Ministro Celso de Mello, que conheceu da ação direta como arguição de descumprimento de preceito fundamental, afastando a prejudicialidade da ação, e, no mérito, julgou a integralmente procedente, o Tribunal deliberou suspender a proclamação do resultado do julgamento para assentada posterior. Não votou o Ministro Edson Fachin, por suceder o Ministro Joaquim Barbosa. Impedido o Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, o Ministro Luiz Fux, que proferiu voto em assentada anterior. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 23.02.2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

DECISÕES
Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 311 (5)

ORIGEM	: ADPF - 311 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. TEORI ZAVASCKI**
AGTE.(S)	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - ANAMATRA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ALBERTO PAVIE RIBEIRO (07077/DF, 0007077/DF) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, Ministro Teori Zavascki, negou provimento ao agravo regimental. Plenário, sessão virtual de 02.12 a 08.12.2016.

Ementa: CONSTITUCIONAL. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. DEMORA, PELA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, NA NOMEAÇÃO DE MAGISTRADOS. AUSÊNCIA DE ATO, OMISSIVO OU COMISSIVO, QUE CONTRARIE A CONSTITUIÇÃO. PLEITO A PROVIMENTO DE CARÁTER NORMATIVO. SUBSIDIARIEDADE. ARGUIÇÃO INADMISSÍVEL.

1. É requisito de regularidade formal da arguição de descumprimento de preceito fundamental a indicação de ato concreto e objetivo, omissivo ou comissivo, com a efetiva prova de violação ao preceito fundamental supostamente violado (art. 3º da Lei 9.882/99).

2. Não se admite a utilização da ADPF em face de atos estatais ainda não aperfeiçoados (ADPF 43-AgR, Rel. Min. Carlos Britto, DJ de 19/12/2003).

3. A pretensão a que se estenda a aplicabilidade do prazo previsto no art. 94, parágrafo único, da Constituição, a hipóteses não tratadas nesse dispositivo implica providência de caráter normativo, insuscetível de acolhimento na via da ADPF.

4. Eventual mora na escolha e nomeação de magistrados para os Tribunais da União, se atentatória a direito subjetivo, poderá ser discutida pelos interessados na via do mandado de segurança, com eficácia e celeridade, o que afasta o cabimento da ADPF em face do requisito da subsidiariedade (art. 4º, §1º, da Lei 9.882-99).

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 8.997, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Altera o Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, e o Decreto nº 4.993, de 18 de fevereiro de 2004, que cria o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º A CAMEX terá como órgão de deliberação superior e final um Conselho de Ministros composto pelos seguintes Ministros de Estado:

I - Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que o presidirá;

II - das Relações Exteriores;

III - da Fazenda;

IV - dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

V - da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

VI - da Indústria, Comércio Exterior e Serviços;

VII - do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e

VIII - Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

§ 1º Serão convidados a participar de reuniões do Conselho de Ministros da CAMEX titulares de órgãos e entidades da administração pública federal sempre que constarem da pauta das reuniões assuntos cuja competência prevista em lei seja desses órgãos ou dessas entidades, ou a juízo do Presidente do Conselho de Ministros da CAMEX.

§ 2º O Conselho de Ministros da CAMEX deliberará com a presença de, pelo menos, cinco de seus membros e caberá ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República o voto de qualidade, em caso de empate.

.....

§ 4º Em suas faltas e impedimentos, o Presidente do Conselho de Ministros da CAMEX será substituído pelo Presidente do Comitê Executivo de Gestão - Gecex, hipótese em que a Casa Civil da Presidência da República será representada por seu Secretário-Executivo.

§ 5º Excepcionalmente, os Ministros de Estado de que tratam os incisos II a VIII do **caput** poderão ser substituídos pelos Secretários-Executivos dos respectivos órgãos.

§ 6º O Conselho de Ministros da CAMEX se reunirá pelo menos uma vez a cada dois meses, ou sempre que convocado pelo seu Presidente, com antecedência mínima de cinco dias.

§ 7º O Presidente do Conselho de Ministros da CAMEX, em casos de relevância e urgência, poderá reduzir o prazo da antecedência fixado no § 6º.

§ 8º As reuniões do Conselho de Ministros da CAMEX serão realizadas com a participação de, pelo menos, quatro de seus membros.

§ 9º As reuniões poderão ocorrer por meio de conferência de vídeo ou voz ou de qualquer outro recurso tecnológico idôneo e os documentos do Conselho de Ministros da CAMEX ou de seu Presidente poderão ser expedidos por meio eletrônico." (NR)

"Art. 5º Integrarão a CAMEX, também, o Gecex, a Secretaria-Executiva, o Conselho Consultivo do Setor Privado - Conex, o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - Cofig, o Comitê Nacional de Facilitação do Comércio - Confac, o Comitê Nacional de Investimentos - Coninv e o Comitê Nacional de Promoção Comercial - Copcom.

§ 1º O Gecex, integrado por membros natos e por membros designados pelo Presidente do Conselho de Ministros da CAMEX, é o núcleo executivo colegiado da CAMEX.

§ 2º .....

I - Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, que o presidirá;

.....

V - Secretário-Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores;

.....

VII - Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

VIII - Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República; e

IX - Secretário-Executivo da CAMEX, que não terá direito a voto.

.....

§ 3º Excetuada a hipótese do § 8º, as autoridades a que se refere o § 2º indicarão seus suplentes, que deverão ser ocupantes de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS de nível 6 ou de cargo de Natureza Especial na estrutura regimental da respectiva pasta.

§ 4º .....

I - elaborar recomendações ao Conselho de Ministros da CAMEX;

II - praticar, por intermédio de seu Presidente e consultados previamente os seus membros, os atos previstos nos art. 2º e art. 3º, **ad referendum** do Conselho de Ministros da CAMEX;

III - supervisionar permanentemente as atividades do Confac, do Coninv e do Copcom;

IV - propor ao Conselho de Ministros da CAMEX o aperfeiçoamento de quaisquer trâmites ou medidas que possam constituir barreira ou exigência burocrática com impacto sobre o comércio exterior, incluídos aqueles relativos à movimentação de pessoas e de cargas; e

.....

§ 8º Em suas faltas e impedimentos, o Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços será substituído, na Presidência do Gecex, pelo Secretário-Executivo do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

§ 9º O Secretário-Executivo da CAMEX será indicado pelo Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

§ 10. .....

I - prestar assistência direta ao Presidente do Conselho de Ministros da CAMEX e ao Presidente do Gecex;

II - preparar as reuniões do Conselho de Ministros da CAMEX, do Gecex, do Conex, do Coninv e do Copcom;

.....

V - identificar, avaliar e submeter ao Conselho de Ministros da CAMEX medidas e propostas de normas e outros atos relacionados ao comércio exterior;

VI - identificar, analisar e consolidar demandas a serem submetidas ao Conselho de Ministros da CAMEX ou aos órgãos colegiados integrantes da CAMEX;

VII - acompanhar e avaliar, quanto a prazos e metas, a implementação e o cumprimento das deliberações e diretrizes fixadas pelo Conselho de Ministros da CAMEX, incluídas aquelas cometidas aos seus colegiados;

VIII - coordenar grupos técnicos intragovernamentais, realizar e promover estudos e elaborar propostas sobre matérias de competência da CAMEX, para serem submetidas ao Conselho de Ministros da CAMEX e ao Gecex;

.....

XIV - exercer outras competências que lhe sejam especificamente cometidas pelo Presidente do Conselho de Ministros da CAMEX ou pelo Presidente do Gecex.

.....

§ 15. Compete ao Confac orientar, coordenar, harmonizar e supervisionar as atividades operacionais dos órgãos e das entidades da administração pública federal relativas às importações e exportações, com vistas à implementação das políticas e das diretrizes interministeriais determinadas pelo Conselho de Ministros da CAMEX, à implementação de acordos internacionais que tratem da facilitação de comércio e à redução dos custos de cumprimento com exigências da administração pública federal.

.....

§ 19. Compete ao Copcom propor ao Conselho de Ministros da CAMEX diretrizes e estratégias para a política de promoção comercial brasileira e acompanhar sua execução.

§ 20. A presidência do Copcom caberá ao Secretário-Executivo do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

§ 21. Regulamento disporá sobre os demais integrantes do Copcom, seu regimento e sua organização interna." (NR)

"Art. 8º O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços dará apoio administrativo e providenciará os meios necessários à execução dos trabalhos do Conselho de Ministros da CAMEX, do Gecex e da Secretaria-Executiva." (NR)

Art. 2º A Câmara de Comércio Exterior - CAMEX editará novo regimento interno, no prazo de sessenta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto.

Art. 3º O Decreto nº 4.993, de 18 de fevereiro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....
.....

§ 1º Os membros de que tratam os incisos I e II do **caput** e seus suplentes serão indicados, pelos titulares dos órgãos, ao Conselho de Ministros da CAMEX, para designação mediante resolução.

.....

§ 3º Os titulares do Banco do Brasil S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias - ABGF S.A. indicarão, ao Presidente do COFIG, um representante e respectivo suplente, que poderão ser convocados para participar das reuniões do Comitê para apresentar as operações, sem direito a voto.

....." (NR)

"Art. 3º O Conselho de Ministros da CAMEX definirá as diretrizes e os critérios para concessão de assistência financeira e de prestação de garantia da União nas exportações brasileiras.

....." (NR)

"Art. 4º .....
.....

IV - estabelecer alçadas e demais condições a serem observadas pelo Banco do Brasil S.A., na qualidade de agente da União, para contratação de operações no PROEX;

....." (NR)

Art. 4º Fica revogado o art. 8º do Decreto nº 4.993, de 18 de fevereiro de 2004.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de março de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

Presidência da República

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE GOIÁS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLANIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei n°1.100, de 09 de julho de 1970, alterado pela lei n°7.231, de 23 de outubro de 1984, representado por seu Coordenador, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VI, do Artigo 130 do Regimento Interno do Incra e tendo em vista a decisão adotada em sua reunião, realizada em 24 de fevereiro de 2017, e;

Considerando o interesse desta Autarquia em obter o imóvel rural denominado **"Fazenda Engenho do Mourão"**, com área registrada de 984,0861 hectares e medida de 997,4073 hectares, situado no Município de Pilar de Goiás, Estado de Goiás, cadastrado no INCRA sob o nº 926.086.012.157-8, para fins de assentamento de trabalhadores rurais, de acordo com as metas estabelecidas no Programa de Reforma Agrária;

Considerando que o processo de aquisição da área foi instruído de acordo com a Lei nº 8629/93 e suas alterações, bem como a Instrução Normativa nº 83/2015;

Considerando que a aquisição do imóvel rural "Fazenda Engenho do Mourão", visa atender a demanda por terras na região de Pilar de Goiás, Estado de Goiás;

Considerando as boas características edafoclimáticas do imóvel, bem como sua boa situação geográfica, além da existência de infraestrutura de benfeitorias que poderá ser aproveitada na atividade agropecuária no Projeto de Assentamento a ser implantado pela Autarquia;

Considerando que o valor proposto para indenização dos proprietários do imóvel é de R$ 5.706,987,09 (cinco milhões, setecentos e seis mil, novecentos e oitenta e sete reais e nove centavos), sendo R$ 4.893.761,77 (quatro milhões, oitocentos e noventa e três mil, setecentos e sessenta e um reais e setenta e sete centavos) para indenização da terra nua, e R$ 813.225,32 (oitocentos e treze mil, duzentos e vinte e cinco reais e trinta e trinta e dois centavos) para indenização das benfeitorias;

Considerando os termos do Protocolo de Intenções celebrado entre o proprietário e o INCRA, consoante o § 2º do art. 22 da Instrução Normativa nº 83/2015;

Considerando o que dispõe o §1º do artigo 34 da Instrução Normativa 83/2015, resolve:

Art. 1° - Aprovar o prosseguimento dos autos com vistas à edição de Decreto Declaratório de interesse social do imóvel rural denominado "Fazenda Engenho do Mourão", com área registrada de 984,0861 hectares e medida de 997,4073 hectares, situado no Município de Pilar de Goiás, Estado de Goiás, cadastrado no INCRA sob o nº 926.086.012.157-8, com o valor indenizatório de R$ 5.706,987,09 (cinco milhões, setecentos e seis mil, novecentos e oitenta e sete reais e nove centavos), sendo R$ 4.893.761,77 (quatro milhões, oitocentos e noventa e três mil, setecentos e sessenta e um reais e setenta e sete centavos) para indenização da terra nua, já deduzido o passivo ambiental, que deverão ser convertidos em Títulos da Dívida Agrária - TDA e R$ 813.225,32 (oitocentos e treze mil, duzentos e vinte e cinco reais e trinta e trinta e dois centavos) para indenização das benfeitorias em moeda corrente, devendo-se observar os termos do Protocolo de Intenções celebrado entre o proprietário e o INCRA.

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EURÍPEDES MALAQUIAS DE SOUZA
Coordenador do Comitê

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO SUL DO PARÁ
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ - SR(27), DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal, criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.321, de 23 de outubro de 1984, por seu Coordenador, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20 da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, combinado com o Art. 13 do Regimento Interno aprovado pela Portaria INCRA/P/Nº 49, de 31 de janeiro de 2017, e tendo em vista a decisão adotada em sua 98ª Reunião Ordinária, realizada em 09 de fevereiro de 2017 e,

Considerando os termos da Ata da 98ª Reunião Ordinária do Comitê de Decisão Regional do INCRA - SR(27), que aprova a proposta de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, do imóvel rural denominado "Fazenda São João", localizado no município de Floresta do Araguaia/PA, com área registrada e georreferenciada de 1.211,0939 hectares, fundamentado pelos autos do processo administrativo Nº 54102.000186/2009-24;

Considerando o Valor Total do Imóvel (VTI), apurado na avaliação de R$ 2.650.713,23 (dois milhões, seiscentos e cinquenta mil, setecentos e treze reais e vinte e três centavos), sendo: R$ 2.179.868,50 (dois milhões, cento e setenta e nove mil, oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos) o Valor da Terra Nua (VTN) e R$ 470.844,73 (quatrocentos e setenta mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta e três centavos) o Valor de Benfeitorias;

Considerando que a presente avaliação foi aprovada pelo Grupo Técnico de Vistoria e Avaliação do Incra, ficando o custo família abaixo do valor mínimo do campo de arbítrio da tabela de preços referenciais de terras vigente na SR27;

Considerando o Laudo Agronômico de Vistoria e Avaliação realizado por equipe técnica do Incra na área do imóvel, podendo ser assentadas 30 (trinta) famílias, em parcelas individuais de 40 (quarenta) hectares, excluindo-se as áreas com impedimentos físicos, legais e com infraestrutura;

Considerando que o custo por família será de R$ 88.357,11 (oitenta e oito mil, trezentos e cinquenta e sete reais e onze centavos) enquadrando-se na alçada decisória do CDR, de acordo com a IN 83/2015;

Considerando que a instrução processual está de acordo com os critérios estabelecidos na Instrução Normativa INCRA/P/nº 83, de 30 de julho de 2015, e Portarias MDA nº 6/2013 e 243 de 2015;

Considerando que os argumentos constantes nos autos justificam econômica e financeiramente a conveniência de prosseguimento processual para fins da publicação de Ato Declaratório, bem como para atender os princípios de oportunidade e conveniência administrativa, resolve:

Art. 1º - Aprovar o ato que deliberou a concordância com a proposta de declaração da área de interesse social para fins de reforma agrária do imóvel rural "Fazenda São João", localizado no município de Floresta do Araguaia/PA, com área registrada de 1.211,0939 hectares;

Art. 2° - Aprovar os valores indenizatórios auferidos no Laudo de Vistoria e Avaliação do imóvel rural constante dos autos;

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASDRÚBAL MENDES BENTES
Coordenador do Comitê

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO
E PEQUENA EMPRESA
DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL
E INTEGRAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38, DE 2 DE MARÇO DE 2017 (*)

Institui os Manuais de Registro de Empresário Individual, Sociedade Limitada, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, Cooperativa e Sociedade Anônima.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO - DREI, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, art. 4º do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, e o art. 8º, inciso VI, do Anexo I, do Decreto nº 8.579, de 26 de novembro de 2015, e

Considerando outras disposições contidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, na Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, no Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996 e demais legislação correlata, resolve:

Art. 1º Aprovar os manuais em anexo referentes ao registro de empresário individual, de sociedade limitada, de empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, de cooperativa e de sociedade anônima, os quais são de observância obrigatória pelas Juntas Comerciais na prática de atos de registro neles regulados.

Art. 2º Os seguintes formulários, cuja apresentação é necessária de acordo com o que dispõe os Manuais de Registro, estarão disponíveis no sítio eletrônico do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, na rede mundial de computadores:

I - Requerimento / Capa de Processo;

II - Requerimento de Empresário; e

III - Ficha de Cadastro Nacional (FCN).

Art. 3º Ficam revogadas a Instrução Normativa nº 10, de 05 de dezembro de 2013, a Instrução Normativa nº 26, de 10 de setembro de 2014.

Art. 4º Todas as remissões, em diplomas normativos, às Instruções Normativas referidas no artigo antecedente, consideram-se feitas às disposições correspondentes nesta Instrução Normativa.

Art. 5º Esta Instrução entra em vigor em 02 de maio de 2017.

CONRADO VITOR LOPES FERNANDES

(*) Republicada por ter saído com incorreção do original no DOU de 03/03/2017, Seção 1, página 32.

Anexo 1 - Manual de Registro de Empresário Individual

Presidência da República
Secretaria de Governo
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

MANUAL DE REGISTRO

EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

BRASÍLIA - DF / 2017

Anexo I

1 INSCRIÇÃO

1.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento de Empresário - Caso a Junta Comercial esteja utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Cópia autenticada da identidade (1)
Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema de viabilize a integração. (2)
DBE - Documento Básico de Entrada da Receita Federal do Brasil. (2)
Comprovantes de pagamento: (3) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).

Observações:

(1) Documentos admitidos: Os previstos no art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.
A revalidação da identidade é dispensada para estrangeiros portadores de visto permanente que tenham participado de recadastramento anterior desde que: (a) tenham completado 60 (sessenta) anos de idade, até a data do vencimento do documento de identidade, ou (b) que sejam portadores de deficiência física. Na oportunidade, será necessária a prova da participação no recadastramento e, se for o caso, da condição de pessoa portadora de deficiência física. (Lei nº 9.505, de 15 de outubro de1997).
A assinatura do Empresário individual é dispensada no caso de requerimento eletrônico com certificação digital.
(2) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(3) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621. Número de vias conforme definido pela Junta Comercial da UF.

1.2 NÃO PODEM SER EMPRESÁRIOS

a) O menor de 16 (dezesseis) anos e as pessoas relativamente incapazes, salvo quando autorizados judicialmente para continuação da empresa. (art. 974 do Código Civil)
b) os impedidos de ser empresário, tais como:
• os Chefes do Poder Executivo, nacional, estadual ou municipal;
• os membros do Poder Legislativo, como Senadores, Deputados Federais e Estaduais e Vereadores, se a empresa "goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada";
• os Magistrados;
• os membros do Ministério Público Federal;
• os empresários falidos, enquanto não forem reabilitados;
• as pessoas condenadas a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação;
• os leiloeiros;
• os cônsules, nos seus distritos, salvo os não remunerados;
• os médicos, para o exercício simultâneo da farmácia; os farmacêuticos, para o exercício simultâneo da medicina;
• os servidores públicos civis da ativa, federais (inclusive Ministros de Estado e ocupantes de cargos públicos comissionados em geral). Em relação aos servidores estaduais e municipais observar a legislação respectiva;
• os servidores militares da ativa das Forças Armadas e das Polícias Militares;
• os estrangeiros (sem visto permanente);
• os estrangeiros naturais de países limítrofes, domiciliados em cidade contígua ao território nacional;
• os estrangeiros (com visto permanente), para o exercício das seguintes atividades:
▪ pesquisa ou lavra de recursos minerais ou de aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica;
▪ atividade jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
▪ serem proprietários ou armadores de embarcação nacional, inclusive nos serviços de navegação fluvial e lacustre, exceto embarcação de pesca; e
▪ serem proprietários ou exploradores de aeronave brasileira, ressalvado o disposto na legislação específica;

1.3 PREENCHIMENTO DO REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

1.3.1 CAMPOS A PREENCHER

a) De forma manual, enquanto a Junta Comercial não utilizar o meio eletrônico:
Preencher, de forma legível, os campos do Requerimento, exceto nire da sede e nire da filial e os reservados para uso da Junta Comercial, observadas as instruções a seguir.
Usar tinta preta ou azul.

b) De forma eletrônica:
Preencher no sítio da Junta Comercial, utilizando o aplicativo disponível.

1.3.2 QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO EMPRESÁRIO

Preenchimento do formulário próprio (disponível no site do DREI), com indicação de:
1. Nome;
2. Nacionalidade;
3. Estado civil (indicar união estável, se for o caso);
4. Regime de bens, se casado;
5. Data de nascimento;
6. Identidade;
7. CPF;
8. Endereço.

1.3.3 DECLARAÇÃO

O formulário de Requerimento de Empresário conterá declaração de desimpedimento para exercício da atividade empresária e de não possuir outra inscrição de empresário no país.

1.3.4 ATO E EVENTO (CÓDIGO E DESCRIÇÃO)

O campo do código do ato/evento é de preenchimento obrigatório.

Desde que indicado o código do ato/evento, a respectiva descrição é de preenchimento facultativo.

Preenchida a descrição, deverá corresponder ao código indicado, de acordo com a tabela seguinte:

CÓDIGO DO ATO / EVENTO	DESCRIÇÃO DO ATO DESCRIÇÃO DO EVENTO
080	INSCRIÇÃO
002	ALTERAÇÃO
020	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
021	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
022	ALTERAÇÃO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
023	ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE
024	ALTERAÇÃO DE FILIAL NA UF DA SEDE
025	EXTINÇÃO DE FILIAL NA UF DA SEDE
026	ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF
027	ALTERAÇÃO DE FILIAL EM OUTRA UF
028	EXTINÇÃO DE FILIAL EM OUTRA UF
029	ABERTURA DE FILIAL COM SEDE EM OUTRA UF
030	ALTERAÇÃO DE FILIAL COM SEDE EM OUTRA UF
031	EXTINÇÃO DE FILIAL COM SEDE EM OUTRA UF
032	ABERTURA DE FILIAL EM OUTRO PAÍS
033	ALTERAÇÃO DE FILIAL EM OUTRO PAÍS
034	EXTINÇÃO DE FILIAL EM OUTRO PAÍS
036	TRANSFERÊNCIA DE FILIAL PARA OUTRA UF
037	INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE FILIAL DE OUTRA UF
038	TRANSFERÊNCIA DE SEDE PARA OUTRA UF
039	INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE SEDE DE OUTRA UF
048	RERRATIFICAÇÃO
052	REATIVAÇÃO
961	AUTORIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE POR SUCESSÃO
003	EXTINÇÃO
150	PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
151	ALTERAÇÃO DE PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
152	CANCELAMENTO DA PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

EXEMPLO:

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERAÇÃO	020	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

1.3.5 NOME EMPRESARIAL (FIRMA)

Vide Instrução Normativa DREI nº 15/2013.
O campo correspondente ao Nome Fantasia é de preenchimento facultativo.

1.3.6 ENDEREÇO DA EMPRESA

Indicar o endereço da empresa (tipo e nome do logradouro, nº, complemento, bairro/distrito, município, UF e CEP)
O campo "País" somente será de preenchimento obrigatório no caso de abertura de filial no estrangeiro.

1.3.7 CAPITAL

1.3.7.1 Valor do Capital - R$

Declarar o valor do capital destacado do patrimônio do empresário, expresso em moeda corrente.

1.3.7.2 Valor do Capital (por extenso)

Declarar o valor do capital, por extenso.

1.3.7 CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)

Preenchimento facultativo: indicação das atividades descritas no objeto, conforme tabela da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE. Ordenar os códigos das atividades indicando a principal e as secundárias. A atividade principal corresponde àquela que proporcionar maior valor de receita esperada (quando da inscrição) ou realizada (quando de alteração).

1.3.8 DESCRIÇÃO DO OBJETO

O objeto não poderá ser ilícito, impossível, indeterminado ou indeterminável, ou contrário aos bons costumes, à ordem pública ou à moral.
Deverá indicar com precisão e clareza as atividades a serem desenvolvidas pela sociedade.

Observação: É vedada a inscrição na Junta Comercial de empresário cujo objeto inclua a atividade de advocacia.

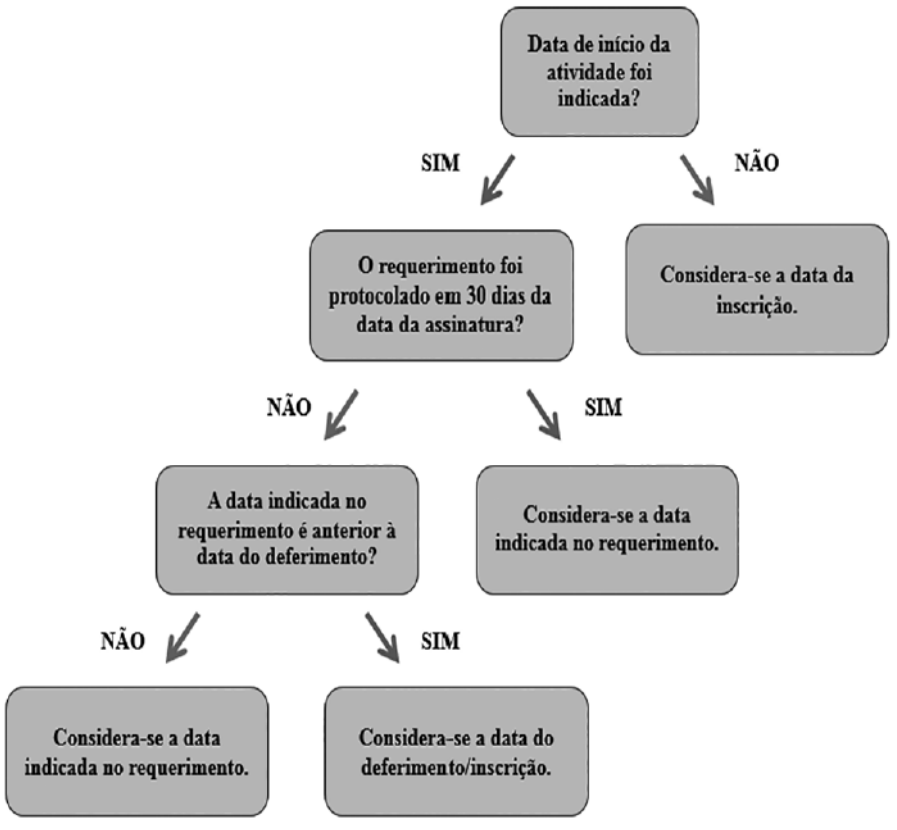
1.3.9 DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Caso o empresário pretenda enquadrar-se na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos definidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá declara essa condição, mediante marcação no campo apropriado no Requerimento de Empresário.
Deve ser observado ainda o que dispõe a Instrução Normativa DREI nº 36/2017.

1.3.10 DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES

Não é obrigatória a indicação da data de início da atividade do empresário.
Se não indicada a data de início da atividade, considerar-se-á a data da inscrição.
Caso a data de início da atividade seja indicada:
I. Não poderá ser anterior à data da assinatura do Requerimento de Empresário;
II. A data de início da atividade será a data indicada, caso o requerimento seja protocolado em até 30 (trinta) dias de sua assinatura;
III. Se o requerimento for protocolado após 30 (trinta) dias de sua assinatura e a data de início da atividade indicada for:
a) anterior à data do deferimento, será considerada como data de início da atividade a data do deferimento;
b) posterior à data do deferimento, será considerada como data de início da atividade a data indicada.

Segue quadro ilustrativo:



1.3.11 INSCRIÇÃO NO CNPJ

Não preencher.

1.3.12 TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF

Não preencher.

1.3.13 DATA DA ASSINATURA

Indicar dia, mês e ano em que o Requerimento foi assinado.

1.3.14 ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente)

Nos termos do art. 968, II, do Requerimento de Empresário deve constar a firma (nome empresarial), com a respectiva assinatura autografa, ressalvado o disposto no inciso I do § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
A assinatura autografa poderá ser diversa da assinatura pessoal do empresário individual.
Se não preenchido o campo correspondente à assinatura autografa, será considerada coincidente com a assinatura pessoal do empresário.

1.3.15 ASSINATURA DO EMPRESÁRIO

A assinatura pessoal do empresário, usada normalmente para o nome civil.
No caso de incapaz autorizado judicialmente a continuar a empresa, assinatura de seu assistente ou representante.

1.3.16 CAMPOS A SEREM PREENCHIDOS PELA JUNTA COMERCIAL

DEFERIMENTO E AUTENTICAÇÃO.

1.3.17 FORMULÁRIO - CONTINUAÇÃO

Quando o tamanho dos campos para descrição do objeto e ou da indicação dos códigos da CNAE for insuficiente, deverão ser adicionados tantos formulários quantos forem necessários.
Nesse caso, cada formulário deverá receber, no canto superior direito, a indicação do seu número de ordem dentro do conjunto de formulários, da seguinte forma: 1/2; 2/2 (se o conjunto for composto por dois formulários).
Deverão ser preenchidos, pelo menos, em cada formulário posterior ao primeiro, os seguintes campos:
- Campos cujos dados forem objeto de complementação (Objeto ou CNAE);
- Data da assinatura; e
- Assinatura do empresário (conforme constante no item 1.2.14).

1.4 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

1.4.1 ATIVIDADES CUJO EXERCÍCIO PELO EMPRESÁRIO DEPENDE DE APROVAÇÃO PRÉVIA POR ÓRGÃO GOVERNAMENTAL

Vide Instrução Normativa DREI no 14/2013.

1.4.2 CONTROLE DE ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL

A inscrição de ato de empresário sujeita a controle de órgão de fiscalização de exercício profissional não depende de aprovação prévia desse órgão.

1.4.3 REPRESENTAÇÃO DO EMPRESÁRIO

Poderá o empresário ser representado por procurador com poderes específicos para a prática do ato. Em se tratando de empresário analfabeto, a procuração deverá ser outorgada por instrumento público.
As procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o processo ou serem arquivadas em separado.
Na procuração por instrumento particular deve constar o reconhecimento da firma do outorgante.

2 ALTERAÇÃO - SEDE

2.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento de Empresário - Caso a Junta Comercial esteja utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Documentação complementar, caso a alteração contenha: a) **mudança de nome empresarial**, em virtude de alteração do nome civil: ▪ por casamento: original ou cópia autenticada da certidão de casamento ou cópia autenticada da carteira de identidade (se já estiver com o nome civil modificado); ▪ por separação judicial/divórcio: ▪ original ou cópia autenticada da certidão de casamento com averbação; e ▪ por decisão judicial: original ou cópia autenticada da certidão de nascimento com averbação.
Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema de viabilize a integração. (1)
DBE - Documento Básico de Entrada da Receita Federal do Brasil. (1)
Comprovantes de pagamento: (2) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).

Observações:

(1) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.

(2) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621. Número de vias conforme definido pela Junta Comercial da UF.

2.2 PREENCHIMENTO DO REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

2.2.1 CAMPOS A PREENCHER

a) De forma manual, enquanto a Junta Comercial não utilizar o meio eletrônico:

Para alteração, são de preenchimento obrigatório apenas os campos abaixo relacionados:

- NIRE;
- Nome Empresarial;
- CNPJ;
- Os campos correspondentes aos dados que se deseja alterar;
- Data da assinatura; e
- Assinatura do Empresário.

Os demais campos são de preenchimento facultativo.
Usar tinta preta ou azul.

b) De forma eletrônica:

Preencher no sítio da Junta Comercial, utilizando o aplicativo disponível.

2.2.1.1 Não preencher

- NIRE DE FILIAL;
- TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF - NIRE Anterior e UF.

Nota: Os casos de preenchimento desses campos são tratados em itens próprios deste Manual.

2.2.2 FORMULÁRIO - CONTINUAÇÃO

Quando o tamanho dos campos para descrição do objeto e ou da indicação dos códigos da CNAE for insuficiente, deverão ser adicionados tantos formulários quantos forem necessários.
Nesse caso, cada formulário deverá receber, no canto superior direito, a indicação do seu número de ordem dentro do conjunto de formulários, da seguinte forma: 1/2; 2/2 (se o conjunto for composto por dois formulários).
Deverão ser preenchidos, pelo menos, em cada formulário posterior ao primeiro, os seguintes campos:
- Campos cujos dados forem objeto de complementação (Objeto ou CNAE);
- Data da assinatura; e
- Assinatura do empresário;

2.3 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

2.3.1 ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

Vide Instrução Normativa DREI nº 15/2013.

2.3.1.1 Nome civil

A alteração do nome civil do empresário enseja a modificação do nome empresarial.

2.3.1.2 Filiais no Estado - providências

A alteração de nome empresarial da sede estende-se, automaticamente, às suas filiais no Estado, sem necessidade de apresentação de novos Requerimentos.

2.3.1.3 Filiais em outros Estados - providências

Ocorrendo o arquivamento de alteração de nome empresarial na Junta da sede da empresa, cabe ao empresário promover, nas Juntas Comerciais dos outros Estados em que estejam localizadas suas filiais, o arquivamento de documento que comprove a alteração do nome empresarial, a fim de que o nome da empresa também seja alterado em relação a essas filiais.
São documentos hábeis para essa finalidade: Requerimento de Empresário de alteração do nome empresarial arquivado na Junta Comercial da sede, Certidão de Inteiro Teor ou cópia autenticada daquele Requerimento ou, ainda, Certidão Simplificada que contenha a alteração do nome empresarial.

2.3.2 FALECIMENTO DE EMPRESÁRIO

A morte do empresário acarreta a extinção da empresa, ressalvada a hipótese de sua continuidade por autorização judicial ou sucessão por escritura pública de partilha de bens.

2.3.2.1 Sucessão "causa mortis" - sucessor capaz

A Junta Comercial arquivará a autorização judicial recebida
Em seguida, deverá ser arquivado Requerimento de Empresário, promovendo a mudança da titularidade.
Será preenchido o Requerimento de Empresário com a qualificação e assinatura do sucessor, mantido o NIRE, o CNPJ e demais dados da empresa.

2.3.2.2 Sucessão "causa mortis" - sucessor incapaz (continuação da empresa - art. 974 do Código Civil)

Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança. Nesses casos, precederá autorização judicial, a qual poderá ser revogada pelo juiz, sem prejuízo dos direitos adquiridos por terceiros.
Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, nomeará, com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes. Essa nomeação, devidamente autorizada, deverá ser arquivada na Junta Comercial, caso não conste da autorização judicial para continuação da empresa pelo incapaz. Do mesmo modo será nomeado gerente em todos os casos em que o juiz entender ser conveniente.

2.3.3 EMANCIPAÇÃO DE MENOR AUTORIZADO JUDICIALMENTE A CONTINUAR A EMPRESA

A prova (ato judicial) da emancipação de menor autorizado judicialmente a continuar a empresa será arquivada em anexo ao requerimento de empresário ou em ato separado.

2.3.4 MUDANÇA DE REGIME DE BENS

Autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, a qual deverá instruir o processo.

2.4 TRANSFORMAÇÃO

Vide Instrução Normativa DREI nº 35/2017.

3 FILIAL NA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

3.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Para ABERTURA, ALTERAÇÃO e EXTINÇÃO nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento de Empresário - Caso a Junta Comercial esteja utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Comprovantes de pagamento: (1) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas, (código 6621).
Se o endereço for em Faixa de Fronteira (caso o endereço da sede ou de filial existente não seja na Faixa de Fronteira): - Aprovação prévia pelo Conselho de Defesa Nacional, quando for o caso. (2)
Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema que viabilize a integração. (3)
DBE - Documento Básico de Entrada da Secretaria Receita Federal do Brasil. (3)

Observações:
(1) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.
(2) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(3) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.

3.2 PREENCHIMENTO DO REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

3.2.1 ABERTURA E ALTERAÇÃO

3.2.1.1 Campos a preencher

a) De forma manual, enquanto a Junta Comercial não utilizar o meio eletrônico:

Preencher, de forma legível, os campos do Requerimento, exceto os reservados para uso da Junta Comercial, observadas as instruções a seguir. Usar tinta preta ou azul.
O Requerimento deverá permitir a sua reprografia, microfilmagem e digitalização.

b) De forma eletrônica:

Preencher no sítio da Junta Comercial, utilizando o aplicativo disponível.

3.2.1.1.1 Abertura

•• NIRE DA SEDE;
• QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO EMPRESÁRIO;
• CÓDIGO DO ATO: 002 e DESCRIÇÃO DO ATO: Alteração;
• CÓDIGO DO EVENTO: 023 e DESCRIÇÃO DO EVENTO: Abertura de filial na UF da sede;
• NOME EMPRESARIAL;
• ENDEREÇO DA FILIAL;
• VALOR DO CAPITAL: A indicação de destaque de capital para a filial é facultativa. Se indicado algum valor, a soma dos destaques de capital para filiais deverá ser inferior ao capital da empresa;
• DESCRIÇÃO DO OBJETO: A indicação de objeto é facultativa, porém, quando efetuada, deverá reproduzir os termos do texto do objeto da sede da empresa, integral ou parcialmente;
• CNAE: A indicação de códigos da CNAE é facultativa, porém, quando indicados, na sua totalidade ou parcialmente, não podem ser diferentes dos da sede;
• DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES: observado o disposto no item 1.3.10;
• CNPJ: Preencher com o número básico do CNPJ (oito primeiros dígitos). O número de ordem e o dígito verificador serão atribuídos pela RFB (CNPJ);
• DATA; e
• ASSINATURA DO EMPRESÁRIO.

3.2.1.1.2 Alteração

• NIRE DA SEDE;
• NIRE DA FILIAL;
• QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO EMPRESÁRIO;
• CÓDIGO DO ATO: 002 e DESCRIÇÃO DO ATO: Alteração;
• CÓDIGO DO EVENTO: 024 e DESCRIÇÃO DO EVENTO: Alteração de filial na UF da sede;
• NOME EMPRESARIAL;
• ENDEREÇO DA FILIAL;
• OUTROS CAMPOS PASSÍVEIS DE PREENCHIMENTO;
• CNPJ DA FILIAL;
• DATA; e
• ASSINATURA DO EMPRESÁRIO.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.2.1.1.2.1 Alteração de Nome Empresarial

A alteração de nome empresarial da sede estende-se, automaticamente, às suas filiais situadas na mesma unidade da federação, sem necessidade de apresentação de novos Requerimentos referentes a essas filiais.

3.2.2 EXTINÇÃO

3.2.2.1 Campos a preencher

a) De forma manual, enquanto a Junta Comercial não utilizar o meio eletrônico:

Preencher, de forma legível, os campos do Requerimento, exceto os reservados para uso da Junta Comercial, observadas as instruções a seguir. Usar tinta preta ou azul.
O Requerimento deverá permitir a sua reprografia, microfilmagem e digitalização.

b) De forma eletrônica:

Preencher no sítio da Junta Comercial, utilizando o aplicativo disponível. Caso tenha que ser impresso, o mesmo deverá estar em uma qualidade que permita a sua reprografia, microfilmagem e digitalização.
• NIRE DA SEDE;
• NIRE DA FILIAL;
• QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO TITULAR;
• CÓDIGO DO ATO: 002 e DESCRIÇÃO DO ATO: Alteração;
• CÓDIGO DO EVENTO: 025 e DESCRIÇÃO DO EVENTO: Extinção de filial na UF da sede;
• NOME EMPRESARIAL;
• ENDEREÇO DA FILIAL;
• CNPJ DA FILIAL;
• DATA; e
• ASSINATURA DO EMPRESÁRIO.

3.2.3 ATIVIDADES CUJO EXERCÍCIO PELO EMPRESÁRIO DEPENDE DE APROVAÇÃO PRÉVIA POR ÓRGÃO GOVERNAMENTAL

Vide Instrução Normativa DREI nº14/2013.

4 FILIAL EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Para ABERTURA, ALTERAÇÃO e EXTINÇÃO de filial em outra unidade da federação, são necessárias providências na Junta Comercial da unidade da federação onde se localiza a sede e na Junta Comercial da unidade da federação onde se localizar a filial.
Para TRANSFERÊNCIA de filial são necessárias providências na Junta Comercial da unidade da federação onde se localiza a sede e nas Juntas Comerciais das unidades da federação de origem e de destino da filial.

4.1 SOLICITAÇÃO À JUNTA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ONDE SE LOCALIZA A SEDE

4.1.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei 8.934/94, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento de Empresário - Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Comprovante de pagamento: - Guia de Recolhimento/Junta Comercial.
Se o endereço for em Faixa de Fronteira (caso o endereço da sede ou de filial existente não seja na Faixa de Fronteira): - Aprovação prévia pelo Conselho de Defesa Nacional, quando for o caso. (1)
Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema que viabilize a integração. (2)
DBE - Documento Básico de Entrada da Secretaria Receita Federal do Brasil. (2)

Observações:
(1) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(2) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.

4.1.2 PREENCHIMENTO DO REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

ABERTURA, ALTERAÇÃO, TRANSFERÊNCIA E EXTINÇÃO

4.1.2.1 Campos a preencher

a) De forma manual, enquanto a Junta Comercial não utilizar o meio eletrônico:

Preencher, de forma legível, os campos do Requerimento, exceto os reservados para uso da Junta Comercial, observadas as instruções a seguir. Usar tinta preta ou azul. Os campos não preenchidos deverão ser eliminados pelo empresário, apondo-se "xxxx" em todo o espaço do campo. O Requerimento deverá permitir a sua reprografia, microfilmagem e digitalização.

b) De forma eletrônica:

Preencher no sítio da Junta Comercial, utilizando o aplicativo disponível. Caso tenha que ser impresso, o mesmo deverá estar em uma qualidade que permita a sua reprografia, microfilmagem e digitalização.

4.1.2.1.1 Abertura de filial em outra UF

•• NIRE DA SEDE;
• QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO EMPRESÁRIO;
• CÓDIGO DO ATO: 002 e DESCRIÇÃO DO ATO: Alteração;
• CÓDIGO DO EVENTO: 026 e DESCRIÇÃO DO EVENTO: Abertura de filial em outra UF;
• NOME EMPRESARIAL;
• ENDEREÇO DA FILIAL;
• VALOR DO CAPITAL: A indicação de destaque de capital para a filial é facultativa. Se indicado algum valor, a soma dos destaques de capital para filiais deverá ser inferior ao capital da empresa;
• DESCRIÇÃO DO OBJETO: A indicação de objeto é facultativa, porém, quando efetuada, deverá reproduzir os termos do texto do objeto da sede da empresa, integral ou parcialmente;
• CNAE: A indicação de códigos da CNAE é facultativa, porém, quando indicados, na sua totalidade ou parcialmente, não podem ser diferentes dos da sede;
• DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES: A data de início de atividades, neste caso, somente deve ser informada, se desejado, no Requerimento a ser arquivado na Junta Comercial onde a filial será aberta;
• DATA; e
• ASSINATURA DO EMPRESÁRIO.

4.1.2.1.2 Alteração de filial em outra UF

• NIRE DA SEDE;
• NIRE DA FILIAL;
• QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO EMPRESÁRIO;
• CÓDIGO DO ATO: 002 e DESCRIÇÃO DO ATO: Alteração;
• CÓDIGO DO EVENTO: 027 e DESCRIÇÃO DO EVENTO: Alteração de filial em outra UF;
• NOME EMPRESARIAL;
• ENDEREÇO DA FILIAL;
• OUTROS CAMPOS PASSÍVEIS DE PREENCHIMENTO, conforme indicado em "Abertura", item 5.1.2.1.1;
• CNPJ DA FILIAL;
• DATA; e
• ASSINATURA DO EMPRESÁRIO.

4.1.2.1.3 Transferência

4.1.2.1.3.1 Transferência de filial da UF da sede para outra UF

• NIRE DA SEDE
• NIRE DA FILIAL;
• QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO EMPRESÁRIO;
• CÓDIGO DO ATO: 002 e DESCRIÇÃO DO ATO: Alteração;
• CÓDIGO DO EVENTO: 036 e DESCRIÇÃO DO EVENTO: Transferência de filial para outra UF;
• NOME EMPRESARIAL;
• ENDEREÇO DA FILIAL (NOVO);
• OUTROS CAMPOS PASSÍVEIS DE PREENCHIMENTO, conforme indicado em "Abertura" item 5.1.2.1.1;
• CNPJ DA FILIAL;
• DATA; e
• ASSINATURA DO EMPRESÁRIO.

4.1.2.1.3.2 Inscrição de transferência de filial de outra UF para a UF da sede

• NIRE DA SEDE;
• NIRE DA FILIAL: se a filial já tiver sido localizada na UF da sede, informar o NIRE que anteriormente recebeu nessa UF; caso contrário, deixar em branco;
• QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO EMPRESÁRIO;
• CÓDIGO DO ATO: 002 e DESCRIÇÃO DO ATO: Alteração;
• CÓDIGO DO EVENTO: 037 e DESCRIÇÃO DO EVENTO: Inscrição de transferência de filial de outra UF;
• NOME EMPRESARIAL;
• ENDEREÇO DA FILIAL (NOVO);
• DATA DE INÍCIO DE ATIVIDADES: a informação da data de início de atividades é facultativa, entretanto, se informada, deverá ser indicada a data de abertura da filial na UF de origem ou em UF anterior, se for o caso;
• OUTROS CAMPOS PASSÍVEIS DE PREENCHIMENTO, conforme indicado em "Abertura" item 5.1.2.1.1;
• CNPJ DA FILIAL;
• DATA; e
• ASSINATURA DO EMPRESÁRIO.

4.1.2.1.3.3 Transferência de filial de uma UF (que não a UF da sede) para outra UF

• NIRE DA SEDE;
• NIRE DA FILIAL;
• QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO EMPRESÁRIO;
• CÓDIGO DO ATO: 002 e DESCRIÇÃO DO ATO: Alteração;
• CÓDIGO DO EVENTO: 036 e DESCRIÇÃO DO EVENTO: Transferência de filial para outra UF;
• NOME EMPRESARIAL;
• ENDEREÇO DA FILIAL (NOVO);
• OUTROS CAMPOS PASSÍVEIS DE PREENCHIMENTO, conforme indicado em "Abertura" item 5.1.2.1.1;
• CNPJ DA FILIAL;
• DATA; e
• ASSINATURA DO EMPRESÁRIO.

4.1.2.1.4 Extinção de filial em outra UF

• NIRE DA SEDE;
• NIRE DA FILIAL;
• QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO EMPRESÁRIO;
• CÓDIGO DO ATO: 002 e DESCRIÇÃO DO ATO: Alteração;
• CÓDIGO DO EVENTO: 028 e DESCRIÇÃO DO EVENTO: Extinção de filial em outra UF;
• NOME EMPRESARIAL;
• ENDEREÇO DA FILIAL;
• CNPJ DA FILIAL;
• DATA; e
• ASSINATURA DO EMPRESÁRIO.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4.1.3 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

4.1.3.1 Providências nas Juntas Comerciais da sede, de origem e de destino

4.1.3.1.1 Abertura, alteração e extinção de filial em outra UF

A abertura, a alteração e a extinção de filial devem ser promovidas, primeiramente na Junta Comercial da unidade da federação onde se localizar a sede. Em seguida, o ato deve ser complementado com o arquivamento da documentação própria na Junta Comercial da outra unidade da federação.

4.1.3.1.2 Transferência de filial para outra UF, que não a da sede

Quando de se tratar de transferência de filial de uma para outra UF, que não a da sede, é necessário promover os arquivamentos correspondentes, primeiramente, na Junta da sede, em seguida, na Junta de origem da filial e, por último, na Junta de destino da filial.

4.1.3.1.3 Transferência de filial para a UF da sede

Se a transferência de filial for para a UF da sede, é necessário promover os arquivamentos correspondentes, primeiramente, na Junta da sede e, em seguida, na Junta de origem da filial.

4.1.3.1.4 Abertura ou inscrição de transferência de primeira filial da empresa na UF

No caso de abertura ou de inscrição de transferência de filial que se constitua na primeira filial da empresa na UF de destino, providenciar, perante a Junta Comercial da sede, a seguinte documentação necessária para arquivamento na Junta Comercial da UF onde a filial será instalada (exceto no caso de transferência para a UF da sede):
Certidão Simplificada em que conste o endereço da filial aberta ou transferida (novo endereço);**ou** Certidão Simplificada, se dela não constar o endereço da filial aberta ou transferida (novo endereço), juntamente com:

☐ uma via chancelada do Requerimento de Empresário arquivado na Junta Comercial da UF da sede, referente à abertura ou transferência da filial; **ou** Certidão de Inteiro Teor ou cópia autenticada do Requerimento acima.

4.1.3.2 Abertura, alteração ou transferência

4.1.3.2.1 Proteção ou pesquisa prévia do nome empresarial

Antes de dar entrada da documentação na Junta Comercial da sede da empresa, nos casos de ABERTURA de primeira filial, ALTERAÇÃO, quando houver alteração de nome empresarial e de TRANSFERÊNCIA, para UF em que ainda não haja filial da empresa, é recomendável, preferencialmente, promover a proteção do nome empresarial ou solicitar a pesquisa deste à Junta Comercial da unidade da federação onde será aberta, alterada ou para onde será transferida a filial, para evitar sustação do registro naquela Junta por colidência de nome empresarial.
Havendo colidência, será necessário alterar o nome empresarial na Junta Comercial da unidade da federação onde se localiza a sede.
Não sendo feita a pesquisa de nome empresarial e havendo colidência na Junta Comercial da outra unidade da federação, após deferido o ato de abertura ou de transferência pela Junta Comercial da sede, será exigido pela Junta de onde será instalada a filial, além da documentação própria para o caso, documento que comprove a alteração do nome empresarial na Junta da sede. São documentos hábeis para essa finalidade: uma via chancelada do Requerimento de Empresário arquivado e referente à alteração do nome empresarial ou Certidão de Inteiro Teor desse documento ou cópia autenticada do mesmo.

4.1.3.3 Atividades cujo exercício pelo empresário depende de aprovação prévia por órgão governamental

Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.

4.2 SOLICITAÇÃO À JUNTA COMERCIAL DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

a) de destino, nos casos de abertura, alteração e extinção de filial (com sede em outra UF);
b) de destino, nos casos de inscrição de transferência de filial (da UF da sede para outra UF); (de uma UF - que não a da sede - para outra UF); e
c) de origem, no caso de transferência de filial (para a UF da sede) (para outra UF).

4.2.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento de Empresário - Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Comprovantes de pagamento: (1) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).
Documentação complementar, para arquivamento na Junta Comercial de DESTINO, quando se tratar da primeira filial da empresa na UF, nos casos de: - ABERTURA; ou - INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA de filial da UF da sede para outra UF; ou - INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA de filial de uma UF (que não a da sede) para outra UF - Certidão Simplificada em que conste o endereço da filial aberta ou transferida (novo ndereço), expedida pela Junta Comercial da UF da sede; **ou** - Certidão Simplificada, se dela não constar o endereço da filial aberta ou transferida (novo endereço), juntamente com: a) uma via chancelada do Requerimento de Empresário arquivado na Junta Comercial da UF da sede, referente à abertura ou transferência da filial para outra UF; **ou** b) Certidão de Inteiro Teor ou cópia autenticada do Requerimento acima.
Documentação complementar, para arquivamento na Junta Comercial de DESTINO, quando se tratar de outra filial da empresa, após a primeira, na UF, nos casos de: - ABERTURA; - INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA de filial da UF da sede para outra UF; a) Uma via chancelada do Requerimento de Empresário arquivado na Junta Comercial da UF da sede, referente à abertura ou transferência da filial; **ou** b) Certidão de Inteiro Teor ou cópia autenticada do Requerimento acima; **ou** c) Certidão Simplificada em que conste o endereço da filial aberta ou transferida (novo endereço), expedida pela Junta Comercial da UF da sede; - INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA de filial de uma UF (que não a da sede) para outra UF a) Uma via chancelada do Requerimento de Empresário arquivado na Junta Comercial da UF **de origem**, referente à transferência da filial; **ou** b) Certidão de Inteiro Teor ou cópia autenticada do Requerimento acima.
Documentação complementar, para arquivamento na Junta Comercial de DESTINO, nos casos de ALTERAÇÃO ou EXTINÇÃO de filial: - Uma via chancelada do Requerimento de Empresário arquivado na Junta Comercial da UF da sede, referente à alteração ou extinção da filial; **ou** - Certidão de Inteiro Teor ou cópia autenticada desse documento.
Documentação complementar, para arquivamento na Junta Comercial de ORIGEM, no caso de TRANSFERÊNCIA de filial de uma UF (que não a da sede) para outra UF: - Uma via chancelada do Requerimento de Empresário arquivado na Junta Comercial da sede, referente à transferência da filial; **ou** - Certidão de Inteiro Teor ou cópia autenticada desse documento.
Documentação complementar, para arquivamento na Junta de ORIGEM, no caso de TRANSFERÊNCIA de filial para a UF da sede: - Uma via chancelada do Requerimento de Empresário arquivado na Junta Comercial da UF da sede, referente à inscrição da filial transferida para aquela UF; **ou** - Certidão de Inteiro Teor ou cópia autenticada desse documento.
Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema que viabilize a integração. (2)
DBE - Documento Básico de Entrada da Secretaria Receita Federal do Brasil. (2)

Observações:
(1) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.
(2) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.

4.2.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

ABERTURA, ALTERAÇÃO, TRANSFERÊNCIA E EXTINÇÃO

4.2.2.1 Campos a preencher

a) De forma manual, enquanto a Junta Comercial não utilizar o meio eletrônico:
Preencher, de forma legível, os campos do Requerimento, exceto os reservados para uso da Junta Comercial, observadas as instruções a seguir. Usar tinta preta ou azul. Os campos não preenchidos deverão ser eliminados pelo empresário, apondo-se "xxxx" em todo o espaço do campo. O Requerimento deverá permitir a sua reprografia, microfilmagem e digitalização.
b) De forma eletrônica:
Preencher no sítio da Junta Comercial, utilizando o aplicativo disponível. Caso tenha que ser impresso, o mesmo deverá estar em uma qualidade que permita a sua reprografia, microfilmagem e digitalização.

4.2.2.1.1 Abertura de filial com sede em outra UF

• NIRE DA SEDE;
• QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO EMPRESÁRIO;
• CÓDIGO DO ATO: 310DESCRIÇÃO DO ATO: Outros documentos de interesse da empresa;
• CÓDIGO DO EVENTO: 029 e DESCRIÇÃO DO EVENTO: Abertura de filial com sede em outra UF;
• NOME EMPRESARIAL;
• ENDEREÇO DA FILIAL;
• VALOR DO CAPITAL: A indicação de destaque de capital para a filial é facultativa. Se indicado algum valor, a soma dos destaques de capital para filiais deverá ser inferior ao capital da empresa;
• DESCRIÇÃO DO OBJETO: A indicação de objeto é facultativa, porém, quando efetuada, deverá reproduzir os termos do texto do objeto da sede da empresa, integral ou parcialmente;
• CNAE: A indicação de códigos da CNAE é facultativa, porém, quando indicados, na sua totalidade ou parcialmente, não podem ser diferentes dos da sede;
• DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES: A informação da data de início de atividades é facultativa. Caso informada, esta deverá corresponder à data prevista para o início das atividades, a qual não poderá ser anterior à data da assinatura do Requerimento de Empresário. Se o Requerimento de Empresário for protocolado na Junta Comercial após 30 dias da data da sua assinatura pelo empresário, a data da abertura será considerada a data do deferimento do Requerimento pela Junta Comercial e, nesse caso, a data de início de atividades não poderá ser anterior a essa;
• CNPJ: Preencher com o número básico do CNPJ (oito primeiros dígitos). O número de ordem e o dígito verificador serão atribuídos pela RFB (CNPJ);
• DATA; e
• ASSINATURA DO EMPRESÁRIO.

4.2.2.1.2 Alteração de filial com sede em outra UF

• NIRE DA SEDE;
• NIRE DA FILIAL;
• QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO EMPRESÁRIO;
• CÓDIGO DO ATO: 310 e DESCRIÇÃO DO ATO: Outros documentos de interesse da empresa;
• CÓDIGO DO EVENTO: 030 e DESCRIÇÃO DO EVENTO: Alteração de filial com sede em outra UF;
• NOME EMPRESARIAL;
• ENDEREÇO DA FILIAL;
• OUTROS CAMPOS PASSÍVEIS DE PREENCHIMENTO, conforme indicado em "Abertura" item 5.2.2.1.1;
• CNPJ DA FILIAL;
• DATA; e
• ASSINATURA DO EMPRESÁRIO.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4.2.2.1.3 Transferência

4.2.2.1.3.1 Inscrição de Transferência de filial da UF da sede para outra UF

• NIRE DA SEDE;
• NIRE DA FILIAL: se a filial já tiver sido localizada na UF de destino, informar o NIRE que anteriormente recebeu nessa UF; caso contrário, deixar em branco;
• QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO EMPRESÁRIO;
• CÓDIGO DO ATO: 310 e DESCRIÇÃO DO ATO: Outros documentos de interesse da empresa;
• CÓDIGO DO EVENTO: 037 e DESCRIÇÃO DO EVENTO: Inscrição de transferência de filial de outra UF;
• NOME EMPRESARIAL;
• ENDEREÇO DA FILIAL (NOVO);
• DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES - a informação da data de início de atividades é facultativa, entretanto, se informada, deve ser indicada a data de abertura da filial na UF de origem ou em UF anterior, se for o caso;
• OUTROS CAMPOS PASSÍVEIS DE PREENCHIMENTO, conforme indicado em "Abertura" item 5.2.2.1.1;
• CNPJ DA FILIAL;
• TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF - NIRE anterior e UF;
• DATA; e
• ASSINATURA DO EMPRESÁRIO.

4.2.2.1.3.2 Inscrição de transferência de filial de outra UF para a UF da sede

• NIRE DA SEDE;
• NIRE DA FILIAL: se a filial já tiver se localizado na UF da sede, informar o NIRE que anteriormente recebeu nessa UF; caso contrário, deixar em branco;
• QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO EMPRESÁRIO;
• CÓDIGO DO ATO: 310 e DESCRIÇÃO DO ATO: Outros documentos de interesse da empresa;
• CÓDIGO DO EVENTO: 036 e DESCRIÇÃO DO EVENTO: Transferência de filial para outra UF;
• NOME EMPRESARIAL;
• ENDEREÇO DA FILIAL (NOVO);
• DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES - a informação da data de início de atividades é facultativa, entretanto, se informada, deve ser indicada a data de abertura da filial na UF de origem ou em UF anterior, se for o caso;
• OUTROS CAMPOS PASSÍVEIS DE PREENCHIMENTO, conforme indicado em "Abertura" item 5.2.2.1.1;
• CNPJ DA FILIAL;
• TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF - NIRE anterior e UF;
• DATA; e
• ASSINATURA DO EMPRESÁRIO.

4.2.2.1.3.3 Transferência (que não da UF da sede) de uma UF para outra UF

4.2.2.1.3.3.1 Na Junta Comercial de origem

• NIRE DA SEDE;
• NIRE DA FILIAL;
• QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO EMPRESÁRIO;
• CÓDIGO DO ATO: 002 e DESCRIÇÃO DO ATO: Alteração;
• CÓDIGO DO EVENTO: 036 e DESCRIÇÃO DO EVENTO: Transferência de filial para outra UF;
• NOME EMPRESARIAL;
• ENDEREÇO DA FILIAL (NOVO);
• DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES: se informada, deve ser indicada a data de abertura da filial na UF de origem ou anterior;
• OUTROS CAMPOS PASSÍVEIS DE PREENCHIMENTO, conforme indicado em "Abertura" item 5.2.2.1.1;
• CNPJ DA FILIAL;
• DATA; e
• ASSINATURA DO EMPRESÁRIO.

4.2.2.1.3.3.2 Inscrição de Transferência de filial na Junta Comercial de destino (que não a UF da sede)

• NIRE DA SEDE;
• NIRE DA FILIAL: se a filial já tiver se localizado na UF de destino, informar o NIRE que anteriormente recebeu nessa UF; caso contrário, deixar em branco;
• QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO EMPRESÁRIO;
• CÓDIGO DO ATO: 310 e DESCRIÇÃO DO ATO: Outros documentos de interesse da empresa;
• CÓDIGO DO EVENTO: 037 e DESCRIÇÃO DO EVENTO: Inscrição de transferência de filial de outra UF;
• NOME EMPRESARIAL;
• ENDEREÇO DA FILIAL (NOVO);
• DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES: a informação da data de início de atividades é facultativa, entretanto, se informada, deve ser indicada a data de abertura da filial na UF de origem ou em UF anterior, se for o caso;
• OUTROS CAMPOS PASSÍVEIS DE PREENCHIMENTO, conforme indicado em "Abertura" item 5.2.2.1.1;
• CNPJ DA FILIAL;
• TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF - NIRE anterior e UF;
• DATA; e
• ASSINATURA DO EMPRESÁRIO.

4.2.2.1.4 Extinção de filial com sede em outra UF

• NIRE DA SEDE;
• NIRE DA FILIAL;
• QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO EMPRESÁRIO;
• CÓDIGO DO ATO: 310 e DESCRIÇÃO DO ATO: Outros documentos de interesse da empresa;
• CÓDIGO DO EVENTO: 031 e DESCRIÇÃO DO EVENTO: Extinção de filial com sede em outra UF;
• NOME EMPRESARIAL;
• ENDEREÇO DA FILIAL;
• CNPJ DA FILIAL;
• DATA; e
• ASSINATURA DO EMPRESÁRIO.

4.2.2.2 Alteração de nome empresarial

Ocorrendo o arquivamento de alteração de nome empresarial na Junta da sede da empresa, cabe ao empresário promover, nas Juntas Comerciais das outras unidades da federação em que estejam localizadas suas filiais, o arquivamento de documento que comprove a alteração do nome empresarial, a fim de que o nome da empresa também seja alterado em relação a essas filiais.
Documentação exigida:
• Capa de Processo (uma via);
• Documento que comprove a alteração do nome empresarial (uma via);
• Comprovante de pagamento do preço do serviço:

☐ Guia de Recolhimento/Junta Comercial.

São documentos hábeis para essa finalidade, uma via do Requerimento de Empresário de alteração do nome empresarial arquivado na Junta Comercial da sede, Certidão de Inteiro Teor ou cópia autenticada desse documento ou, ainda, Certidão Simplificada que contenha a alteração do nome empresarial.
No requerimento constante da Capa de Processo deverá ser indicado o ATO 310 - OUTROS DOCUMENTOS e o EVENTO 030 - Alteração de nome empresarial.

4.2.2.3 Comunicação de NIRE à Junta Comercial do estado onde se localiza a sede

Procedido o arquivamento de abertura de filial ou de inscrição de transferência de filial, a Junta Comercial deverá informar à Junta Comercial da unidade da federação onde se localiza a sede da empresa o NIRE atribuído.

5 FILIAL EM OUTRO PAÍS

Para ABERTURA, ALTERAÇÃO e EXTINÇÃO de filial em outro país, são necessárias providências na Junta Comercial da unidade da federação onde se localiza a sede e no órgão de registro do outro país, observada a legislação local.

5.1 SOLICITAÇÃO À JUNTA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ONDE SE LOCALIZA A SEDE

5.1.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei 8.934/94, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento de Empresário - Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Comprovantes de pagamento: (1) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).
DBE - Documento Básico de Entrada em 01 (uma) via, com assinatura do representante legal. (2)

Observações:
(1) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.
(2) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.

5.1.2 PREENCHIMENTO DO REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO ABERTURA, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

5.1.2.1 Campos a preencher

a) De forma manual, enquanto a Junta Comercial não utilizar o meio eletrônico:
Preencher, de forma legível, os campos do Requerimento, exceto os reservados para uso da Junta Comercial, observadas as instruções a seguir. Usar tinta preta ou azul. Os campos não preenchidos deverão ser eliminados pelo empresário, apondo-se "xxxx" em todo o espaço do campo. O Requerimento deverá permitir a sua reprografia, microfilmagem e digitalização.
b) De forma eletrônica:

Preencher no sítio da Junta Comercial, utilizando o aplicativo disponível. Caso tenha que ser impresso, o mesmo deverá estar em uma qualidade que permita a sua reprografia, microfilmagem e digitalização.

5.1.2.1.1 Abertura de filial em outro país

• NIRE DA SEDE;
• NIRE DA FILIAL;
• QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO EMPRESÁRIO;
• CÓDIGO DO ATO: 002 e DESCRIÇÃO DO ATO: Alteração;
• CÓDIGO DO EVENTO: 032 e DESCRIÇÃO DO EVENTO: Abertura de filial em outro país;
• NOME EMPRESARIAL;
• ENDEREÇO DA FILIAL: Deverá ser preenchido o endereço da filial no exterior e, quando for o caso, os caracteres dos vocábulos da língua estrangeira deverão ser substituídos por caracteres correspondentes no vocábulo nacional;
• VALOR DO CAPITAL: A indicação de destaque de capital para a filial é facultativa. Se indicado algum valor, a soma dos destaques de capital para filiais deverá ser inferior ao capital da empresa;
• DESCRIÇÃO DO OBJETO: A indicação de objeto é facultativa, porém, quando efetuada, deverá reproduzir os termos do texto do objeto da sede da empresa, integral ou parcialmente;
• CNAE: A indicação de códigos da CNAE é facultativa, porém, quando indicados, na sua totalidade ou parcialmente, não podem ser diferentes dos da sede;
• DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES: A data de início de atividades, neste caso, não deve ser informada;
• CNPJ: Preencher com o número básico do CNPJ (oito primeiros dígitos). O número de ordem e o dígito verificador serão atribuídos pela RFB (CNPJ);
• DATA; e
• ASSINATURA DO EMPRESÁRIO.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5.1.2.1.2 Alteração de filial em outro país

• NIRE DA SEDE;
• NIRE DA FILIAL;
• QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO EMPRESÁRIO;
• CÓDIGO DO ATO: 002 e DESCRIÇÃO DO ATO: Alteração;
• CÓDIGO DO EVENTO: 033 e DESCRIÇÃO DO EVENTO: Alteração de filial em outro país;
• NOME EMPRESARIAL;
• ENDEREÇO DA FILIAL: Deverá ser preenchido o endereço da filial no exterior e, quando for o caso, os caracteres dos vocábulos da língua estrangeira deverão ser substituídos por caracteres correspondentes no vocábulo nacional;
• OUTROS CAMPOS PASSÍVEIS DE PREENCHIMENTO, conforme indicado em "Abertura", item 6.1.2.1.1;
• CNPJ DA FILIAL;
• DATA; e
• ASSINATURA DO EMPRESÁRIO.

5.1.2.1.3 Extinção de filial em outro país

• NIRE DA SEDE;
• NIRE DA FILIAL;
• QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO EMPRESÁRIO;
• CÓDIGO DO ATO: 002 e DESCRIÇÃO DO ATO: Alteração;
• CÓDIGO DO EVENTO: 034 e DESCRIÇÃO DO EVENTO: Extinção de filial em outro país;
• NOME EMPRESARIAL;
• ENDEREÇO DA FILIAL: Deverá ser preenchido o endereço da filial no exterior e, quando for o caso, os caracteres dos vocábulos da língua estrangeira deverão ser substituídos por caracteres correspondentes no vocábulo nacional;
• CNPJ DA FILIAL;
• DATA; e
• ASSINATURA DO EMPRESÁRIO.

5.1.3 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

5.1.3.1 Providências na Junta Comercial da sede

5.1.3.1.1 Abertura, alteração e extinção de filial em outro país

A abertura, a alteração e a extinção de filial devem ser promovidas, primeiramente na Junta Comercial da unidade da federação onde se localizar a sede. Em seguida, o ato deve ser complementado com o arquivamento da documentação própria no órgão de registro do outro país, observada a legislação local.

6 PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

Para ARQUIVAMENTO, ALTERAÇÃO e CANCELAMENTO de Proteção de Nome Empresarial são necessárias providências na Junta Comercial da unidade da federação onde se localiza a sede e na Junta Comercial da unidade da federação onde se pretenda proteger ou esteja protegido o nome empresarial.

6.1 SOLICITAÇÃO À JUNTA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ONDE SE LOCALIZA A SEDE

6.1.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei 8.934/94, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento de Certidão Simplificada dirigido à Junta Comercial
Comprovante de pagamento do preço do serviço: - Guia de Recolhimento/Junta Comercial.

6.2 SOLICITAÇÃO À JUNTA DA OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

6.2.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Requerimento de Empresário. (1)
Certidão Simplificada, expedida pela Junta Comercial da sede da empresa, exceto no caso de cancelamento de proteção.
Comprovantes de pagamento: (2) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).

Observações:
(1) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

6.2.2 PREENCHIMENTO DO REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

6.2.2.1 Campos a preencher

a) De forma manual, enquanto a Junta Comercial não utilizar o meio eletrônico:
Preencher, de forma legível, os campos do Requerimento, exceto os reservados para uso da Junta Comercial, observadas as instruções a seguir. Usar tinta preta ou azul. Os campos não preenchidos deverão ser eliminados pelo empresário, apondo-se "xxxx" em todo o espaço do campo. O Requerimento deverá permitir a sua reprografia, microfilmagem e digitalização.
b) De forma eletrônica:
Preencher no sítio da Junta Comercial, utilizando o aplicativo disponível. Caso tenha que ser impresso, o mesmo deverá estar em uma qualidade que permita a sua reprografia, microfilmagem e digitalização.
▪ NIRE DA SEDE;
▪ QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO EMPRESÁRIO;
▪ CÓDIGO DO ATO: 150, 151 ou 152 e DESCRIÇÃO DO ATO: Proteção de Nome Empresarial, Alteração de Proteção de Nome Empresarial ou Cancelamento de Proteção de Nome Empresarial;
▪ NOME EMPRESARIAL;
▪ CNPJ;
▪ DATA; e
▪ ASSINATURA DO EMPRESÁRIO.

Nos casos dos atos 151 - Alteração de Proteção de Nome Empresarial e 152 - Cancelamento de Proteção de Nome Empresarial deverá, também, ser informado, no campo destinado a NIRE DE FILIAL, o NIRE atribuído à Proteção de Nome Empresarial.

6.3 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

6.3.1 COMUNICAÇÃO À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO ONDE SE LOCALIZA A SEDE

Procedido o arquivamento, a Junta Comercial comunicará o ato praticado à Junta Comercial da unidade da federação onde se localiza a sede da empresa.

7 EXTINÇÃO

7.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934/1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento de Empresário Caso a Junta Comercial esteja utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Comprovante de pagamento: - Guia de Recolhimento/Junta Comercial.
Se a extinção for por falecimento do titular: Cópia autenticada da certidão expedida pelo juízo competente.

7.2 PREENCHIMENTO DO REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

7.2.1 CAMPOS A PREENCHER

a) De forma manual, enquanto a Junta Comercial não utilizar o meio eletrônico:

Preencher, de forma legível, os campos do Requerimento, exceto os reservados para uso da Junta Comercial, observadas as instruções a seguir. Usar tinta preta ou azul:

- Nire da sede;
- Qualificação completa do empresário;
- Código do ato e descrição do ato: Extinção;
- Nome empresarial;
- CNPJ;
- Data; e
- Assinatura do empresário.

b) De forma eletrônica:

Preencher no sítio da Junta Comercial, utilizando o aplicativo disponível.

7.3 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

7.3.1 EXTINÇÃO POR FALECIMENTO DO EMPRESÁRIO

Para a baixa da inscrição na Junta Comercial é necessário o Requerimento de Empresário, firmado pelo inventariante, juntamente com autorização do juiz para a prática do ato e/ou escritura pública de partilha de bens, que deverá ser arquivado em anexo ou em processo separado.
O arquivamento do Requerimento de Empresário de Extinção implica extinção das filiais existentes.

7.3.2 EXTINÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE ACERVO NA FORMAÇÃO DE SOCIEDADE NOVA OU JÁ EXISTENTE

Na utilização do acervo de empresário para formação de capital de sociedade, deverá ser promovida a extinção da Inscrição de Empresário, pelo seu titular, concomitantemente com o processo de arquivamento do ato da sociedade em constituição ou da alteração do contrato da sociedade.

7.3.3 ATIVIDADES CUJO EXERCÍCIO PELO EMPRESÁRIO DEPENDE DE APROVAÇÃO PRÉVIA POR ÓRGÃO GOVERNAMENTAL

Vide Instrução Normativa nº 14/2013.

8 OUTROS ARQUIVAMENTOS

8.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934/1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados.

Requerimento (Capa de Processo) assinado pelo titular e/ou procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do CC).
Documento a ser arquivado. (2)
Original ou cópia autenticada de procuração, com firma reconhecida e poderes específicos, quando o requerimento constante da Capa de Processo for assinado por procurador. **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Comprovante de pagamento: - Guia de Recolhimento/Junta Comercial

Observações:
(1) No requerimento constante da Capa de Processo o empresário deverá assinar o seu nome civil; tratando-se de procurador, esse aporá a sua assinatura.
(2) Vide Instrução Normativa DREI nº 03/2013.

8.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

Além dos atos descritos nos capítulos anteriores, poderão ser arquivados atos ou documentos que, por determinação legal, sejam atribuídos ao Registro Público de Empresas ou que possam interessar à sociedade limitada, tais como os constantes dos subitens seguintes:

8.2.1 CONTRATO DE ALIENAÇÃO, USUFRUTO OU ARRENDAMENTO DE ESTABELECIMENTO

O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento de empresário, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de arquivado na Junta Comercial e de publicado, pelo empresário, na imprensa oficial.

8.2.2 CARTA DE EXCLUSIVIDADE

O documento apresentado para arquivamento na junta Comercial e que tenha por finalidade fazer prova que o interessado detém a exclusividade sobre algum produto ou serviço, deverá atender os seguintes requisitos:
a) O documento deverá ser produzido pelo agente concedente da exclusividade sobre o produto ou sobre o serviço, na forma de "Carta de Exclusividade", ou; documento que ateste ser o interessado o único fornecedor de determinado produto ou serviço, emitido pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal pertinente à categoria;
b) Pelo menos uma via do documento deverá ser original; e
c) O documento oriundo do exterior, além atender os itens "a e b" acima, deverá também conter o visto do Consulado Brasileiro no País de origem e ser acompanhado da tradução, feita por tradutor público juramentado.

8.2.3 RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA

A recuperação judicial e a falência serão conhecidas pelo Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, mediante comunicação do Juízo competente.
Cabe à Junta Comercial efetuar a anotação pertinente (prontuário e cadastro), não podendo a empresa, após a anotação, cancelar o seu registro.
Na recuperação judicial, a Junta Comercial poderá arquivar alterações contratuais, desde que não importem em alienação de patrimônio, extinção e transferência de sede para outro estado, salvo com autorização do Juiz competente.

8.2.4 DECISÕES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

As ordens judiciais dirigidas à Junta Comercial, pelo respectivo juízo, terão seu teor anotado nos cadastros do empresário.
Quando se tratar de decisão de natureza transitória, como as liminares, antecipação de tutela, ou cautelar, esta será arquivada, com anotação do seu teor nos cadastros do empresário, acompanhado de informação de que se trata de decisão revogável, não definitiva.
As decisões administrativas que, por forca de Lei, sejam dirigidas à Junta Comercial terão seu teor anotado nos cadastros do empresário.
As decisões judiciais ou administrativas levadas a registro pelo empresário deverão ser arquivadas como documentos de interesse, com recolhimento do preço devido.

Anexo 2 - Manual de Registro de Sociedade Limitada

MANUAL DE REGISTRO

SOCIEDADE LIMITADA

Presidência da República
Secretaria de Governo
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

BRASÍLIA - DF / 2017

Anexo II

1 CONSTITUIÇÃO

1.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador ou sócio ou procurador com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado, devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF.
Contrato social, assinado pelos sócios ou seus procuradores ou Certidão de inteiro teor do contrato social, quando revestir a forma pública. - Caso a Junta Comercial esteja utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Declaração de desimpedimento para o exercício de administração de sociedade empresária, assinada pelo(s) administrador(es) designados no contrato, se essa não constar de cláusula própria.
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento, o contrato social ou a declaração de que trata o item anterior for assinada por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Cópia autenticada da identidade dos administradores. (1)
Aprovação prévia de órgão governamental, quando for o caso. (2)
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (3)
Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema que viabilize a integração. (3)
DBE - Documento Básico de Entrada da Secretaria da Receita Federal do Brasil. (3)
Comprovantes de pagamento: (4) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).

Observações:
(1) Documentos admitidos: Os previstos no art. 2º da Lei 12.037, de 1º de outubro de 2009.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.
A revalidação da identidade é dispensada para estrangeiros portadores de visto permanente que tenham participado de recadastramento anterior desde que: (a) tenham completado sessenta anos de idade, até a data do vencimento do documento de identidade, ou (b) que sejam portadores de deficiência física. Na oportunidade, será necessária a prova da participação no recadastramento e, se for o caso, da condição de pessoa portadora de deficiência física. (Lei nº 9.505, de 15 de outubro de 1997).
(2) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(3) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(4)No DF, o recolhimento, deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

1.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

1.2.1 ELEMENTOS DO CONTRATO SOCIAL

O contrato social deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:
a) título (Contrato Social);
b) preâmbulo;
c) corpo do contrato:
c.1) cláusulas obrigatórias; e
d) fecho.

1.2.2 CONTRATO POR INSTRUMENTO PARTICULAR

O Contrato Social não poderá conter emendas, rasuras e entrelinhas.
Nos instrumentos particulares, cujo texto será grafado na cor preta ou azul, serão obedecidos os padrões de indelebilidade e nitidez para permitir sua reprografia, microfilmagem e/ou digitalização.

1.2.3 PREÂMBULO DO CONTRATO SOCIAL

Deverá constar do preâmbulo do contrato social a qualificação dos sócios e de seus representantes:
a) Sócio pessoa física (brasileiro ou estrangeiro) residente no País ou no exterior:

☐ Nome civil, por extenso;
☐ Nacionalidade;
☐ Estado civil (indicar, se for o caso, a união estável);
☐ Data de nascimento, se solteiro;
☐ Profissão;
☐ Documento de identidade, número e órgão expedidor/UF;
☐ CPF;
☐ Endereço (tipo e nome do logradouro, nº, complemento, bairro/distrito, município, unidade federativa e CEP, se no País);

b) Sócio pessoa jurídica com sede no País:

☐ Nome empresarial;
☐ Qualificação do titular ou representante conforme item "a";
☐ Endereço da sede (tipo e nome do logradouro, nº, complemento, bairro/distrito, município, unidade federativa e CEP);
☐ Número de identificação do Registro de Empresa - NIRE ou número de inscrição no Cartório competente;
☐ CNPJ;

c) Sócio pessoa jurídica com sede no exterior:

☐ Nome empresarial;
☐ Qualificação do titular ou representante conforme item "a";
☐ Nacionalidade;
☐ Endereço da sede;
☐ CNPJ;

Observação: Quanto a participação de estrangeiros residentes e domiciliados no Brasil, pessoas físicas, brasileiras ou estrangeiras, residentes e domiciliadas no exterior e pessoas jurídicas com sede no exterior, vide Instrução Normativa DREI nº 34/2017.

1.2.4 CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS DO CONTRATO SOCIAL

O corpo do contrato social deverá contemplar, obrigatoriamente, o seguinte:
a) Nome empresarial; (vide Instrução Normativa DREI nº 15/2013)
b) Capital da sociedade, expresso em moeda corrente, a quota de cada sócio, a forma e o prazo de sua integralização;
c) Endereço da sede, bem como o endereço das filiais, quando houver;
d) Objeto social;
e) Prazo de duração da sociedade;
f) Data de encerramento do exercício social, quando não coincidente com o ano civil;
g) As pessoas naturais incumbidas da administração da sociedade, e seus poderes e atribuições;
h) Qualificação do administrador não sócio, designado no contrato;
i) Participação de cada sócio nos lucros e nas perdas; e

j) Foro.

Observação: Não é obrigatória a indicação da data de início da atividade da sociedade. Se não indicada, considerar-se-á a data do registro.

1.2.5 FECHO DO CONTRATO SOCIAL

Do fecho do contrato social deverá constar:
a) Local e data do contrato; e
b) Nomes dos signatários e respectivas assinaturas.

Observações:
(1) Não há necessidade de assinaturas de testemunhas.
(2) Para fins do registro na Junta Comercial, a ausência de rubricas nas folhas não assinadas do contrato social não será causa de formulação de exigência.

1.2.6 CAPACIDADE PARA SER SÓCIO

Pode ser sócio de sociedade limitada, desde que não haja impedimento legal:

a) O maior de 18 (dezoito) anos, brasileiro(a) ou estrangeiro(a), que estiverem em pleno gozo da capacidade civil;
b) O menor emancipado;
c) Os relativamente incapazes a certos atos ou à maneira de exercê-los, desde que assistidos;
d) Os menores de 16 (dezesseis) anos (absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil), desde que representados;
e) Pessoa jurídica nacional ou estrangeira.

Observações:
(1) A prova da emancipação do menor deverá ser comprovada exclusivamente mediante a apresentação da certidão do registro civil, a qual deverá instruir o processo ou ser arquivada em separado.
(2) A capacidade dos índios é regulada por lei especial (Estatuto do Índio).
(3) Conforme art. 1.690 do Código Civil compete aos pais, e na falta de um deles ao outro, com exclusividade, representar os sócios menores de 16 (dezesseis) anos, bem como assisti-los até completarem a maioridade. É desnecessário, para fins do registro, esclarecimento quanto ao motivo da falta.

1.2.7 IMPEDIMENTOS PARA SER SÓCIO

A pessoa impedida por norma constitucional ou por lei especial não pode ser sócia de sociedade limitada.
São exemplos de impedimentos:

☐ O português, ainda que no gozo dos direitos e obrigações previstos no Estatuto da Igualdade, comprovado mediante Portaria do Ministério da Justiça, não pode participar de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

☐ Os cônjuges casados em regime de comunhão universal de bens ou de separação obrigatória, não podem contratar sociedade, entre si ou com terceiros.

1.2.8 IMPEDIMENTOS PARA SER ADMINISTRADOR

Não pode ser administrador de sociedade limitada a pessoa:
a) Menor de 16 (dezesseis) anos e a relativamente incapaz;
b) Pessoa Jurídica;
c) Condenada a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação;
d) Impedida por norma constitucional ou por lei especial, com destaque para:

☐ Brasileiro naturalizado há menos de 10 (dez) anos, em empresa jornalística e de radiodifusão sonora e radiodifusão de sons e imagens;

☐ Estrangeiro:

☐ Sem visto permanente, observado o disposto na Instrução Normativa DREI nº 34/2017;

☐ Em empresa jornalística de qualquer espécie, de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

☐ Em pessoa jurídica que seja titular de direito real sobre imóvel rural na Faixa de Fronteira (150 Km de largura ao longo das fronteiras terrestres), salvo com assentimento prévio do órgão competente;

☐ Português, ainda que no gozo dos direitos e obrigações previstos no Estatuto da Igualdade, comprovado mediante Portaria do Ministério da Justiça na hipótese de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

e) O cônsul, no seu distrito, salvo o não remunerado;
f) O funcionário público federal civil ou militar da ativa. Em relação ao funcionário estadual e municipal, observar as respectivas legislações.
g) O Chefe do Poder Executivo, federal, estadual ou municipal;
h) O magistrado;
i) Os membros do Ministério Público da União, que compreende:

☐ Ministério Público Federal;

☐ Ministério Público do Trabalho;

☐ Ministério Público Militar;

☐ Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

j) Os membros do Ministério Público dos Estados, conforme a Constituição respectiva;
k) O falido, enquanto não for legalmente reabilitado;
l) O leiloeiro;

1.2.9 NOME EMPRESARIAL

Vide Instrução Normativa DREI nº 15/2013.

1.2.10 CAPITAL

O capital da sociedade deve ser expresso em moeda corrente, podendo compreender qualquer espécie de bens, suscetíveis de avaliação pecuniária.

1.2.10.1 Quotas de capital

As quotas de capital poderão ser:
a) de valor desigual, cabendo uma ou diversas a cada sócio; e
b) de valor igual, cabendo uma ou diversas a cada sócio.

1.2.10.2 Valor de quota inferior a centavo

Não é cabível a indicação de valor de quota social inferior a 1 (um) centavo.

1.2.10.3 Copropriedade de quotas

Embora indivisa, é possível a co-propriedade de quotas (condomínio de quotas).
No caso de condomínio de quotas, deverá ser qualificado o representante do condomínio e indicada a sua qualidade de representante dos condôminos.

1.2.10.4 Sócio menor de 18 anos, não emancipado

Participando da sociedade sócio menor, não emancipado, o capital social deverá estar totalmente integralizado.

1.2.10.5 Utilização de acervo do Empresário para formação de capital de sociedade

Implica o cancelamento do registro do empresário.
O cancelamento deverá ser feito concomitantemente com o processo de arquivamento do ato da sociedade em constituição.

1.2.10.6 Realização do capital com lucros futuros

Não poderá ser indicada como forma de integralização do capital a sua realização com lucros futuros que o sócio venha a auferir na sociedade.

1.2.10.7 Integralização com bens

Poderão ser utilizados para integralização de capital quaisquer bens, desde que suscetíveis de avaliação em dinheiro.
No caso de imóvel, ou direitos a ele relativo, o contrato social por instrumento público ou particular deverá conter sua descrição, identificação, área, dados relativos à sua titulação, bem como o número de sua matrícula no Registro Imobiliário.
No caso de sócio casado, salvo no regime de separação absoluta, deverá haver a anuência do cônjuge no contrato ou declaração arquivada em separado.
A integralização de capital com bens imóveis de menor depende de autorização judicial.

1.2.10.8 Integralização de capital com quotas de outra sociedade

A integralização de capital com quotas de outra sociedade implicará a correspondente alteração contratual modificando o quadro societário da sociedade cujas quotas foram conferidas para integralizar o capital social, consignando a saída do sócio e ingresso da sociedade que passa a ser titular das quotas.
Se as sedes das empresas envolvidas estiverem situadas na mesma unidade da federação, os respectivos processos de constituição e de alteração tramitarão vinculados. Caso as sociedades envolvidas estejam sediadas em unidades da federação diferentes, deverá ser primeiramente, promovido o arquivamento da alteração contratual, para, em seguida, promover o arquivamento do contrato social com o ingresso do sócio, juntando para comprovação, a alteração contratual já arquivada.
Não é exigível a apresentação de laudo de avaliação para comprovação dos valores dos bens declarados na integralização de capital de sociedade limitada.

1.2.10.9 Contribuição com prestação de serviços

É vedada a contribuição ao capital que consista em prestação de serviços.

1.2.11 LOCAL DA SEDE, ENDEREÇO E FILIAIS

Deverá ser indicado, no contrato social, o endereço completo da sede (tipo e nome do logradouro, nº, complemento, bairro/distrito, município, UF e CEP).
Havendo filiais, para cada uma delas, também deverá ser indicado o respectivo endereço completo.

1.2.12 OBJETO SOCIAL

O objeto social não poderá ser ilícito, impossível, indeterminado ou indeterminável, ou contrário aos bons costumes, à ordem pública ou à moral.
O contrato social deverá indicar com precisão e clareza as atividades a serem desenvolvidas pela sociedade.
O objeto social poderá ser descrito por meio de código integrante da estrutura da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Observação: É vedado o arquivamento na Junta Comercial de sociedade cujo objeto inclua a atividade de advocacia.

1.2.13 ADMINISTRAÇÃO

1.2.13.1 Administrador

A administração da sociedade será exercida por uma ou mais pessoas designadas no contrato ou em ato separado.
A administração atribuída no contrato a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
Não há obrigatoriedade de previsão de prazo do mandato de administrador nomeado no contrato, que, não estando previsto, entender-se-á ser de prazo indeterminado.
Não é exigível a apresentação do termo de posse de administrador nomeado, quando do arquivamento do ato de sua nomeação.
As funções de administração não podem ser delegadas a representante ou terceiros.
A declaração de inexistência de impedimento para o exercício de administração da sociedade, se não constar do contrato, deverá ser apresentada em ato separado, que instruirá o processo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2.13.2 Administrador sócio designado em ato separado

Ainda que o administrador seja nomeado em ato separado, este deverá conter seus poderes e atribuições.
O administrador sócio designado em ato separado investir-se-á no cargo mediante termo de posse no livro de atas da administração.
Se o termo de posse não for assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à designação, esta se tornará sem efeito.

1.2.13.3 Administrador não sócio

A designação de administrador não sócio dar-se-á no contrato ou em ato separado e dependerá da aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver totalmente integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização.
O administrador não sócio designado em ato separado investir-se-á no cargo mediante termo de posse no livro de atas da administração.
Se o termo de posse não for assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à designação, esta se tornará sem efeito.
Quando nomeado e devidamente qualificado no contrato, o administrador não sócio considerar-se-á investido no cargo mediante aposição de sua assinatura no próprio instrumento.

1.2.13.4 Administrador - estrangeiro

Administrador estrangeiro deverá ter visto permanente e não estar enquadrado em caso de impedimento para o exercício da administração.

Os cidadãos dos países dos Estados Partes do Mercosul (República Argentina, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai) e dos Estados Associados (Estado Plurinacional da Bolívia e República do Chile) que obtiveram a Residência Temporária de 2 (dois) anos poderão ser titular ou administrador de EIRELI, observadas as disposições da Instrução Normativa DREI nº 34/2017.

1.2.13.5 Conselho de Administração

Fica facultada a criação de Conselho de Administração na Sociedade Empresária Limitada, aplicando-se, por analogia, as regras previstas na Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976.
Quando adotado o conselho de administração, o administrador poderá ser estrangeiro ou residente no exterior, devendo, contudo, apresentar procuração outorgando poderes específicos a residente no Brasil para receber citação judicial em seu nome (art. 146, § 2º, da Lei nº. 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976).

1.2.14 PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Não é permitida a exclusão de sócio na repartição de lucros ou prejuízos.

1.2.15 FORO

Deve ser indicado o foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato.

1.2.16 ASSINATURA DO CONTRATO SOCIAL

Todos os sócios, ou seus representantes, deverão assinar o contrato.
As assinaturas serão lançadas com a indicação do nome do signatário, por extenso, de forma legível, podendo ser substituído pela assinatura autenticada com certificação digital ou meio equivalente que comprove a sua autenticidade, ressalvado o disposto no inciso I do § 1º do art. 4º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.
Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida fundada de autenticidade (art. 22, § 2º da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999).

1.2.16.1 Analfabeto

Se o sócio for analfabeto, o contrato social, se por instrumento particular, deverá ser assinado por procurador, nomeado através de procuração passada por instrumento público, contendo poderes específicos para assinar o contrato social (§ 2º do art. 215 do Código Civil).

1.2.17 VISTO DE ADVOGADO

O contrato social deverá conter o visto de advogado, com a indicação do nome e número de inscrição na Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

Observação: É dispensado o visto de advogado no contrato social da sociedade enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

1.2.18 EMPRESAS SUJEITAS A CONTROLE DE ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL

O arquivamento do contrato social de empresas sujeitas a controle de órgãos de fiscalização de exercício profissional não dependerá de aprovação prévia desses órgãos.

1.2.19 SOCIEDADES CUJOS ATOS DE CONSTITUIÇÃO, PARA ARQUIVAMENTO, DEPENDEM DE APROVAÇÃO PRÉVIA POR ÓRGÃO GOVERNAMENTAL

Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.

1.3 SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE

O fato de tratar-se de constituição de Sociedade de Propósito Específico não impõe reflexo sobre a análise pela Junta Comercial para fins de registro. A análise deverá ficar adstrita aos aspectos formais aplicáveis ao tipo societário de que trata este Manual.

1.4 REGENCIA SUPLETIVA DA LEI Nº 6.404/76 (LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS)

O contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima, conforme art. 1053, parágrafo único do Código Civil.
Para fins de registro na Junta Comercial, a regência supletiva:
I - poderá ser prevista de forma expressa; ou
II - presumir-se-á pela adoção de qualquer instituto próprio das sociedades anônimas, desde que compatível com a natureza da sociedade limitada, tais com:
a) Quotas em tesouraria;
b) Quotas preferenciais;
c) Conselho de Administração; e
d) Conselho Fiscal.

1.5 PUBLICAÇÕES DETERMINADAS EM LEI (art. 1.152 do Código Civil)

Cabe à Junta Comercial verificar a regularidade das publicações determinadas em lei.
Salvo exceção expressa, as publicações serão feitas no órgão oficial da União ou do Estado, conforme o local da sede do empresário ou da sociedade, e em jornal de grande circulação.
Para a publicação no veículo oficial, a sociedade poderá, de forma discricionária, optar entre o Diário Oficial da União (DOU) e o Diário Oficial do Estado onde se localize sua sede.
É dispensada a apresentação das folhas quando o instrumento a ser arquivado consignar os nomes, respectivas datas e folhas dos jornais em que foram efetuadas as publicações.

1.6 PARTICIPACAO DE ESTRANGEIRO

Vide Instrução Normativa DREI nº 34/2017.

1.7 MICROEMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Vide Instrução Normativa DREI nº 36/2017.

2 DOCUMENTO QUE CONTIVER A(S) DECISÃO(ÕES) DE TODOS OS SÓCIOS, ATA DE REUNIÃO OU ATA DE ASSEMBLEIA DE SÓCIOS

2.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934 de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, sócio, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do Código Civil)
Documento que contiver a(s) decisão(ões) de todos os sócios ou certidão/cópia da Ata de Reunião de Sócios ou Ata de Assembleia de Sócios autenticadas pelos administradores ou pelo presidente e secretário da assembleia ou reunião. - Caso a Junta Comercial esteja utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento, a ata de reunião ou de assembleia ou o instrumento assinado por todos os sócios for assinado por procurador (1). Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Cópia autenticada da identidade dos administradores (2).
Comprovantes de pagamento: (3) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).

Observações:
(1) Quando a ata de reunião ou de assembleia de sócios ou o instrumento assinado por todos os sócios for assinado por procurador, esse deverá ser sócio ou advogado (§ 1º do art. 1.074 do Código Civil).
(2) Documentos admitidos: Os previstos no art. 2º da Lei 12.037, de 1º de outubro de 2009.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.
A revalidação da identidade é dispensada para estrangeiros portadores de visto permanente que tenham participado de recadastramento anterior desde que: (a) tenham completado sessenta anos de idade, até a data do vencimento do documento de identidade, ou (b) que sejam portadores de deficiência física. Na oportunidade, será necessária a prova da participação no recadastramento e, se for o caso, da condição de pessoa portadora de deficiência física. (Lei nº 9.505, de 15 de outubro de 1997).
É dispensada nova apresentação de prova de identidade no caso de já constar anotada, em processo anteriormente arquivado, e desde que indicado o número do registro daquele processo.
(3) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

2.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

2.2.1 CONVOCAÇÃO DA REUNIÃO OU ASSEMBLEIA DE SÓCIOS

O anúncio de convocação da assembleia de sócios será publicado por três vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da assembleia, o prazo mínimo de oito dias, para a primeira convocação, e de cinco dias, para as posteriores.
Dispensam-se as formalidades de convocação, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

2.2.2 DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS

2.2.2.1 Instrumentos de deliberação

As deliberações dos sócios, conforme previsto na lei ou no contrato, serão formalizadas em:
a) Ata de Reunião de Sócios ou Ata de Assembleia de Sócios; e
b) documento que contiver a(s) decisão(ões) de todos os sócios, caso em que a reunião ou assembleia torna-se dispensável.

Observação: Para fins de arquivamento no Registro Público de Empresas, é irrelevante a distinção no uso dos termos "Reunião" ou "Assembleia".

2.2.2.2 Matérias e respectivos quóruns de deliberação

Os sócios deliberarão sobre as seguintes matérias, além de outras previstas na lei ou no contrato, observados os respectivos quóruns:

MATÉRIAS	QUÓRUNS
Matérias previstas no art. 1.071 do Código Civil	
a) aprovação das contas da administração;	**Maioria de capital dos presentes**, se o contrato não exigir maioria mais elevada (inciso III do art. 1.076 do Código Civil).
b) designação dos administradores, quando feita em ato separado;	**Administrador não sócio:** (art. 1.061 do Código Civil) • **Unanimidade** dos sócios, se o capital social não estiver totalmente integralizado; • **Dois terços** do capital social, se o capital estiver totalmente integralizado: **Administrador sócio** (inciso II do art. 1.076 do Código Civil) - **Mais da metade** do capital social.
c) destituição dos administradores;	**Administrador, sócio ou não, designado em ato separado** - **Mais da metade** do capital social (inciso II do art. 1.076 do Código Civil); **Administrador sócio, nomeado no contrato social** - **Dois terços** do capital social, no mínimo, salvo disposição contratual diversa (§ 1º do art. 1.063 do Código Civil)
d) o modo de remuneração dos administradores, quando não estabelecido no contrato;	**Mais da metade** do capital social (inciso II do art. 1.076 do Código Civil).
e) modificação do contrato social;	**Três quartos** do capital social, salvo nas matérias sujeitas a quórum diferente (inciso I do art. 1.076 do Código Civil).
f) incorporação, fusão e dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação **(Vide Instrução Normativa DREI nº 35/2017)**;	**Três quartos** do capital social (inciso I do art. 1.076 do Código Civil).
g) nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;	**Maioria de capital dos presentes**, se o contrato não exigir maioria mais elevada (inciso III do art. 1.076 do Código Civil).
h) pedido de recuperação judicial.	**Mais da metade** do capital social (inciso II do art. 1.076 do Código Civil).
Outras matérias previstas no Código Civil	
Exclusão de sócio - justa causa.	**Mais da metade** do capital social, se permitida a exclusão por justa causa no contrato social (art. 1.085 do Código Civil).
Exclusão de sócio remisso.	**Maioria do capital dos demais sócios** (parágrafo único do art. 1.004 do Código Civil).
Transformação.	**Totalidade dos sócios, salvo se prevista no ato constitutivo** (art. 1.114 do Código Civil).

Observação:
As microempresas e as empresas de pequeno porte são desobrigadas:

I - da publicação em qualquer das situações previstas na legislação civil; e

II - da realização de reuniões e assembleias em qualquer das situações previstas na legislação civil, as quais serão substituídas por deliberação representativa do primeiro número inteiro superior à metade do capital social.
O disposto no **item II acima** não se aplica caso haja disposição contratual em contrário, caso ocorra hipótese de justa causa que enseje a exclusão de sócio ou caso um ou mais sócios ponham em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade. (Vide Instrução Normativa DREI nº 36/2017)

2.2.3 ATA DE REUNIÃO OU DE ASSEMBLEIA DE SÓCIOS

A ata deve conter:
a) Título do documento;
b) Nome e NIRE da Empresa;
c) Preâmbulo: hora, dia, mês, ano e local da realização;
d) Composição da mesa - presidente e secretário, escolhidos entre os sócios presentes (art.1.075 do Código Civil);
e) Disposição expressa de que a assembleia ou reunião atendeu a todas as formalidades legais;
f) Ordem do dia;
g) Deliberações; e
h) Fecho, com indicação do nome dos presentes.

Observação: Para fins de registro, deverá ser apresentada cópia/certidão da ata autenticada pelos administradores ou pelo presidente e secretário da assembleia ou reunião, facultada a assinatura dos demais sócios presentes.

2.2.4 OBRIGATORIEDADE DE ARQUIVAMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O arquivamento da certidão/cópia da Ata de Reunião ou de Assembleia de Sócios e o documento que contiver a(s) decisão(ões) de todos os sócios, mesmo que contenha a aprovação e a transcrição do texto da alteração contratual, quando as decisões implicarem em alteração contratual, não dispensa o arquivamento deste instrumento em separado.

Observação: Deverão ser arquivados concomitantemente em processo separado.

2.2.5 REDUÇÃO DE CAPITAL

Pode a sociedade reduzir o capital:
a) Depois de integralizado, se sofrer perdas irreparáveis (art. 1.082, I do Código Civil); e
b) Se for excessivo em relação ao objeto da sociedade (art. 1.082, II do Código Civil).
Na hipótese de redução de capital prevista no art. 1.082, II, do Código Civil (capital excessivo em relação ao objeto da sociedade), a respectiva ata de aprovação somente poderá ser levada a registro após o transcurso do prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação do ato de redução, nos termos do § 2º do art. 1.082 do Código Civil.
Neste caso, o prazo de 30(trinta) dias para arquivamento do ato a registro para fins de retroação dos efeitos do registro à data da assinatura passará a contar a partir do transcurso do prazo de 90 (noventa) dias para impugnação da redução (art. 1.084 c/c 1.151 do Código Civil e art. 36 da Lei nº. 8.934, de 18 de novembro de 1994).

2.2.6 EXCLUSÃO DE SÓCIO

2.2.6.1 Justa causa

Ressalvado o disposto no art. 1.030 do Código Civil, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, mediante alteração do contrato social, desde que neste haja previsão de exclusão por justa causa.
A exclusão somente poderá ser determinada em reunião ou assembleia especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa. A convocação deverá atender ao disposto no item 2.2.1 deste Capítulo, bem como ao que dispuser o contrato.
Arquivados, em processos distintos e simultaneamente, a certidão/cópia da ata da reunião ou assembleia e a alteração contratual mencionada, proceder-se-á à redução do capital, se os demais sócios não suprirem o valor da quota (art. 1.086 e § 1º do art. 1.031 do Código Civil).

2.2.6.2 Sócio remisso

Verificada a mora pela não realização, na forma e no prazo, da integralização da quota pelo sócio remisso, os demais sócios poderão preferir, à indenização, a exclusão do sócio remisso, ou reduzir-lhe a quota ao montante já realizado. Em ambos os casos, o capital social sofrerá a correspondente redução, salvo se os demais sócios suprirem o valor da quota (parágrafo único do art. 1.004, c/c parágrafo único do art. 1.031 do Código Civil). Poderão também os sócios, excluindo o titular, tomar a quota para si ou transferi-la a terceiros (art. 1.058 do Código Civil). Serão arquivados, concomitantemente e em processos separados, a certidão/cópia da ata da reunião ou assembleia e a alteração contratual mencionada.

2.2.6.3 Sócio falido

O sócio declarado falido será excluído de pleno direito da sociedade (parágrafo único do art. 1.030 do Código Civil). O capital social será reduzido se os demais sócios não suprirem o valor da quota respectiva (§ 1º do art. 1.031 do Código Civil). Serão arquivados, em processos distintos e simultaneamente, a certidão/cópia da ata da reunião ou assembleia e a alteração contratual mencionada.
Embora a retirada do sócio falido da sociedade opere-se automaticamente (art. 1.030 do Código Civil), a alteração nos cadastros da empresa somente será realizada mediante o arquivamento de alteração contratual.

2.2.6.4 Sócio que tenha sua quota liquidada

O sócio cuja quota tenha sido liquidada por iniciativa de credor será excluído da sociedade, procedendo-se à redução do capital se os sócios não suprirem o valor da quota (parágrafo 1º do art. 1.031 do Código Civil). Serão arquivados, em processos distintos e simultaneamente, a certidão/cópia da ata da reunião ou assembleia e a alteração contratual mencionada.

3 ALTERAÇÃO CONTRATUAL

3.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, sócio, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do Código Civil)
Alteração contratual, quando revestir a forma particular **ou** certidão de inteiro teor da alteração contratual, quando revestir a forma pública. - Caso a Junta Comercial esteja utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento, a alteração contratual ou a declaração de que trata o caso a seguir (ingresso de administrador) for assinada por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação**: as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Quando houver nomeação de administrador: • Cópia autenticada da identidade do administrador. (1) • Declaração de desimpedimento para o exercício de administração de sociedade empresária, assinada pelo(s) administrador(es) designados no contrato, se essa não constar em cláusula própria.
Aprovação prévia de órgão governamental competente, quando for o caso. (2)
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (3)
Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema que viabilize a integração. (3)
DBE - Documento Básico de Entrada da Receita Federal do Brasil. (3)
Comprovantes de pagamento: - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621). (4)

Observações:
(1) Documentos admitidos: Os previstos no art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.
A revalidação da identidade é dispensada para estrangeiros portadores de visto permanente que tenham participado de recadastramento anterior desde que: (a) tenham completado sessenta anos de idade, até a data do vencimento do documento de identidade, ou (b) que sejam portadores de deficiência física. Na oportunidade, será necessária a prova da participação no recadastramento e, se for o caso, da condição de pessoa portadora de deficiência física. (Lei nº 9.505, de 15 de outubro de 1997).
(2) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(3) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(4) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

3.2.1 DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS

Para alteração contratual efetuada mediante deliberação dos sócios em reunião ou assembleia, deverá ser observado o disposto no Capítulo 2 deste Manual, inclusive quanto ao quórum legal. Neste caso, deverão ser arquivados concomitantemente em processo separado:
I. A cópia ou certidão da ata da deliberação; e
II. A alteração contratual.
Caso a alteração contratual seja assinada por todos os sócios, é dispensada a realização de reunião ou assembleia.

Observação: No caso das microempresas e empresas de pequeno porte, as alterações contratuais, mesmo quando não assinadas por todos os sócios, independem da realização e da apresentação em processo apartado da ata de reunião ou assembleia de sócios. Na alteração contratual, bastará assinatura de sócios que representem mais da metade do capital social. Fica ressalvada a hipótese de exclusão de sócio, caso haja disposição diversa no contrato social**.**

3.2.2 ELEMENTOS DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

A alteração contratual deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:
a) Título (Alteração contratual), recomendando-se indicar o nº de sequência da alteração;
b) Preâmbulo;
c) Conteúdo da alteração:
- Nova redação das cláusulas alteradas, expressando as modificações introduzidas;
- Redação das cláusulas incluídas;
- Indicação das cláusulas suprimidas;
- Consolidação opcional, exceto em caso de transferência de sede para outra unidade da federação ou da conversão de sociedade simples do cartório de registro de pessoas jurídicas para a junta comercial.
d) Fecho, seguido pelo nome por extenso dos signatários e respectivas assinaturas.

Observação: Para fins do registro na Junta Comercial:
(1) Não há necessidade de assinaturas de testemunhas; e
(2) A ausência de rubricas nas folhas não assinadas da alteração contratual não será causa de formulação de exigência.

3.2.3 PREÂMBULO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Deverá constar do preâmbulo da alteração contratual:
a) Nome e qualificação completa dos sócios que a assinam;
b) Dados da sociedade (nome empresarial, NIRE, CNPJ e endereço); e
c) A resolução de promover a alteração contratual.

3.2.3.1 Representação do sócio

Quando o sócio for representado, deverá ser indicada a condição e qualificação deste, em seguida à qualificação do representante, no preâmbulo e nas cláusulas, conforme o caso.

Conforme art. 1.690 do Código Civil compete aos pais, e na falta de um deles ao outro, com exclusividade, representar os sócios menores de 16 (dezesseis) anos, bem como assisti-los até completarem a maioridade. Sendo desnecessário, para fins do registro, esclarecimento quanto ao motivo da falta.

Quanto a representação do sócio estrangeiro, vide Instrução Normativa DREI nº 34/2017.

3.2.4 ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

Vide a Instrução Normativa DREI nº 15/2013**.**

3.2.5 AUMENTO DE CAPITAL

O capital somente poderá ser aumentado, se totalmente integralizado (art.1.081 do Código Civil). Essa condição deve ser declarada na alteração contratual.

Quando da deliberação para aumento de capital da sociedade limitada, devem ser observadas as disposições constantes do item 1.2.10 do capítulo 1 deste manual, que trata da constituição.

3.2.6 INGRESSO E RETIRADA DE SÓCIO

3.2.6.1 Cessão e transferência de quotas

A transferência de quotas presume-se onerosa e somente será considerada gratuita se expressamente consignado no instrumento. Quando a transferência for gratuita, não será exigida comprovação de quitação de qualquer tributo, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

Se o contrato social contiver cláusula determinando a regência supletiva da Lei de Sociedades por Ações, a sociedade limitada pode adquirir suas próprias quotas, observadas as condições legalmente estabelecidas, fato que não lhe confere a condição de sócia (Enunciado nº 391 da IV Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal).

3.2.6.2 Retirada nos casos de prazo determinado ou indeterminado

Além dos casos previstos na lei ou no contrato, qualquer sócio pode retirar-se da sociedade:
a) Se de prazo indeterminado, mediante notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação do último sócio. Nesta hipótese, observar-se-á o seguinte:

☐ Passado o prazo, deverá ser providenciado arquivamento da notificação, que poderá ser por qualquer forma que ateste a cientificação dos sócios;

☐ A junta anotará no prontuário a retirada do sócio;

☐ A sociedade deverá, na alteração contratual seguinte, regularizar o quadro societário; e

b) Se de prazo determinado, provando judicialmente justa causa.

3.2.7 FALECIMENTO DE SÓCIO

No caso de falecimento de sócio, liquidar-se-á a sua quota salvo se:
a) O contrato dispuser diferentemente;
b) Os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade; ou
c) Por acordo com os herdeiros, for regulada a substituição do sócio falecido (art.1.028 do Código Civil).
Enquanto não houver homologação da partilha, o espólio é representado pelo inventariante, devendo ser juntada a respectiva certidão ou ato de nomeação de inventariante ao documento a ser arquivado.
No caso de alienação, cessão, transferência, transformação, incorporação, fusão, cisão parcial ou total e extinção, bem como nas demais hipóteses em que há responsabilidade do espólio, é indispensável a apresentação do respectivo alvará judicial ou escritura pública de partilha de bens específico para a prática do ato.
Caso o inventário já tenha sido encerrado, deverá ser juntado ao ato a ser arquivado cópia da partilha homologada e certidão de trânsito em julgado. Nessa hipótese, os herdeiros serão qualificados e comparecerão na condição de sucessores do sócio falecido podendo, no mesmo instrumento, haver o recebimento das suas quotas e a transferência a terceiros.

3.2.7.1 Sociedade unipessoal

A sociedade poderá permanecer unipessoal pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias. Se continuar a operar com um só cotista além do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o fará como sociedade em comum, respondendo o sócio remanescente solidária e ilimitadamente.
Após o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a sociedade unipessoal somente poderá arquivar atos para recomposição do quadro societário, de extinção ou de transformação. Neste último caso, observado o que dispõe a Instrução Normativa nº 35/2017.

3.2.8 ALTERAÇÃO DO OBJETO

Quando houver alteração do objeto da sociedade, deverá constar da alteração contratual o novo objeto, em sua totalidade, e não somente as partes alteradas, observado o que dispõe o item 1.2.12 deste Manual.

3.2.9 ADMINISTRADOR - DESIGNAÇÃO/DESTITUIÇÃO E RENÚNCIA

A designação e destituição de administrador dependerão da observância do que dispõe o item 1.2.13 deste Manual.
A renúncia de administrador torna-se eficaz, em relação à sociedade, desde o momento em que esta toma conhecimento da comunicação escrita do renunciante; e, em relação a terceiros, após o registro.
Para o arquivamento da renúncia, é indispensável a comprovação da ciência da sociedade, por qualquer meio admitido em direito.
A comunicação escrita poderá ser recebida por qualquer pessoa (exceto o próprio renunciante), no endereço da sede.

3.2.10 PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA SOCIEDADE/DISSOLUÇÃO

No vencimento do prazo determinado de duração, a sociedade se dissolve salvo se, vencido este prazo e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado (inciso I do art. 1.033 do Código Civil).

3.3 SOCIEDADE CUJOS ATOS DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL, PARA ARQUIVAMENTO, DEPENDEM DE APROVAÇÃO PRÉVIA POR ÓRGÃO GOVERNAMENTAL

Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.

3.4 PARTICIPACÃO DE ESTRANGEIRO

Vide Instrução Normativa DREI nº 34/2017.

3.5 TRANSFORMAÇÃO, INCORPORACÃO, FUSÃO, CISÃO E CONVERSÃO

Vide Instrução Normativa DREI nº 35/2017.

3.6 MICROEMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Vide Instrução Normativa DREI nº 36/2017.

4 FILIAL NA UNIDADE DA FEDERAÇÃO DA SEDE

4.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Incorporar ao processo de arquivamento do ato que contiver a abertura, alteração ou extinção de filial (CONTRATO ou ALTERAÇÃO CONTRATUAL, quando revestirem a forma particular ou CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DO CONTRATO ou da ALTERAÇÃO CONTRATUAL, quando revestirem a forma pública ou INSTRUMENTO DE DELIBERAÇÃO DE ADMINISTRADOR, se contratualmente prevista a hipótese), os seguintes documentos, conforme o caso:

Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013.
Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
a) ABERTURA:
• Aprovação prévia de órgão governamental, quando for o caso. (1)
• Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (2)
• Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema que viabilize a integração. (2)
• DBE - Documento Básico de Entrada da Secretaria Receita Federal do Brasil. (2)
• DARF / Cadastro Nacional de Empresas (3)
b) ALTERAÇÃO OU EXTINÇÃO:
• Aprovação prévia de órgão governamental, quando for o caso (1)
• Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (2)
• Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema que viabilize a integração. (2)
• DBE - Documento Básico de Entrada da Secretaria Receita Federal do Brasil. (2)
• DARF / Cadastro Nacional de Empresas (3)
Observação: as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.

Observações:

(1) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(2) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(3) O valor do CNE é devido em relação a cada filial aberta, bem como em relação ao contrato social ou alteração contratual que contiver a deliberação de abertura.

4.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

4.2.1 ASPECTO FORMAL

A abertura de filial pode ser efetuada através do contrato social, alteração contratual ou instrumento de deliberação de administrador, neste caso, se houver autorização contratual.

Em qualquer hipótese, deve ser indicado o endereço completo da filial e, nos casos de alteração, transferência ou extinção, também o seu NIRE e CNPJ.

4.2.2 ATOS E EVENTOS A SEREM UTILIZADOS

No preenchimento do requerimento constante da Capa de Processo deverá constar o ATO correspondente ao documento que está sendo arquivado e os eventos a seguir, conforme o caso:
• 023 - Abertura de filial na UF da sede;
• 024 - Alteração de filial na UF da sede;
• 025 - Extinção de filial na UF da sede.
Quando se tratar de transferência de filial existente na UF da sede para outra UF, ver instruções em "5 - Filial em outra unidade da federação".

4.2.3 FICHA DE CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS - FCN

Para cada ato de abertura, alteração ou extinção de filial deverá ser apresentada uma FCN, assim como deverá ser apresentada uma FCN individualizada para a sede quando da alteração contratual constar, além dos atos relativos a filiais, alteração de outras cláusulas contratuais cujos dados sejam objeto de cadastramento.

4.2.4 DADOS OBRIGATÓRIOS

Para ABERTURA:
É obrigatória, em relação a filial aberta, a indicação do endereço completo (tipo e nome do logradouro, número, complemento, bairro/distrito, município, unidade da federação e CEP).

4.2.5 DADOS FACULTATIVOS

A indicação de destaque de capital para a filial é facultativa. Se indicado algum valor, a soma dos destaques de capital para as filiais deverá ser inferior ao capital da empresa.
A indicação de objeto para filial é facultativa, porém, quando efetuada, deverá reproduzir os termos do texto do objeto da empresa, integral ou parcialmente.

4.2.6 SOCIEDADES CUJOS ATOS DE ABERTURA, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DE FILIAL NO ESTADO, PARA ARQUIVAMENTO, DEPENDEM DE APROVAÇÃO PRÉVIA POR ÓRGÃO GOVERNAMENTAL

Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.

5 FILIAL EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Para ABERTURA, ALTERAÇÃO, TRANSFERÊNCIA e EXTINÇÃO de filial em outra unidade da federação são necessárias providências nas Juntas Comerciais das Unidades da Federação onde se localiza a sede, onde se localizar a filial e de destino da filial, conforme o caso.

5.1 SOLICITAÇÃO À JUNTA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ONDE SE LOCALIZA A SEDE

5.1.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Incorporar ao processo de arquivamento do ato que contiver a abertura, alteração ou extinção de filial (CONTRATO ou ALTERAÇÃO CONTRATUAL, quando revestirem a forma particular ou CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DO CONTRATO ou da ALTERAÇÃO CONTRATUAL, quando revestirem a forma pública ou INSTRUMENTO DE DELIBERAÇÃO DE ADMINISTRADOR, se contratualmente prevista a hipótese), os seguintes documentos, conforme o caso:
Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013.
Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.

a) ABERTURA:
• Aprovação prévia de órgão governamental, quando for o caso. (1)
• Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (2)
• Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema que viabilize a integração. (2)
• DBE - Documento Básico de Entrada da Secretaria Receita Federal do Brasil. (2)
• DARF / Cadastro Nacional de Empresas (3)

b) ALTERAÇÃO OU EXTINÇÃO:
• Aprovação prévia de órgão governamental, quando for o caso (1)
• Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (2)
• Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema que viabilize a integração. (2)
• DBE - Documento Básico de Entrada da Secretaria Receita Federal do Brasil. (2)
• DARF / Cadastro Nacional de Empresas (3)

Observação: as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.

Observações:
(1) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(2) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(3) O valor do CNE é devido em relação a cada filial aberta, bem como em relação ao contrato social ou alteração contratual que contiver a deliberação de abertura.

5.1.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

5.1.2.1 Procedimentos preliminares à abertura da filial

5.1.2.1.1 Solicitação de proteção ou de pesquisa prévia de nome empresarial (Consulta de Viabilidade)

Antes de dar entrada da documentação na Junta Comercial da UF da sede, nos casos de ABERTURA de primeira filial, ALTERAÇÃO, quando houver alteração de nome empresarial e de TRANSFERÊNCIA, para UF em que ainda não haja filial, é recomendável, preferencialmente, promover a proteção do nome empresarial da sociedade ou solicitar a pesquisa deste à Junta Comercial da UF onde será aberta, alterada ou para onde será transferida a filial, para evitar sustação do registro naquela Junta por colidência de nome empresarial.
Havendo colidência, será necessário alterar o nome da sociedade na Junta do Estado onde se localiza a sede.

5.1.2.1.2 Solicitação de Certidão Simplificada à Junta da sede

Quando se tratar de primeira filial na outra UF, por abertura ou por inscrição de transferência, deverá ser requerida à Junta da sede uma Certidão Simplificada onde conste o endereço da filial aberta ou transferida para compor o processo a ser apresentado à Junta Comercial de destino, exceto no caso de constar desse processo o contrato ou instrumento que contenha o contrato consolidado ou Certidão de Inteiro Teor ou cópia autenticada de um desses instrumentos em que se deliberou pela abertura da filial.

5.1.3 ASPECTO FORMAL

A abertura de filial pode ser efetuada através do contrato social, alteração contratual ou instrumento de deliberação de administrador, neste caso, se houver autorização contratual.
Em qualquer hipótese, deve ser indicado o endereço completo da filial e, nos casos de alteração, transferência ou extinção, também o seu NIRE.

5.1.4 ATOS E EVENTOS A SEREM UTILIZADOS

No preenchimento do requerimento constante da Capa de Processo deverá constar o ATO correspondente ao documento que está sendo arquivado e os eventos a seguir, conforme o caso:

a) abertura, alteração e extinção de filial em outra UF

026 - Abertura de filial em outra UF;
027 - Alteração de filial em outra UF;
028 - Extinção de filial em outra UF;

b) transferência de filial da UF da sede para outra UF ou de uma UF para outra UF

036 - Transferência de filial para outra UF;

c) inscrição de transferência de filial de outra UF para a UF da sede 037 - Inscrição de transferência de filial de outra UF.

5.1.5 FICHA DE CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS - FCN

Para cada ato de abertura, alteração, transferência ou extinção de filial em outro Estado deverá ser apresentada uma FCN, assim como deverá ser apresentada uma FCN individualizada para a sede quando da alteração contratual constar, além dos atos relativos a filiais, alteração de outras cláusulas contratuais, cujos dados sejam objeto de cadastramento.

5.1.6 DADOS OBRIGATÓRIOS

Para ABERTURA:

É obrigatória, em relação à filial aberta, a indicação do endereço completo (tipo e nome do logradouro, número, complemento, bairro/distrito, município, unidade da federação e CEP).

5.1.7 DADOS FACULTATIVOS

A indicação de destaque de capital para a filial é facultativa. Se indicado algum valor, a soma dos destaques de capital para as filiais deverá ser inferior ao capital da empresa. A indicação de objeto para filial é facultativa, porém, quando efetuada, deverá reproduzir os termos do texto do objeto da empresa, integral ou parcialmente.

5.1.8 SOCIEDADES CUJOS ATOS DE ABERTURA, ALTERAÇÃO, TRANSFERÊNCIA E CANCELAMENTO DE FILIAL EM OUTRO ESTADO DA FEDERAÇÃO, PARA ARQUIVAMENTO, DEPENDEM DE APROVAÇÃO PRÉVIA POR ÓRGÃO GOVERNAMENTAL

Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.

5.2 SOLICITAÇÃO À JUNTA COMERCIAL DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

a) de destino, nos casos de abertura, alteração e extinção de filial (com sede em outra UF);
b) de destino, nos casos de inscrição de transferência de filial (da UF da sede para outra UF); (de uma UF - que não a da sede - para outra UF); e
c) de origem, no caso de transferência de filial (para a UF da sede) (para outra UF).

5.2.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, sócio, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado, devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF.
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento, o contrato social ou a declaração de que trata o item anterior for assinada por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Cópia autenticada da identidade dos administradores. (1)
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (2)
Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema que viabilize a integração. (2)
DBE - Documento Básico de Entrada da Receita Federal do Brasil. (2)
Comprovantes de pagamento: (3) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).
Documentação complementar, para arquivamento na Junta Comercial de DESTINO, quanto se tratar da primeira filial da empresa na UF, nos casos de: - **ABERTURA ou** - **INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA de filial da UF da sede para outra UF; ou** - **INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA de filial de uma UF (que não a da sede) para outra UF** a) Certidão Simplificada em que conste o endereço da filial aberta ou transferida (novo endereço), emitida pela Junta Comercial da UF da sede (Vide Instrução Normativa DREI nº 03/2013); **ou** b) Contrato ou instrumento que contenha o contrato consolidado ou Certidão de Inteiro Teor ou cópia autenticada de um desses instrumentos em que se deliberou pela abertura da filial; **ou** c) Certidão Simplificada (se dela não constar o endereço da filial aberta), juntamente com: - Uma via do documento arquivado na Junta Comercial da sede e que contenha a deliberação da abertura da filial; **ou** - Certidão de Inteiro Teor do documento acima, emitida pela Junta Comercial da sede; **ou** - Cópia autenticada do documento arquivado na Junta da sede e que contenha a deliberação da abertura da filial.
Documentação complementar, para arquivamento na Junta Comercial de DESTINO, quanto se tratar de outra filial da empresa, após a primeira, na UF, nos casos de: - **ABERTURA ou** - **INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA de filial da UF da sede para outra UF ou de filial de uma UF (que não a da sede) para outra UF** - Certidão Simplificada em que conste o endereço da filial aberta ou transferida (novo endereço), emitida pela Junta Comercial da UF da sede; **ou** - Via do documento arquivado na Junta Comercial da sede e que contenha a deliberação da abertura ou transferência da filial; **ou** - Certidão de Inteiro Teor do documento acima, emitida pela Junta Comercial da sede; **ou** Cópia autenticada do documento arquivado na Junta da sede e que contenha a deliberação da abertura da filial.
Para ALTERAÇÃO: a) Certidão Simplificada em que conste os dados alterados da filial, emitida pela Junta Comercial da UF da sede; **ou** b) Via do documento arquivado na Junta Comercial da sede e que contenha a deliberação de alteração da filial; **ou** c) Certidão de Inteiro Teor do documento acima, emitida pela Junta Comercial da sede; **ou** d) Cópia autenticada do documento arquivado na Junta da sede e que contenha a deliberação da alteração da filial.
Para TRANSFERÊNCIA (de uma UF para outra UF) **a) transferência da UF da sede para outra UF e de outra UF para a UF da sede** - Certidão Simplificada em que conste o novo endereço da filial na UF de destino; **ou** - Uma via do documento arquivado na Junta Comercial da sede e que contenha a deliberação de transferência da filial; **ou** - Certidão de Inteiro Teor do documento acima, emitida pela Junta Comercial da sede; **ou** - Cópia autenticada do documento arquivado na Junta da sede e que contenha a deliberação da transferência da filial. **b) transferência de uma UF que não a da sede para outra UF** São necessários documentos e procedimentos: - Na Junta Comercial da sede, conforme item "5.1 - SOLICITAÇÃO À JUNTA COMERCIAL ONDE SE LOCALIZA A SEDE"; - Na Junta Comercial da UF da filial e na Junta Comercial da UF de destino conforme item "a" acima.
Para EXTINÇÃO: - Via do documento arquivado na Junta Comercial da sede e que contenha a deliberação de extinção da filial; **ou** - Certidão de Inteiro Teor do documento acima, emitida pela Junta Comercial da sede ou cópia autenticada do documento arquivado na Junta da sede e que contenha a deliberação da extinção da filial.
- Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03 /2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.

Observações:
(1) Documentos admitidos: Os previstos no art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.
A revalidação da identidade é dispensada para estrangeiros portadores de visto permanente que tenham participado de recadastramento anterior desde que: (a) tenham completado sessenta anos de idade, até a data do vencimento do documento de identidade, ou (b) que sejam portadores de deficiência física. Na oportunidade, será necessária a prova da participação no recadastramento e, se for o caso, da condição de pessoa portadora de deficiência física. (Lei nº 9.505, de 15 de outubro de 1997).
(2) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(3) No DF, o recolhimento, deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

5.2.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

5.2.2.1 Atos e eventos a serem utilizados

No preenchimento do requerimento constante da Capa de Processo deverá constar o ATO: 310 - OUTROS DOCUMENTOS e os eventos a seguir, conforme o caso:

- 029 - Abertura de filial com sede em outra UF
- 030 - Alteração de filial com sede em outra UF
- 031 - Extinção de filial com sede em outra UF
- 036 - Transferência de filial para outra UF
- 037 - Inscrição de transferência de filial de outra UF

5.2.2.2 Alteração de nome empresarial

No caso de alteração do nome empresarial, deverá ser arquivada, na Junta Comercial da filial, cópia do ato que o alterou, arquivado na Junta da sede ou certidão específica contendo a mudança de nome. Vide item 10.2.1.

5.2.2.3 Comunicação de NIRE à Junta Comercial do Estado onde se localiza a sede

Procedido o arquivamento de abertura de filial ou de inscrição de transferência de filial, a Junta Comercial deverá informar à Junta Comercial da unidade da federação onde se localiza a sede da empresa o NIRE atribuído.

6 FILIAL EM OUTRO PAÍS

Para ABERTURA, ALTERAÇÃO e EXTINÇÃO de filial em outro país, são necessárias providências na Junta Comercial da unidade da federação onde se localiza a sede e no órgão de registro do outro país, observada a legislação local.

6.1 SOLICITAÇÃO À JUNTA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ONDE SE LOCALIZA A SEDE

6.1.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Incorporar ao processo de arquivamento do ato que contiver a abertura, alteração, transferência ou extinção de filial (CONTRATO ou ALTERAÇÃO CONTRATUAL, quando revestirem a forma particular, ou CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DO CONTRATO ou da ALTERAÇÃO CONTRATUAL, quando revestirem a forma pública, ou INSTRUMENTO DE DELIBERAÇÃO DE ADMINISTRADOR, se contratualmente prevista a hipótese), os seguintes documentos, conforme o caso: **a) ABERTURA:**

- Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (1); e - DARF / Cadastro Nacional de Empresas **b) ALTERAÇÃO OU EXTINÇÃO**: - Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (1) **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.

Observações:
(1) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(2) O valor do CNE é devido em relação a cada filial aberta, bem como em relação ao contrato social ou alteração contratual que contiver a deliberação de abertura.

6.1.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

6.1.2.1 Aspecto formal

A abertura de filial pode ser efetuada através do contrato social, alteração contratual ou instrumento de deliberação de administrador, neste caso, se houver autorização contratual.

Em qualquer hipótese, deve ser indicado o endereço completo da filial e, nos casos de alteração ou extinção, também o seu NIRE.

6.1.2.2 Atos e eventos a serem utilizados

No preenchimento do requerimento constante da Capa de Processo deverá constar o ATO correspondente ao documento que está sendo arquivado e os eventos a seguir, conforme o caso:
• 032 - Abertura de filial em outro país
• 033 - Alteração de filial em outro país
• 034 - Extinção de filial em outro país

6.1.2.3 Ficha de Cadastro Nacional de Empresas - FCN

Para cada ato de abertura, alteração ou extinção de filial deverá ser apresentada uma FCN, assim como deverá ser apresentada uma FCN individualizada para a sede quando da alteração contratual constar, além dos atos relativos a filiais, alteração de outras cláusulas contratuais cujos dados sejam objeto de cadastramento.

6.1.2.4 Dados obrigatórios

Para **ABERTURA:**
É obrigatória, em relação a filial aberta, a indicação do endereço completo da filial no exterior e, quando for o caso, os caracteres dos vocábulos da língua estrangeira deverão ser substituídos por caracteres correspondentes no vocábulo nacional.

7 TRANSFERÊNCIA DE SEDE PARA OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Para transferir a sede da sociedade para outra unidade da federação, são necessárias providências na Junta Comercial da UF onde se localiza a sede e na Junta Comercial da UF para onde será transferida.

7.1 SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DE ATO DE TRANSFERÊNCIA DA SEDE À JUNTA COMERCIAL DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ONDE ESTA SE LOCALIZAVA

7.1.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, sócio, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado, devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF.
- Alteração contratual, com consolidação do contrato (obrigatoriamente), quando revestir a forma particular; ou - Certidão de inteiro teor da alteração contratual, com consolidação do contrato, quando revestir a forma pública. Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento, o contrato social ou a declaração de que trata o item anterior for assinada por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Cópia autenticada da identidade dos administradores. (1)
Aprovação prévia de órgão governamental, quando for o caso. (2)
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (3)
DBE - Documento Básico de Entrada da Secretaria Receita Federal do Brasil. (3)
Comprovantes de pagamento: (4) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).

Observações:
(1) Documentos admitidos: Os previstos no art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.
A revalidação da identidade é dispensada para estrangeiros portadores de visto permanente que tenham participado de recadastramento anterior desde que: (a) tenham completado sessenta anos de idade, até a data do vencimento do documento de identidade, ou (b) que sejam portadores de deficiência física. Na oportunidade, será necessária a prova da participação no recadastramento e, se for o caso, da condição de pessoa portadora de deficiência física. (Lei nº 9.505, de 15 de outubro de 1997).
(2) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(3) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(4) No DF, o recolhimento, deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

7.1.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

7.1.2.1 Busca prévia do nome empresarial (Consulta de Viabilidade)

Antes de dar entrada na documentação, é recomendável, preferencialmente, promover a proteção do nome empresarial da sociedade ou solicitar a pesquisa deste à Junta Comercial da unidade da federação para onde ela será transferida, para evitar sustação do registro naquela Junta por colidência (por identidade ou semelhança) com outro nome anteriormente nela registrado).
Havendo colidência, será necessário mudar o nome da sociedade na Junta em que está registrada, podendo essa mudança ser efetuada no próprio instrumento de alteração contratual para transferência da sede.
Não sendo feita a proteção ou a busca prévia e havendo colidência de nome na Junta Comercial da outra unidade da federação, deverão ser apresentados para arquivamento dois processos, sendo um correspondente à transferência da sede e outro referente à alteração contratual procedendo a mudança do nome empresarial.
Nota: A proteção ao nome empresarial é assegurada nos limites da Unidade Federativa em cuja Junta Comercial ele está registrado.

7.1.2.2 Transferência de prontuário

O prontuário da empresa (original ou certidão de inteiro teor), que transferir sua sede para outro Estado, será remetido para a Junta Comercial da nova sede, mediante solicitação da Junta Comercial de destino.
A Junta Comercial instruirá a remessa com o ato de transferência de sede deferido e anotará em seus registros cadastrais a destinação dos documentos da empresa transferida.

7.1.2.3 Sociedades cujos atos de transferência de sede para outra unidade da federação, para arquivamento, dependem de aprovação prévia por órgão governamental

Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.

7.2 SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DA SEDE À JUNTA COMERCIAL DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE DESTINO

7.2.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, sócio, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado, devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF.
Documento referente à transferência da sede, arquivado na Junta Comercial da unidade da federação onde essa se localizava: - Alteração contratual, com consolidação do contrato, quando revestir a forma particular, ou certidão de inteiro teor, com consolidação do contrato, quando revestir a forma pública; **ou** - Certidão de Inteiro Teor de um dos documentos indicados acima, emitida pela Junta Comercial. • Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. • Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento, o contrato social ou a declaração de que trata o item anterior for assinada por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Cópia autenticada da identidade dos administradores. (1)
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (2)
Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema que viabilize a integração. (2)
DBE - Documento Básico de Entrada da Secretaria Receita Federal do Brasil. (2)
Comprovantes de pagamento: (3) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).

Observações:
(1) Documentos admitidos: Os previstos no art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.
A revalidação da identidade é dispensada para estrangeiros portadores de visto permanente que tenham participado de recadastramento anterior desde que: (a) tenham completado sessenta anos de idade, até a data do vencimento do documento de identidade, ou (b) que sejam portadores de deficiência física. Na oportunidade, será necessária a prova da participação no recadastramento e, se for o caso, da condição de pessoa portadora de deficiência física. (Lei nº 9.505, de 15 de outubro de 1997).

(2) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(3) No DF, o recolhimento, deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

8 PROTEÇÃO, ALTERAÇÃO OU CANCELAMENTO DE PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

Para ARQUIVAMENTO, ALTERAÇÃO e CANCELAMENTO de Proteção de Nome Empresarial são necessárias providências na Junta Comercial da unidade da federação onde se localiza a sede e na Junta Comercial da unidade da federação onde se pretende seja protegido o nome empresarial.

8.1 SOLICITAÇÃO À JUNTA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ONDE SE LOCALIZA A SEDE

8.1.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento de Certidão Simplificada dirigido à Junta Comercial.
Comprovante de pagamento: - Guia de Recolhimento / Junta Comercial.

8.2 SOLICITAÇÃO À JUNTA DA OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ONDE SE DESTINARÁ A PROTEÇÃO DO NOME EMPRESARIAL

8.2.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento de proteção, alteração ou cancelamento de proteção de nome empresarial com assinatura do administrador ou procurador, com poderes específicos. • Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. • Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento, o contrato social ou a declaração de que trata o item anterior for assinada por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação**: as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Proteção de nome empresarial - Certidão Simplificada, expedida pela Junta Comercial da sede da sociedade. **Alteração da proteção** - Certidão Simplificada, expedida pela Junta Comercial da sede da sociedade; **ou** - Uma via da alteração contratual que modificou o nome empresarial, arquivada na Junta da sede; **ou** - Certidão de Inteiro Teor ou cópia autenticada desse documento.
Comprovantes de pagamento: (1) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).
Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema que viabilize a integração. (2)

Observações:
(1) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.
(2) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.

8.3 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

8.3.1 COMUNICAÇÃO À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO ONDE SE LOCALIZA A SEDE.

Procedido o arquivamento, a Junta Comercial comunicará o ato praticado à Junta Comercial da unidade da federação onde se localiza a sede da empresa.

8.3.2 ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

Ocorrendo o arquivamento de alteração de nome empresarial na Junta da sede da empresa, cabe à sociedade promover, nas Juntas Comerciais das outras unidades da federação em que haja proteção do nome empresarial da sociedade, a modificação da proteção existente mediante o arquivamento de documento que comprove a alteração do nome empresarial.

9 DISTRATO / DISSOLUÇÃO / LIQUIDAÇÃO

9.1 DISTRATO

9.1.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

No caso de extinção em que as fases de DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO (com seu encerramento) sejam praticadas em um único instrumento
Requerimento assinado por administrador, sócio, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do Código Civil)
Distrato, assinado por todos os sócios. - Caso a Junta Comercial esteja utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento ou o distrato for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Aprovação prévia de órgão governamental, quando for o caso (1).
Comprovante de pagamento: Guia de Recolhimento/Junta Comercial (2).
DBE - Documento Básico de Entrada da Receita Federal do Brasil (3)

Observações:
(1) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(2) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.
(3) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.

9.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

9.2.1 FORMA DO DISTRATO SOCIAL

O distrato social poderá ser efetivado por escritura pública ou instrumento particular, independentemente da forma de que se houver revestido o ato de constituição. O arquivamento do Distrato Social de uma sociedade empresária limitada implica extinção das filiais existentes.

9.2.2 ELEMENTOS DO DISTRATO SOCIAL

O distrato social deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:
a) Título (Distrato Social);
b) Preâmbulo;
c) Conteúdo do distrato:
- Cláusulas obrigatórias; e
d) Fecho, seguido das assinaturas.

9.2.3 PREÂMBULO DO DISTRATO SOCIAL

Deverá constar do preâmbulo do distrato social:
a) Qualificação completa de todos os sócios e/ou representante legal;
b) Qualificação completa da sociedade (citar nome empresarial, endereço, NIRE e CNPJ); e
c) A resolução de promover o distrato social.

9.2.4 CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS SE DISSOLVIDA E LIQUIDADA A SOCIEDADE NO MESMO ATO

Deverão constar do distrato:
a) A importância repartida entre os sócios, se for o caso;
b) Referência à pessoa ou pessoas que assumirem o ativo e passivo remanescentes, se houver; e
c) Indicação do responsável pela guarda dos livros.

9.2.5 ASSINATURA DO DISTRATO SOCIAL

O distrato deverá ser assinado por todos os sócios, podendo ser substituído pela assinatura autenticada com certificação digital ou meio equivalente que comprove a sua autenticidade.

9.2.5.1 Representação legal de sócio

Quando o sócio for representado, deverá ser indicada a condição e qualificação deste, em seguida à qualificação do representante, no preâmbulo e no fecho, conforme o caso.
Conforme art. 1.690 do Código Civil compete aos pais, e na falta de um deles ao outro, com exclusividade, representar os sócios menores de 16 (dezesseis) anos, bem como assisti-los até completarem a maioridade. Sendo desnecessária, para fins do registro, esclarecimento quanto ao motivo da falta.

9.2.6 FALECIMENTO DE SÓCIO

No caso de extinção, bem como nas demais hipóteses em que há responsabilidade do espólio, é indispensável a apresentação do respectivo alvará judicial ou escritura pública de partilha de bens, específico para a prática do ato.
Caso o inventário já tenha sido encerrado, deverá ser juntado ao ato a ser arquivado cópia da partilha homologada e da certidão de trânsito em julgado. Nessa hipótese, os herdeiros serão qualificados e comparecerão na condição de sucessores do sócio falecido.
Os sucessores poderão ingressar na sociedade e distratar no mesmo ato.

9.3 NO CASO DE EXTINÇÃO, EM QUE AS FASES DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO FORAM PRATICADAS EM INSTRUMENTOS ESPECÍFICOS

9.3.1 DISSOLUÇÃO

9.3.1.1 Documentação exigida

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da nº Lei 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, sócio, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do Código Civil)
Certidão/cópia da Ata de reunião ou de assembleia de sócios ou instrumento assinado por todos os sócios, com a nomeação do liquidante. (1) Caso a Junta Comercial esteja utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.

Original ou cópia autenticada de procuração, com firma reconhecida e poderes especiais, quando o requerimento, a ata de reunião ou de assembleia de sócios ou o documento assinado por todos os sócios for assinado por procurador. Se o sócio for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação**: as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (2)
Comprovante de pagamento: Guia de Recolhimento/Junta Comercial (3).

Observações:
(1) Quando a ata de reunião ou de assembleia de sócios ou o instrumento assinado por todos os sócios for assinado por procurador, esse deverá ser sócio ou advogado (§ 1º do art. 1.074 do Código Civil).
Poderão ser realizadas assembleias ou reuniões intermediárias, no decorrer do processo de liquidação, cujas atas deverão ser arquivadas observando-se os mesmos procedimentos aqui descritos, no que for cabível.
(2) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação deste documento.
(3) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

Nota: As microempresas e as empresas de pequeno porte são desobrigadas da realização de reuniões e assembleias e publicações em qualquer das situações previstas na legislação civil, as quais serão substituídas por deliberação representativa do primeiro número inteiro superior à metade do capital social, ressalvado o disposto no 1º do art. 70 e 71 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.3.2 ENCERRAMENTO DE LIQUIDAÇÃO/EXTINÇÃO

9.3.2.1 Documentação exigida

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934 de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, sócio, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do Código Civil)
Certidão/cópia da Ata de reunião ou de assembleia ou instrumento firmado por todos os sócios, deliberando pela aprovação das contas do liquidante. (1) - Caso a Junta Comercial esteja utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Original ou cópia autenticada de procuração, com firma reconhecida e poderes especiais, quando o requerimento, a ata de reunião ou de assembleia ou o instrumento firmado por todos os sócios, que considerar encerrada a liquidação for assinado por procurador. Se o sócio for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Comprovantes de pagamento: - Guia de Recolhimento/Junta Comercial (2).

Observações:
(1) Quando a ata de reunião ou de assembleia de sócios ou o instrumento assinado por todos os sócios for assinado por procurador, esse deverá ser sócio ou advogado (§ 1º do art. 1.074 do Código Civil).
(2) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

Nota: As microempresas e as empresas de pequeno porte são desobrigadas da realização de reuniões e assembleias e publicações em qualquer das situações previstas na legislação civil, as quais serão substituídas por deliberação representativa do primeiro número inteiro superior à metade do capital social, ressalvado o disposto no 1º do art. 70 e 71 da Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006.

9.4 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

9.4.1 ATA DE REUNIÃO OU DE ASSEMBLEIA DE SÓCIOS - DISSOLUÇÃO

A ata, lavrada no livro próprio, deve conter:
a) Título do documento;
b) Nome da empresa (com acréscimo da expressão "EM LIQUIDAÇÃO") e NIRE;
c) Preâmbulo: indicação do dia, mês, ano, hora e local da realização;
d) Composição da mesa: presidente e secretário dos trabalhos;
e) Disposição expressa de que a assembleia ou reunião atendeu a todas as formalidades legais;
f) Ordem do dia, no caso: dissolução da sociedade e nomeação de liquidante (que pode ser pessoa estranha à sociedade), mencionando a qualificação completa: nome, nacionalidade, estado civil, residência, profissão, números do CPF e da identidade, com a indicação do órgão emissor e da Unidade Federativa onde foi expedida, caso o liquidante não tenha sido anteriormente designado em instrumento contratual (art.1.038 do Código Civil);
g) Deliberações tomadas; e
h) Fecho: leitura e aprovação da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleia (ou de Reunião), colhidas as assinaturas do presidente e do secretário da mesa e de quantos bastem à validade das deliberações tomadas (§ 1º do art. 1.075 do Código Civil).
Certidão/cópia da ata autenticada pelos administradores, ou pelo presidente e secretário da reunião ou assembleia deverá ser levada a arquivamento na Junta Comercial nos vinte dias subsequentes à assembleia (§ 2º do art. 1.075 do Código Civil).
A ata poderá ser substituída por documento assinado por todos os sócios.

9.4.2 ATA DE REUNIÃO OU DE ASSEMBLEIA - LIQUIDAÇÃO/EXTINÇÃO

A ata, lavrada no livro próprio, deve conter:
a) Título do documento;
b) Nome da empresa (com acréscimo da expressão "EM LIQUIDAÇÃO") e NIRE;
c) Preâmbulo: indicação do dia, mês, ano, hora e local da realização;
d) Composição da mesa: presidente e secretário dos trabalhos;
e) Disposição expressa de que a assembleia ou reunião atendeu a todas as formalidades legais;
f) Ordem do dia: prestação final de contas da liquidação;
g) Deliberação: - aprovação das contas e encerramento da liquidação (a extinção da sociedade dar-se-á com o arquivamento da ata desta assembleia); - indicação do responsável pela guarda dos livros (inciso X, art. 53, do Decreto nº 1.800 de 30 de janeiro de 1996); e
h) Fecho: encerramento dos trabalhos, leitura e aprovação da ata, colhida a assinatura do presidente e do secretário dos trabalhos e de quantos bastem à validade das deliberações tomadas.
Certidão/cópia da ata autenticada pelos administradores, ou pelos presidentes e secretário da reunião ou assembleia deverá ser levada a arquivamento na Junta Comercial nos vinte dias subsequentes à assembleia (§ 2º do art. 1.075 do Código Civil).

A ata poderá ser substituída por instrumento assinado por todos os sócios.

9.4.3 SOCIEDADES CUJOS DISTRATOS, PARA ARQUIVAMENTO, DEPENDEM DE APROVAÇÃO PRÉVIA POR ÓRGÃO GOVERNAMENTAL

Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.

10 OUTROS ARQUIVAMENTOS

10.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, sócio, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do Código Civil)
Instrumento do ato ou documento a ser arquivado. Caso a Junta Comercial esteja utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o instrumento ou documento for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Comprovante de pagamento: Guia de Recolhimento/Junta Comercial. (1)

Observação:
(1) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

10.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

Além dos atos descritos nos capítulos anteriores, poderão ser arquivados atos ou documentos que, por determinação legal, sejam atribuídos ao Registro Público de Empresas ou que possam interessar à sociedade limitada, tais como os constantes dos subitens seguintes:

10.2.1 CONTRATO DE ALIENAÇÃO, USUFRUTO OU ARRENDAMENTO DE ESTABELECIMENTO

O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento de estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de arquivado na Junta Comercial e de publicado, pela sociedade empresária, no Diário Oficial da União ou no Diário Oficial do Estado em que se localize sua sede, bem como em jornal local de grande circulação (art. 1.152, § 1º do Código Civil). A publicação poderá ser em forma de extrato, desde que expressamente autorizada no contrato.

10.2.2 CARTA DE EXCLUSIVIDADE

O documento apresentado para arquivamento na Junta Comercial e que tenha por finalidade fazer prova que o interessado detém a exclusividade sobre algum produto ou serviço, deverá atender os seguintes requisitos:
a) O documento deverá ser produzido pelo agente concedente da exclusividade sobre o produto ou sobre o serviço, na forma de "Carta de Exclusividade", ou; documento que ateste ser o interessado o único fornecedor de determinado produto ou serviço, emitido pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal pertinente à categoria;
b) Pelo menos uma via do documento deverá ser original; e
c) O documento oriundo do exterior, além atender os itens "a e b" acima, deverá também conter o visto do Consulado Brasileiro no País de origem e ser acompanhado da tradução, feita por tradutor público juramentado.

10.2.3 ACORDO DE SÓCIOS

O acordo de sócios poderá ser arquivado na Junta Comercial por vontade dos sócios para que produza efeito perante terceiros como documento de interesse da empresa (art. 32, II, "e", da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994).

10.2.4 RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA

A recuperação judicial e a falência serão conhecidas pelo Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, mediante comunicação do Juízo competente.

Cabe à Junta Comercial efetuar a anotação pertinente (prontuário e cadastro), não podendo a empresa, após a anotação, cancelar o seu registro.

10.2.5 DECISÕES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

As ordens judiciais dirigidas à Junta Comercial, pelo respectivo juízo, terão seu teor anotado nos cadastros da respectiva empresa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Quando se tratar de decisão de natureza transitória, como as liminares, antecipação de tutela, ou cautelar, esta será arquivada, com anotação do seu teor nos cadastros da respectiva empresa, acompanhado de informação de que se trata de decisão revogável, não definitiva.
As decisões administrativas que, por forca de Lei, sejam dirigidas à Junta Comercial terão seu teor anotado nos cadastros da respectiva empresa.
As decisões judiciais ou administrativas levadas a registro pelo empresário deverão ser arquivadas como documentos de interesse, com recolhimento do preço devido.

Anexo 3 - Manual de Registro de Sociedade Anônima

Presidência da República
Secretaria de Governo
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

MANUAL DE REGISTRO

SOCIEDADE ANÔNIMA

BRASÍLIA - DF / 2017

Anexo III

1 CONSTITUIÇÃO

1.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador ou acionista ou procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do Código Civil).
Certidão ou cópia da Ata da assembleia de constituição autenticada pelos administradores ou pelo presidente e secretário da assembleia. (1)
Estatuto social, salvo se transcrito na ata e prospecto, caso se trate de subscrição pública. (1)
Relação completa dos subscritores do capital social (lista / boletins / cartas de subscrição). (2)
Comprovante de depósito bancário da parte do capital realizado em dinheiro. É exigido depósito de, no mínimo, 10% do capital subscrito em dinheiro.
Certidão ou cópia da Ata de eleição de peritos ou de empresa especializada, autenticada pelos administradores ou pelo presidente e secretário da assembleia, na hipótese de realização do capital em bens, salvo se a nomeação for procedida na assembleia de constituição.
Certidão ou cópia da Ata de deliberação sobre laudo de avaliação dos bens, autenticada pelos administradores ou pelo presidente e secretário da assembleia, se não contida a deliberação na ata de constituição, acompanhada do laudo, salvo se transcrito na ata.
Certidão ou cópia da Ata de assembleias gerais preliminares, autenticada pelos administradores ou pelo presidente e secretário da assembleia, se houver.
Folhas do Diário Oficial e do jornal de grande circulação que publicaram o anúncio convocatório da assembleia de constituição e das assembleias preliminares, se for o caso. (3)
Folha do Diário Oficial da União, do Estado, do DF ou do Município que contiver o ato de autorização legislativa, se tiver participação societária de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública.
Aprovação prévia do órgão governamental competente, quando for o caso. (4)
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento for assinado por procurador. Se O outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** As procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Cópia autenticada da identidade dos diretores. (5)
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (6)
Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema de viabilize a integração. (6)
DBE - Documento Básico de Entrada da Secretaria Receita Federal do Brasil. (6)
Comprovantes de pagamento: (7) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).

Observações:
(1) A Ata e o Estatuto deverão conter o visto de advogado, com a indicação do nome e número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.
No caso de constituição por instrumento público, em substituição à Ata e ao estatuto, Certidão de inteiro teor da escritura de constituição, contendo: a qualificação dos subscritores, estatuto, relação das ações subscritas e entradas pagas, transcrição do recibo de depósito bancário da parte de capital realizado em dinheiro, laudo de avaliação de bens, se for o caso, nomeação dos administradores e, se for o caso, dos conselheiros fiscais, menção ao visto do advogado, indicando nome e número de inscrição na OAB.
A constituição por instrumento público é obrigatória no caso de subsidiária integral.
Os anexos à Ata poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivados em processo separado, exceto o estatuto quando não transcrito na Ata, que deverá necessariamente ser arquivado em processo separado, com tramitação vinculada.
(2) Caso se trate de subscrição pública, a relação completa dos subscritores do capital social (lista / boletins / cartas de subscrição) deverá ser autenticada pela Instituição Financeira.
(3) É dispensada a apresentação das folhas quando a ata consignar os nomes, respectivas datas e folhas dos jornais onde foram efetuadas as publicações. A publicação será dispensada quando constar da ata a presença da totalidade dos acionistas.
(4) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(5) Documentos admitidos: Os previstos no art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.
(6) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(7) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

1.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

1.2.1 ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO

A ata da assembleia, lavrada em livro próprio, deve indicar:
a) Local, hora, dia, mês e ano de sua realização;
b) Composição da mesa: nome completo do presidente e do secretário;
c) "Quorum" de instalação;
d) As publicações do edital de convocação, salvo no caso de comparecimento de todos os subscritores, que torna desnecessárias as publicações;
A indicação dos jornais (Diário Oficial e o jornal de grande circulação) que publicaram o edital, por três vezes, mencionando, ainda, as datas e os números das folhas/páginas tornam desnecessária a apresentação à Junta Comercial dos originais dos jornais para arquivamento/anotação.
e) Ordem do dia: registrar;
f) As deliberações, entre elas, pelo menos:
- A avaliação dos bens, se for o caso, com a nomeação dos peritos ou de empresa especializada e a deliberação a respeito, desde que essas formalidades sejam tomadas na própria assembleia de constituição;
- Aprovação do estatuto;
- Declaração da constituição da sociedade;
- Eleição dos membros do Conselho de Administração, se existente, ou dos diretores, indicando a respectiva qualificação completa e o prazo de gestão;
Se existente o Conselho de Administração, depois de eleitos e empossados os seus membros, eles elegerão os diretores, em reunião da qual será lavrada ata própria, que será levada a arquivamento, em separado, concomitante ao arquivamento da ata de constituição:
- Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se permanente ou se pedida a sua instalação, indicando a respectiva qualificação completa;
- Fixação dos honorários dos administradores e dos conselheiros fiscais, estes se eleitos, respeitada, neste caso, para cada membro em exercício, a remuneração mínima de 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computada a participação nos lucros; e
g) Fecho da ata, assinatura dos subscritores e o visto de advogado.
Observação: Para fins de registro, deverá ser apresentada cópia/certidão da ata autenticada pelo presidente e pelo secretário da assembleia, facultada a assinatura dos demais acionistas presentes.

1.2.1.1 Assinatura dos subscritores

A ata deverá ser assinada por todos os subscritores ou por quantos bastem à validade das deliberações.
Se da ata não constar a transcrição do estatuto, este deverá ser assinado por todos os subscritores.

1.2.1.2 Visto de advogado

A ata deverá conter o visto de advogado, com a indicação do nome e número de inscrição na Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

1.2.1.3 Aspectos formais

A ata não poderá conter emendas, rasuras e entrelinhas.
Os instrumentos particulares serão grafados na cor preta, obedecidos os padrões técnicos de indelebilidade e nitidez para permitir sua reprografia, microfilmagem e/ou digitalização.
Para efeito de autenticação, quando for o caso, o verso poderá ser utilizado.

1.2.2 "QUORUM" DE INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA

A assembleia de constituição instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de subscritores que representem, no mínimo, metade do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número.

1.2.3 DECLARAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO

Observadas as formalidades legais e não havendo oposição de subscritores que representem mais da metade do capital social, o presidente da assembleia geral de constituição declarará constituída a companhia.

1.2.4 AUTENTICAÇÃO DE CÓPIAS DE DOCUMENTOS

A autenticação de cópias de documentos que instruírem atos levados a arquivamento, quando necessário, poderá ser feita pelo próprio servidor da Junta Comercial, mediante cotejo com o documento original.

1.2.5 INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL COM BENS

A ata da assembleia que aprovar a incorporação deverá identificar o bem com precisão, mas poderá descrevê-lo sumariamente, desde que seja suplementada por declaração, assinada pelo subscritor, contendo todos os elementos necessários para a transcrição no registro público.
No caso de imóvel, ou direitos a ele relativo, a ata deverá conter sua descrição, identificação, área, dados relativos à sua titulação, bem como o número de sua matrícula no registro imobiliário.
Na hipótese de subscritor casado, deverá haver a anuência do cônjuge, salvo no regime de separação de bens.
A integralização de bens imóveis de menor depende de autorização judicial.
A integralização do capital social com bens e direitos depende de apresentação de laudo de avaliação feita por 3 (três) peritos ou por empresa especializada, nomeados em assembleia geral dos subscritores,
Os peritos ou a empresa avaliadora deverão apresentar laudo fundamentado, com a indicação dos critérios de avaliação e dos elementos de comparação adotados e instruído com os documentos relativos aos bens avaliados, e estarão presentes à assembleia que conhecer do laudo, a fim de prestarem as informações que lhes forem solicitadas.
Os bens não poderão ser incorporados ao patrimônio da companhia por valor acima do que lhes tiver dado o subscritor.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2.6 ASSEMBLEIA GERAL COM INTERRUPÇÃO DOS TRABALHOS

A assembleia geral pode ser suspensa, admitindo-se a continuidade em data posterior, sem necessidade de novos editais de convocação, desde que determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão e que, tanto na ata da abertura quanto na do reinício, conste o "quórum" legal e seja respeitada a ordem do dia constante do edital.

1.2.7 CAPACIDADE PARA SER ACIONISTA

Pode ser acionista de sociedade anônima, desde que não haja impedimento legal:
a) O maior de 18 (dezoito) anos, brasileiro(a) ou estrangeiro(a), que estiverem em pleno gozo da capacidade civil;
b) O menor emancipado;
c) Os relativamente incapazes a certos atos ou à maneira de exercê-los, desde que assistidos;
d) Os menores de 16 (dezesseis) anos (absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil), desde que representados; e
e) Pessoa jurídica nacional ou estrangeira.

Observações:
(1) A prova da emancipação do menor deverá ser comprovada através da apresentação da certidão do registro civil, que deverá instruir o processo ou ser arquivada em separado.
(2) A capacidade dos índios é regulada por lei especial (Estatuto do Índio).
(3) A sociedade, constituída apenas por pessoas físicas residentes no exterior e ou por pessoas jurídicas estrangeiras, deverá ser dirigida por administrador residente no Brasil.
(4) Conforme art. 1.690 do Código Civil compete aos pais, e na falta de um deles ao outro, com exclusividade, representar os sócios menores de 16 (dezesseis) anos, bem como assisti-los até completarem a maioridade. Sendo desnecessária, para fins do registro, esclarecimento quanto ao motivo da falta.

1.2.8 IMPEDIMENTOS PARA SER MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETOR E MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

1.2.8.1 Membro do Conselho de Administração, Diretor ou membro do Conselho Fiscal

Não pode ser membro do Conselho de Administração, Diretor ou membro do Conselho Fiscal de sociedade anônima a pessoa:
a) Condenada por crime falimentar, enquanto não reabilitada, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso à funções, empregos ou cargos públicos;
b) Impedida por lei especial;

b.1) os proibidos de administrar:

☐ Chefe do Poder Executivo, federal, estadual ou municipal;

☐ O magistrado;

☐ O membro do Ministério Público da União, que compreende:

☐ Ministério Público Federal;

☐ Ministério Público do Trabalho;

☐ Ministério Público Militar;

☐ Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

☐ O membro do Ministério Público dos Estados, conforme a Constituição respectiva;

☐ O falido, enquanto não for legalmente reabilitado;

☐ O corretor de mercadorias e o de navios;

☐ Trapicheiros;

☐ O leiloeiro;

b.2) o impedido de comerciar:

☐ O cônsul, no seu distrito, salvo o não remunerado;

☐ O médico para o exercício simultâneo da farmácia, o farmacêutico, para o exercício simultâneo da medicina;

☐ O funcionário público civil e militar da ativa, federal, estadual e municipal;
c) A pessoa absolutamente incapaz:
d) A pessoa relativamente incapaz:
e) A pessoa jurídica; e
f) A pessoa natural não residente no Brasil, para os cargos de diretor e de membro do Conselho Fiscal.

Observação: A capacidade dos índios é regulada por lei especial (Estatuto do Índio);

1.2.8.2 Membro do Conselho de Administração

Poderão ser eleitas para membros dos órgãos de administração pessoas naturais, devendo os diretores ser residentes no País (art. 146 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976).
A ata da assembleia geral ou da reunião do conselho de administração que eleger administradores deverá conter a qualificação e o prazo de gestão de cada um dos eleitos, devendo ser arquivada no registro do comércio e publicada.
A posse do conselheiro residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante residente no País, com poderes para receber citação em ações contra ele propostas com base na legislação societária, mediante procuração com prazo de validade que deverá estender-se por, no mínimo, 3 (três) anos após o término do prazo de gestão do conselheiro.

1.2.8.3 Membro da Diretoria

Os diretores devem residir no Brasil (art. 146 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976)
Não pode ser diretor o brasileiro naturalizado há menos de 10 (dez) anos, em empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

1.2.8.4 Membro do Conselho Fiscal

Não pode ser membro do Conselho Fiscal:
a) A pessoa que estiver incursa nos impedimentos já mencionados;
b) Membro de órgão de administração da própria companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo;
c) Empregado da companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo; e
d) O cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da companhia.

1.2.8.5 Membro do Conselho de Administração e Diretor - Companhia Aberta

Nas companhias abertas a eleição dos administradores deverá ser homologada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

1.2.9 COMPETÊNCIA PARA O EXAME DAS CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETOR E MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

Compete à assembleia geral de acionistas, quando a lei estabelecer certos requisitos para a investidura do cargo, exigir a exibição dos comprovantes respectivos, dos quais se arquivará cópia autêntica na sede da companhia, bem como os comprovantes das demais condições de elegibilidade (inexistência de impedimentos).

1.2.10 PROSPECTO

O prospecto, necessário no caso de subscrição pública, deverá mencionar, com precisão e clareza, as bases da companhia e os motivos que justifiquem a expectativa de bom êxito do empreendimento, em especial (art. 84 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976):
a) O valor do capital social a ser subscrito, o modo de sua realização e a existência ou não de autorização para aumento futuro;
b) A parte do capital a ser formada com bens, a discriminação desses bens e o valor a eles atribuído pelos fundadores;
c) O número, as espécies e classes de ações, o valor nominal e o preço da emissão das mesmas;
d) A importância da entrada a ser realizada no ato da subscrição;
e) As obrigações assumidas pelos fundadores, os contratos assinados no interesse da futura companhia e as quantias já despendidas e por despender;
f) As vantagens particulares a que terão direito os fundadores ou terceiros, e o dispositivo do projeto do estatuto que as regula;
g) A autorização governamental para constituir-se a companhia, se necessária;
h) As datas de início e do término do prazo da subscrição e as instituições autorizadas a receber as entradas;
i) A solução prevista para o caso de excesso de subscrição;
j) O prazo dentro do qual deverá realizar-se a assembleia de constituição da companhia, ou a assembleia preliminar para avaliação dos bens, se for o caso;
k) O nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência dos fundadores, ou, se pessoa jurídica, a firma ou denominação, nacionalidade e sede, bem como o número e espécie de ações que cada um houver subscrito; e
l) A instituição financeira intermediária do lançamento, em cujo poder ficarão depositados os originais do prospecto e do projeto do estatuto, com os documentos a que fizerem menção, para exame de qualquer interessado (alínea "c" do § 1º do art. 82 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976).

1.2.11 ESTATUTO SOCIAL

O estatuto social deverá conter, necessariamente, o seguinte:
a) Denominação social (art. 3º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e art. 1.160 do Código Civil);
b) Prazo de duração;
c) Sede: município;
Observação: Quando no estatuto social constar apenas o município da sede, o endereço completo da sede deverá constar no corpo de ata de constituição (alínea "e" do inciso III do art. 53 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996).
d) Objeto social, definido de modo preciso e completo (§ 2º do art. 2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976);
e) Capital social, expresso em moeda nacional (art. 5º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976);
f) Ações: número em que se divide o capital, espécie (ordinária, preferencial, fruição), classe das ações e se terão valor nominal ou não, conversibilidade, se houver, e forma nominativa (art. 11 e seguintes da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976);
g) Diretores: número mínimo de dois, ou limites máximo e mínimo permitidos; modo de sua substituição; prazo de gestão (não superior a três anos); atribuições e poderes de cada diretor (art. 143 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976);
h) Conselho fiscal, estabelecendo se o seu funcionamento será ou não permanente, com a indicação do número de seus membros - mínimo de três e máximo de cinco membros efetivos e suplentes em igual número. (Art. 161 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976); e
Observação: O funcionamento do conselho fiscal será permanente nas sociedades de economia mista (art. 240 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976).
i) Término do exercício social, fixando a data;
- **São necessários dispositivos específicos, quando houver:**
a) Ações preferenciais: indicação de suas vantagens e as restrições a que ficarão sujeitas;
b) Aumento do "quorum" de deliberações: especificação, além do percentual, das matérias a ele sujeitas; e
c) Conselho de administração: número de membros ou limites máximo ou mínimo de sua composição, processo de escolha e substituição do presidente do Conselho, o modo de substituição dos conselheiros, o prazo de gestão (não superior a três anos) e normas sobre convocação, instalação e funcionamento (art. 140 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976);
Observação: as companhias abertas, as de capital autorizado e as de economia mista terão, obrigatoriamente, conselho de administração (arts. 138 e 239 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- O estatuto não pode conter dispositivos que:

a) Sejam contrários à lei, à ordem pública e aos bons costumes;
b) Privem o acionista dos direitos essenciais;
c) Atribuam voto plural a qualquer classe de ação; e
d) Deleguem a outro órgão as atribuições e poderes conferidos pela lei aos órgãos de administração.

1.2.11.1 Denominação

Vide Instrução Normativa DREI nº 15/2013**.**

1.2.11.2 Assinatura dos Subscritores - Subscrição Particular

O estatuto deverá ser assinado por todos os subscritores (inciso I do art. 95 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976).
Para fins do registro na Junta Comercial, a ausência de rubricas nas folhas não assinadas não será causa de formulação de exigência.

1.2.11.3 Assinatura dos Fundadores - Subscrição Pública

O estatuto e o prospecto deverão ser assinados pelos fundadores (inciso I do art. 95 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976).
Para fins do registro na Junta Comercial, a ausência de rubricas nas folhas não assinadas não será causa de formulação de exigência.

1.2.12 RELAÇÃO COMPLETA OU LISTA, BOLETIM OU CARTA DE SUBSCRIÇÃO

A relação completa, a lista, boletim ou carta de subscrição deverá conter (art. 85 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, c/c alínea "d" do inciso III do art. 53 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996):

a) Qualificação dos subscritores do capital, compreendendo:

- Pessoa física:

☐ Nome civil, por extenso;

☐ Nacionalidade;

☐ Regime de casamento;

☐ Estado civil (no caso de união estável, citar o estado civil);

☐ Profissão;

☐ Número de identidade e órgão expedidor;

☐ CPF; e

☐ Endereço residencial completo;

- Pessoa jurídica com sede no País:

☐ Nome empresarial;

☐ Número de inscrição no Registro próprio;

☐ Número de inscrição no CNPJ;

☐ Endereço da sede; e

☐ Nome civil do representante, por extenso, e a que título assina;

- Pessoa jurídica com sede no exterior:

☐ Nome empresarial;

☐ Nacionalidade;

☐ Endereço da sede;

☐ Número de inscrição no CNPJ; e

☐ Nome civil do representante, por extenso, e a que título assina;

b) Número de ações subscritas, a sua espécie e classe, se houver mais de uma e o total da respectiva entrada (art. 95º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976); e
c) Autenticação pela instituição financeira arrecadadora, pelo presidente da assembleia de constituição ou diretor, no caso da relação de subscrição, ou assinatura dos subscritores, no caso de lista, boletim ou carta de subscrição.

1.2.13 SOCIEDADES CUJOS ATOS CONSTITUTIVOS, PARA ARQUIVAMENTO DEPENDEM DE APROVAÇÃO PRÉVIA POR ÓRGÃO GOVERNAMENTAL

Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.

1.3 PUBLICAÇÕES ORDENADAS PELA LEI 6.404/1976 (Art. 289)

As publicações, nos termos do art. 289 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, serão feitas em órgão oficial e em jornal de grande circulação.
O jornal de grande circulação deve ser editado na localidade em que está situada a sede da companhia.
Para a publicação no veículo oficial, a sociedade poderá, de forma discricionária, optar entre o Diário Oficial da União (DOU) e o Diário Oficial do Estado (DOE) onde se localize sua sede.

1.4 SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE

O fato de tratar-se da constituição de Sociedade de Propósito Específico não impõe reflexo sobre a análise pela Junta Comercial para fins de registro. A análise deverá ficar adstrita aos aspectos formais aplicáveis ao tipo societário.

1.5 PARTICIPACAO DE ESTRANGEIRO

Vide Instrução Normativa DREI nº 34/2017.

2 ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

2.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, acionista, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do Código Civil). Certidão ou cópia da ata da assembleia geral ordinária autenticada pelo presidente e secretário da assembleia. (1)
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. Obs.: as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido. Cópia autenticada da identidade dos diretores, quando houver ingresso. (3)
Folhas do Diário Oficial e do jornal de grande circulação que publicaram o aviso de que o relatório da administração, cópia das demonstrações financeiras e, se houver, parecer dos auditores independentes, se acham à disposição dos acionistas. (4) (5)
Folhas do Diário Oficial e do jornal de grande circulação que publicaram o edital de convocação da AGO. (5) (6)
Folhas do Diário Oficial e do jornal de grande circulação que publicaram o relatório da administração, cópia das demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, se houver. (5)
Aprovação prévia do órgão governamental competente, quando for o caso. (7)
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica, se houver, eleição/re-eleição/alteração da diretoria. (8)
Comprovantes de pagamento: (9) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).

Observações:
(1) Para fins de registro, deverá ser apresentada cópia/certidão da ata autenticada pelo presidente e secretário da assembleia, facultada a assinatura dos demais acionistas presentes.
(2) Vide Instrução Normativa DREI nº 03/2013.
(3) Documentos admitidos: Os previstos no art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.
A revalidação da identidade é dispensada para estrangeiros portadores de visto permanente que tenham participado de recadastramento anterior desde que: (a) tenham completado sessenta anos de idade, até a data do vencimento do documento de identidade, ou (b) que sejam portadores de deficiência física. Na oportunidade, será necessária a prova da participação no recadastramento e, se for o caso, da condição de pessoa portadora de deficiência física. (Lei nº 9.505, de 15 de outubro de 1997).
Estrangeiro sem visto permanente pode ser indicado para o cargo de diretor de companhia, desde que não haja eleição e investidura do indicado no cargo respectivo.
(4) A publicação do aviso será dispensada quando:
- Os documentos indicados nos incisos I, II e III do art. 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 forem publicados, pelo menos, 30 (trinta) dias antes da data marcada para a realização da AGO;
- a AGO reunir a presença da totalidade dos acionistas.
É dispensada a apresentação de folhas de jornais, quando a ata consignar os nomes dos mesmos, respectivas datas e nºs de folhas onde foram feitas as publicações do aviso.
É dispensada a apresentação das folhas dos jornais, quando estas forem arquivadas em processo em separado, anteriormente ao arquivamento da ata de assembleia geral ordinária.
(5) A companhia fechada que tiver menos de vinte acionistas, com patrimônio líquido inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) poderá (art. 294 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 - modificada pela Lei nº
10.303, de 31 de outubro de 2001):
- Convocar assembleia geral por anúncio entregue a todos os acionistas, contra recibo, com a antecedência de 8 (oito) dias, se em 1ª convocação e 5 (cinco) dias, em 2ª;
- Deixar de publicar o anúncio de que o relatório da administração, cópia das demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, se houver, se acham à disposição dos acionistas, bem como deixar de publicar tais documentos.
Nessa hipótese, cópias autenticadas dos recibos da correspondência e dos documentos citados deverão ser arquivadas junto com a cópia da ata da assembleia que deliberar sobre os documentos. Essas disposições não se aplicam à companhia controladora de grupo de sociedades, ou a ela filiadas.
(6) A publicação da convocação é dispensada quando constar da ata a presença da totalidade dos acionistas (§ 4° do art. 124 da Lei n° 6.404 de 15 de dezembro de 1976).
É dispensada a apresentação das folhas quando a ata consignar os nomes, respectivas datas e folhas, dos jornais onde foram efetuadas as publicações.
É dispensada a apresentação das folhas dos jornais, quando estas forem arquivadas em processo em separado, anteriormente ao arquivamento da ata de AGO.
Mesmo presente à assembleia a totalidade dos acionistas, a publicação dos documentos indicados nos incisos I, II e III do art. 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, é obrigatória antes da realização da AGO (§ 4º do art. 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), para as companhias que não se enquadrarem nas disposições do art. 294, da lei supracitada.
É dispensada a apresentação das folhas quando a ata consignar os nomes dos jornais, respectivas datas e folhas onde foi feita a publicação.
É dispensada a apresentação das folhas dos jornais, quando estas forem arquivadas em processo em separado, anteriormente ao arquivamento da ata da AGO.
(7) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013
(8) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(9) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF, sob o código 6621.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

2.2.1 "QUORUM" DE INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA

A assembleia geral ordinária instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 do capital social com direito de voto e, em segunda convocação, com qualquer número (art. 125 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), ressalvadas as exceções previstas em lei.

2.2.2 "QUORUM" DE DELIBERAÇÃO

As deliberações serão tomadas pela maioria absoluta de votos dos presentes, não computados os votos em branco, podendo o estatuto da companhia fechada aumentar o "quórum" exigido para certas deliberações, desde que especifique as matérias (art. 129 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976).
Se o arquivamento for negado, por inobservância de prescrição ou exigência legal ou por irregularidade verificada na constituição da companhia, os primeiros administradores deverão convocar imediatamente a assembleia geral para sanar a falta ou irregularidade, ou autorizar as providências que se fizerem necessárias. A instalação e funcionamento da assembleia obedecerão as regras atinentes à Assembleia de Constituição (vem item 1.2.6 deste manual), devendo a deliberação ser tomada por acionistas que representem, no mínimo, metade do capital social. Se a falta for do estatuto, poderá ser sanada na mesma assembleia, a qual deliberará, ainda, sobre se a companhia deve promover a responsabilidade civil dos fundadores. (§ 1º do art. 97 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976)

2.2.3 CERTIDÃO OU CÓPIA AUTÊNTICA DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A certidão ou cópia da ata deve conter:
a) Título do documento;
b) Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE;
c) Número do CNPJ;
d) O texto da ata;
e) O nome dos acionistas presentes; e
f) As assinaturas do Presidente e do Secretário da Assembleia e dos acionista que desejarem assinar.

2.2.3.1 Aspectos Formais

A ata não poderá conter emendas, rasuras e entrelinhas, admitida, porém, nesses casos, ressalva expressa no próprio instrumento, com assinatura das partes.
Nos instrumentos particulares, não deverá ser utilizado o verso das folhas da ata, cujo texto será grafado na cor preta, obedecidos os padrões técnicos de indelebilidade e nitidez para permitir sua reprografia, microfilmagem e/ou digitalização.

Para efeito de autenticação, quando for o caso, o verso poderá ser utilizado.

2.2.4 ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A ata da assembleia, lavrada em livro próprio, deve indicar:
a) Denominação completa, NIRE e CNPJ
b) Local, hora, dia, mês e ano de sua realização (sempre na localidade da sede - § 2º do art. 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976);
c) Composição da mesa: nome do presidente e do secretário;
d) "Quorum" de instalação;
e) Convocação:
- Se **por edital**, citar os jornais (Diário Oficial e jornal de grande circulação) em que foi publicado. A menção, ainda, das datas e dos números das folhas das publicações dispensará a apresentação das mesmas à Junta Comercial, quer seja acompanhando a ata, quer seja para anotação.
- Se **por carta**, entregue a todos os acionistas, contra recibo, no caso de companhia fechada, informar essa circunstância, declarando o preenchimento cumulativo das seguintes condições:

☐ Menos de 20 (vinte) acionistas; e

☐ Patrimônio líquido inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na data do balanço.

f) indicar os jornais que publicaram:
- O aviso de que o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, quando houver, estão à disposição dos acionistas;
- O relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, quando houver.
A menção, ainda, das datas e dos números das folhas das publicações dispensará a apresentação das mesmas à Junta Comercial, quer seja acompanhando a ata, quer seja para anotação.
A companhia deve fazer as publicações sempre no mesmo jornal, e qualquer mudança deverá ser precedida de aviso aos acionistas no extrato da ata da Assembleia Geral Ordinária (art. 289 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976).
A companhia fechada, que tiver menos de 20 (vinte) acionistas e cujo patrimônio líquido for inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na data do balanço, poderá deixar de publicar o anúncio, bem como os documentos a que ele se refere. Neste caso, cópias autenticadas dos recibos da correspondência e dos documentos citados deverão ser arquivadas junto com a cópia da ata da AGO que deliberar sobre os documentos.
g) ordem do dia: registrar;
h) fatos ocorridos e deliberações: registrar, em conformidade com a ordem do dia transcrita, os fatos ocorridos, inclusive dissidências ou protestos, as abstenções legais nos casos de conflito de interesse, e as deliberações da assembleia.
O registro dos fatos ocorridos, inclusive das dissidências ou dos protestos pode ser lavrado na forma de sumário, devendo as deliberações tomadas serem transcritas.
A ordem do dia de uma assembleia geral ordinária compreende:
- A apreciação das contas dos administradores;
- O exame e a votação das demonstrações financeiras;
- A deliberação sobre a destinação de lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, se houver;
- A eleição dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso;
i) fecho: mencionar o encerramento dos trabalhos, a lavratura da ata, sua leitura e aprovação, seguindo-se as assinaturas membros da mesa e acionistas presentes, sendo suficiente a assinatura de quantos bastem para constituir a maioria necessária para as deliberações tomadas na assembleia;

2.2.4.1 Eleição de Administradores ou Conselheiros

Havendo eleição de administradores ou conselheiros fiscais, os mesmos devem ser qualificados, indicando:
a) Nome civil por extenso;
b) Nacionalidade;
c) Estado civil;
d) Profissão;
e) Número de identidade e órgão expedidor;
f) CPF;
g) Residência com endereço completo.
A qualificação completa dos administradores é necessária mesmo no caso de reeleição, bem como o prazo de gestão dos eleitos (§ 1º do art. 146 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976), inclusive sua remuneração (art. 152 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976).

2.2.5 AGO REALIZADA FORA DO PRAZO DE 4 MESES

É admissível o arquivamento da ata de assembleia geral ordinária realizada fora do prazo legal.

2.2.6 ASSEMBLEIA GERAL COM INTERRUPÇÃO DOS TRABALHOS

A assembleia geral pode ser suspensa, admitindo-se a continuidade em data posterior, sem necessidade de novos editais de convocação, desde que determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão e que, tanto na ata da abertura quanto na do reinício, conste o "quorum" legal e seja respeitada a ordem do dia constante do edital.

2.2.7 SOCIEDADES CUJOS ATOS, PARA ARQUIVAMENTO, DEPENDEM DE APROVAÇÃO PRÉVIA POR ÓRGÃO GOVERNAMENTAL

Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.

3 ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

3.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, acionista, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do Código Civil).
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação**: as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Certidão ou cópia da ata da assembleia geral extraordinária autenticada pelo presidente e secretário da assembleia. (1)
Cópia autenticada da identidade dos novos administradores (2), quando houver eleição.
Folhas do Diário Oficial e do jornal de grande circulação que publicaram o edital de convocação da AGE. (3) (4)
Aprovação prévia do órgão governamental competente, quando for o caso.
Relação completa dos subscritores, devidamente qualificados para participar do aumento do capital social, lista/ boletins/cartas de subscrição (art. 95 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976).
Certidão ou cópia da Ata da eleição de peritos ou de empresa especializada, autenticada pelos presidente e secretário da assembleia, se a nomeação não ocorreu na AGE, quando houver aumento de capital com realização em bens. (1)
Certidão ou cópia da Ata de deliberação sobre laudo de avaliação dos bens, autenticada pelos presidente e secretário da assembleia, se não contida a deliberação na ata de AGE quando houver aumento de capital com realização em bens, acompanhada do laudo, salvo se transcrito na ata. (1)
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. Na hipótese de haver alteração eleição/reeleição/alteração da diretoria/conselho de administração; alteração do nome empresarial; do capital social; do objetivo social ou do endereço da sede social. (5)
Comprovantes de pagamento: (6) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).

Observações:
(1) Para fins de registro, deverá ser apresentada cópia/certidão da ata autenticada pelos presidente e secretário da assembleia, facultada a assinatura dos demais acionistas presentes
(2) Documentos admitidos: Os previstos no art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.
A revalidação da identidade é dispensada para estrangeiros portadores de visto permanente que tenham participado de recadastramento anterior desde que: (a) tenham completado sessenta anos de idade, até a data do vencimento do documento de identidade, ou (b) que sejam portadores de deficiência física. Na oportunidade, será necessária a prova da participação no recadastramento e, se for o caso, da condição de pessoa portadora de deficiência física. (Lei nº 9.505, de 15 de outubro de 1997).
(3) Essa publicação será dispensada quando constar da ata a presença da totalidade dos acionistas.
É dispensada a apresentação das folhas dos jornais quando a ata consignar os nomes dos mesmos, respectivas datas e números das folhas onde foram feitas as publicações da convocação.
É dispensada a apresentação das folhas dos jornais, quando estas forem arquivadas em processo em separado, anteriormente ao arquivamento da ata de AGE.
(4) A companhia fechada que tiver menos de vinte acionistas, com patrimônio líquido inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) poderá convocar assembleia geral por anúncio entregue a todos os acionistas, contra recibo, com a antecedência de 8 (oito) dias, se em 1ª convocação e 5 (cinco) dias, em 2ª.
Nessa hipótese, cópias autenticadas dos recibos do anúncio convocatório deverão ser arquivadas juntas com a cópia da ata da assembleia.
Essas disposições não se aplicam à companhia controladora de grupo de sociedades, ou a ela filiada.
(5) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(6) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

3.2.1 "QUORUM" DE INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA

A assembleia geral extraordinária instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número, ressalvadas as exceções previstas em lei. (art. 125 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976).

3.2.1.1 - Reforma do Estatuto

A assembleia geral extraordinária para apreciar proposta de reforma do estatuto instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do capital com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número. A convocação deverá indicar a matéria estatutária a ser alterada. (art. 135 da Lei nº 6.404, de dezembro de 1976)
Sempre que houver alteração estatutária, recomenda-se o registro do estatuto consolidado.
Sempre que o estatuto consolidado for arquivado em ato separado, fazer constar a exigência de apresentar NIRE e CNPJ e a assinatura do presidente ou secretário da assembleia que aprovou a consolidação.
Nas companhias fechadas de capital fixo, a Assembleia Geral pode, a qualquer tempo, deliberar modificação estatutária para criar ou suprimir o Conselho de Administração, sem que caiba ao acionista direito de retirada.

3.2.2 "QUORUM" DE DELIBERAÇÃO

As deliberações serão tomadas pela maioria absoluta de votos dos presentes, não computados os votos em branco.
Contudo, é necessário "quorum" qualificado de metade, no mínimo, das ações com direito a voto, se maior "quorum" não for exigido pelo estatuto da companhia fechada, para deliberação sobre a criação de ações preferenciais ou aumento de classe existente sem guardar proporção com as demais, salvo se já previstos ou autorizados pelo estatuto.

3.2.3 AUTENTICAÇÃO DE CÓPIAS DE DOCUMENTOS

A autenticação de cópias de documentos que instruírem atos levados a arquivamento, quando necessário, poderá ser feita pelo próprio servidor da Junta Comercial, mediante cotejo com o documento original.

3.2.4 CÓPIA AUTÊNTICA DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A cópia da ata deve conter:
a) O Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE e CNPJ;
b) O texto da ata;
c) O nome dos acionistas presentes;
d) As assinaturas do presidente e do secretário da assembleia e dos acionistas que desejarem assinar.

3.2.4.1 Aspectos Formais

A ata não poderá conter emendas, rasuras e entrelinhas, admitida, porém, nesses casos, ressalva expressa no próprio instrumento, com assinaturas das partes.
Nos instrumentos particulares, não deverá ser utilizado o verso das folhas da ata, cujo texto será grafado na cor preta, obedecidos os padrões técnicos de indelebilidade e nitidez para permitir sua reprografia, microfilmagem e/ou digitalização.

Para efeito de autenticação pela Junta, quando for o caso, o verso poderá ser utilizado.

3.2.5 ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A ata da assembleia geral extraordinária, lavrada em livro próprio, deve indicar:
a) Denominação completa, NIRE e CNPJ;
b) Local, hora, dia, mês e ano de sua realização;
c) Composição da mesa: nome do presidente e do secretário;
d) "Quorum" de instalação;
e) Convocação:
- Se **por edital**, citar os jornais (Diário Oficial e jornal local, de grande circulação) em que foi publicado. A menção, ainda, das datas e dos números das folhas das publicações dispensará apresentação das mesmas à Junta Comercial, quer seja acompanhando a ata, quer seja para anotação;
- Se **por correspondência**, entregue a todos os acionistas, contra recibo, no caso de companhia fechada, informar essa circunstância, declarando o preenchimento cumulativo das seguintes condições:

☐ Menos de 20 (vinte) acionistas; e

☐ Patrimônio líquido inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

A companhia fechada, que preencher as condições previstas no art. 294, poderá deixar de publicar o edital de convocação. Neste caso, devem ser juntadas à ata, cópias autenticadas dos recibos da correspondência de convocação da AGE, que deverão ser arquivadas juntamente com a cópia da ata da assembleia.

f) Ordem do dia: registrar;
g) Fatos ocorridos e deliberações: registrar, em conformidade com a ordem do dia transcrita, os fatos ocorridos, inclusive dissidências ou protestos e as deliberações da assembleia; e o registro dos fatos ocorridos, inclusive dissidências ou protestos, pode ser lavrado na forma de sumário, devendo as deliberações tomadas serem transcritas.

h) Fecho: mencionar o encerramento dos trabalhos, a lavratura da ata, sua leitura e aprovação, seguindo-se as assinaturas dos membros da mesa e acionistas presentes, sendo suficiente a assinatura de quantos bastem para constituir a maioria necessária para as deliberações tomadas na assembleia.

3.2.5.1 Eleição de Administradores ou Conselheiros

Havendo eleição de administradores ou conselheiros fiscais, os mesmos devem ser qualificados indicando:
a) Nome civil por extenso;
b) Nacionalidade;
c) Estado civil;
d) Profissão;
e) Número de identidade e órgão expedidor;
f) CPF, e
g) Endereço completo.

A qualificação completa dos administradores ou conselheiros fiscais é necessária mesmo no caso de reeleição. No caso de administradores, deve ser, também, indicado o prazo de gestão dos eleitos (§ 1º do art. 146 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), inclusive sua remuneração (art. 152 da Lei nº 6.404, de15 de dezembro de 1976).

3.2.6 ASSEMBLEIA GERAL COM INTERRUPÇÃO DOS TRABALHOS

A assembleia geral pode ser suspensa, admitindo-se a continuidade em data posterior, sem necessidade de novos editais de convocação, desde que determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão e que, tanto na ata da abertura quanto na do reinício, conste o "quorum" legal e seja respeitada a ordem do dia constante do edital.

3.2.7 ASSEMBLEIA GERAL DE RERRATIFICAÇÃO

A assembleia geral extraordinária pode rerratificar matéria de assembleia geral de constituição, de assembleia geral ordinária ou de assembleia geral extraordinária.
Tratando-se de ratificação, é suficiente a referência aos assuntos ratificados, para sua convalidação, caso a ata já tenha sido arquivada.
No caso de retificação, é necessário dar nova redação ao texto modificado, caso a ata ainda esteja em tramitação.

3.2.8 AUMENTO DE CAPITAL

3.2.8.1 Limite mínimo de realização para aumento do capital por subscrição

Somente depois de realizados 3/4 do capital social, a companhia pode aumentá-lo mediante subscrição pública ou particular de ações.

3.2.8.2 Forma de realização

Havendo aumento de capital, a ata deve indicar a forma de sua realização, tais como: moeda nacional, bens móveis, imóveis, títulos e reservas, com o devido valor de mercado.

3.2.8.3 Realização com bens

Na realização com bens, é indispensável a avaliação por três peritos ou por empresa especializada, à escolha da assembleia geral.
A deliberação sobre a avaliação desses bens é sempre da assembleia, por tratar-se de competência privativa.
Admite-se a suspensão dos trabalhos da assembleia pelo tempo necessário a apresentação do laudo de avaliação.
A integralização do capital social com bens e direitos depende de apresentação de laudo de avaliação feita por 3 (três) peritos ou por empresa especializada, nomeados em assembleia geral dos subscritores.
Os peritos ou a empresa avaliadora deverão apresentar laudo fundamentado, com a indicação dos critérios de avaliação e dos elementos de comparação adotados e instruído com os documentos relativos aos bens avaliados, e estarão presentes à assembleia que conhecer do laudo, a fim de prestarem as informações que lhes forem solicitadas.
Os bens não poderão ser incorporados ao patrimônio da companhia por valor acima do que lhes tiver dado o subscritor.

3.2.8.4 Deliberação em assembleia com suspensão dos trabalhos

O aumento de capital, mesmo com bens sujeitos à avaliação, pode ser proposto e deliberado em uma única assembleia, já que se poderá suspender os trabalhos para o cumprimento de formalidades, e continuá-los em outro dia, fixado na própria assembleia, se nessa segunda parte houver, também, o "quorum" legal, respeitada a ordem do dia prevista no edital.

3.2.8.5 Sociedade de capital autorizado

O aumento de capital na sociedade de capital autorizado poderá ser decidido por assembleia ou pelo Conselho de Administração, conforme Estatuto.
Recomenda-se que se consigne na ata tratar-se de sociedade de capital autorizado, bem como seu limite.

3.2.8.6 Direito de preferência

No aumento de capital por subscrição particular ou pública, observar-se-á o direito de preferência para a subscrição do aumento pelos acionistas, na proporção de ações que tiverem, respeitado o prazo mínimo de 30 (trinta) dias para o exercício dessa preferência, contados da data da publicação da ata ou do aviso próprio, ou da comunicação pessoal, contra recibo.
Na assembleia a que comparecer a totalidade dos acionistas, se todos se manifestarem pela subscrição ou pela renúncia do direito de preferência, será dispensado o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício desse direito.

3.2.8.7 Exclusão do direito de preferência

A subscrição do aumento de capital pelos acionistas não depende do direito de preferência, no caso de companhia aberta, quando o estatuto assim dispuser.
O estatuto da companhia, ainda que fechada, pode excluir o direito de preferência para subscrição de ações nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais.

3.2.8.8 Proposta de iniciativa dos administradores

A proposta de aumento do capital social, quando de iniciativa dos administradores, não poderá ser submetida à deliberação da assembleia geral sem o parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento.

3.2.9 REDUÇÃO DO CAPITAL

A assembleia geral poderá deliberar a redução do capital social se houver perda, até o montante dos prejuízos acumulados, ou se julgá-lo excessivo.

3.2.9.1 Proposta de iniciativa dos administradores

A proposta de redução do capital social, quando de iniciativa dos administradores, não poderá ser submetida à deliberação da assembleia geral sem o parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.2.9.2 Oposição de credores

A certidão ou cópia da ata da assembleia que aprovar a redução de capital com restituição aos acionistas de parte do valor das ações ou pela diminuição do valor destas, quando não integralizadas, à importância das entradas, somente poderá ser arquivada se:
a) Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias de sua publicação, inexistir notificação à Junta Comercial por parte de credores quirografários contra a pretendida redução; e, se manifestada essa oposição, comprovado o pagamento do crédito ou feito o seu depósito em juízo;
b) Instruído o processo com as folhas do Diário Oficial e do jornal de grande circulação que publicaram a ata da assembleia.

3.2.10 SOCIEDADES CUJOS ATOS DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA, PARA ARQUIVAMENTO, DEPENDEM DE APROVAÇÃO PRÉVIA POR ÓRGÃO GOVERNAMENTAL

Observar a Instrução Normativa DREI nº 14/2013.

3.3 PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA SOCIEDADE/DISSOLUÇÃO

No vencimento do prazo determinado de duração, a sociedade se dissolve salvo se, vencido este prazo e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado (inciso I do art. 1.033 do Código Civil).

3.4 PARTICIPACAO DE ESTRANGEIRO

Vide Instrução Normativa DREI nº 34/2017.

3.5 TRANSFORMACÃO, INCORPORACÃO, FUSÃO, CISÃO

Vide Instrução Normativa DREI nº 35/2017.

3.6 PROTECÃO DO NOME EMPRESARIAL

Vide Instrução Normativa DREI nº 15/2013.

4 AGO/AGE

4.1 DOCUMENTAÇÃO, ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

A assembleia geral ordinária e a assembleia geral extraordinária poderão ser, cumulativamente, convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora e instrumentadas em ata única.
A documentação a ser apresentada à Junta Comercial para arquivamento da ata obedecerá à especificação determinada nos capítulos deste Manual, próprios de cada assembleia. Os requisitos de convocação, instalação, ordem do dia e "quorum" devem ser observados, de forma individualizada, em relação a cada assembleia.

5 ASSEMBLEIA ESPECIAL

5.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, acionista, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do Código Civil)
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação**.: as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Certidão ou cópia da ata da assembleia especial, autenticada pelos presidente e secretário da assembleia. (1) (2)
Folhas do Diário Oficial e do jornal de grande circulação que publicaram o edital de convocação da assembleia. (3) (4)
Comprovantes de pagamento: (5) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).

Observações:

(1) A cópia da ata deve conter, no fecho:
a) As assinaturas, de próprio punho, dos acionistas que subscreveram o original lavrado no livro próprio e as do presidente e secretário da assembleia; **ou**
b) Os nomes de todos os que assinaram, com a declaração de que a mesma confere com o original e a indicação do livro e folhas em que foi lavrada, devendo ser assinada pelo presidente ou secretário da assembleia ou diretor.
A referida assinatura poderá ser substituída pela assinatura autenticada com certificação digital ou meio equivalente que comprove a sua autenticidade, ressalvado o disposto no inciso I do § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
(2) Para fins de registro, deverá ser apresentada cópia/certidão da ata autenticada pelos presidente e secretário da assembleia, facultada a assinatura dos demais acionistas presentes.
(3) Essa publicação será dispensada quando constar da ata a presença da totalidade dos acionistas.
É dispensada a apresentação das folhas dos jornais, quando a ata consignar os nomes dos mesmos, respectivas datas e números de folhas onde foram feitas as publicações da convocação.
É dispensada a apresentação das folhas dos jornais quando estas forem arquivadas em processo em separado, anteriormente ao arquivamento da ata de assembleia geral extraordinária.
(4) A companhia fechada que tiver menos de vinte acionistas e patrimônio líquido inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), poderá convocar assembleia geral por anúncio entregue a todos os acionistas, contra recibo, com a antecedência de 8 (oito) dias, se em 1ª convocação e 5 (cinco) dias, em 2ª.
Nessa hipótese, cópias autenticadas dos recibos da correspondência deverão ser arquivadas junto com a cópia da ata da assembleia.
Essas disposições não se aplicam à companhia controladora de grupo de sociedades, ou a ela filiadas.
(5) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

5.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

5.2.1 "QUORUM" QUALIFICADO DE INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA

A assembleia especial instalar-se-á com a presença de acionistas que representem, no mínimo, mais de metade da classe de ações preferenciais interessadas.

5.2.2 "QUORUM" DE DELIBERAÇÃO

As deliberações serão tomadas por titulares de mais de metade da classe de ações preferenciais interessadas, nos casos de:
a) Criação de ações preferenciais ou aumento de classe existente sem guardar proporção com as demais, salvo se já previstos ou autorizados pelo estatuto; e
b) Alterações nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida.
A aprovação prévia, ou a ratificação, em assembleia especial, por titulares de mais de metade da classe de ações preferenciais interessadas, é condição de eficácia da deliberação da assembleia geral extraordinária de acionistas que aprovar as matérias supra indicadas.
A eficácia da deliberação depende de prévia aprovação ou ratificação dos titulares de mais da metade da classe de ações preferenciais reunidos em ASSEMBLEIA ESPECIAL.

5.2.3 PROCURAÇÃO

A procuração de acionista não precisa instruir o processo.

5.2.4 CERTIDÃO OU CÓPIA AUTÊNTICA DA ATA DE ASSEMBLEIA ESPECIAL

A certidão ou cópia da ata deve conter:
a) O Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE e CNPJ;
b) O texto da ata
c) O nome dos presentes; e
d) As assinaturas, do presidente e do secretário da assembleia e dos demais presentes que desejarem assinar.

5.2.4.1 Aspectos Formais

A ata não poderá conter emendas, rasuras e entrelinhas, admitida, porém, nesses casos, ressalva expressa no próprio instrumento, com assinatura das partes.
Nos instrumentos particulares, não deverá ser utilizado o verso das folhas da ata, cujo texto será grafado na cor preta, obedecidos os padrões técnicos de indelebilidade e nitidez para permitir sua reprografia, microfilmagem e/ou digitalização.

Para efeito de autenticação pela Junta, quando for o caso, o verso poderá ser utilizado.

5.2.5 ATA DA ASSEMBLEIA ESPECIAL

A ata da assembleia, lavrada em livro próprio, deve indicar:
a) Local, hora, dia, mês e ano de sua realização;
b) Composição da mesa: nome do presidente e do secretário;
c) "Quorum" de instalação;
d) Convocação:

- Se **por edital**, citar os jornais (Diário Oficial e jornal local de grande circulação) em que foi publicado.
A menção, ainda, das datas e dos números das folhas das publicações dispensará a apresentação das mesmas à Junta Comercial, quer seja acompanhando ata, quer seja para anotação;
- Se **por correspondência**, entregue a todos os acionistas, contra recibo, no caso de companhia fechada, informar essa circunstância, declarando o preenchimento cumulativo das seguintes condições:

☐ Menos de 20 (vinte) acionistas; e

☐ Patrimônio líquido inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

A companhia fechada, que preencher as condições previstas no art. 294 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de1976, poderá deixar de publicar o edital de convocação. Neste caso devem ser juntadas à ata cópias autenticadas dos recibos da correspondência de convocação da AGE.
e) Ordem do dia: registrar;
f) Fatos ocorridos e deliberações: registrar, em conformidade com a ordem do dia transcrita, os fatos ocorridos, inclusive dissidências ou protestos e as deliberações da assembleia;
O registro dos fatos ocorridos, inclusive dissidências ou protestos, pode ser lavrado na forma de sumário, devendo as deliberações tomadas serem transcritas.
g) Fecho: mencionar o encerramento dos trabalhos, a lavratura da ata, sua leitura e aprovação, seguindo-se as assinaturas dos membros da mesa e dos presentes, sendo suficiente a assinatura de quantos bastem para constituir a maioria necessária para as deliberações tomadas na assembleia.

5.2.6 ASSEMBLEIA GERAL COM INTERRUPÇÃO DOS TRABALHOS

A assembleia geral pode ser suspensa, admitindo-se a continuidade em data posterior, sem necessidade de novos editais de convocação, desde que determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão e que, tanto na ata da abertura quanto na do reinício, conste o "quórum" legal e seja respeitada a ordem do dia constante do edital.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6 ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

6.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, acionista, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do Código Civil)
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** As procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Certidão ou cópia autêntica da ata da reunião. (1)
Aprovação prévia do órgão governamental competente, quando for o caso. (2)
• Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. • Caso a deliberação altere dado constante da Ficha. (3)
Comprovantes de pagamento: (4) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).
Observar documentação exigida para os casos referidos nos atos já especificados, quando contidos na ata.

Observações:
(1) A certidão ou cópia da ata deve conter, no fecho, a assinatura do presidente e dos conselheiros que assim o quiserem.
(2) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(3) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos..
(4) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

6.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

6.2.1 AUTENTICAÇÃO DE CÓPIAS DE DOCUMENTOS

A autenticação de cópias de documentos que instruírem atos levados a arquivamento, quando necessário, poderá ser feita pelo próprio servidor da Junta Comercial, mediante cotejo com o documento original.

6.2.2 ELEIÇÃO DE DIRETORES OU SUBSTITUTO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Quando houver Conselho de Administração, a eleição dos diretores é de sua competência.
Em caso de vacância do cargo de membro do Conselho de Administração, se o estatuto não dispuser de forma contrária, os demais conselheiros indicam um substituto até a primeira assembleia geral e, no caso de vaga na diretoria, esse Conselho elegerá um diretor que completará o prazo de gestão do substituto.

6.2.3 IMPEDIMENTOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE DE DIRETOR E MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os impedimentos e condições de elegibilidade de diretor e membro do Conselho de Administração estão referenciados nas orientações relativas a constituição.

6.2.4 AUMENTO DE CAPITAL REALIZADO DE SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

6.2.4.1 Autorização estatutária

O estatuto social pode conter autorização para aumento de capital cuja deliberação pode ser atribuída ao Conselho de Administração.
Recomenda-se que se consigne na ata tratar-se de sociedade de capital autorizado, bem como o seu limite.

6.2.4.2 Forma de realização

No aumento de capital, a ata deve indicar a forma de sua realização, tais como: moeda corrente, bens móveis, imóveis, títulos, reservas de capital ou de lucro.

6.2.4.3 Realização com bens

Na realização com bens, é indispensável a avaliação por 3 (três) peritos ou por empresa especializada, à escolha da assembleia geral.
A deliberação sobre a avaliação desses bens é sempre da assembleia, por tratar-se de competência privativa.

6.2.4.4 Direito de preferência

No aumento de capital por subscrição particular ou pública, observar-se-á o direito de preferência para a subscrição do aumento pelos acionistas, na proporção de ações que tiverem, respeitado o prazo mínimo de 30 (trinta) dias para o exercício dessa preferência, contados da data da publicação da ata ou do aviso próprio, ou da comunicação pessoal contra recibo.

6.2.4.5 Exclusão do direito de preferência

A subscrição do aumento de capital pelos acionistas não depende do direito de preferência, no caso de companhia aberta, quando o estatuto assim dispuser.
O estatuto da companhia, ainda que fechada, pode excluir o direito de preferência para subscrição de ações nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais.

6.2.4.6 Limite mínimo de realização para aumento do capital social

Somente depois de realizados 3/4, no mínimo, do capital social, a companhia pode aumentá-lo mediante subscrição pública ou particular de ações.

6.2.5 CERTIDÃO OU CÓPIA AUTÊNTICA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A certidão ou cópia da ata deve conter:
a) O Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE e CNPJ;
b) Os nomes de todos os presentes, seguindo-se as assinaturas do presidente e dos demais membros que desejem assinar.

6.2.5.1 Aspectos formais

A ata não poderá conter emendas, rasuras e entrelinhas, admitida, porém, nesses casos, ressalva expressa no próprio instrumento, com assinatura das partes.
Nos instrumentos particulares, não deverá ser utilizado o verso das folhas da ata, cujo texto será grafado na cor preta, obedecidos os padrões técnicos de indelebilidade e nitidez para permitir sua reprografia, microfilmagem e/ou digitalização.
Para efeito de autenticação pela Junta, quando for o caso, o verso poderá ser utilizado.

6.2.6 ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A ata de reunião deve conter:
a) Local, hora, dia, mês e ano de sua realização;
b) Deliberações: registrar as decisões tomadas na reunião, indicando, se tratar de aumento de capital no limite do autorizado, além do valor e as condições do aumento: prazo e forma de integralização; número e espécie das ações lançadas a subscrição; classe, quando for o caso; prazo para o exercício de preferência ou a inexistência deste direito de preferência, nos casos do art. 172 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; o montante do capital já subscrito e realizado, como também o limite da autorização; o aumento de capital nas sociedades anônimas pelo Conselho de Administração, só é possível quando a companhia tiver "capital autorizado" (art. 168 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976); e
c) Fecho: mencionar o encerramento dos trabalhos, a lavratura da ata, sua leitura e aprovação, seguindo-se as assinaturas dos conselheiros.

6.2.6.1 - Substituição de membro do conselho ou eleição de Diretor

Havendo a substituição de membro de conselho ou eleição de diretor, o mesmo deve ser qualificado, indicando:
a) Nome civil por extenso;
b) Nacionalidade;
c) Estado civil e regime de casamento, se união estável informar estado civil;
d) Profissão;
e) Número de identidade e órgão expedidor;
f) CPF; e
g) Residência com endereço completo.
O prazo de gestão, a qualificação completa do membro do conselho ou diretor, deverão constar, mesmo que se encontre qualificado em outro ato arquivado na Junta Comercial (art. 146 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976).

6.2.7 SOCIEDADES CUJOS ATOS PARA ARQUIVAMENTO DEPENDEM DE APROVAÇÃO PRÉVIA POR ÓRGÃO GOVERNAMENTAL

Instrução Normativa DREI nº 14/2013.

7 ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA

7.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, acionista, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do Código Civil)
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação**: as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Certidão ou cópia autêntica da ata da reunião. (1)
Aprovação prévia do órgão governamental competente, quando for o caso. (2)
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica, caso a deliberação altere dado constante da Ficha (3)
Comprovantes de pagamento: (4) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).
Observar documentação exigida para os casos referidos nos atos já especificados, quando contidos na ata.

Observações:
(1) A cópia da ata deve conter, no fecho as assinaturas do presidente e dos diretores que assim o quiserem.
(2) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(3) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(4) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

7.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

7.2.1 AUTENTICAÇÃO DE CÓPIAS DE DOCUMENTOS

A autenticação de cópias de documentos que instruírem atos levados a arquivamento, quando necessário, poderá ser feita pelo próprio servidor da Junta Comercial, mediante cotejo com o documento original.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7.2.2 CERTIDÃO OU CÓPIA AUTÊNTICA DA ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA

A certidão ou cópia da ata deve conter:
a) O Nome Empresarial, Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE e CNPJ;
b) As assinaturas, de próprio punho, dos diretores que subscreveram o original lavrado no livro próprio; e
c) Os nomes dos presentes, autenticada, com a indicação do nome e cargo do signatário.

7.2.2.1 Aspectos formais

A ata não poderá conter emendas, rasuras e entrelinhas, admitida, porém, nesses casos, ressalva expressa no próprio instrumento, com assinatura das partes.
Nos instrumentos particulares, não deverá ser utilizado o verso das folhas da ata, cujo texto será grafado na cor preta, obedecidos os padrões técnicos de indelebilidade e nitidez para permitir sua reprografia, microfilmagem e/ou digitalização.
Para efeito de autenticação pela Junta, quando for o caso, o verso poderá ser utilizado.

7.2.3 ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA

A ata de reunião, lavrada em livro próprio, deve conter:
a) Local, hora, dia, mês e ano de sua realização;
b) Deliberações: registrar as decisões tomadas na reunião; e
c) Fecho: mencionar o encerramento dos trabalhos, a lavratura da ata, sua leitura e aprovação, seguindo-se as assinaturas dos diretores.

8 FILIAL NA UNIDADE DA FEDERAÇÃO DA SEDE

8.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Para ABERTURA, ALTERAÇÃO e EXTINÇÃO DE FILIAL NA UF DA SEDE:

Incorporar ao processo de arquivamento do ato que contiver a abertura, alteração ou extinção de filial (ATA DE ASSEMBLEIA GERAL, ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO OU DE DIRETORIA, ou ATO DE DIRETOR, observado o disposto no estatuto social), os seguintes documentos, conforme o caso: **a) ABERTURA:** • Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03 /2013. (1) • Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a utilizar a via única. (1) • Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema da viabilidade, se for o caso. (2) • Apresentar DBE - Documento Básico de Entrada convênio Junta Comercial em 01 (uma) via, com assinatura do representante legal. (3) • Aprovação prévia de órgão governamental, quando for o caso. (4) • Ficha de Cadastro Nacional - FCN (fls. 1 e 2). (5) • DARF / Cadastro Nacional de Empresas. (6) **b) ALTERAÇÃO OU EXTINÇÃO:** • Aprovação prévia de órgão governamental, quando for o caso. (4) • Ficha de Cadastro Nacional - FCN (fls. 1 e 2). (5)

Observações:
(1) Vide Instrução Normativa DREI nº 03/2013.
(2) A consulta de viabilidade (pesquisa de nome empresarial e/ou endereço) no portal de serviços da Junta Comercial.
(3) A Junta Comercial manterá convênio com a RFB para emissão de CNPJ.
(4) Empresa de serviços aéreos; instituições financeiras ou assemelhadas, públicas ou privadas; empresas de radiodifusão e telecomunicação (Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013).
(5) Para cada filial aberta, alterada, transferida ou extinta deverá ser apresentada a FCN correspondente.
(6) O valor do CNE é devido em relação a cada filial aberta, cumulativamente com o valor referente ao ato que contiver a deliberação de abertura, se em relação a esse for devido.

8.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

8.2.1 ASPECTO FORMAL

A abertura de filial pode constar em ata da assembleia; **ou** em certidão de inteiro teor da ata da assembleia, quando revestir a forma pública; **ou** em ata de reunião do Conselho de Administração ou de Diretoria, **ou** em ato de diretor, observado o disposto no estatuto social.
Em qualquer hipótese, deve ser indicado o endereço completo da filial e, nos casos de alteração ou extinção, também o seu NIRE e CNPJ.

8.2.2 ATOS E EVENTOS A SEREM UTILIZADOS

No preenchimento do requerimento constante da Capa de Processo deverá constar o ATO correspondente ao documento que está sendo arquivado e os eventos a seguir, conforme o caso:
• 023 - Abertura de filial na UF da sede
• 024 - Alteração de filial na UF da sede
• 025 - Extinção de filial na UF da sede

8.2.3 FICHA DE CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS- FCN

Para cada ato de abertura, alteração ou extinção de filial deverá ser apresentada uma FCN, assim como deverá ser apresentada uma FCN individualizada para a sede quando do ato que contiver a deliberação relativa à filial constar dados que sejam objeto de cadastramento.

8.2.4 DADOS OBRIGATÓRIOS

ABERTURA: É obrigatória, em relação a filial aberta, a indicação do endereço completo (tipo e nome do logradouro, número, complemento, bairro/distrito, município, unidade da federação e CEP).

8.2.5 DADOS FACULTATIVOS

A indicação de destaque de capital para a filial é facultativa. Se indicado algum valor, a soma dos destaques de capital para as filiais deverá ser inferior ao capital da empresa.
A indicação de objeto para filial é facultativa, porém, quando efetuada, deverá reproduzir os termos do texto do objeto da empresa, integral ou parcialmente.

8.2.6 SOCIEDADES CUJOS ATOS DE ABERTURA, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DE FILIAL NO ESTADO, PARA ARQUIVAMENTO, DEPENDEM DE APROVAÇÃO PRÉVIA POR ÓRGÃO GOVERNAMENTAL

Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.

9 FILIAL EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Para ABERTURA, ALTERAÇÃO, TRANSFERÊNCIA e EXTINÇÃO de filial em outra unidade da federação são necessárias providências nas Juntas Comerciais das Unidades da Federação onde se localiza a sede, onde se localizar a filial e de destino da filial, conforme o caso.

9.1 SOLICITAÇÃO À JUNTA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ONDE SE LOCALIZA A SEDE

9.1.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Incorporar ao processo de arquivamento do ato que contiver a abertura, alteração, transferência ou extinção de filial (ATA DE ASSEMBLEIA GERAL, ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO OU DE DIRETORIA, ou ATO DE DIRETOR, observado o disposto no estatuto social), os seguintes documentos, conforme o caso: a) ABERTURA • Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03 /2013. (1) • Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a utilizar a via única. (1) • Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema da viabilidade. (2) Apresentar DBE - Documento Básico de Entrada convênio Junta Comercial em 01 (uma) via, com assinatura do representante legal (3) • Aprovação prévia de órgão governamental, quando for o caso (4) • Ficha de Cadastro Nacional - FCN (fls. 1 e 2). (5) b) ALTERAÇÃO, TRANSFERÊNCIA OU EXTINÇÃO • Aprovação prévia de órgão governamental, quando for o caso. (1) • Ficha de Cadastro Nacional - FCN fls. (1 e 2). (5)
Comprovantes de pagamento: (6) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial e DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).

Observações:
(1) Vide Instrução Normativa DREI nº 03/2013.
(2) A consulta de viabilidade (pesquisa de nome empresarial e/ou endereço) no portal de serviços da Junta Comercial.
(3) A Junta Comercial manterá convênio com a RFB para emissão de CNPJ.
(4) Empresa de serviços aéreos; instituições financeiras ou assemelhadas, públicas ou privadas; empresas de radiodifusão e telecomunicação (Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013).
(5) Para cada filial aberta, alterada, transferida ou extinta deverá ser apresentada a FCN correspondente.
(6) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

9.1.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

9.1.2.1 Procedimentos preliminares à abertura da filial

9.1.2.1.1 Solicitação de proteção ou de pesquisa prévia de nome empresarial

Antes de dar entrada na Junta Comercial da UF da sede, nos casos de ABERTURA de primeira filial, ALTERAÇÃO, quando houver alteração de nome empresarial e de TRANSFERÊNCIA para UF é recomendável promover a proteção do nome empresarial da cooperativa ou solicitar a pesquisa deste à Junta Comercial da UF onde será aberta, alterada ou transferida a filial para evitar sustação do registro naquela Junta, por colidência de nome empresarial.
Havendo colidência, será necessário alterar o nome da cooperativa na Junta do Estado onde se localiza a sede.

9.1.2.1.2 Solicitação de Certidão Simplificada à Junta da sede

Quando se tratar de abertura, alteração, transferência e extinção de filial em outra UF, deverá ser requerida à Junta da sede uma Certidão Simplificada onde conste o endereço da filial aberta ou transferida para compor o processo a ser apresentado à Junta Comercial de destino.

9.1.3 ASPECTO FORMAL

A abertura, alteração, transferência ou extinção de filial pode constar em ata da assembleia; **ou** em certidão de inteiro teor da ata da assembleia, quando revestir a forma pública; **ou** em ata de reunião do Conselho de Administração ou de Diretoria, **ou** em ato de diretor, observado o disposto no estatuto social, quanto à competência para deliberação, bem como quanto à área de ação da cooperativa.
Em qualquer hipótese, deve ser indicado o endereço completo da filial e, nos casos de alteração ou extinção, também o seu NIRE e CNPJ.

9.1.4 ATOS E EVENTOS A SEREM UTILIZADOS

No preenchimento do requerimento constante da Capa de Processo deverá constar:
ATO:310 OUTROS DOCUMENTOS e os eventos a seguir, conforme o caso:

a) abertura, alteração e extinção de filial em outra UF
1. Na Junta Comercial da sede:
026 - Abertura de filial em outra UF
027 - Alteração de filial em outra UF

028 - Extinção de filial em outra UF

2. Na Junta Comercial da Filial:
029 - Abertura de Filial com sede em outra UF
030- Alteração de Filial com sede em outra UF
031 - Extinção de Filial com sede em outra UF

b) transferência de filial da UF da sede para outra UF ou de uma UF para outra UF
036 - Transferência de filial para outra UF

c) inscrição de transferência de filial de outra UF para a UF da sede
037 - Inscrição de transferência de filial de outra UF

9.1.5 FICHA DE CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS - FCN

Para cada ato de abertura, alteração, transferência ou extinção de filial deverá ser apresentada uma FCN, assim como deverá ser apresentada uma FCN individualizada para a sede quando do ato que contiver a deliberação relativa à filial constar dados que sejam objeto de cadastramento.

9.1.6 DADOS OBRIGATÓRIOS

É obrigatória, em relação à filial aberta, alterada, transferida ou extinta, a indicação do endereço completo (tipo e nome do logradouro, número, complemento, bairro/distrito, município, unidade da federação e CEP).
No caso de alteração, transferência e extinção também o NIRE e CNPJ.

9.1.7 DADOS FACULTATIVOS

A indicação de destaque de capital para a filial é facultativa. Se indicado algum valor, a soma dos destaques de capital para as filiais deverá ser inferior ao capital da empresa.
A indicação de objeto para filial é facultativa, porém, quando efetuada, deverá reproduzir os termos do texto do objeto da empresa, integral ou parcialmente.

9.1.8 SOCIEDADES CUJOS ATOS DE ABERTURA, ALTERAÇÃO, TRANSFERÊNCIA E CANCELAMENTO DE FILIAL EM OUTRO ESTADO DA FEDERAÇÃO, PARA ARQUIVAMENTO, DEPENDEM DE APROVAÇÃO PRÉVIA POR ÓRGÃO GOVERNAMENTAL

Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.

Observação: A comprovação de autorização prévia deverá ser apresentada à Junta Comercial de origem.

9.2 SOLICITAÇÃO À JUNTA COMERCIAL DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

a) de destino, nos casos de abertura, alteração, e extinção de filial (com sede em outra UF);
b) de destino, nos casos de inscrição de transferência de filial (da UF da sede para outra UF) (de uma UF - que não a da sede - para outra UF); e
c) de origem, no caso de transferência de filial (para a UF da sede e para outra UF).

9.2.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Requerimento (Capa de Processo) com assinatura do administrador ou procurador com poderes específicos, ou terceiro interessado (art. 1.151 do Código Civil). (Vide tabela de atos e eventos para preenchimento do requerimento) (1)
• Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. (2) • Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única. (2) • Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema da viabilidade (3) • Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** As procurações deverão ser arquivadas em processo, com pagamento do preço do serviço devido. • Apresentar DBE - Documento Básico de Entrada convênio Junta Comercial em 01 (uma) via, com assinatura do representante legal (4)
Cópia autenticada da identidade (5) do signatário do requerimento.
Ficha de Cadastro Nacional - FCN (fls. 1 e 2). (6)
Comprovantes de pagamento (7): - Guia de Recolhimento/Junta Comercial e DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).
Documentação complementar, para arquivamento de filial na Junta Comercial de DESTINO, nos casos de: ABERTURA, ALTERAÇÃO, TRANSFERÊNCIA e EXTINÇÃO. Certidão Simplificada que conste o endereço completo da filial aberta, alterada, transferida ou extinta, emitida pela Junta Comercial da UF da sede e cópia do ato que contiver a deliberação sobre o estabelecimento filial, já devidamente arquivado na Junta Comercial da sede onde se localiza a sociedade. **Ou** a via, autenticada pela Junta da sede, ou Certidão de Inteiro Teor, da ata da assembleia geral de constituição quando nela constar a abertura de filial. **Observação:** Se o ato que deliberou sobre a abertura, alteração, transferência ou extinção da filial contiver o estatuto consolidado, fica dispensada a apresentação da certidão simplificada.

Observações:
(1) Requerimento assinado por administrador ou procurador com poderes específicos mediante procuração, com firma reconhecida.
(2) Vide Instrução Normativa DREI nº 03/2013.
(3) A consulta de viabilidade (pesquisa de nome empresarial e/ou endereço) no portal de serviços da Junta Comercial.
(4) A Junta Comercial manterá convênio com a Secretaria da Receita Federal do Brasil para emissão de CNPJ.
(5) Documentos admitidos: cédula de identidade, certificado de reservista, carteira de identidade profissional, Carteira de Trabalho e Previdência Social ou carteira nacional de habilitação (modelo com base na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997). Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
(6) Para cada filial aberta, alterada, transferida ou extinta deverá ser apresentada a FCN correspondente.
(7) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

9.2.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

9.2.2.1 Alteração de Nome Empresarial

No caso de alteração do nome empresarial, deverá ser arquivada, na Junta Comercial da filial, cópia do ato que o alterou, arquivado na Junta da sede ou certidão específica contendo a mudança de nome.

9.2.2.2 Comunicação de NIRE à Junta Comercial do Estado onde se localiza a sede

Procedido o arquivamento de abertura de filial ou de inscrição de transferência de filial, a Junta Comercial deverá informar à Junta Comercial da unidade da federação onde se localiza a sede da empresa o NIRE atribuído.

10 FILIAL EM OUTRO PAÍS

Na abertura, alteração ou extinção de Filial em outro País deverá ser observado, na Junta da Sede, o disposto no Item (8) - Filial na Unidade da Federação da Sede, observando apenas a alteração do Atos e Eventos.

10.1 ATOS E EVENTOS A SEREM UTILIZADOS
No preenchimento do requerimento constante da Capa Requerimento deverá constar o ATO 310 e os eventos a seguir, conforme o caso:
032 - Abertura de filial em outro país.
033 - Alteração de filial em outro país.
034 - Extinção de filial em outro país.

11 TRANSFERÊNCIA DE SEDE PARA OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Para transferir a sede da sociedade para outra unidade da federação, são necessárias providências na Junta Comercial da UF, através de um ato consolidado, onde se localiza a sede e na Junta Comercial da UF para onde será transferida.

11.1 SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DE ATO DE TRANSFERÊNCIA DA SEDE À JUNTA COMERCIAL DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ONDE ESTA SE LOCALIZAVA

11.1.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA ARQUIVAMENTO NA JUNTA COMERCIAL DE ORIGEM
Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema da viabilidade.
Requerimento (Capa de Processo) com assinatura do administrador, acionista, procurador, com poderes específicos, ou terceiro interessado (art. 1.151 do Código Civil). (Vide tabela de atos e eventos para preenchimento do requerimento). **Observação:** As procurações deverão ser arquivadas em processo, com pagamento do preço do serviço devido.
Aprovação prévia de órgão governamental, quando for o caso. (1)
Via original autenticada pela Junta de origem ou certidão de inteiro teor da ata da AGE/AGOE, que deliberou a transferência de sede. • Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03 /2013. (2) • Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única. (2)
Cópia autenticada da identidade (3) do signatário do requerimento.
Ficha de Cadastro Nacional - FCN (fls. 1 e 2).
Comprovantes de pagamento (4): - Guia de Recolhimento/Junta Comercial e DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).
Apresentar DBE - Documento Básico de Entrada em 01 (uma) via, com assinatura do representante legal. (5)

Observações:
(1) Empresa de serviços aéreos; instituições financeiras ou assemelhadas, públicas ou privadas; empresas de radiodifusão e telecomunicação (Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013).
(2) Vide Instrução Normativa DREI nº 03/2013.
(3) Documentos admitidos: cédula de identidade, certificado de reservista, carteira de identidade profissional, Carteira de Trabalho e Previdência Social ou carteira nacional de habilitação (modelo com base na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997). Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
(4) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.
(5) Quando couber apresentar DBE - RFB (a Junta Comercial manterá convênio com a Secretaria da Receita Federal do Brasil).

11.1.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

11.1.2.1 Busca prévia do Nome Empresarial

Antes de dar entrada na Junta Comercial da UF da sede, nos casos de ABERTURA de primeira filial, ALTERAÇÃO, quando houver alteração de nome empresarial e de TRANSFERÊNCIA para outra UF é recomendável promover a proteção do nome empresarial da cooperativa ou solicitar a pesquisa deste à Junta Comercial da UF onde será aberta, alterada ou transferida a filial para evitar sustação do registro naquela Junta, por colidência de nome empresarial.
Havendo colidência, será necessário alterar o nome empresarial na Junta do Estado onde se localiza a sede.
Nota: A proteção ao nome empresarial é assegurada nos limites da Unidade Federativa em cuja Junta Comercial ele está registrado.

11.1.2.2 Transferência de prontuário

O prontuário da empresa (certidão de inteiro teor), que transferir sua sede para outro Estado, será remetido para a Junta Comercial da nova sede, mediante solicitação da Junta Comercial de destino (art. 56 da Lei 8.934 de 18 de novembro de 1994).

11.1.2.3 Ata da Assembleia Geral Extraordinária

A ata da assembleia geral extraordinária, que deliberar sobre a mudança da sede, deverá consolidar o estatuto social. As orientações e procedimentos à ata de assembleia geral extraordinária devem também ser observados neste capítulo.

11.1.2.4 Sociedades cujos atos de transferência de sede para outra unidade da federação, para arquivamento, dependem de aprovação prévia por órgão governamental

Empresa de serviços aéreos; instituições financeiras ou assemelhadas, públicas ou privadas; empresas de radiodifusão e telecomunicação (Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013).

11.2 SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DA SEDE À JUNTA COMERCIAL DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE DESTINO

11.2.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA ARQUIVAMENTO NA JUNTA COMERCIAL DE ORIGEM
Requerimento (Capa de Processo) com assinatura do administrador, acionista, procurador, com poderes específicos, ou terceiro interessado (art. 1.151 do Código Civil). (Vide tabela de atos e eventos para preenchimento do requerimento).
Documento referente à transferência da sede, arquivado na Junta Comercial da unidade da federação onde essa se localizava: - Via original da ata de assembleia geral extraordinária, ou certidão de inteiro teor do ato arquivado. (2)
Original ou cópia autenticada (1) de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** As procurações deverão ser arquivadas em processo, com pagamento do preço do serviço devido.
Cópia autenticada da identidade (3) do signatário do requerimento.
Ficha de Cadastro Nacional - FCN (fls. 1 e 2).
Comprovantes de pagamento: (4) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial e DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).

Observações:
(1) Cópia autenticada.
(2) Vide Instrução Normativa DREI n° 03/2013.
(3) Documentos admitidos: cédula de identidade, certificado de reservista, carteira de identidade profissional, Carteira de Trabalho e Previdência Social ou carteira nacional de habilitação (modelo com base na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997). Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
(4) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

12 PROTEÇÃO, ALTERAÇÃO OU CANCELAMENTO DE PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

Para ARQUIVAMENTO, ALTERAÇÃO e CANCELAMENTO de Proteção de Nome Empresarial são necessárias providências na Junta Comercial da unidade da federação onde se localiza a sede e na Junta Comercial da unidade da federação onde se pretende seja protegido o nome empresarial.

12.1 SOLICITAÇÃO À JUNTA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ONDE SE LOCALIZA A SEDE

12.1.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

	Nº DE VIAS
Requerimento de Certidão Simplificada dirigido à Junta Comercial. (1)	1
Comprovante de pagamento: - Guia de Recolhimento / Junta Comercial.	

12.2 SOLICITAÇÃO À JUNTA DA OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

12.2.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

	Nº DE VIAS
Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema da viabilidade. (1)	
Requerimento (Capa de Processo) com assinatura do administrador, acionista, procurador, com poderes específicos, ou terceiro interessado (art. 1.151 do Código Civil). (Vide tabela de atos e eventos para preenchimento do requerimento)	
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** As procurações deverão ser arquivadas em processo, com pagamento do preço do serviço devido.	
Proteção de nome empresarial Certidão Simplificada, expedida pela Junta Comercial da sede da sociedade. **Alteração da proteção ou cancelamento** Certidão Simplificada, expedida pela Junta Comercial da sede da sociedade **ou** -via original do documento que modificou o nome empresarial, arquivado na Junta da sede, **ou** Certidão de Inteiro Teor desse documento.	1
Comprovantes de pagamento (2): - Guia de Recolhimento / Junta Comercial e DARF / Cadastro Nacional de Empresas (nos casos de registro da proteção e de sua alteração) (código 6621).	

Observações:
(1) A consulta de viabilidade (pesquisa de nome empresarial e/ou endereço) no portal de serviços da Junta Comercial.
(2) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

12.3 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

12.3.1 COMUNICAÇÃO À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO ONDE SE LOCALIZA A SEDE

Procedido ao arquivamento, a Junta Comercial comunicará o ato praticado à Junta Comercial da unidade da federação onde se localiza a sede da empresa.

12.3.2 ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

Ocorrendo o arquivamento de instrumento que altere o nome empresarial na Junta da sede da empresa, cabe à sociedade promover, nas Juntas Comerciais das outras unidades da federação em que haja proteção do nome empresarial da sociedade, a modificação da proteção existente mediante o arquivamento de documento que comprove a alteração do nome empresarial.

13 DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

13.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, acionista, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do Código Civil).
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação**: as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Certidão ou cópia da ata da AGE que deliberou ou reconheceu a dissolução da companhia, autenticada pelo presidente e secretário da assembleia, com a aprovação prévia do órgão governamental competente, quando for o caso; **ou** sentença judicial, com indicação do liquidante, no caso de dissolução judicial; **ou** decisão da autoridade administrativa competente, no caso de dissolução administrativa. (1)
Aprovação prévia de órgão governamental competente, quando for o caso. (2)
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (3)
Comprovante de pagamento: (4) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial.

Observações:
(1) Para fins de registro, deverá ser apresentada cópia/certidão da ata autenticada pelo presidente e secretário da assembleia, facultada a assinatura dos demais acionistas presentes.
(2) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(3) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(4) No DF, o recolhimento deve ser efetuado por meio do DARF sob o código 6621.

13.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

13.2.1 DISSOLUÇÃO (art. 206, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976)

Dissolve-se a companhia:
a) de pleno direito:
- Pelo término do prazo de duração;
- Nos casos previstos no estatuto;
- Por deliberação da assembleia geral;
- Pela existência de um único acionista, exceto no caso de subsidiária integral verificada em assembleia geral ordinária, se o mínimo de dois não for reconstituído até à assembleia geral ordinária do ano seguinte; e
- Pela extinção, na forma da lei, da autorização para funcionar;
b) Por decisão judicial:
- Quando anulada a sua constituição, em ação proposta por qualquer acionista;
- Quando provado que não pode preencher o seu fim, em ação proposta por acionistas que representem cinco por cento ou mais do capital social;
- Em caso de falência, na forma prevista na respectiva lei;
c) Por decisão de autoridade administrativa competente, nos casos e na forma previstos em lei especial.

13.2.2. LIQUIDAÇÃO PELA ASSEMBLEIA GERAL

Se o estatuto for omisso, compete à assembleia geral, nos casos de dissolução de pleno direito:
a) determinar o modo de liquidação; e
b) nomear o liquidante e o conselho fiscal que devem funcionar durante o período de liquidação.

13.2.2.1 Conselho de Administração

A companhia que tiver conselho de administração poderá mantê-lo, competindo-lhe nomear o liquidante.

13.2.2.2 Funcionamento do Conselho Fiscal

O funcionamento do conselho fiscal será permanente ou a pedido de acionistas, conforme dispuser o estatuto.

13.2.3 "QUORUM" QUALIFICADO

Para a instalação e deliberação sobre dissolução de sociedade anônima, é necessário "quorum", mínimo, de metade das ações com direito de voto.

13.2.4 ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A ata da assembleia geral extraordinária que deliberar sobre a dissolução deverá registrar as decisões tomadas e, especificamente:
a) A nomeação do liquidante, qualificando-o (nacionalidade, estado civil, profissão, nº de identidade-órgão expedidor- UF, nº do CPF e endereço completo);
b) A eleição do conselho fiscal, se requerida a sua instalação ou funcionamento, qualificando os seus membros; e
c) O acréscimo à denominação da expressão "Em liquidação".

13.2.5 AUTENTICAÇÃO DE CÓPIAS DE DOCUMENTOS

A autenticação de cópias de documentos que instruírem atos levados a arquivamento, quando necessário, poderá ser feita pelo próprio servidor da Junta Comercial, mediante cotejo com o documento original.

14 EXTINÇÃO

14.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, acionista, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do Código Civil).
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação**: as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Certidão ou cópia da ata da AGE que deliberou aprovar o encerramento da liquidação, e consequente extinção da companhia, autenticada pelo presidente e secretário da assembleia, com a aprovação prévia do órgão governamental competente, quando for o caso; **ou** certidão de inteiro teor da decisão judicial, transitada em julgado. (1)
Aprovação prévia de órgão governamental competente, quando for o caso. (2)
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (3)
Comprovante de pagamento: (4) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial.

Observações:
(1) Para fins de registro, deverá ser apresentada cópia/certidão da ata autenticada pelo presidente e secretário da assembleia, facultada a assinatura dos demais acionistas presentes.
(2) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(3) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(4) No DF, o recolhimento deve ser efetuado por meio do DARF sob o código 6621.

14.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

As orientações e procedimentos gerais relativos à ata de assembleia geral extraordinária devem ser vistas no capítulo relativo à mesma e os específicos, no presente caso, nos tópicos próprios deste capítulo.

14.2.1 "QUORUM" DE INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA

Na sociedade anônima em liquidação, todas as ações gozam de igual direito de voto.

14.2.2 ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A ata de assembleia geral extraordinária de extinção da companhia deverá conter deliberações sobre:
a) Prestação de contas do liquidante; e
b) Se aprovadas as contas, declaração do encerramento da liquidação e a da extinção da sociedade.
O arquivamento que deliberou a extinção da sede, que contêm filiais na unidade da federação da sede e/ou fora da unidade da federação da sede, considerar-se-á extinta quando da aprovação do ato.

14.2.3 EXTINÇÃO DA SOCIEDADE POR SENTENÇA JUDICIAL

A extinção de sociedade determinada por decisão de autoridade judicial obedecerá ao nela contido, devendo a sentença ser arquivada na Junta Comercial.

14.2.4 SOCIEDADES CUJOS ATOS DE EXTINÇÃO PARA ARQUIVAMENTO, DEPENDEM DE APROVAÇÃO PRÉVIA POR ÓRGÃO GOVERNAMENTAL

Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.

15 PUBLICAÇÕES

A sociedade anônima poderá optar pelo procedimento de ARQUIVAMENTO ou de ANOTAÇÃO DE PUBLICAÇÃO.

15.1 ARQUIVAMENTO DAS PUBLICAÇÕES

15.1.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Requerimento assinado por administrador, acionista, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do Código Civil). Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observações**: as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido. Folha(s) dos jornais contendo a publicação a ser arquivada ou exemplar para anotação (1).
Comprovante de pagamento: (2) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial.

Observações:
(1) Folha(s) dos jornais, contendo a publicação levada a arquivamento, sendo pelo menos um original, ou um exemplar de cada Jornal contendo a publicação levada a anotação. As vias adicionais que forem apresentadas serão cobradas de acordo com a tabela de preços de cada Junta Comercial. Cada publicação de ato deverá compor um processo próprio.
(2) No DF, o recolhimento deve ser efetuado por meio do DARF sob o código 6621.

15.2 ANOTAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES

15.2.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Requerimento assinado por administrador, acionista, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do Código Civil).
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observações:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Folha(s) dos jornais contendo a publicação a ser anotada. (1)
Comprovante de pagamento: (2) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial.

Observações:
(1) Um exemplar de cada Jornal contendo a publicação levada a anotação. As vias adicionais que forem apresentadas serão cobradas de acordo com a tabela de preços de cada Junta Comercial. Cada publicação de ato deverá compor um processo próprio.
(2) No DF, o recolhimento deve ser efetuado por meio do DARF sob o código 6621.

16 OUTROS ARQUIVAMENTOS

16.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, sócio, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do Código Civil). Instrumento ou ato a ser arquivado.
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o instrumento ou documento for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Comprovante de pagamento: - Guia de Recolhimento/Junta Comercial. (1)

Observação:
(1) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

16.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

Além dos atos descritos nos capítulos anteriores, poderão ser arquivados atos ou documentos que, por determinação legal, sejam atribuídos ao Registro Público de Empresas ou que possam interessar à sociedade anônima, tais como os constantes dos subitens seguintes:

16.2.1 EMPRESAS JORNALÍSTICAS E DE RADIODIFUSÃO - LEI nº 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002

Os documentos das empresas jornalística e as concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão, apresentados para arquivamento na Junta Comercial em virtude do disposto nos artigos 4º e 7º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, deverão atender os seguintes requisitos, cumulativamente:
a) O ato contendo a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos 70 (setenta) por cento do capital votante, deverá ser formalmente instruído e protocolado na Junta Comercial;
b) Estando as informações em desacordo ou desatualizadas no Registro de Comércio, relativamente ao capital social, os interessados deverão arquivar documento hábil para atualização desses dados; e
c) Pelo menos uma via deverá ser original.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

16.2.2 PREPOSTO - ARQUIVAMENTO DE PROCURAÇÃO

Somente é obrigatório o arquivamento de procuração nomeando preposto quanto houver limitações contidas na outorga de poderes, para serem opostas a terceiros, salvo se provado serem conhecidas da pessoa que tratou com o gerente (art. 1.174 do Código Civil).
A modificação ou revogação do mandato deve, também, ser arquivada, para o mesmo efeito e com idêntica ressalva (Parágrafo único do art. 1.174 do Código Civil).

16.2.3 CONTRATO DE ALIENAÇÃO, USUFRUTO OU ARRENDAMENTO DE ESTABELECIMENTO

O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento de estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de arquivado na Junta Comercial e de publicado, pela sociedade empresária, na imprensa oficial. A publicação poderá ser em forma de extrato, desde que expressamente autorizada no contrato.

16.2.4 CARTA DE EXCLUSIVIDADE

O documento apresentado para arquivamento na Junta Comercial e que tenha por finalidade fazer prova que o interessado detém a exclusividade sobre algum produto ou serviço, deverá atender os seguintes requisitos:
a) O documento deverá ser produzido pelo agente concedente da exclusividade sobre o produto ou sobre o serviço, na forma de "Carta de Exclusividade", ou; documento que ateste ser o interessado o único fornecedor de determinado produto ou serviço, emitido pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal pertinente à categoria;
b) Pelo menos uma via do documento deverá ser original; e
c) O documento oriundo do exterior, além atender os itens "a" e "b" acima, deverá também conter o visto do Consulado brasileiro no País de origem e ser acompanhado da tradução, feita por tradutor público juramentado.

16.2.5 RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA

A recuperação judicial e a falência serão conhecidas pelo Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, mediante comunicação do Juízo competente.
Cabe à Junta Comercial efetuar a anotação pertinente (prontuário e cadastro), não podendo a empresa, após a anotação, cancelar o seu registro.
Na recuperação judicial, a Junta Comercial poderá arquivar atas, desde que não importem em alienação de patrimônio, transferência de ações, extinção e transferência de sede para outro estado, salvo com autorização do Juiz competente.

16.2.6 DECISÕES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

As ordens judiciais dirigidas à Junta Comercial, pelo respectivo juízo, terão seu teor anotado nos cadastros da respectiva empresa.
Quando se tratar de decisão de natureza transitória, como as liminares, antecipação de tutela, ou cautelar, esta será arquivada, com anotação do seu teor nos cadastros da respectiva empresa, acompanhado de informação de que se trata de decisão revogável, não definitiva.
As decisões administrativas que, por forca de Lei, sejam dirigidas à Junta Comercial terão seu teor anotado nos cadastros da respectiva empresa.
As decisões judiciais ou administrativas levadas a registro pelo empresário deverão ser arquivadas como documentos de interesse, com recolhimento do preço devido.

16.2.7 ESCRITURA DE DEBÊNTURES

Para emissão de debêntures é necessário o registro da certidão ou cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do conselho de administração, que deliberou sobre a emissão na Junta Comercial da sede da companhia e arquivamento da escritura de emissão (art. 64 da Lei nº. 6.404 de 15 de dezembro de 1976).
Para arquivamento da escritura, faz-se necessária a apresentação da certidão ou cópia da ata da assembleia geral ou reunião do conselho em conjunto, salvo se esta já encontrar-se registrada.
A escritura poderá ser arquivada como anexo à certidão ou cópia da ata da assembleia geral ou reunião do conselho em processo separado.

Anexo 4 - Manual de Registro de Cooperativa
Presidência da República
Secretaria de Governo
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

MANUAL DE REGISTRO

COOPERATIVA

BRASÍLIA - DF / 2017

Anexo IV

Índice

1 - Constituição

1.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA CONSTITUIÇÃO POR ASSEMBLEIA GERAL OU INSTRUMENTO PÚBLICO

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934/94, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado pelo presidente, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por cooperado interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do CC).
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento for assinado por procurador em processo separado. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação**.: as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Certidão ou cópia autenticada da Ata da assembleia geral de constituição ou instrumento público de constituição (1) - Caso a Junta Comercial esteja utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Estatuto social, salvo se transcrito na ata da assembleia geral de constituição ou no instrumento público de constituição.
Declaração de desimpedimento para o exercício do cargo dos cooperados eleitos dos órgãos de administração e fiscalização, salvo se constar na ata.
Cópia autenticada da identidade (2) dos administradores (conselheiros de administração ou diretores).
Aprovação prévia do órgão governamental competente, quando for o caso. (3)
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (4)
Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema de viabilize a integração. (4)
DBE - Documento Básico de Entrada da Receita Federal do Brasil. (4)
Comprovantes de pagamento: (5) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).

Observações:
(1) Para fins de registro, deverá ser apresentada cópia/certidão da ata autenticada pelos presidente e secretário da assembleia, facultada a assinatura dos demais associados presentes.
O estatuto, quando não transcrito na ata, deverá conter a assinatura de todos os fundadores, identificados com o nome por extenso, devendo as demais folhas ser rubricadas, contendo o visto de advogado, com a indicação do nome e número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.
Os anexos à Ata poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivados em processo separado, exceto o estatuto quando não transcrito na Ata, que deverá necessariamente ser arquivado em processo separado, com tramitação vinculada.
(2) Documentos admitidos: Os previstos no art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.
A revalidação da identidade é dispensada para estrangeiros portadores de visto permanente que tenham participado de recadastramento anterior desde que: (a) tenham completado sessenta anos de idade, até a data do vencimento do documento de identidade, ou (b) que sejam portadores de deficiência física. Na oportunidade, será necessária a prova da participação no recadastramento e, se for o caso, da condição de pessoa portadora de deficiência física. (Lei nº 9.505, de 15/10/1997).
(3) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(4) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(5) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

1.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

1.2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS

As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria e, independentemente de seu objeto, a Lei (parágrafo único do art. 982 do CC) as classifica como sociedade simples, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados (art. 4º da Lei nº 5764/1971).
As cooperativas têm as seguintes características (art. 1.093 do CC e art. 4º da Lei nº 5.764/1971):
a) variabilidade, ou dispensa do capital social;
b) concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo;
b) limitação do valor da soma de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar;
c) intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança;
d) "quorum", para a assembleia geral funcionar e deliberar, fundado no número de sócios presentes à reunião, e não no capital social representado;
e) direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação;
f) distribuição dos resultados, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado; e
g) indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.

1.2.2 NÚMERO MÍNIMO DE ASSOCIADOS

Para constituição de uma cooperativa singular é necessário o mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo, excepcionalmente, permitida a admissão de pessoas jurídicas; 3 (três) cooperativas singulares para formar uma cooperativa central ou federação, podendo admitir, excepcionalmente, associados individuais; e, no mínimo, 3 (três) cooperativas centrais ou federações de cooperativas, da mesma ou de diferentes modalidades, para formarem uma confederação de cooperativas (art. 6º da Lei nº 5.764/1971).
No caso das cooperativas de trabalho, o número mínimo necessário para sua constituição será de 7 (sete) associados. (art. 6º da Lei nº 12.690/2012)

1.2.3 ASSOCIADOS

1.2.3.1 Pessoa Física

O ingresso nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar dos serviços prestados pela sociedade, desde que adiram aos propósitos sociais e preencham as condições estabelecidas no estatuto. O número de associados é ilimitado, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços (art. 6º do inciso I, e art. 29 da Lei nº 5.764/1971).

1.2.3.2 Pessoa Jurídica

A admissão de pessoas jurídicas será excepcionalmente permitida, desde que:
a) As pessoas jurídicas tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas; ou
b) Sejam constituídas sem fins lucrativos;
As pessoas jurídicas que forem admitidas deverão ser sediadas na respectiva área de operações da Sociedade Cooperativa.

Não poderão ser admitidas as pessoas jurídicas que operem no mesmo campo econômico da Sociedade Cooperativa, exceto aquelas que pratiquem as mesmas atividades econômicas das pessoas físicas associadas às cooperativas de pesca e nas constituídas por produtores rurais ou extrativistas, bem como de eletrificação, irrigação e telecomunicação, nestes últimos casos, desde que sediadas na área de operações da Sociedade Cooperativa (§§ 2º, 3º e 4º do art. 29 da Lei nº 5.764/1971).
Para o exercício do direito da pessoa jurídica de votar e ser votada, a Sociedade Cooperativa deverá observar em seu Estatuto Social o disposto no item 1.2.4.3, ou regras congêneres com a legislação pertinente.

1.2.4 REPRESENTAÇÃO NAS ASSEMBLEIAS

1.2.4.1 Por mandato

Não será permitida a representação por meio de mandatário (§ 1º do art. 42 da Lei nº 5.764/71).

1.2.4.2 Por delegados

Nas cooperativas singulares pode o estatuto estabelecer que os sócios sejam representados nas Assembleias por delegados que tenham a qualidade de associados no gozo de seus direitos sociais e não exerçam cargos eletivos na sociedade, somente nos seguintes casos:
a)quando o número de associados exceder a 3.000 (três mil) (§ 2º do art. 42 da Lei nº 5.764/71, com redação dada pela Lei nº 6.931, de 30 de março de 1982).
b)quando existir filiados residindo a mais de 50 Km (cinqüenta quilômetros) da sede (§ 4º do art. 42 da Lei nº 5.764/1971).
O estatuto deve determinar o número de delegados, a época e forma de sua escolha por grupos seccionais de associados de igual número e o tempo de duração da delegação. Os demais associados poderão comparecer à assembleia, contudo privados de voz e voto (§§ 3º e 5º do art. 42 da Lei nº 5.764/1971).
As assembleias gerais compostas por delegados decidem sobre todas as matérias que, nos termos da lei ou do estatuto, constituem objeto de decisão da assembleia geral dos associados (§ 6º do art.42 da Lei nº 5.764/1971).

1.2.4.3 Cooperativas Centrais, Federações e Confederações

Nas Assembleias Gerais das centrais, federações e confederações, a representação será feita por delegados indicados na forma dos seus estatutos e credenciadas pela diretoria das respectivas filiadas (art. 41 da Lei nº 5.764/71).

1.2.5 CAPACIDADE PARA SER ASSOCIADO

Conforme art. 1.690 do Código Civil compete aos pais, e na falta de um deles ao outro, com exclusividade, representar os associados menores de 16 (dezesseis) anos, bem como assisti-los até completarem a maioridade.
Quando o associado for representado ou assistido, deverá ser indicada a condição e qualificação desses, em seguida à qualificação do associado, incluindo: nome civil, nacionalidade, estado civil, profissão, nº e órgão expedidor da RG, nº do CPF e endereço completo (alínea "d" do inc. III do art. 53 do Decreto nº 1.800, 30 de janeiro de 1996).

1.2.6 EMANCIPAÇÃO

A prova da emancipação averbada no Registro Civil deve instruir o processo ou ser arquivada em separado, simultaneamente ao instrumento.

1.2.7 ASPECTOS FORMAIS

A ata não poderá conter emendas, rasuras e entrelinhas.
Os instrumentos particulares serão grafados na cor preta, obedecidos os padrões técnicos de indelebilidade e nitidez para permitir sua reprografia, microfilmagem e/ou digitalização.
Para efeito de autenticação, quando for o caso, o verso poderá ser utilizado.
As cópias de documentos que constituem atos levados a arquivamento, devem ser autenticadas.

1.3 ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO

A ata da assembleia, lavrada em livro próprio, deve indicar (art. 15 da Lei nº 5.764/1971):
a) local, hora, dia, mês e ano de sua realização;
b) composição da mesa: nome completo do presidente e secretário;
c) nome, nacionalidade, idade, estado civil (se união estável, informar o estado civil), documento de identidade, seu número e órgão expedidor, nº do CPF, profissão, domicílio e residência dos associados;
d) valor e número de quotas-parte de cada cooperado, forma e prazo de integralização;
e) aprovação do estatuto social;
f) declaração de constituição da sociedade, indicando a denominação, o endereço completo da sede e o objeto de funcionamento;
g) nome completo, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço dos associados eleitos para os órgãos de administração, fiscalização e outros; e
h) fecho da ata, assinatura identificada de todos os fundadores.

Para fins do registro na Junta Comercial, a ausência de rubricas nas folhas não assinadas não será causa de formulação de exigência.

Poderão ser adotados livros de folhas soltas ou fichas, conforme dispõe o parágrafo único do art. 22 da Lei 5.764/1971.

1.3.1 INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

A ata de assembleia que aprovar incorporação de bens imóveis deverá conter sua descrição, identificação, área, dados relativos a sua titulação, bem como o número de sua matrícula no registro imobiliário, e quando for o caso, a anuência do cônjuge (alíneas "a" e "b" do inciso VII do art. 35 da Lei nº 8.934/94).

1.4 ESTATUTO SOCIAL

O estatuto social deverá indicar (art. 21 da Lei nº 5.764/1971):
a) denominação social (Vide Instrução Normativa DREI nº 15/2013);
b) endereço completo da sede;
c) prazo de duração;
d) área geográfica de ação da sociedade;
e) objeto social, compreendendo o objeto de funcionamento e o operacional, definidos de modo preciso e detalhado;
f) fixação do exercício social;
g) data do levantamento do balanço geral;
h) capital social mínimo expresso em moeda corrente nacional;
i) natureza da responsabilidade dos associados;
j) direitos e deveres dos associados;
k) condições de admissão, demissão, eliminação e exclusão dos associados e normas para a representação de associados nas assembleias gerais;
l) o capital social mínimo, valor da quota-parte, o mínimo de quotas-partes a ser subscrito pelo associado e a forma e prazo de integralização, bem como as condições de sua retirada nos casos de demissão, eliminação ou exclusão de associado;
m) fundos obrigatórios e demais fundos que porventura forem criados;
n) forma de devolução das sobras ou do rateio das perdas;
o) modo de administração e fiscalização, estabelecendo os respectivos órgãos, com definição de suas atribuições, poderes e funcionamento, a representação ativa da sociedade em juízo ou fora dele, o prazo de mandato, bem como o processo de substituição dos administradores e conselheiros fiscais;
p) formalidades de convocação das assembleias gerais e a maioria requerida para a sua instalação e validade de suas deliberações, vedado o direito de voto aos que nelas tiveram interesse particular sem privá-los da participação dos debates;
q) casos de dissolução voluntária da sociedade;
r) modo e processo de alienação ou oneração de bens imóveis da sociedade;
s) modo de reforma do estatuto; e
t) número mínimo de associados, nas cooperativas singulares;
A Cooperativa de Trabalho deve garantir aos sócios os seguintes direitos, além de outros que a Assembleia Geral venha a instituir:
a)retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo, calculadas de forma proporcional às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas;
b) duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários;
c) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
d) repouso anual remunerado;
e) retirada para o trabalho noturno superior à do diurno;
f) adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas; e
g) seguro de acidente de trabalho.
O estatuto da Cooperativa Social poderá prever uma ou mais categorias de sócios voluntários, que lhe prestem serviços gratuitamente, e não estejam incluídos na definição de pessoas em desvantagem (art. 4º da Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999).

1.4.1 DENOMINAÇÃO SOCIAL

A denominação sempre deve ser acompanhada da expressão "Cooperativa", não podendo conter o termo "Banco" na formação de sua denominação social (art. 5º da Lei nº 5.764/71). Quando se tratar de cooperativa regulamentada pela Lei nº 12.690/12, a denominação social deverá conter a expressão "Cooperativa de Trabalho" (art. 10, §1º da Lei nº 12.690/2012). Quando se tratar de cooperativa regulamentada pela Lei nº 9.867/1999, a denominação social deverá conter a expressão "Cooperativa Social" (art. 2º da Lei nº 9.867/1999).
Vide Instrução Normativa DREI nº 15/2013.

1.4.2 RESPONSABILIDADE DOS ASSOCIADOS

a) as sociedades cooperativas serão de responsabilidade limitada, quando a responsabilidade do associado pelos compromissos da sociedade se limitar ao valor do capital por ele subscrito (art. 11 da Lei nº 5.764/1971);
b) as sociedades cooperativas serão de responsabilidade ilimitada, quando a responsabilidade do associado pelos compromissos da sociedade for pessoal, solidária e não tiver limite (art. 12 da Lei nº 5.764/1971); e
c) a responsabilidade do associado para com terceiros, como membro da sociedade, somente poderá ser invocada depois de Judicialmente exigida da cooperativa (art. 13 da Lei nº 5.764/71).

1.4.3 OBJETO SOCIAL

A cooperativa deverá delimitar de forma clara e precisa seu objetivo, isto é, quais os serviços diretos que serão prestados aos associados, bem como os objetos de funcionamento e operacional, realizados com fins à consecução do objetivo delineado, informando as atividades desenvolvidas. (art. 4º, 5º e 7º da Lei nº 5.764/1971).
O objetivo de toda Sociedade Cooperativa será sempre a prestação direta de serviços aos associados, na forma do art. 7º da Lei nº 5.764/1971. Os objetos são as atividades que a sociedade irá desenvolver para atingir seu objetivo.

1.4.4 CAPITAL SOCIAL

O capital social da cooperativa é variável, podendo ser integralizado em moeda ou bens, com estipulação de seu valor mínimo e expresso seu montante em moeda corrente nacional. O capital social será subdividido em quotas-partes, cujo valor unitário não poderá ser superior ao maior salário mínimo vigente no País. Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total das quotas-partes, salvo nas sociedades em que a subscrição deva ser diretamente proporcional ao movimento financeiro do cooperado, ou ao quantitativo dos produtos a serem comercializados, beneficiados ou transportados, ou ainda, em relação à área cultivada ou ao número de plantas e animais em exploração (art. 24 da Lei nº 5.764/1971).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4.5 FUNDOS

O estatuto deverá estabelecer, obrigatoriamente, a constituição do Fundo de Reserva e do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, sendo-lhes cabível o percentual mínimo de 10% (dez por cento) e 5% (cinco por cento), respectivamente, sobre as sobras líquidas do exercício (art. 28 da Lei nº 5.764/1971).
A Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

1.4.6 ASSINATURA DOS ASSOCIADOS

O estatuto, quando não transcrito na ata, conterá a assinatura e identificação dos fundadores.
Para fins do registro na Junta Comercial, a ausência de rubricas nas folhas não assinadas não será causa de formulação de exigência.

1.4.7 VISTO DE ADVOGADO

O estatuto deverá conter o visto do advogado, com indicação do nome completo e número de inscrição na respectiva seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

1.5 PARTICIPACAO DE ESTRANGEIRO

Vide Instrução Normativa DREI nº 34/2017.

1.6 MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Somente a cooperativa de consumo pode ser enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, quando cumpridos os requisitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 2006.
Nesta hipótese, para o enquadramento, reenquadramento ou desenquadramento, deve ser verificado o procedimento previsto na Instrução Normativa DREI nº 36/2017.

2 - Assembleia Geral

2.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934/94, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado pelo presidente, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por cooperado interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do CC).
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação**.: as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Certidão ou cópia autêntica da ata da assembleia geral ordinária ou extraordinária. (1) - Caso a Junta Comercial esteja utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Declaração de desimpedimento para o exercício do cargo dos associados eleitos dos órgãos de administração e fiscalização, salvo se constar na ata.
Cópia autenticada da identidade (2) dos administradores, quando houver eleição.
Folha do jornal que publicou o edital de convocação. (3)
Cópia dos editais de convocação afixados em locais apropriados em dependências comumente mais frequentadas pelos associados.
Cópia da comunicação aos associados por intermédio de circulares, sendo dispensada a sua apresentação quando a ata consignar que esse procedimento foi observado.
Aprovação prévia do órgão governamental competente, quando for o caso. (4)
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (5)
DBE - Documento Básico de Entrada da Secretaria Receita Federal do Brasil. (5)
Comprovantes de pagamento: (6) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial e DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).

OBSERVAÇÕES:
(1) A certidão ou cópia da ata deve conter, no fecho, a indicação que é cópia fiel do livro e folhas em que a ata foi lavrada e uma declaração informando quantos cooperados estiveram presentes e que suas assinaturas constam no Livro de Presenças dos Associados nas Assembleias Gerais, devendo ser assinada pelo presidente ou secretário da assembleia ou administradores.
(2) Documentos admitidos: Os previstos no art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.
A revalidação da identidade é dispensada para estrangeiros portadores de visto permanente que tenham participado de recadastramento anterior desde que: (a) tenham completado sessenta anos de idade, até a data do vencimento do documento de identidade, ou (b) que sejam portadores de deficiência física. Na oportunidade, será necessária a prova da participação no recadastramento e, se for o caso, da condição de pessoa portadora de deficiência física. (Lei nº 9.505, de 15 de outubro de 1997).
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
(3) A publicação do edital de convocação será feita, por uma vez, em jornal de circulação regular e geral, editado ou não no município da sede da cooperativa (não serão aceitas, portanto, publicações em jornais ou informativos de cooperativas de produção, prefeituras municipais, clubes, associações, etc. ou publicado em folha sem identificação do jornal ou sem determinação precisa da data de publicação), na sede da cooperativa ou região onde ela exercer suas atividades.
É dispensada a apresentação de folhas de jornais, quando a ata consignar os nomes dos mesmos, respectivas datas e nº de folhas onde foram feitas as publicações do aviso.
(4) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(5) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
6) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

2.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

2.2.1 CONVOCAÇÃO

A convocação da assembleia geral ordinária ou extraordinária deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização da assembleia, mediante afixação do edital nas dependências da sede, publicação em jornal e comunicação aos cooperados por cartas circulares (art. 38 da Lei nº 5.764/1971).
O comparecimento da totalidade dos associados, expresso na ata, sana as irregularidades de convocação.
A assembleia poderá ser realizada em segunda ou terceira convocações desde que assim permitam os estatutos e conste do respectivo edital, observado o intervalo mínimo de uma hora entre a realização por uma ou outra convocação (art. 38 da Lei nº 5.764/1971).
A convocação para participação em Assembleias Gerais das cooperativas abrangidas pela Lei nº 12.690/12 será realizado mediante notificação pessoal do associado e ocorrerá com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização. Na impossibilidade de notificação pessoal, a notificação dar-se-á por via postal, respeitada a antecedência mínima.
Na impossibilidade de realização das notificações pessoal e postal, os sócios serão notificados mediante edital afixado na sede e em outros locais previstos nos estatutos e publicado em jornal de grande circulação na região da sede da cooperativa ou na região onde ela exerça suas atividades, respeitada a antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização da Assembleia Geral.

2.2.2 "QUORUM" DE INSTALAÇÃO

O "quorum" para instalação da Assembleia Geral é de 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação; de metade mais 1 (um) dos associados, em segunda convocação; e de no mínimo de 10 (dez) associados na terceira convocação, ressalvado o caso de cooperativas centrais, federações e confederações que se instalarão com qualquer número (art. 40 da Lei nº 5.764/1971).
Para as cooperativas de trabalho, regidas pela Lei nº 12.690/2012, o quórum mínimo de instalação das Assembleias Gerais será de: 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação; metade mais 1 (um) dos associados, em segunda convocação; 50 (cinquenta) sócios ou, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de associados, prevalecendo o menor número, em terceira convocação, exigida a presença de, no mínimo, 4 (quatro) sócios para as cooperativas que possuam até 19 (dezenove) associados matriculados (inciso III do §3º do art. 11 da Lei nº 12.690/2012).

2.2.3 ATA DA ASSEMBLEIA GERAL

A ata da assembleia geral, lavrada em livro próprio, deve indicar:
a) denominação completa da cooperativa; NIRE e CNPJ;
b) local, hora, dia, mês e ano de sua realização;
c) composição da mesa diretora dos trabalhos: nome do presidente e do secretário;
d) "quórum" de instalação (número de presentes e em qual convocação se iniciou os trabalhos);
e) convocação: mencionar as formalidades adotadas:
- por edital, citar o jornal em que foi publicado;
- por edital afixado em locais apropriados. A menção, ainda, da data e dos locais onde foram afixados dispensará a apresentação do mesmo à Junta Comercial; e
- por comunicação aos associados por intermédio de circular. A menção, ainda, da data e número da circular dispensará a apresentação da mesma à Junta Comercial.
- por jornal, a menção, ainda, da data e da(s) página(s) onde foram publicados dispensará a apresentação do mesmo à Junta Comercial.
f) registrar a ordem do dia;
g) registrar os fatos ocorridos e deliberações, em conformidade com a ordem do dia transcrita, inclusive dissidências ou protestos; e
h) no fecho, mencionar o encerramento dos trabalhos, com as assinaturas do presidente e secretário da assembleia, seguidas das assinaturas dos presentes, quantos bastem para aprovação das matérias deliberadas.
Poderão ser adotados livros de folhas soltas ou fichas, conforme dispõe o parágrafo único do art. 22 da Lei 5.764/1971.

2.2.4 DELIBERAÇÕES

As deliberações da assembleia geral ordinária ou extraordinária deverão estar previstas na ordem do dia do edital de convocação. Em assuntos gerais não será aceito nenhum tipo de deliberação (caput dos arts. 44 e 45 da Lei nº 5.764/1971).
A ata da Assembleia deve indicar os fatos ocorridos e as deliberações: O registro dos fatos ocorridos, inclusive dissidências ou protestos, pode ser lavrado na forma de inteiro teor, sumária ou reduzida, devendo as deliberações tomadas estar transcritas, expressando as modificações introduzidas.

2.2.5 ASPECTOS FORMAIS

Para o arquivamento, extrair-se-á traslado certificando tratar-se de cópia autêntica da ata original, ou processada por meio eletrônico, lavrada no livro próprio, atestada pelo presidente, secretário ou pelas pessoas indicadas pelo estatuto ou pela própria assembleia, com a declaração, sob as penas da lei, de que os presentes são aqueles que assinaram e identificaram-se no livro de presenças.
Poderão ser adotados livros de folhas soltas ou fichas, conforme dispõe o parágrafo único do art. 22 da Lei 5.764/1971.
A ata não poderá conter emendas, rasuras e entrelinhas.
Os instrumentos particulares serão grafados na cor preta, obedecidos os padrões técnicos de indelebilidade e nitidez para permitir sua reprografia, microfilmagem e/ou digitalização.
Para efeito de autenticação, quando for o caso, o verso poderá ser utilizado.

2.3 ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

2.3.1 PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA

A assembleia geral ordinária deverá ser realizada anualmente nos três 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social (art. 44 da Lei nº 5.764/1971), salvo nos casos das cooperativas de crédito que poderão ser realizadas nos 4 (quatro) primeiros meses do exercício social (art. 17 da LC nº 130/2009). Passado este período será realizada Assembleia Geral Extraordinária.

2.3.2 COMPETÊNCIA

É da competência da assembleia geral ordinária (art. 44 da Lei nº 5.764/1971):
I. prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada de parecer do conselho fiscal**,** compreendendo:
a) relatório da gestão;
b) balanço;
c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da cooperativa e o parecer do Conselho Fiscal;

II. destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas;
III. eleição dos componentes do Conselho de Administração ou Diretoria e do Conselho Fiscal e de outros, quando for o caso;
IV. quando previsto, fixação do valor dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e do Conselho Fiscal;
V. quaisquer outros assuntos de interesse social, que não sejam de competência exclusiva da assembleia geral extraordinária. (art. 44 da Lei nº 5.764/1971).

2.3.2.1 DESTITUIÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

É da competência das assembleias gerais, ordinárias ou extraordinárias, a destituição dos membros dos órgãos de administração ou fiscalização.

2.3.3 "QUORUM" DE DELIBERAÇÃO

As deliberações da AGO serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito de votar (§ 3º do art. 38 da Lei nº 5.764/1971).

2.3.3.1 Impedimento de votação dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Os membros dos órgãos de administração e do Conselho Fiscal não poderão participar da votação da prestação de contas e da fixação do valor de honorários, gratificações e cédulas de presença. (§ 1º do art. 44 da Lei nº 5.764/71), além dos casos em que tenha interesse oposto ao da cooperativa, segundo disciplina o art. 52 da Lei nº 5.764/1971.

2.3.4 DESTINAÇÃO DAS SOBRAS OU RATEIO DAS PERDAS

A destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade deve constar expressamente na ata. No caso de haver sobras, a sua destinação somente poderá ocorrer depois de ter sido descontado o percentual legal ou estatutário dos fundos obrigatórios, que também deverá constar na ata.

2.3.4.1 Qualificação dos membros eleitos

Quando houver eleição dos órgãos da administração e fiscalização ou outros, é necessário nominar e qualificar completamente os eleitos (nome, nacionalidade, estado civil, documento de identidade, seu número e órgão expedidor, nº do CPF, profissão, domicílio e residência), bem como mencionar a duração do mandato dos Diretores ou Conselheiros de Administração e do Conselho Fiscal.

2.4 ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

2.4.1 PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA

A assembleia geral extraordinária poderá ser realizada a qualquer momento.

2.4.2 COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

É da competência da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade, desde que mencionado no edital de convocação, sendo de sua competência exclusiva (art. 46 da Lei nº 5.764/1971):
a) reforma do estatuto social;
b) fusão, incorporação ou desmembramento;
c) mudança do objeto da cooperativa;
d) dissolução voluntária da cooperativa e nomeação de liquidante;
e) contas do liquidante.
Na falta da realização de Assembleia Geral Ordinária no período legal, poderá a Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os assuntos da AGO, nos termos do art. 45 da Lei nº 5.764/1971.
No caso da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre reforma estatutária, o Estatuto Social aprovado deverá ser arquivado em processo separado, com o pagamento do preço devido, desde que não transcrito na integra no corpo da ata, seguido das respectivas assinaturas.

2.4.3 "QUORUM" DE DELIBERAÇÃO

O "quorum" de deliberação das matérias arroladas no item 2.4.2 acima, em assembleia geral extraordinária, é de 2/3 (dois terços) dos associados presentes. As demais deliberações serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes (parágrafo único do art. 46 da Lei nº 5.764/71) (§ 3º do art. 38 da Lei nº 5.764/1971).

2.5 ASSEMBLEIA GERAL DE RERRATIFICAÇÃO

A assembleia geral extraordinária pode rerratificar matéria de assembleia geral de constituição, de assembleia geral ordinária ou de assembleia geral extraordinária, ou de assembleia geral especial.
É necessário que conste expresso da ordem do dia do edital de convocação o que pretendem rerratificar; no caso de erro de convocação de assembleia ou de edital de convocação, deverá constar da ordem do dia da assembleia de rerratificação, a data da assembleia que pretendem ratificar, incluindo a respectiva ordem do dia.
A fim de facilitar o arquivamento, a ata objeto de deliberação deverá estar transcrita após a aprovação da rerratificação.
Tratando-se de ratificação, é suficiente a referência aos assuntos ratificados, para sua convalidação.
No caso de retificação, é necessário dar nova redação ao texto modificado, fazendo-se necessário o arquivamento da nova ata.

2.6 ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A assembleia geral ordinária e a assembleia geral extraordinária poderão ser, cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora e instrumentadas em ata única.
A documentação a ser apresentada à Junta Comercial para arquivamento da ata obedecerá à especificação determinada nos capítulos deste Manual, próprios de cada assembleia.
Os requisitos de convocação, instalação, ordem do dia e quórum devem ser observados, de forma individualizada, em relação a cada assembleia.
A ata não precisa registrar, separadamente, as deliberações de cada assembleia.

2.7 ASSEMBLEIA GERAL ESPECIAL

Além da realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária para deliberar nos termos dos e sobre os assuntos previstos na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e no Estatuto Social, a Cooperativa de Trabalho deverá realizar anualmente, no mínimo, mais uma Assembleia Geral Especial para deliberar, entre outros assuntos especificados no edital de convocação, sobre gestão da cooperativa, disciplina, direitos e deveres dos sócios, planejamento e resultado econômico dos projetos e contratos firmados e organização do trabalho.

2.8 PARTICIPACAO DE ESTRANGEIRO

Vide Instrução Normativa DREI nº 34/2016.

3 - Órgãos de Administração

A cooperativa será administrada por uma Diretoria ou por um Conselho de Administração (art. 47 da Lei nº 5.764/1971).

3.1 - FORMAÇÃO DOS ÓRGÃOS

O Conselho de Administração, que terá função precipuamente deliberativa, deve ser formado exclusivamente por associados. Entretanto, nada impede que estes possam contratar gerentes técnicos ou comerciais (arts. 47 e 48 da Lei nº 5.764/1971), podendo nesse caso, ser criada uma DIRETORIA PROFISSIONALIZADA, ocupada por associados ou por gestores contratados, com função meramente executiva. A Diretoria ficará subordinada ao Conselho de Administração.
Não poderão compor os Órgãos de Administração, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, fé pública ou a propriedade e os parentes entre si até o segundo grau, em linha reta ou colateral (art. 51 da Lei nº 5.764/1971).
Não pode o associado exercer cumulativamente cargos nos órgãos de administração e fiscalização (§ 2º do art. 56 da Lei nº 5.764/1971).
O associado menor de 18 (dezoito) anos não pode exercer funções de administração na cooperativa, salvo emancipado.
Excepcionalmente, quando a Cooperativa não tiver um Conselho de Administração, mas apenas uma Diretoria, essa incorporará as características e atribuições do Conselho (função executiva e função deliberativa).
As cooperativas de crédito com conselho de administração podem criar diretoria executiva a ele subordinada, na qualidade de órgão estatutário composto por pessoas físicas associadas ou não, indicadas por aquele conselho (art. 5º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009).

3.2 - MANDATO

O mandato dos membros da Diretoria ou do Conselho de Administração não poderá, em hipótese alguma, ser superior a 4 (quatro), anos (art. 47 da Lei nº 5.764/1971).

3.3 - RENOVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração deve, obrigatoriamente, renovar a composição de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros, a cada eleição (art. 47 da Lei nº 5.764/71) e declarar que não estão incursos nas vedações do art. 51 da Lei nº 5.764/1971.
Compete à assembleia geral, quando a lei estabelecer certos requisitos para a investidura do cargo, bem como outras condições de elegibilidade (inexistência de impedimentos), exigir a exibição dos comprovantes respectivos.

4 - Conselho Fiscal

4.1 - OBJETIVO

O Conselho Fiscal terá o objetivo de fiscalizar assídua e minuciosamente a administração da sociedade, sendo composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes (art. 56 da Lei nº 5.764/1971).

4.2 - COMPOSIÇÃO

Os membros do Conselho Fiscal devem, obrigatoriamente, ser cooperados e serão eleitos anualmente em assembleia geral, exceto para cooperativas de crédito, cujo mandato poderá ser de até 3 (três) anos (art. 6º da Lei Complementar nº 130/2009).
Não poderão compor o Conselho fiscal, além das pessoas indicadas no item 3.1, os parentes dos diretores até o 2° (segundo) grau, em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau (art. 51 e § 1º do art. 56 da Lei nº 5.764/1971).
Não pode o associado exercer cumulativamente cargos nos órgãos de administração e fiscalização.
O associado menor de 18 anos não poderá ser membro do Conselho Fiscal, salvo emancipado.
Compete à assembleia geral, quando a lei estabelecer certos requisitos para a investidura do cargo, bem como outras condições de elegibilidade (inexistência de impedimentos), exigir a exibição dos comprovantes respectivos.

4.3 - MANDATO

O mandato do conselheiro fiscal é de um exercício ou de 1 (um) ano (art. 56 da Lei nº 5.764/1971), exceto para as cooperativas de crédito, cujo mandato poderá ser de até 3 (três) anos (art. 6º da LC nº 130/2009).

4.4 - REELEIÇÃO

A reeleição é permitida apenas para 1/3 (um terço) de seus componentes (art. 56 da Lei nº 5.764/1971), salvo para as cooperativas de crédito que deverá observar a renovação de, ao menos, 2 (dois) membros a cada eleição, sendo 1 (um) efetivo e 1 (um) suplente (art. 6º da LC nº 130/2009).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5 - FILIAL NA UNIDADE DA FEDERAÇÃO DA SEDE

5.1 - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Para ABERTURA, ALTERAÇÃO e EXTINÇÃO DE FILIAL NA UF DA SEDE

Incorporar ao processo de arquivamento do ato que contiver a abertura, alteração ou extinção de filial (ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL, ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO OU DE DIRETORIA, ou ATO DE ADMINISTRADOR, observado o disposto no estatuto social), os seguintes documentos, conforme o caso: **a) ABERTURA:** • Aprovação prévia do órgão governamental competente, quando for o caso (1) • Ficha de Cadastro Nacional - FCN (fl. 1) (2) • Comprovantes de pagamento: (3) - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621) **b) ALTERAÇÃO OU EXTINÇÃO:** • Aprovação prévia de órgão governamental, quando for o caso (1) • Ficha de Cadastro Nacional - FCN (fl. 1) (2) **Obs.:** as procurações deverão ser arquivadas em processo, com pagamento do preço do serviço devido.

Observações:
(1) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(2) Para cada filial aberta, alterada ou extinta deverá ser apresentada a FCN correspondente.
(3) O valor do CNE é devido em relação a cada filial aberta, cumulativamente com o valor referente ao ato que contiver a deliberação de abertura, se em relação a esse for devido. No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

5.2 - ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

5.2.1 - ASPECTO FORMAL

A abertura de filial pode constar em ata da assembleia; **ou** em certidão de inteiro teor da ata da assembleia, quando revestir a forma pública; **ou** em ata de reunião do Conselho de Administração ou de Diretoria, **ou** em ato de diretor, observado o disposto no estatuto social quanto à competência para deliberação, bem como quanto à área de ação da cooperativa.
Em qualquer hipótese, deve ser indicado o endereço completo da filial e, nos casos de alteração ou extinção, também o seu NIRE e CNPJ.
ATOS E EVENTOS A SEREM UTILIZADOS
No preenchimento do requerimento constante da Capa de Processo deverá constar o ATO correspondente ao documento que está sendo arquivado e os eventos a seguir, conforme o caso:
- 023 - Abertura de filial na UF da sede
- 024 - Alteração de filial na UF da sede
- 025 - Extinção de filial na UF da sede

5.2.2 - FICHA DE CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS - FCN

Para cada ato de abertura, alteração ou extinção de filial deverá ser apresentada uma FCN, assim como deverá ser apresentada uma FCN individualizada para a sede quando do ato que contiver a deliberação relativa à filial constar dados que sejam objeto de cadastramento.

5.2.3 - DADOS OBRIGATÓRIOS

Para ABERTURA:

É obrigatória, em relação a filial aberta, a indicação do endereço completo (tipo e nome do logradouro, número, complemento, bairro/distrito, município, unidade da federação e CEP).

5.2.4 - DADOS FACULTATIVOS

A indicação de destaque de capital para a filial é facultativa. Se indicado algum valor, a soma dos destaques de capital para as filiais deverá ser inferior ao capital da cooperativa.
A indicação de objeto para filial é facultativa, porém, quando efetuada, deverá reproduzir os termos do texto do objeto da cooperativa, integral ou parcialmente.

5.2.5 - SOCIEDADES CUJOS ATOS DE ABERTURA, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DE FILIAL NO ESTADO, PARA ARQUIVAMENTO, DEPENDEM DE APROVAÇÃO PRÉVIA POR ÓRGÃO GOVERNAMENTAL

Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.

6 - FILIAL EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Para ABERTURA, ALTERAÇÃO, TRANSFERÊNCIA e EXTINÇÃO de filial em outra unidade da federação são necessárias providências nas Juntas Comerciais das Unidades da Federação onde se localiza a sede, onde se localizar a filial e de destino da filial, conforme o caso.

6.1 - SOLICITAÇÃO À JUNTA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ONDE SE LOCALIZA A SEDE

6.1.1 - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Incorporar ao processo de arquivamento do ato que contiver a abertura, alteração, transferência ou extinção de filial (ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL, ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO OU DE DIRETORIA, ou ATO DE DIRETOR, observado o disposto no estatuto social), os seguintes documentos, conforme o caso: **a) ABERTURA:** • Aprovação prévia do órgão governamental competente, quando for o caso (1) • Ficha de Cadastro Nacional - FCN (fl. 1) (2) **b) ALTERAÇÃO OU EXTINÇÃO:** • Aprovação prévia de órgão governamental, quando for o caso (1) • Ficha de Cadastro Nacional - FCN (fl. 1) (2) **Obs.:** as procurações deverão ser arquivadas em processo, com pagamento do preço do serviço devido.

OBSERVAÇÕES:

(1) Empresas de serviços aéreos; instituições financeiras ou assemelhadas, públicas ou privadas; empresa de radiodifusão (Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013).
(2) Para cada filial aberta, alterada, transferida ou extinta deverá ser apresentada a FCN correspondente.

6.1.2 - ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

6.1.2.1 - Procedimentos preliminares à abertura da filial

6.1.2.1.1 - Solicitação de proteção ou de pesquisa prévia de nome empresarial

Antes de dar entrada na Junta Comercial da UF da sede, nos casos de ABERTURA de primeira filial, ALTERAÇÃO, quando houver alteração de nome empresarial e de TRANSFERÊNCIA para UF é recomendável promover a proteção do nome empresarial da cooperativa ou solicitar a pesquisa deste à Junta Comercial da UF onde será aberta, alterada ou transferida a filial para evitar sustação do registro naquela Junta, por colidência de nome empresarial.
Havendo colidência, será necessário alterar o nome da cooperativa na Junta do Estado onde se localiza a sede.

6.1.2.1.2 - Solicitação de Certidão Simplificada à Junta da sede

Quando se tratar de abertura, alteração, transferência e extinção de filial em outra UF, deverá ser requerida à Junta da sede uma Certidão Simplificada onde conste o endereço da filial aberta ou transferida para compor o processo a ser apresentado à Junta Comercial de destino.

6.1.2.2 - Aspecto formal

A abertura, alteração, transferência ou extinção de filial pode constar em ata da assembleia; **ou** em certidão de inteiro teor da ata da assembleia, quando revestir a forma pública; **ou** em ata de reunião do Conselho de Administração ou de Diretoria, **ou** em ato de diretor, observado o disposto no estatuto social, quanto à competência para deliberação, bem como quanto à área de ação da cooperativa.
Em qualquer hipótese, deve ser indicado o endereço completo da filial e, nos casos de alteração ou extinção, também o seu NIRE e CNPJ.

6.1.2.3 - Atos e Eventos a serem utilizados

No preenchimento do requerimento constante da Capa de Processo deverá constar:
ATO: 310 OUTROS DOCUMENTOS e os eventos a seguir, conforme o caso: a) Abertura, alteração e extinção de filial em outra UF:

1. Na Junta Comercial da sede:
026 - Abertura de filial em outra UF;
027 - Alteração de filial em outra UF;
028 - Extinção de filial em outra UF;

2. Na Junta Comercial da Filial:
029 - Abertura de filial com sede em outra UF;
030 - Alteração de filial com sede em outra UF;
031 - Extinção de filial com sede em outra UF;

b) Transferência de filial da UF da sede para outra UF ou de uma UF para outra UF:
036 - Transferência de filial para outra UF;
c) Inscrição de transferência de filial de outra UF para a UF da sede: 037 - Inscrição de transferência de filial de outra UF.

6.1.2.4 - Ficha de Cadastro Nacional de Empresas - FCN

Para cada ato de abertura, alteração ou extinção de filial deverá ser apresentada uma FCN, assim como deverá ser apresentada uma FCN individualizada para a sede quando do ato que contiver a deliberação relativa à filial constar dados que sejam objeto de cadastramento.

6.1.2.5 - Dados obrigatórios

Para ABERTURA:
É obrigatória, em relação à filial aberta, alterada, transferida ou extinta, a indicação do endereço completo (tipo e nome do logradouro, número, complemento, bairro/distrito, município, unidade da federação e CEP).

6.1.2.6 - Dados facultativos

A indicação de destaque de capital para a filial é facultativa. Se indicado algum valor, a soma dos destaques de capital para as filiais deverá ser inferior ao capital da cooperativa.
A indicação de objeto para filial é facultativa, porém, quando efetuada, deverá reproduzir os termos do texto do objeto da cooperativa, integral ou parcialmente.

6.1.2.7 - Sociedades cujos atos de abertura, alteração, transferência e cancelamento de filial em outro estado da federação, para arquivamento, dependem de aprovação prévia por órgão governamental

Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
Observação: comprovação de autorização prévia deverá ser apresentada à Junta Comercial de origem.

6.2 - SOLICITAÇÃO À JUNTA COMERCIAL DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

a) de destino, nos casos de abertura, alteração e extinção de filial (com sede em outra UF);
b) de destino, nos casos de inscrição de transferência de filial (da UF da sede para outra UF) (de uma UF - que não a da sede - para outra UF); e
c) de origem, no caso de transferência de filial (para a UF da sede) (para outra UF).

6.2.1 - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

☐ Requerimento (Capa de Processo) com assinatura do administrador, procurador, com poderes específicos, ou terceiro interessado (art. 1.151 do CC). Vide tabela de atos e eventos para preenchimento do requerimento). (1)
☐ Original ou cópia autenticada (2) de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento for assinado por

procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Obs.:** as procurações deverão ser arquivadas em processo, com pagamento do preço do serviço devido.
☐ Cópia autenticada (2) da identidade (3) do signatário do requerimento
☐ Ficha de Cadastro Nacional - FCN (fl. 1).
☐ Comprovantes de pagamento (4): - Guia de Recolhimento/Junta Comercial e DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621), exclusivamente no caso de abertura de filial (evento 029).
Documentação complementar, para arquivamento de filial na Junta Comercial de DESTINO, nos casos de: ABERTURA, ALTERAÇÃO, TRANSFERÊNCIA E EXTINÇÃO. (5) Certidão Simplificada contendo o endereço de instalação, ou novo endereço da filial aberta, alterada, transferida ou extinta emitida pela Junta Comercial da UF da sede (6). Cópia do ato que contiver a deliberação sobre o estabelecimento filial, devidamente arquivado na Junta Comercial da sede, ou, via autenticada pela Junta da Sede ou Certidão de Inteiro Teor da ata de assembleia geral de constituição, quando nela constar a abertura de filial. **Obs.:** se o ato que deliberou sobre a abertura, alteração, transferência ou extinção da filial, contiver o estatuto consolidado, fica dispensada a apresentação da Certidão Simplificada. Comprovante de assentimento prévio, quando se tratar de Faixa de Fronteira. Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
☐ Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema da viabilidade. (6)
☐ Apresentar DBE - Documento Básico de Entrada em 01 (uma) via, com assinatura do representante legal. (7)

Observações:

(1) Requerimento assinado por administrador ou procurador com poderes específicos mediante procuração, com firma reconhecida.

(2) Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.

(3) Documentos admitidos: cédula de identidade, certificado de reservista, carteira de identidade profissional, Carteira de Trabalho e Previdência Social ou carteira nacional de habilitação (modelo com base na Lei nº 9.503, de 23/9/97). Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.

(4) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

(5) Vide Instrução Normativa DREI nº 03/2013.

(6) A consulta de viabilidade (pesquisa de nome empresarial e/ou endereço) no portal de serviços da Junta Comercial.

(7) A Junta Comercial manterá convênio com a RFB para emissão de CNPJ.

6.2.1.1 - Orientações e procedimentos

6.2.1.1.1 - Alteração de Nome Empresarial

No caso de alteração do nome empresarial, deverá ser arquivada, na Junta Comercial da filial, cópia do ato que o alterou, arquivado na Junta da sede ou certidão específica contendo a mudança de nome. (Vide item 6.1.2.1.1)

6.2.1.1.2 - Comunicação de NIRE à Junta Comercial do Estado onde se localiza a sede

Procedido o arquivamento de abertura de filial ou de inscrição de transferência de filial, a Junta Comercial informará à Junta Comercial da unidade da federação onde se localiza a sede da cooperativa o NIRE atribuído.

7 - TRANSFERÊNCIA DE SEDE PARA OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Para transferir a sede da cooperativa para outra unidade da federação, são necessárias providências na Junta Comercial da UF onde se localiza a sede e na Junta Comercial da UF para onde será transferida.

7.1 - SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DE ATO DE TRANSFERÊNCIA DA SEDE À JUNTA COMERCIAL DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ONDE ESTA SE LOCALIZAVA

7.1.1 - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA ARQUIVAMENTO NA JUNTA COMERCIAL DE ORIGEM
☐ Requerimento (Capa de Processo) com assinatura do administrador, procurador, com poderes específicos, ou terceiro interessado (art. 1.151 CC). (Vide tabela de atos e eventos para preenchimento do requerimento)
☐ Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação.:** as procurações deverão ser arquivadas em processo, com pagamento do preço do serviço devido.
☐ Cópia autêntica da ata da AGE, com indicação do novo endereço da sede social, quando revestir a forma particular. (1) - Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
☐ Cópia autenticada da identidade (2) do signatário do requerimento.
☐ Aprovação prévia do órgão governamental competente, quando for o caso (3).
☐ Ficha de Cadastro Nacional - FCN (fl. 1)
☐ Comprovantes de pagamento (3): - Guia de Recolhimento/Junta Comercial e DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).

Observações:

(1) Vide Instrução Normativa DREI nº 03/2013.

(2) Documentos admitidos: cédula de identidade, certificado de reservista, carteira de identidade profissional, Carteira de Trabalho e Previdência Social ou carteira nacional de habilitação (modelo com base na Lei nº 9.503, de 23 de novembro de 1997). Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro, Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
(3) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

7.1.2 - ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

7.1.2.1 -Busca prévia do nome empresarial (Consulta de viabilidade)

Antes de dar entrada na documentação, é recomendável, preferencialmente, promover a proteção do nome empresarial da cooperativa ou solicitar a pesquisa deste à Junta Comercial da unidade da federação para onde ela será transferida, para evitar sustação do registro naquela Junta por colidência (por identidade ou semelhança) com outro nome anteriormente nela registrado. Havendo colidência, será necessário mudar o nome da cooperativa na Junta em que está registrada, podendo essa mudança ser efetuada no instrumento que deliberar a transferência da sede.
Não sendo feita a proteção ou a busca prévia e havendo colidência de nome na Junta Comercial da outra unidade da federação, deverão ser apresentados para arquivamento dois processos, sendo um correspondente à transferência da sede e outro referente a AGE procedendo a mudança do nome empresarial.
Nota: A proteção ao nome empresarial é assegurada nos limites da Unidade Federativa em cuja Junta Comercial ele está registrado.

7.1.2.2 -Transferência de prontuário

O prontuário da cooperativa (certidão de inteiro teor), que transferir sua sede para outro Estado, será remetido para a Junta Comercial da nova sede, mediante solicitação desta.

7.1.2.3 -Ata da Assembleia Geral Extraordinária

A ata da assembleia geral extraordinária, que deliberar sobre a mudança da sede, deverá consolidar o estatuto social.

7.1.2.4 -Sociedades cujos atos de transferência de sede para outra unidade da federação, para arquivamento, dependem de aprovação prévia por órgão governamental

Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.

7.2 - SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DA SEDE À JUNTA COMERCIAL DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE DESTINO

7.2.1 - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA ARQUIVAMENTO NA JUNTA COMERCIAL DE ORIGEM
☐ Requerimento (Capa de Processo) com assinatura do administrador, procurador, com poderes específicos, ou terceiro interessado (art. 1.151 CC). (Vide tabela de atos e eventos para preenchimento do requerimento).
☐ Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação.:** as procurações deverão ser arquivadas em processo, com pagamento do preço do serviço devido.
☐ Documento referente à transferência da sede, arquivado na Junta Comercial da unidade da federação onde essa se localizava: a) cópia da ata de assembleia geral extraordinária, quando revestir a forma particular, ou certidão de inteiro teor, com consolidação do estatuto, quando revestir a forma pública (1); - Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03 /2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única. b) comprovante de aprovação prévia de órgão governamental competente, quando for o caso, quando não constar do instrumento que deliberou pela transferência; **ou** Certidão de Inteiro Teor do documento indicado acima, emitida pela Junta Comercial juntamente com o comprovante de aprovação governamental também supracitado.
☐ Cópia autenticada da identidade (2) do signatário do requerimento.

☐ Ficha de Cadastro Nacional - FCN (fls. 1 e 2).
☐ Comprovantes de pagamento (3): Guia de Recolhimento/Junta Comercial e DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).
☐ Consulta de viabilidade já aprovada do nome e endereço. (4)
☐ Apresentar DBE - Documento Básico de Entrada em 01 (uma) via, com assinatura do representante legal, se for o caso. (5)

Observações:

(1) Vide Instrução Normativa DREI nº 03/2013.

(2) Documentos admitidos: cédula de identidade, certificado de reservista, carteira de identidade profissional, Carteira de Trabalho e Previdência Social ou carteira nacional de habilitação (modelo com base na Lei nº 9.503/1997). Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.

(3) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

(4) A consulta de viabilidade (pesquisa de nome empresarial e/ou endereço) no portal de serviços da Junta Comercial.
(5) A Junta Comercial manterá convênio com a RFB para emissão de CNPJ.

8 - PROTEÇÃO, ALTERAÇÃO OU CANCELAMENTO DE PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

Para ARQUIVAMENTO, ALTERAÇÃO e CANCELAMENTO de Proteção de Nome Empresarial são necessárias providências na Junta Comercial da unidade da federação onde se localiza a sede e na Junta Comercial da unidade da federação onde se pretende seja protegido o nome empresarial.

8.1 - SOLICITAÇÃO À JUNTA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ONDE SE LOCALIZA A SEDE

8.1.1 - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

	Nº DE VIAS
☐ Requerimento de Certidão Simplificada dirigido à Junta Comercial.	1
☐ Comprovante de pagamento: - Guia de Recolhimento / Junta Comercial (1).	

Observações:
(1) Vide Instrução Normativa DREI nº 03/2013.

8.2 - SOLICITAÇÃO À JUNTA DA OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

8.2.1 - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

	Nº DE VIAS
☐ Capa de Processo (preencher todos os campos do requerimento, dispensada a assinatura).	1
☐ Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Obs.:** as procurações deverão ser arquivadas em processo, com pagamento do preço do serviço devido.	1
Proteção de nome empresarial Certidão Simplificada, expedida pela Junta Comercial da sede da cooperativa. (1) **Alteração da proteção** Certidão Simplificada, expedida pela Junta Comercial da sede da cooperativa. **ou** uma via do instrumento que modificou o nome empresarial, arquivado na Junta da sede; (1) **ou** Certidão de Inteiro Teor ou cópia autenticada desse documento. (1) - Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.	1 3
☐ Comprovantes de pagamento (2): - Guia de Recolhimento / Junta Comercial e DARF / Cadastro Nacional de Empresas (nos casos de registro da proteção e de sua alteração) (código 6621).	
☐ Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema da viabilidade. (3)	

OBSERVAÇÕES:
(1) Vide Instrução Normativa DREI nº 03/2013.
(2) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.
(3) A consulta de viabilidade (pesquisa de nome empresarial e/ou endereço) no portal de serviços da Junta Comercial.

8.3- ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

8.3.1 - COMUNICAÇÃO À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO ONDE SE LOCALIZA A SEDE

Procedido ao arquivamento, a Junta Comercial comunicará o ato praticado à Junta Comercial da unidade da federação onde se localiza a sede da cooperativa.

8.3.2 - ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

Ocorrendo o arquivamento de instrumento que altere o nome empresarial na Junta da sede da cooperativa, cabe à sociedade promover, nas Juntas Comerciais das outras unidades da federação em que haja proteção do nome empresarial da cooperativa, a modificação da proteção existente mediante o arquivamento de documento que comprove a alteração do nome empresarial.

9 - Fusão, Incorporação e Desmembramento

9.1 - FUSÃO

Para ocorrer a fusão serão realizadas: Assembleias para deliberar a fusão e Assembleia Geral conjunta para aprovar a constituição da nova sociedade. A Ata da assembleia que deliberar pela fusão, deverá conter os nomes indicados para compor a comissão mista que procederá os estudos para a constituição da nova sociedade.
A Assembleia Geral conjunta apreciará o relatório da comissão mista, devendo anexar ao mesmo a Ata, os relatórios patrimoniais, o balanço geral, o plano de distribuição das quotas, a destinação dos fundos e o novo estatuto.
Deverá estar expresso na Ata da Assembleia Geral conjunta a criação da nova cooperativa, bem como, a extinção das sociedades que se unem.
No caso das cooperativas que dependem de autorização de órgão governamental, o registro dependerá da anuência deste. (IN DREI nº 14/2013)

9.2 - INCORPORAÇÃO

Na hipótese de incorporação, serão observados os mesmos procedimento adotados para a fusão, limitando-se as avaliações ao patrimônio da cooperativa a ser incorporada.

9.3 - DESMEMBRAMENTO

Para ocorrer o desmembramento são necessárias duas Assembleias Gerais. A Assembleia que deliberar pelo desmembramento deverá designar uma comissão para elaborar os estudos necessários. Estas providências, as quais deverão conter plano de rateio do ativo e passivo da sociedade desmembrada, atribuição do capital social da sociedade desmembrada a cada nova cooperativa e montante das quotas-partes no caso de constituição de central ou federação, cujos relatórios deverão ser apreciados em nova Assembleia, convocada especialmente para este fim.

9.4 - REGIME DE DECISAO

As operações de que trata este Capítulo estão sujeitas ao regime de decisão colegiada previsto no art. 41 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994.

9.5 - TRANSFORMACAO

A alteração da forma jurídica implica na dissolução de pleno direito da cooperativa (art. 63, IV da Lei 5764, de 1971). Dissolvida a cooperativa, promove-se a liquidação, observado o disposto no art. 68, VI, quanto ao reembolso dos associados e destinação do remanescente.
A ata da Assembleia Geral Extraordinária que deliberar pela alteração da forma jurídica da cooperativa será tratada, para o fim de arquivamento na Junta Comercial, como ata de dissolução, conforme descrito no capítulo 10 deste Manual. O arquivamento dependerá de que da respectiva Ata conste o cumprimento dos requisitos a que se refere o item 10.2.1 deste Manual.

10 - Dissolução e Liquidação

10.1 - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei 8.934/94, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado pelo presidente, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por cooperado interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do CC).
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Obs**.: as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Cópia autenticada da identidade (1) dos liquidantes eleitos.
• Certidão ou cópia autêntica da ata de assembleia geral extraordinária (2) que deliberou a dissolução da cooperativa, com a declaração expressa de que não há 20 (vinte) cooperados que se disponham a assegurar sua continuidade (art. 63, I). A Ata deverá esclarecer os motivos da dissolução. ou • Sentença judicial, com a indicação do liquidante, no caso de dissolução judicial. ou • Decisão da autoridade administrativa competente, no caso de dissolução extrajudicial. - Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03 /2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Declaração de desimpedimento para o exercício do cargo dos associados eleitos dos órgãos de administração e fiscalização, salvo se constar na ata.
Aprovação prévia do órgão governamental competente, quando for o caso. (3)
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (4)
DBE - Documento Básico de Entrada da Receita Federal do Brasil. (4)
Comprovantes de pagamento: (5) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).

Observações:
(1)Documentos admitidos: Os previstos no art. 2º da Lei 12.037, de 1º de outubro de 2009.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.
A revalidação da identidade é dispensada para estrangeiros portadores de visto permanente que tenham participado de recadastramento anterior desde que: (a) tenham completado sessenta anos de idade, até a data do vencimento do documento de identidade, ou (b) que sejam portadores de deficiência física. Na oportunidade, será necessária a prova da participação no recadastramento e, se for o caso, da condição de pessoa portadora de deficiência física. (Lei nº 9.505, de 15/10/1997).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(2) A certidão ou cópia da ata deve conter, no fecho, a indicação que é cópia fiel do livro e folhas em que a ata foi lavrada e uma declaração informando quantos cooperados estiveram presentes e que suas assinaturas constam no Livro de Presenças dos Associados nas Assembleias Gerais, devendo ser assinada pelo presidente ou secretário da assembleia ou administradores.
(3) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(4) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(5) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

10.2 - ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

As orientações e procedimentos gerais pertinentes à ata de assembleia geral extraordinária devem ser vistos no capítulo relativo à mesma e os específicos, no presente caso, nos tópicos próprios deste título.

10.2.1 - DISSOLUÇÃO

Dissolve-se a cooperativa (art. 63 da Lei nº 5764/1971):
a) de pleno direito:

I - quando assim deliberar a Assembléia Geral, desde que os associados, totalizando o número mínimo exigido por esta Lei, não se disponham a assegurar a sua continuidade;
II - pelo decurso do prazo de duração;
III - pela consecução dos objetivos predeterminados;
IV - devido à alteração de sua forma jurídica;
V - pela redução do número mínimo de associados ou do capital social mínimo se, até a Assembléia Geral subseqüente, realizada em prazo não inferior a 6 (seis) meses, eles não forem restabelecidos;
VI - pelo cancelamento da autorização para funcionar;
VII - pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.
b) por decisão judicial;
c) por decisão de autoridade administrativa competente.
Dissolvida a cooperativa, promove-se a liquidação, observado o disposto no art. 68, VI, quanto ao reembolso dos associados e destinação do remanescente.

10.2.2 - DISSOLUÇÃO PELA ASSEMBLEIA GERAL

Quando a Assembleia Geral deliberar pela dissolução, esta nomeará um ou mais liquidante e um conselho fiscal de três membros para proceder a sua liquidação (art. 65 da Lei nº 5.764/1971).

10.2.3 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A ata da assembleia geral extraordinária**,** que deliberar sobre a dissolução**,** deverá registrar as decisões tomadas e, especificamente:
a) a nomeação do liquidante, qualificando-o (nome, nacionalidade, idade, estado civil, documento de identidade, seu número e órgão expedidor, nº do CPF, profissão e endereço completo);
b) a eleição do conselho fiscal, qualificando os seus membros; e
c) o acréscimo à denominação da expressão "Em liquidação".

10.2.4 - OBRIGAÇÕES DO LIQUIDANTE QUANTO A ARQUIVAMENTO DE ATOS

Cabe ao liquidante providenciar o arquivamento, na Junta Comercial, da ata da assembleia geral em que foi deliberada a dissolução e liquidação (inc. I do art. 68 da Lei nº 5.764/1971).

11 - Extinção

11.1 - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei 8.934/94, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado pelo presidente, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por cooperado interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do CC).
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Obs**.: as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
• Certidão ou cópia da ata da assembleia geral extraordinária (1), que declarou encerrada a liquidação e declarou a extinção da cooperativa, com a aprovação prévia do órgão governamental competente, quando for o caso; ou • Cópia autêntica da decisão judicial de extinção, com prova de trânsito em julgado, caso em que são dispensadas as certidões a seguir; - Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03 /2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única
Aprovação prévia do órgão governamental competente, quando for o caso. (2)
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (3)
Comprovante de pagamento: (4) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial e DARF / Cadastro Nacional de Empresas (código 6621)

Observações:
(1) A certidão ou cópia da ata deve conter, no fecho, a indicação que é cópia fiel do livro e folhas em que a ata foi lavrada e uma declaração informando quantos cooperados estiveram presentes e que suas assinaturas constam no Livro de Presenças dos Associados nas Assembleias Gerais, devendo ser assinada pelo presidente ou secretário da assembleia ou administradores
(2) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(3) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(4) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

11.2 - ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

As orientações e procedimentos gerais, relativos à ata de assembleia geral extraordinária, devem ser vistas no tópico próprio.

11.2.1 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A ata de assembleia geral extraordinária deverá conter deliberações sobre (art. 74 da Lei nº 5.764/1971):
a) prestação de contas do liquidante; e
b) se aprovadas as contas, declaração do encerramento da liquidação e a declaração da extinção da cooperativa.
O arquivamento que deliberou a extinção da sede, que contêm filiais na unidade da federação da sede e/ou fora da unidade da federação da sede, considerar-se-á extinta quando da aprovação do ato.

11.2.2 - OBRIGAÇÕES DO LIQUIDANTE QUANTO A ARQUIVAMENTO DE ATOS

Cabe ao liquidante providenciar o arquivamento, na Junta Comercial, da ata da assembleia geral em que foi declarada a extinção da cooperativa (inc. XI do art. 68 da Lei nº 5.764/1971).

11.2.3 - EXTINÇÃO DA SOCIEDADE POR SENTENÇA JUDICIAL

A extinção de cooperativa determinada por decisão de autoridade judicial obedecerá ao nela contido, devendo a sentença ser arquivada na Junta Comercial, em processo separado, com o pagamento do preço do serviço devido.

12 - Outros arquivamentos

12.1 - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei 8.934/94, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado pelo presidente, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por cooperado interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do CC).
Instrumento ou ato a ser arquivado. - Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o instrumento ou documento for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Obs**.: as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Comprovante de pagamento: (1) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial.

Observações:
1) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

12.2 - ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

Além dos atos descritos nos capítulos anteriores, poderão ser arquivados atos ou documentos que, por determinação legal, sejam atribuídos ao Registro Público de Empresas ou que possam interessar à sociedade cooperativa, tais como os constantes dos subitens seguintes:

12.2.1 - EMPRESAS JORNALÍSTICAS E DE RADIODIFUSÃO

Os documentos das empresas jornalísticas e as concessionárias e permissionárias de radiodifusão, apresentados para arquivamento na Junta Comercial em virtude do disposto nos artigos 4º e 7º da Lei nº 10.610, de 2002, deverão atender os seguintes requisitos, cumulativamente:
a)o ato contendo a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital votante, deverá ser formalmente instruído e protocolado na Junta Comercial; e
b)estando as informações em desacordo ou desatualizadas no Registro do Comércio, relativamente ao capital social, os interessados deverão arquivar documento hábil para atualização desses dados.

12.2.2 - PREPOSTO - ARQUIVAMENTO DE PROCURAÇÃO

Somente é obrigatório o arquivamento de procuração nomeando preposto quando houver limitações contidas na outorga de poderes, para serem opostas a terceiros, salvo se provado serem conhecidas da pessoa que tratou com o gerente (art. 1.174 do CC).
A modificação ou revogação do mandato deve, também, ser arquivada, para o mesmo efeito e com idêntica ressalva (Parágrafo único do art. 1.174 do CC).

12.2.3 - CONTRATO DE ALIENAÇÃO, USUFRUTO OU ARRENDAMENTO DE ESTABELECIMENTO

O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento de estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de arquivado na Junta Comercial e de publicado, pela cooperativa, na imprensa oficial. A publicação poderá ser em forma de extrato, desde que expressamente autorizada no contrato.

12.2.4 - CARTA DE EXCLUSIVIDADE

O documento apresentado para arquivamento na Junta Comercial e que tenha por finalidade fazer prova que o interessado detém a exclusividade sobre algum produto ou serviço, deverá atender os seguintes requisitos:
O documento deverá ser produzido pelo agente concedente da exclusividade sobre o produto ou serviço, na forma de "Carta de Exclusividade", ou; documento que ateste ser o interessado o único fornecedor de determinado produto ou serviço, emitido pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal pertinente à categoria;
Pelo menos uma via do documento deverá ser original.
Documento oriundo do exterior, além de atender aos parágrafos anteriores, deverá conter o visto do Consulado Brasileiro no País de origem e ser acompanhado da tradução, feita por tradutor público juramentado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13 - Cooperativas de Trabalho

13.1 - CONCEITO

Considera-se Cooperativa de Trabalho as organizações constituídas por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.

13.1.1 - EXCEÇÕES

O disposto neste item do Manual não se aplica (parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.690/2012):
I - as cooperativas de assistência à saúde na forma da legislação de saúde suplementar;
II - as cooperativas que atuam no setor de transporte regulamentado pelo poder público e que detenham, por si ou por seus sócios, a qualquer título, os meios de trabalho;
III - as cooperativas de profissionais liberais cujos sócios exerçam as atividades em seus próprios estabelecimentos; e
IV - as cooperativas de médicos cujos honorários sejam pagos por procedimento.

13.2 - ESPÉCIES

As Cooperativas de Trabalho se classificam em: (art. 4º da Lei nº 12.690/2012)
I - de produção, quando constituída por sócios que contribuem com trabalho para a produção em comum de bens e a cooperativa detém, a qualquer título, os meios de produção; e
II - de serviço, quando constituída por sócios para a prestação de serviços especializados a terceiros, sem a presença dos pressupostos da relação de emprego.

13.3 - CONSTITUIÇÃO

A Cooperativa de Trabalho deverá ser constituída com número mínimo de 7 (sete) sócios (art. 6º da Lei nº 12.690/2012).

13.3.1 - ESTATUTO SOCIAL (art. 7º da Lei nº 12.690/2012)

O estatuto social da Cooperativa de Trabalho deverá indicar relativamente aos sócios/cooperados os seguintes direitos, além de outros que a Assembleia Geral venha a instituir:
I - retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo, calculadas de forma proporcional às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas;
II - duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários;
III - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
IV - repouso anual remunerado;
V - retirada para o trabalho noturno superior à do diurno;
VI - adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas; e
VII - seguro de acidente de trabalho.

13.3.2 - OBJETO

A Cooperativa de Trabalho poderá adotar por objeto social qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, desde que previsto no seu Estatuto Social. (art. 10 da Lei nº 12.690/2012)
Para o cumprimento dos seus objetivos sociais, o sócio poderá exercer qualquer atividade da cooperativa, conforme deliberado em Assembleia Geral. (§ 4º do art. 10 da Lei nº 12.690/2012)

13.3.2.1 - Objeto sujeito a coordenação especial quanto ao local de prestação

As atividades identificadas com o objeto social da Cooperativa de Trabalho, prevista no caput e inciso II do art. 4º da Lei nº 12.690/2012, quando prestadas fora do estabelecimento da cooperativa, deverão ser submetidas a uma coordenação com mandato nunca superior a 1 (um) ano ou ao prazo estipulado para a realização dessas atividades, eleita em reunião específica pelos sócios que se disponham a realizá-las, onde serão expostos os requisitos para sua consecução, os valores contratados e a retribuição pecuniária de cada sócio partícipe (§ 6º do art. 7º da Lei nº 12.690/2012).

13.3.3 DENOMINAÇÃO

É obrigatório o uso da expressão "Cooperativa de Trabalho" na denominação social da cooperativa (§ 1º do art. 10 da Lei nº 12.690/2012)

13.4 - DA ADMISSÃO DE SÓCIO (§ 3º art. 10 da Lei nº 12.690/2012)

A admissão de sócios na cooperativa de trabalho deverá observar os seguintes fatores:
a) possibilidades de reunião;
b) abrangência das operações da cooperativa;
c) controle e prestação de serviços; e
d) congruência com o objeto estatuído.

13.5 - ASSEMBLEIA GERAL/ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

13.5.1 - ASSEMBLEIA GERAL ESPECIAL

Além da realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária para deliberar nos termos dos e sobre os assuntos previstos na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e no Estatuto Social, a Cooperativa de Trabalho deverá realizar anualmente, no mínimo, mais uma Assembleia Geral Especial para deliberar, entre outros assuntos especificados no edital de convocação, sobre gestão da cooperativa, disciplina, direitos e deveres dos sócios, planejamento e resultado econômico dos projetos e contratos firmados e organização do trabalho.
A referida Assembleia Geral Especial deverá ser realizada no segundo semestre do ano. (§ 6º do art. 11 da Lei nº 12.690/2012).

13.5.2 - "QUORUM" DE INSTALAÇÃO

O "quorum" mínimo de instalação das Assembleias Gerais será de:
I - 2/3 (dois terços) do número de sócios, em primeira convocação;
II - metade mais 1 (um) dos sócios, em segunda convocação; e
III - 50 (cinquenta) sócios ou, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de sócios, prevalecendo o menor número, em terceira convocação, exigida a presença de, no mínimo, 4 (quatro) sócios para as cooperativas que possuam até 19 (dezenove) sócios matriculados.

13.5.3 - CONVOCAÇÃO (art. 12, da Lei 12.690/2012)

A notificação dos sócios para participação das assembleias será pessoal e ocorrerá com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização.
Na impossibilidade de notificação pessoal, a notificação dar-se-á por via postal, respeitada a antecedência prevista no caput deste artigo.
Na impossibilidade de realização das notificações pessoal e postal, os sócios serão notificados mediante edital afixado na sede e em outros locais previstos nos estatutos e publicado em jornal de grande circulação na região da sede da cooperativa ou na região onde ela exerça suas atividades, respeitada a antecedência prevista no caput deste artigo.
Além das matérias previstas no art. 44 da Lei nº 5.764/1971 devem ainda a Cooperativa de Trabalho deliberar, anualmente, em Assembleia Geral Ordinária, sobre a adoção ou não de diferentes faixas de retirada dos sócios. (art. 14 da Lei nº 12.690/2012).
No caso de fixação de faixas de retirada, a diferença entre as de maior e as de menor valor deverá ser fixada na Assembleia.

13.6 - ORGÃOS SOCIAIS

13.6.1 - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) sócios, eleitos pela Assembleia Geral, para um prazo de gestão não superior a 4 (quatro) anos, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do colegiado. (art. 15 da Lei nº 12.690/2012).

13.6.2 - EXCEÇÕES À COMPOSIÇÃO

A Cooperativa de Trabalho constituída por até 19 (dezenove) sócios poderá estabelecer, em Estatuto Social, composição para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal distinta da prevista na Lei nº 12.690/2012 e no art. 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, assegurados, no mínimo, 3 (três) conselheiros fiscais.

13.7 - DO PRAZO DE ADEQUAÇÃO DOS ESTATUTOS

A Cooperativa de Trabalho constituída antes da vigência da Lei nº 12.690/2012, que durante o prazo de 12 (doze) meses nela estipulado, contados da publicação e vencido em julho/2013, ainda não procederam à adequação de seus estatutos às disposições nela previstas, deverão fazê-lo na primeira alteração estatutária requerida na vigência desta Instrução Normativa DREI nº 38/2013.

13.8 - ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

As Cooperativas de Trabalho, cujo objeto, seja prestado fora do estabelecimento da cooperativa deverão ser submetidas a uma coordenação com mandato nunca superior a 1 (um) ano, ou, ao prazo estipulado para a realização dessas atividades, eleita em reunião específica pelos cooperados que se disponham a realizá-las, em que serão expostos os requisitos para sua consecução, os valores contratados e a retribuição pecuniária de cada sócio partícipe.

14 - Cooperativas Sociais

14.1 - CONCEITO

Considera-se Cooperativa Social as organizações constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagem no mercado econômico, por meio do trabalho.
Fundamentam-se no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a integração social, laboral e econômica dos cidadãos considerados pessoas em desvantagem (art. 1º da Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999 e art. 2º, inciso I do Decreto nº 8.163/2013).

14.1.1 - PESSOAS EM DESVANTAGEM

Consideram-se pessoas em desvantagem (art. 3º da Lei nº 9.867/1999):
a) os deficientes físicos e sensoriais;
b) os deficientes psíquicos e mentais, as pessoas dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente e os egressos de hospitais psiquiátricos;
c) os dependentes químicos;
d) os egressos de prisões;
e) os condenados a penas alternativas à detenção; e
f) os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo.

14.2 - COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE PESSOAS EM DESVANTAGEM

A condição de pessoa em desvantagem deve ser atestada por meio de documentação proveniente de órgãos da administração pública, ressalvando-se o direito à privacidade (art. 3º, §3º da Lei nº 9.867/1999).

14.3 - ATIVIDADES

As Cooperativas Sociais incluem entre suas atividades (art. 1º da Lei nº 9.867/1999):
I - a organização e gestão de serviços sociossanitários e educativos; e
II - o desenvolvimento de atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços.

14.4 - ESTATUTO SOCIAL
O estatuto da Cooperativa Social poderá prever uma ou mais categorias de sócios voluntários, que lhe prestem serviços gratuitamente, e não estejam incluídos na definição de pessoas em desvantagem (art. 4º da Lei nº 9.867/1999).

14.4.1 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

Na denominação das Cooperativas Sociais, é obrigatório o uso da expressão "Cooperativa Social" (art. 2º da Lei nº 9.867/1999).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Anexo 5 - Manual de Registro de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI

Presidência da República
Secretaria de Governo
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

MANUAL DE REGISTRO

EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI

BRASÍLIA - DF / 2017

Anexo V

1 CONSTITUIÇÃO

1.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, titular, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do CC).
Ato constitutivo, assinado pelo titular da empresa ou seu procurador ou Certidão de inteiro teor do contrato social, quando revestir a forma pública. - Caso a Junta Comercial esteja utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Declaração de desimpedimento para o exercício de administração de sociedade empresária, assinada pelo(s) administrador(es) designados no contrato, se essa não constar de cláusula própria (§1º do art. 1.011 do Código Civil).
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento, o ato constitutivo ou a declaração de que trata o item anterior for assinada por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Cópia autenticada da identidade dos administradores. (1)
Aprovação prévia de órgão governamental, quando for o caso. (2)
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (3)
Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema de viabilize a integração. (3)
DBE - Documento Básico de Entrada da Secretaria Receita Federal do Brasil. (3)
Comprovantes de pagamento: (4) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).

Observações:
(1) Documentos admitidos: Os previstos no art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.
A revalidação da identidade é dispensada para estrangeiros portadores de visto permanente que tenham participado de recadastramento anterior desde que: (a) tenham completado sessenta anos de idade, até a data do vencimento do documento de identidade, ou (b) que sejam portadores de deficiência física. Na oportunidade, será necessária a prova da participação no recadastramento e, se for o caso, da condição de pessoa portadora de deficiência física. (Lei nº 9.505, de 15/10/1997).
(2) Ver Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(3) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(4) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

1.2ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI poderá ser constituída tanto por pessoa natural quanto por pessoa jurídica, nacional ou estrangeira.
Do ato constitutivo da EIRELI constituída por pessoa natural deverá constar cláusula com a declaração de que o seu titular não participa de nenhuma outra empresa dessa modalidade.
A constituição de EIRELI por pessoa jurídica impede a constituição de outra com os mesmos sujeitos naturais integrantes a titular, em respeito ao disposto no § 2º do art. 980-A do Código Civil.

1.2.1 ELEMENTOS DO ATO CONSTITUTIVO

O ato constitutivo deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:
a) Título (ato constitutivo);
b) Preâmbulo;
c) Corpo do ato constitutivo:
c.1) cláusulas obrigatórias;
d) Fecho.

1.2.2 PREÂMBULO DO ATO CONSTITUTIVO

Deverão constar do preâmbulo do ato constitutivo:
I. Qualificação do titular da empresa e, se for o caso, de seu procurador:

a) Titular pessoa natural (brasileiro ou estrangeiro) residente e domiciliado no País ou no exterior:

☐ Nome civil, por extenso;
☐ Nacionalidade;
☐ Estado civil (indicar, se for o caso, a união estável);
☐ Data de nascimento, se solteiro;
☐ Profissão;
☐ Documento de identidade, número e órgão expedidor/UF;
☐ CPF;
☐ Endereço (tipo e nome do logradouro, nº, complemento, bairro/distrito, município, unidade federativa e CEP, se no País);

b) Titular pessoa jurídica com sede no País:

☐ Nome empresarial;
☐ Qualificação do representante conforme item "a";
☐ Endereço da sede (tipo e nome do logradouro, nº, complemento, bairro/distrito, município, unidade federativa e CEP);
☐ Número de identificação do Registro de Empresa - NIRE ou número de inscrição no Cartório competente;
☐ CNPJ;

c)Titular pessoa jurídica com sede no exterior:

☐ Nome empresarial;
☐ Qualificação do representante conforme item "a";
☐ Nacionalidade;
☐ Endereço da sede;
☐ CNPJ;

II. Tipo jurídico (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada).

Observação: Quanto a participação de estrangeiros residentes e domiciliados no Brasil, pessoas físicas, brasileiras ou estrangeiras, residentes e domiciliadas no exterior e pessoas jurídicas com sede no exterior, vide Instrução Normativa DREI nº 34/2017.

1.2.3 CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS DO ATO CONSTITUTIVO

O corpo do ato constitutivo deverá contemplar, obrigatoriamente, o seguinte (art. 980-A, §§, c/c art. 1.054 do Código Civil):
a) Nome empresarial, observado o que dispõe a Instrução Normativa DREI nº 15/2013;
b) Capital, expresso em moeda corrente;
c) Declaração de integralização de todo o capital (art. 980-A do Código Civil);
d) Endereço da sede, (tipo e nome do logradouro, número, complemento, bairro/distrito, município, unidade federativa e CEP) bem como o endereço das filiais, quando houver;
e) Declaração precisa e detalhada do objeto da empresa;
f) Prazo de duração da empresa;
g) Data de encerramento do exercício social, quando não coincidente com o ano civil;
h) A(s) pessoa(s) natural(is) incumbida(s) da administração da empresa, e seus poderes e atribuições;
i) Qualificação do administrador, caso não seja o titular da empresa; e
j) Declaração de que o seu titular não participa de nenhuma outra empresa dessa modalidade, se o titular for pessoa natural.

Observação: Não é obrigatória a indicação da data de início da atividade da EIRELI. Se não indicada, considerar-se-á a data do registro.

1.2.4 FECHO DO ATO CONSTITUTIVO

Do fecho deverá constar:
a) Localidade e data;
b) Nome do titular pessoa natural ou do representante do titular pessoa jurídica; e
c) Assinatura.

Observações:
(1) Não há necessidade de assinaturas de testemunhas.
(2) Para fins do registro na Junta Comercial, a ausência de rubricas nas folhas não assinadas do contrato social não será causa de formulação de exigência.

1.2.5 CAPACIDADE PARA SER TITULAR DE EIRELI

Pode ser titular de EIRELI, desde que não haja impedimento legal:
a) O maior de 18 (dezoito) anos, brasileiro(a) ou estrangeiro(a), que estiverem em pleno gozo da capacidade civil;
b) O menor emancipado;
c) Pessoa jurídica nacional ou estrangeira.

Observações:
(1) A prova da emancipação do menor deverá ser comprovada exclusivamente mediante a apresentação da certidão do registro civil, a qual deverá instruir o processo ou ser arquivada em separado.
(2) A capacidade dos índios é regulada por lei especial (Estatuto do Índio).
(3) Conforme art. 1.690 do Código Civil compete aos pais, e na falta de um deles ao outro, com exclusividade, representar os titulares menores de 16 (dezesseis) anos, bem como assisti-los até completarem a maioridade. É desnecessário, para fins do registro, esclarecimento quanto ao motivo da falta.

1.2.6 IMPEDIMENTO PARA SER TITULAR

Não pode ser titular de EIRELI a pessoa, natural ou jurídica, impedida por norma constitucional ou por lei especial.

1.2.7 IMPEDIMENTOS PARA SER ADMINISTRADOR

Nã o pode ser administrador de EIRELI a pessoa:
a) Menor de 16 (dezesseis) anos e/ou relativamente incapaz;
b) Pessoa Jurídica;
c) Condenada a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação;
d) Impedida por norma constitucional ou por lei especial, com destaque para:
☐ Brasileiro naturalizado há menos de 10 (dez) anos, em empresa jornalística e de radiodifusão sonora e radiodifusão de sons e imagens;
☐ Estrangeiro:
☐ Sem visto permanente, observado o disposto na IN DREI nº 34/2017 (IN de estrangeiro);
☐ Em empresa jornalística de qualquer espécie, de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

☐ Em pessoa jurídica que seja titular de direito real sobre imóvel rural na Faixa de Fronteira (150 Km de largura ao longo das fronteiras terrestres), salvo com assentimento prévio do órgão competente; e
☐ Português, ainda que no gozo dos direitos e obrigações previstos no Estatuto da Igualdade, comprovado mediante Portaria do Ministério da Justiça na hipótese de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
e) O cônsul, no seu distrito, salvo o não remunerado;
f) O funcionário público federal civil ou militar da ativa. Em relação ao funcionário estadual e municipal, observar as respectivas legislações;
g) O Chefe do Poder Executivo, federal, estadual ou municipal;
h) O magistrado;
i) Os membros do Ministério Público da União, que compreende:
☐ Ministério Público Federal;
☐ Ministério Público do Trabalho;
☐ Ministério Público Militar; e
☐ Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
j) Os membros do Ministério Público dos Estados, conforme a Constituição respectiva;
k) O falido, enquanto não for legalmente reabilitado; e
l) O leiloeiro.

1.2.8 NOME EMPRESARIAL

Vide Instrução Normativa DREI nº 15/2013.

1.2.9 CAPITAL

O capital da sociedade deve ser expresso em moeda corrente, podendo compreender qualquer espécie de bens, suscetíveis de avaliação pecuniária.
O capital social, devidamente integralizado, não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, sendo desnecessária a atualização do capital por alteração e/ou decisão do titular, quando houver mudanças no valor instituído pelo Governo Federal.
Para fins de registro, o salário-mínimo a ser considerado é o nacional.
O capital da EIRELI deve ser inteiramente integralizado no momento da constituição e quando ocorrerem aumentos futuros.

1.2.9.1 Integralização com bens

Poderão ser utilizados para integralização de capital quaisquer bens, desde que suscetíveis de avaliação em dinheiro.
No caso de imóvel, ou direitos a ele relativo, o ato constitutivo por instrumento público ou particular deverá conter sua descrição, identificação, área, dados relativos à sua titulação, bem como o número de sua matrícula no Registro Imobiliário.
No caso de titular casado, salvo no regime de separação absoluta, deverá haver a anuência do cônjuge no ato constitutivo ou declaração arquivada em separado.
A integralização de capital com bens imóveis de menor depende de autorização judicial.

1.2.9.2 Integralização de capital com quotas de outra sociedade

A integralização de capital com quotas de determinada sociedade implicará na correspondente alteração do contrato social modificando o quadro societário da sociedade cujas quotas foram conferidas para integralizar o capital, consignando a saída do sócio e ingresso da EIRELI que passa a ser titular das quotas. Se as sedes das empresas envolvidas estiverem situadas na mesma unidade da federação, os respectivos processos de constituição e de alteração tramitarão vinculados. Caso estejam sediadas em unidades da federação diferentes, deverá ser, primeiramente, promovido o arquivamento do ato constitutivo e, em seguida, promovida a alteração contratual de substituição de sócio.
Não é exigível a apresentação de laudo de avaliação para comprovação dos valores dos bens declarados na integralização de capital de EIRELI.

1.2.9.3 Utilização de acervo de EMPRESÁRIO, para versão em capital de EIRELI já existente

Implica extinção da inscrição de empresário. Essa extinção deverá ser feita concomitantemente com o processo de arquivamento da alteração da EIRELI.

1.2.9.4 Contribuição com prestação de serviços

É vedada a contribuição ao capital que consista em prestação de serviços.

1.2.10 LOCAL DA SEDE, ENDEREÇO E FILIAIS

Deverá ser indicado, no contrato social, o endereço completo da sede (tipo e nome do logradouro, nº, complemento, bairro/distrito, município, UF e CEP).
Havendo filiais, para cada uma delas, também deverá ser indicado o respectivo endereço completo.

1.2.11 OBJETO

O objeto não poderá ser ilícito, impossível, indeterminado ou indeterminável, ou contrário aos bons costumes, à ordem pública ou à moral.
O ato constitutivo deverá indicar com precisão e clareza as atividades a serem desenvolvidas pela empresa.
O objeto social poderá ser descrito por meio de código integrante da estrutura da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.
É vedado o arquivamento na Junta Comercial de empresa cujo objeto inclua a atividade de advocacia.

1.2.12 ADMINISTRAÇÃO

1.2.12.1 Administrador

A administração da EIRELI será exercida por uma ou mais pessoas designadas no ato constitutivo.
Não há obrigatoriedade de previsão de prazo do mandato de administrador, que, não estando previsto, entender-se-á ser de prazo indeterminado.
A declaração de inexistência de impedimento para o exercício de administração, se não constar do ato constitutivo, deverá ser apresentada em ato separado, que instruirá o processo.
Não é exigível a apresentação do termo de posse de administrador nomeado, quando do arquivamento do ato de sua nomeação.

1.2.12.2 Administrador não titular

A EIRELI poderá ser administrada pelo titular e/ou por não titular.
O administrador não titular considerar-se-á investido no cargo mediante aposição de sua assinatura no ato constitutivo em que foi nomeado.

1.2.12.3 Administrador - pessoa jurídica

A pessoa jurídica não pode ser administradora.

1.2.12.4 Administrador - estrangeiro

Administrador estrangeiro deverá ter visto permanente e não estar enquadrado em caso de impedimento para o exercício da administração.
Os cidadãos dos países dos Estados Partes do Mercosul (República Argentina, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai) e dos Estados Associados (Estado Plurinacional da Bolívia e República do Chile) que obtiveram a Residência Temporária de 2 (dois) anos poderão ser titular ou administrador de EIRELI, observadas as disposições da Instrução Normativa DREI nº 34/2017.

1.2.13 ASSINATURA DO ATO CONSTITUTIVO

O titular, ou seu representante, deverá assinar o ato constitutivo.
As assinaturas serão lançadas com a indicação do nome do signatário, por extenso, de forma legível, podendo ser substituído pela assinatura autenticada com certificação digital ou meio equivalente que comprove a sua autenticidade, ressalvado o disposto no inciso I do § 1º do art. 4º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.
Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida fundada de autenticidade (art. 22, § 2º da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999).

1.2.13.1 Analfabeto

Se o titular for analfabeto, o ato constitutivo, se por instrumento particular, deverá ser assinado por procurador, nomeado através de procuração passada por instrumento público, contendo poderes específicos para assinar o ato constitutivo (§ 2ª do art. 215 do CC).

1.2.14 VISTO DE ADVOGADO

O ato constitutivo deverá conter o visto de advogado, com a indicação do nome completo e número de inscrição na Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

Observação: Fica dispensado o visto de advogado no contrato social da sociedade enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

1.2.15 EMPRESAS SUJEITAS A CONTROLE DE ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL

O arquivamento do ato constitutivo de empresas sujeitas a controle de órgãos de fiscalização de exercício profissional não dependerá de aprovação prévia desses órgãos.

1.2.16 EMPRESAS CUJOS ATOS DE CONSTITUIÇÃO, PARA ARQUIVAMENTO, DEPENDEM DE APROVAÇÃO PRÉVIA POR ÓRGÃO GOVERNAMENTAL

Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.

1.3PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIRO

Vide Instrução Normativa DREI nº 34/2017.

1.4 MICROEMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Vide Instrução Normativa DREI nº 36/2017.

2 DECISÕES DO TITULAR

2.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, titular, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do CC)
Documento que contiver a(s) decisão(ões) do titular. - Caso a Junta Comercial esteja utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento ou o instrumento assinado pelo titular for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Cópia autenticada da identidade dos administradores. (1)
Comprovantes de pagamento: (2) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).

Observações:
(1) Documentos admitidos: Os previstos no art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.

A revalidação da identidade é dispensada para estrangeiros portadores de visto permanente que tenham participado de recadastramento anterior desde que: (a) tenham completado sessenta anos de idade, até a data do vencimento do documento de identidade, ou (b) que sejam portadores de deficiência física. Na oportunidade, será necessária a prova da participação no recadastramento e, se for o caso, da condição de pessoa portadora de deficiência física. (Lei nº 9.505, de 15/10/1997).
(2) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

2.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

2.2.1 INSTRUMENTO DE DECISÃO

As decisões do titular serão refletidas em documento escrito, seja por instrumento particular ou público, subscrito pelo próprio titular ou por seu procurador com poderes específicos.
Por se tratar de empresa com necessariamente apenas um titular, este poderá indicar a pessoa natural que entender adequada para representá-lo, como procurador, na(s) decisão(ões). Não se aplica à EIRELI, portanto, o requisito aplicável às sociedades limitadas previsto no § 1º no art. 1.074 do CC.

2.2.1.1 Elementos do instrumento de decisão

O instrumento de decisão deve conter:
a) Título do documento;
b) Nome, NIRE, CNPJ e endereço;
c) Identificação do titular da EIRELI e do seu procurador, se for o caso;
d) Decisões;
e) Data; e
f) Assinatura.

2.2.1.2 Decisões sujeitas à publicação obrigatória

Somente precisam ser publicadas as decisões do titular da EIRELI no caso de redução de capital, quando considerado excessivo em relação ao objeto da empresa (§1º do art. 1.084 do CC), exceto quando estiver enquadrado na condição de ME ou EPP (art. 71 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006). Respeitando-se, em qualquer caso, o capital mínimo legal exigido (publicação anterior ao arquivamento).

2.2.2 ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

O documento que contiver decisão do titular e implique alteração do ato constitutivo dispensa o arquivamento deste instrumento em separado.
Devem ser observados os requisitos específicos previstos no Capítulo 3 deste Manual.

2.2.3 REDUÇÃO DE CAPITAL

Pode a EIRELI reduzir o capital:
a) Depois de integralizado, se sofrer perdas irreparáveis (art. 1.082, I do Código Civil); e
b) Se for excessivo em relação ao objeto da sociedade (art. 1.082, II do Código Civil).

Na hipótese de redução de capital prevista no art. 1.082, II do Código Civil (capital excessivo em relação ao objeto da sociedade), a respectiva ata de aprovação somente poderá ser levada a registro após o transcurso do prazo de 90 dias a contar da publicação do ato de redução, nos termos do § 2º do art. 1.082 do Código Civil.
Neste caso, o prazo de 30 dias para arquivamento do ato a registro para fins de retroação dos efeitos do registro à data da assinatura passará a contar a partir do transcurso do prazo de 90 dias para impugnação da redução (art. 1.084 c/c 1.151 do CC/2002 e art. 36 da Lei nº. 8.934/94).

3 ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

3.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei 8.934/94, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, titular, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do Código Civil)
Alteração do ato constitutivo, quando revestir a forma particular ou certidão de inteiro teor da alteração do ato constitutivo, quando revestir a forma pública. - Caso a Junta Comercial esteja utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento, a alteração do ato constitutivo ou a declaração de que trata o caso a seguir (ingresso de administrador) for assinada por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Quando houver nomeação de administrador: ☐ Cópia autenticada da identidade do administrador. (1) ☐ Declaração de desimpedimento para o exercício de administração de sociedade empresária, assinada pelo(s) administrador(es) designados no contrato, se essa não constar em cláusula própria (§ 1º do art. 1.011 do Código Civil).
Aprovação prévia de órgão governamental competente, quando for o caso. (2)
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (3)
Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema que viabilize a integração. (3)
DBE - Documento Básico de Entrada da Receita Federal do Brasil. (3)
Comprovantes de pagamento: - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621). (4)

Observações:
(1) Documentos admitidos: Os previstos no art. 2º da Lei 12.037, de 1º de outubro de 2009.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.
A revalidação da identidade é dispensada para estrangeiros portadores de visto permanente que tenham participado de recadastramento anterior desde que: (a) tenham completado sessenta anos de idade, até a data do vencimento do documento de identidade, ou (b) que sejam portadores de deficiência física. Na oportunidade, será necessária a prova da participação no recadastramento e, se for o caso, da condição de pessoa portadora de deficiência física. (Lei nº 9.505, de 15/10/1997).
(2) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(3) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(4) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

3.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

3.2.1 FORMA DA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

A deliberação do titular que contiver alteração do ato constitutivo poderá ser efetivada por instrumento público ou particular, independentemente da forma de que se houver revestido o respectivo ato de constituição.

3.2.2 ELEMENTOS DA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

A alteração do ato constitutivo deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:
a) Título (Alteração do ato constitutivo), recomendando-se indicar o nº de sequência da alteração;
b) Preâmbulo;
c) Corpo da alteração:
☐ Nova redação das cláusulas alteradas, expressando as modificações introduzidas;
☐ Redação das cláusulas incluídas;
☐ Indicação das cláusulas suprimidas; e
d)Fecho, seguido pelo nome por extenso dos signatários e respectivas assinaturas.

Observação: Para fins do registro, não há necessidade de assinaturas de testemunhas**.**

3.2.3 PREÂMBULO DA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

Deverá constar do preâmbulo da alteração do ato constitutivo:
a) Nome e qualificação do titular;
b) Qualificação da empresa (citar nome empresarial, endereço, NIRE e CNPJ);
c) A resolução de promover a alteração do ato constitutivo.

3.2.3.1 Representação de titular

Quando o titular for representado, deverá ser indicada a condição e qualificação do procurador, em seguida à qualificação do titular.

3.2.4 ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

Vide a Instrução Normativa DREI nº 15/2013.

3.2.5 AUMENTO DE CAPITAL

O capital somente poderá ser aumentado, se totalmente integralizado (art.1.081 do CC). Essa condição deve ser declarada na alteração do ato constitutivo.
Quando da deliberação para aumento de capital da sociedade limitada, dever ser observadas as disposições constantes do item 1.2.9, do capítulo 1 deste manual, que trata da constituição.

3.2.6 ALTERAÇÃO DE TITULARIDADE

A alteração de titularidade da EIRELI deve ser formalizada mediante alteração do ato constitutivo. Na hipótese, a alteração deverá conter cláusula com a declaração de que o novo titular, se for pessoa natural, não participa de nenhuma empresa dessa modalidade, assim como cláusula de desimpedimento para o exercício da administração, ou declaração em separado, se for o caso.

3.2.7 FALECIMENTO DE TITULAR

No caso de falecimento do titular pessoa natural, a sucessão dar-se-á por alvará judicial ou na partilha, por sentença judicial ou escritura pública de partilha de bens.
Enquanto não houver homologação da partilha, o espólio é representado pelo inventariante, devendo ser juntada a respectiva certidão ou ato de nomeação de inventariante ao documento a ser arquivado.
No caso de alienação, cessão, transferência, transformação, incorporação, fusão, cisão parcial ou total e extinção, bem como nas demais hipóteses em que há responsabilidade do espólio, é indispensável a apresentação do respectivo alvará judicial ou escritura pública de partilha de bens específico para a prática do ato.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Caso o inventário já tenha sido encerrado, deverá ser juntado ao ato a ser arquivado cópia da partilha homologada e certidão de trânsito em julgado. Nessa hipótese, os herdeiros serão qualificados e comparecerão na condição de sucessores do titular falecido.
Os sucessores poderão, no mesmo instrumento em que comparecerem nessa condição:
a) Extinguir;
b) Alienar;
c)Transformar; e
d) Continuar a empresa, observado o art. 974 do Código Civil.

3.2.8 ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

A alteração de endereço da sede da empresa somente poderá ser procedida por alteração do ato constitutivo.

3.2.9 ALTERAÇÃO DO OBJETO

Quando houver alteração do objeto da empresa, deverá constar da alteração do ato constitutivo o novo objeto, em sua totalidade, e não somente as partes alteradas, observado o que dispõe o item 1.2.11 deste Manual.

3.2.10 ADMINISTRADOR - DESIGNAÇÃO/DESTITUIÇÃO E RENÚNCIA

A designação e destituição de administrador dependerão da observância do que dispõe o item 1.2.12 deste Manual.
O(s) administrador(es) será(ão) designado(s) e destituído(s), sempre por vontade do titular, mediante alteração da cláusula de administração do ato constitutivo.
A renúncia do administrador se torna eficaz, perante a empresa, a partir do momento em que esta toma ciência do ato, e, perante terceiros, a partir da data do arquivamento e publicação.

3.2.11 PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA EMPRESA

No vencimento do prazo determinado de duração, a EIRELI se desconstitui salvo se, vencido este prazo, não entrar a empresa em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado (inciso I do art. 1.033 do CC).
O prazo determinado de duração da empresa pode ser modificado por alteração do ato constitutivo.

3.3 EMPRESAS CUJOS ATOS DE ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, PARA ARQUIVAMENTO, DEPENDEM DE APROVAÇÃO PRÉVIA POR ÓRGÃO GOVERNAMENTAL

Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.

3.4 PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIRO

Vide Instrução Normativa DREI nº 34/2017.

3.5 TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO, CISÃO E CONVERSÃO

Vide Instrução Normativa DREI nº 35/2017.

3.6 MICROEMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Vide Instrução Normativa DREI nº 36/2017.

4 FILIAL NA UNIDADE DA FEDERAÇÃO DA SEDE

4.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934/94, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Para ABERTURA, ALTERAÇÃO e EXTINÇÃO de FILIAL na UF da SEDE.

Requerimento assinado por administrador, titular, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado, devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF.
• Alteração do ato constitutivo, quando revestir a forma particular; **ou** • Certidão de inteiro teor da alteração do ato constitutivo, quando revestir a forma pública. - Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento, o contrato social ou a declaração de que trata o item anterior for assinada por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Aprovação prévia de órgão governamental competente, quando for o caso. (1)
Quando houver nomeação de administrador: • Cópia autenticada da identidade do administrador. (2) • Declaração, sob as penas da lei, datada e assinada pelo administrador de que não está impedido por lei especial ou condenado por nenhum crime cuja pena vede a administração de empresa ou estar sob os efeitos da condenação (se não constar da alteração em cláusula própria).
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (3)
Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema que viabilize a integração. (3)
DBE - Documento Básico de Entrada da Secretaria da Receita Federal do Brasil. (3)
Comprovantes de pagamento: (4) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).

Observações:
(1) Ver Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(2) Documentos admitidos: Os previstos no art. 2º da Lei 12.037, de 1º de outubro de 2009.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.
A revalidação da identidade é dispensada para estrangeiros portadores de visto permanente que tenham participado de recadastramento anterior desde que: (a) tenham completado sessenta anos de idade, até a data do vencimento do documento de identidade, ou (b) que sejam portadores de deficiência física. Na oportunidade, será necessária a prova da participação no recadastramento e, se for o caso, da condição de pessoa portadora de deficiência física. (Lei nº 9.505, de 15/10/1997).
(3) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(4) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

NOTA:
- Para cada filial aberta, alterada ou extinta deverá ser apresentada a FCN correspondente.
- O valor do CNE é devido em relação a cada filial aberta, bem como em relação ao ato constitutivo ou sua alteração que contiver a deliberação de abertura.
- A Junta Comercial manterá convênio com a RFB para emissão de CNPJ.
- Número de vias conforme definido pela Junta Comercial

4.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

4.2.1 ASPECTO FORMAL

A abertura de filial pode ser efetuada através do ato constitutivo, de sua alteração ou de instrumento de deliberação de administrador, neste caso, se houver autorização no ato constitutivo.
Em qualquer hipótese, deve ser indicado o endereço completo da filial e, nos casos de alteração, transferência ou extinção, também o seu NIRE.

4.2.2 ATOS E EVENTOS A SEREM UTILIZADOS

No preenchimento do requerimento constante da Capa de Processo deverá constar o ATO correspondente ao documento que está sendo arquivado e os eventos a seguir, conforme o caso:
• 023 - Abertura de filial na UF da sede
• 024 - Alteração de filial na UF da sede
• 025 - Extinção de filial na UF da sede
Quando se tratar de transferência de filial existente na UF da sede para outra UF, ver instruções em "5 - Filial em outra unidade da federação".

4.2.3 FICHA DE CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS - FCN

Para cada ato de abertura, alteração ou extinção de filial deverá ser apresentada uma FCN, assim como deverá ser apresentada uma FCN individualizada para a sede quando da alteração do ato constitutivo constar, além dos atos relativos a filiais, alteração de outras cláusulas contratuais cujos dados sejam objeto de cadastramento.

4.2.4 DADOS OBRIGATÓRIOS

Para ABERTURA:
É obrigatória, em relação a filial aberta, a indicação do endereço completo (tipo e nome do logradouro, número, complemento, bairro/distrito, município, unidade da federação e CEP).

4.2.5 DADOS FACULTATIVOS

A indicação de destaque de capital para a filial é facultativa. Se indicado algum valor, a soma dos destaques de capital para as filiais deverá ser inferior ao capital da empresa.
A indicação de objeto para filial é facultativa, porém, quando efetuada, deverá reproduzir os termos do texto do objeto da empresa, integral ou parcialmente.

4.2.6 EMPRESAS CUJOS ATOS DE ABERTURA, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DE FILIAL NO ESTADO, PARA ARQUIVAMENTO, DEPENDEM DE APROVAÇÃO PRÉVIA POR ÓRGÃO GOVERNAMENTAL

Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.

5 FILIAL EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Para ABERTURA, ALTERAÇÃO, TRANSFERÊNCIA e EXTINÇÃO de filial em outra unidade da federação são necessárias providências nas Juntas Comerciais das Unidades da Federação onde se localiza a sede, onde se localizar a filial e de destino da filial, conforme o caso.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5.1 SOLICITAÇÃO À JUNTA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ONDE SE LOCALIZA A SEDE

5.1.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Incorporar ao processo de arquivamento do ato que contiver a abertura, alteração ou extinção de filial (CONTRATO ou ALTERAÇÃO CONTRATUAL, quando revestirem a forma particular ou CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DO CONTRATO ou da ALTERAÇÃO CONTRATUAL, quando revestirem a forma pública ou INSTRUMENTO DE DELIBERAÇÃO DE ADMINISTRADOR, se contratualmente prevista a hipótese), os seguintes documentos, conforme o caso: Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única. **a) ABERTURA:** • Aprovação prévia de órgão governamental, quando for o caso. (1) • Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (2) • Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema que viabilize a integração. (2) • DBE - Documento Básico de Entrada da Secretaria Receita Federal do Brasil. (2) • DARF / Cadastro Nacional de Empresas (3) **b) ALTERAÇÃO OU EXTINÇÃO:** • Aprovação prévia de órgão governamental, quando for o caso (1) • Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (2) • Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema que viabilize a integração. (2) • DBE - Documento Básico de Entrada da Secretaria Receita Federal do Brasil. (2) • DARF / Cadastro Nacional de Empresas (3) **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.

Observações:
(1) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(2) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(3) O valor do CNE é devido em relação a cada filial aberta, bem como em relação ao contrato social ou alteração contratual que contiver a deliberação de abertura.

5.1.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

5.1.2.1 Procedimentos preliminares à abertura da filial

5.1.2.1.1 Solicitação de proteção ou de pesquisa prévia de nome empresarial

Antes de dar entrada da documentação na Junta Comercial da UF da sede, nos casos de ABERTURA de primeira filial, ALTERAÇÃO, quando houver alteração de nome empresarial e de TRANSFERÊNCIA, para UF em que ainda não haja filial, é recomendável, preferencialmente, promover a proteção do nome empresarial da EIRELI ou solicitar a pesquisa deste à Junta Comercial da UF onde será aberta, alterada ou para onde será transferida a filial, para evitar sustação do registro naquela Junta por colidência de nome empresarial.
Havendo colidência, será necessário alterar o nome da EIRELI na Junta do Estado onde se localiza a sede.

5.1.2.1.2 Solicitação de Certidão Simplificada à Junta da sede

Quando se tratar de primeira filial na outra UF, por abertura ou por inscrição de transferência, deverá ser requerida à Junta da sede uma Certidão Simplificada onde conste o endereço da filial aberta ou transferida para compor o processo a ser apresentado à Junta Comercial de destino, exceto no caso de constar desse processo o ato constitutivo ou instrumento que contenha o ato constitutivo consolidado ou Certidão de Inteiro Teor ou cópia autenticada de um desses instrumentos em que se deliberou pela abertura da filial.

5.1.2.2 Aspecto formal

A abertura de filial pode ser efetuada através do ato constitutivo, de alteração do ato constitutivo ou de instrumento de deliberação de administrador, neste caso, se houver autorização no ato constitutivo.
Em qualquer hipótese, deve ser indicado o endereço completo da filial e, nos casos de alteração, transferência ou extinção, também o seu NIRE.

5.1.2.3 Atos e eventos a serem utilizados

No preenchimento do requerimento constante da Capa de Processo deverá constar o ATO correspondente ao documento que está sendo arquivado e os eventos a seguir, conforme o caso:

a) abertura, alteração e extinção de filial em outra UF
026 - Abertura de filial em outra UF;
027 - Alteração de filial em outra UF;
028 - Extinção de filial em outra UF;

b) transferência de filial da UF da sede para outra UF ou de uma UF para outra UF
036 - Transferência de filial para outra UF;

c) inscrição de transferência de filial de outra UF para a UF da sede ou de uma UF (que não a da sede) para outra UF
037 - Inscrição de transferência de filial de outra UF.

5.1.2.4 Ficha de Cadastro Nacional de Empresas - FCN

Para cada ato de abertura, alteração, transferência ou extinção de filial em outro Estado deverá ser apresentada uma FCN, assim como deverá ser apresentada uma FCN individualizada para a sede quando da alteração do ato constitutivo constar, além dos atos relativos a filiais, alteração de outras cláusulas contratuais, cujos dados sejam objeto de cadastramento.

5.1.2.5 Dados obrigatórios

Para ABERTURA:
É obrigatória, em relação à filial aberta, a indicação do endereço completo (tipo e nome do logradouro, número, complemento, bairro/distrito, município, unidade da federação e CEP).

5.1.2.6 Dados facultativos

A indicação de destaque de capital para a filial é facultativa. Se indicado algum valor, a soma dos destaques de capital para as filiais deverá ser inferior ao capital da empresa.
A indicação de objeto para filial é facultativa, porém, quando efetuada, deverá reproduzir os termos do texto do objeto da empresa, integral ou parcialmente.

5.1.2.7 Empresas cujos atos de abertura, alteração, transferência e cancelamento de filial em outro estado da federação, para arquivamento, dependem de aprovação prévia por órgão governamental

Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.

5.2 SOLICITAÇÃO À JUNTA COMERCIAL DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

a) de destino, nos casos de abertura, alteração e extinção de filial (com sede em outra UF);
b) de destino, nos casos de inscrição de transferência de filial (da UF da sede para outra UF) (de uma UF - que não a da sede - para outra UF); e
c) de origem, no caso de transferência de filial (para a UF da sede) (para outra UF)

5.2.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, titular, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado, devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF.
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento, o contrato social ou a declaração de que trata o item anterior for assinada por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Cópia autenticada da identidade dos administradores. (1)
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (2)
Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema que viabilize a integração. (2)
DBE - Documento Básico de Entrada da Receita Federal do Brasil. (2)
Comprovantes de pagamento: (3) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).
Documentação complementar, para arquivamento na Junta Comercial de DESTINO, quanto se tratar da primeira filial da empresa na UF, nos casos de: **- ABERTURA ou** **- INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA de filial da UF da sede para outra UF; ou** **- INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA de filial de uma UF (que não a da sede) para outra UF** a) Certidão Simplificada em que conste o endereço da filial aberta ou transferida (novo endereço), emitida pela Junta Comercial da UF da sede (Vide Instrução Normativa DREI nº 03/2013); **ou** b) Contrato ou instrumento que contenha o contrato consolidado ou Certidão de Inteiro Teor ou cópia autenticada de um desses instrumentos em que se deliberou pela abertura da filial; **ou** c) Certidão Simplificada (se dela não constar o endereço da filial aberta), juntamente com: -Uma via do documento arquivado na Junta Comercial da sede e que contenha a deliberação da abertura da filial; **ou** - Certidão de Inteiro Teor do documento acima, emitida pela Junta Comercial da sede; **ou** - Cópia autenticada do documento arquivado na Junta da sede e que contenha a deliberação da abertura da filial.
Documentação complementar, para arquivamento na Junta Comercial de DESTINO, quanto se tratar de outra filial da empresa, após a primeira, na UF, nos casos de: **- ABERTURA ou** **- INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA de filial da UF da sede para outra UF ou de filial de uma UF (que não a da sede) para outra UF** a) Certidão Simplificada em que conste o endereço da filial aberta ou transferida (novo endereço), emitida pela Junta Comercial da UF da sede; **ou** b) Via do documento arquivado na Junta Comercial da sede e que contenha a deliberação da abertura ou transferência da filial; **ou** c) Certidão de Inteiro Teor do documento acima, emitida pela Junta Comercial da sede; **ou** d) Cópia autenticada do documento arquivado na Junta da sede e que contenha a deliberação da abertura da filial.

P ara ALTERAÇÃO: a)Certidão Simplificada em que conste os dados alterados da filial, emitida pela Junta Comercial da UF da sede; **ou** b) Via do documento arquivado na Junta Comercial da sede e que contenha a deliberação de alteração da filial; **ou** c) Certidão de Inteiro Teor do documento acima, emitida pela Junta Comercial da sede; **ou** d) Cópia autenticada do documento arquivado na Junta da sede e que contenha a deliberação da alteração da filial.
Para TRANSFERÊNCIA (de uma UF para outra UF) **a) transferência da UF da sede para outra UF e de outra UF para a UF da sede** - Certidão Simplificada em que conste o novo endereço da filial na UF de destino; **ou** - Uma via do documento arquivado na Junta Comercial da sede e que contenha a deliberação de transferência da filial; **ou** - Certidão de Inteiro Teor do documento acima, emitida pela Junta Comercial da sede; **ou** - Cópia autenticada do documento arquivado na Junta da sede e que contenha a deliberação da transferência da filial. **b) transferência de uma UF que não a da sede para outra UF** São necessários documentos e procedimentos: - Na Junta Comercial da sede, conforme item "5.1 - SOLICITAÇÃO À JUNTA COMERCIAL ONDE SE LOCALIZA A SEDE"; - Na Junta Comercial da UF da filial e na Junta Comercial da UF de destino conforme item "a" acima.
Para EXTINÇÃO: - via do documento arquivado na Junta Comercial da sede e que contenha a deliberação de extinção da filial; **ou** - Certidão de Inteiro Teor do documento acima, emitida pela Junta Comercial da sede ou cópia autenticada do documento arquivado na Junta da sede e que contenha a deliberação da extinção da filial.
- Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03 /2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.

Observações:

(1) Documentos admitidos: Os previstos no art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.

Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.

Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.

A revalidação da identidade é dispensada para estrangeiros portadores de visto permanente que tenham participado de recadastramento anterior desde que: (a) tenham completado sessenta anos de idade, até a data do vencimento do documento de identidade, ou (b) que sejam portadores de deficiência física. Na oportunidade, será necessária a prova da participação no recadastramento e, se for o caso, da condição de pessoa portadora de deficiência física. (Lei nº 9.505, de 15 de outubro de 1997, de 15 de outubro de 1997).

(2) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.

(3)No DF, o recolhimento, deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

5.2.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

5.2.2.1 Atos e Eventos a serem utilizados

No preenchimento do requerimento constante da Capa de Processo deverá constar o ATO: 310 - OUTROS DOCUMENTOS e os eventos a seguir, conforme o caso:

- 029 - Abertura de filial com sede em outra UF
- 030 - Alteração de filial com sede em outra UF
- 031 - Extinção de filial com sede em outra UF
- 036 - Transferência de filial para outra UF
- 037 - Inscrição de transferência de filial de outra UF

5.2.2.2 Alteração de nome empresarial

No caso de alteração do nome empresarial, deverá ser arquivada, na Junta Comercial da filial, cópia do ato que o alterou, arquivado na Junta da sede ou certidão específica contendo a mudança de nome. (Vide item 10.2.1)

5.2.2.3 Comunicação de NIRE à Junta Comercial do estado onde se localiza a sede

Procedido o arquivamento de abertura de filial ou de inscrição de transferência de filial, a Junta Comercial informará à Junta Comercial da unidade da federação onde se localiza a sede da empresa o NIRE atribuído.

6 FILIAL EM OUTRO PAÍS

Para ABERTURA, ALTERAÇÃO e EXTINÇÃO de filial em outro país, são necessárias providências na Junta Comercial da unidade da federação onde se localiza a sede e no órgão de registro do outro país, observada a legislação local.

6.1 SOLICITAÇÃO À JUNTA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ONDE SE LOCALIZA A SEDE

6.1.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Incorporar ao processo de arquivamento do ato que contiver a abertura, alteração, transferência ou extinção de filial (CONTRATO ou ALTERAÇÃO CONTRATUAL, quando revestirem a forma particular, ou CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DO CONTRATO ou da ALTERAÇÃO CONTRATUAL, quando revestirem a forma pública, ou INSTRUMENTO DE DELIBERAÇÃO DE ADMINISTRADOR, se contratualmente prevista a hipótese), os seguintes documentos, conforme o caso: **a) ABERTURA:** - Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (1); e - DARF / Cadastro Nacional de Empresas **b) ALTERAÇÃO OU EXTINÇÃO**: - Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (1) **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.

Observações:

(1) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.

(2) O valor do CNE é devido em relação a cada filial aberta, bem como em relação ao contrato social ou alteração contratual que contiver a deliberação de abertura.

6.1.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

6.1.2.1 Aspecto formal

A abertura de filial pode ser efetuada através do ato constitutivo ou de alteração do ato constitutivo ou de instrumento de deliberação de administrador, neste caso, se houver autorização no ato constitutivo.

Em qualquer hipótese, deve ser indicado o endereço completo da filial e, nos casos de alteração ou extinção, também o seu NIRE.

6.1.2.2 Atos e eventos a serem utilizados

No preenchimento do requerimento constante da Capa de Processo deverá constar o ATO correspondente ao documento que está sendo arquivado e os eventos a seguir, conforme o caso:

- 032 - Abertura de filial em outro país
- 033 - Alteração de filial em outro país
- 034 - Extinção de filial em outro país

6.1.2.3 Ficha de Cadastro Nacional de Empresas - FCN

Para cada ato de abertura, alteração ou extinção de filial deverá ser apresentada uma FCN, assim como deverá ser apresentada uma FCN individualizada para a sede quando da alteração do ato constitutivo constar, além dos atos relativos a filiais, alteração de outras cláusulas contratuais cujos dados sejam objeto de cadastramento.

6.1.2.4 Dados obrigatórios

Para ABERTURA:

É obrigatória, em relação a filial aberta, a indicação do endereço completo da filial no exterior e, quando for o caso, os caracteres dos vocábulos da língua estrangeira deverão ser substituídos por caracteres correspondentes no vocábulo nacional.

7 TRANSFERÊNCIA DE SEDE PARA OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Para transferir a sede da sociedade para outra unidade da federação, são necessárias providências na Junta Comercial da UF onde se localiza a sede e na Junta Comercial da UF para onde será transferida.

7.1 SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DE ATO DE TRANSFERÊNCIA DA SEDE À JUNTA COMERCIAL DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ONDE ESTA SE LOCALIZAVA

7.1.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, titular, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado, devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF.
- Alteração do ato constitutivo, com consolidação do contrato (obrigatoriamente), quando revestir a forma particular; ou - certidão de inteiro teor da alteração, com consolidação, quando revestir a forma pública. Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento, o contrato social ou a declaração de que trata o item anterior for assinada por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.

Cópia autenticada da identidade dos administradores. (1)
Aprovação prévia de órgão governamental, quando for o caso. (2)
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (3)
DBE - Documento Básico de Entrada da Secretaria Receita Federal do Brasil. (3)
Comprovantes de pagamento: (4) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).

Observações:
(1) Documentos admitidos: Os previstos no art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.
A revalidação da identidade é dispensada para estrangeiros portadores de visto permanente que tenham participado de recadastramento anterior desde que: (a) tenham completado sessenta anos de idade, até a data do vencimento do documento de identidade, ou (b) que sejam portadores de deficiência física. Na oportunidade, será necessária a prova da participação no recadastramento e, se for o caso, da condição de pessoa portadora de deficiência física. (Lei nº 9.505, de 15 de outubro de 1997, de 15 de outubro de 1997).
(2) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(3) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(4) No DF, o recolhimento, deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

7.1.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

7.1.2.1 Busca prévia do nome empresarial

Antes de dar entrada na documentação, é recomendável, preferencialmente, promover a proteção do nome empresarial da EIRELI ou solicitar a pesquisa deste à Junta Comercial da unidade da federação para onde ela será transferida, para evitar sustação do registro naquela Junta por colidência (por identidade ou semelhança) com outro nome anteriormente nela registrado.
Havendo colidência, será necessário mudar o nome da EIRELI na Junta em que está registrada, podendo essa mudança ser efetuada no próprio instrumento de alteração do ato constitutivo para transferência da sede.
Não sendo feita a proteção ou a busca prévia e havendo colidência de nome na Junta Comercial da outra unidade da federação, deverão ser apresentados para arquivamento dois processos, sendo um correspondente à transferência da sede e outro referente à alteração do ato constitutivo procedendo a mudança do nome empresarial.
NOTA - A proteção ao nome empresarial é assegurada nos limites da Unidade Federativa em cuja Junta Comercial ele está registrado.

7.1.2.2 Transferência de prontuário

O prontuário da empresa (original ou certidão de inteiro teor), que transferir sua sede para outro Estado, será remetido para a Junta Comercial da nova sede, mediante solicitação da Junta Comercial de destino.
A Junta Comercial instruirá a remessa com o ato de transferência de sede deferido e anotará em seus registros cadastrais a destinação dos documentos da empresa transferida.

7.1.2.3 Empresas cujos atos de transferência de sede para outra unidade da federação, para arquivamento, dependem de aprovação prévia por órgão governamental

Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.

7.2 SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DA SEDE À JUNTA COMERCIAL DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE DESTINO

7.2.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, titular, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado, devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF.
Documento referente à transferência da sede, arquivado na Junta Comercial da unidade da federação onde essa se localizava: - Alteração do ato constitutivo, com consolidação, quando revestir a forma particular, ou certidão de inteiro teor, com consolidação, quando revestir a forma pública; **ou** - Certidão de Inteiro Teor de um dos documentos indicados acima, emitida pela Junta Comercial.
- Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento, o contrato social ou a declaração de que trata o item anterior for assinada por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Cópia autenticada da identidade dos administradores. (1)
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (2)
Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema que viabilize a integração. (2)
DBE - Documento Básico de Entrada da Secretaria Receita Federal do Brasil. (2)
Comprovantes de pagamento: (3) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).

Observações:
(1) Documentos admitidos: Os previstos no art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.
Caso a cópia não seja autenticada por cartório, a autenticação poderá ser efetuada pelo servidor, no ato da apresentação da documentação, à vista do documento original.
Se a pessoa for estrangeira, é exigida identidade com a prova de visto permanente e dentro do período de sua validade ou documento fornecido pelo Departamento de Polícia Federal, com a indicação do número do registro.
A revalidação da identidade é dispensada para estrangeiros portadores de visto permanente que tenham participado de recadastramento anterior desde que: (a) tenham completado sessenta anos de idade, até a data do vencimento do documento de identidade, ou (b) que sejam portadores de deficiência física. Na oportunidade, será necessária a prova da participação no recadastramento e, se for o caso, da condição de pessoa portadora de deficiência física. (Lei nº 9.505, de 15 de outubro de 1997, de 15 de outubro de 1997).
(2) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(3) No DF, o recolhimento, deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

8 PROTEÇÃO, ALTERAÇÃO OU CANCELAMENTO DE PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

Para ARQUIVAMENTO, ALTERAÇÃO e CANCELAMENTO de Proteção de Nome Empresarial são necessárias providências na Junta Comercial da unidade da federação onde se localiza a sede e na Junta Comercial da unidade da federação onde se pretende seja protegido o nome empresarial.

8.1 SOLICITAÇÃO À JUNTA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ONDE SE LOCALIZA A SEDE

8.1.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento de Certidão Simplificada dirigido à Junta Comercial.
Comprovante de pagamento: - Guia de Recolhimento/Junta Comercial. (1)

8.2 SOLICITAÇÃO À JUNTA DA OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

8.2.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento de proteção, alteração ou cancelamento de proteção de nome empresarial com assinatura do administrador ou procurador, com poderes específicos. • Caso a Junta Comercial estiver utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. • Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento, o contrato social ou a declaração de que trata o item anterior for assinada por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Proteção de nome empresarial - Certidão Simplificada, expedida pela Junta Comercial da sede da sociedade. **Alteração da proteção** - Certidão Simplificada, expedida pela Junta Comercial da sede da sociedade; **ou** - Uma via da alteração contratual que modificou o nome empresarial, arquivada na Junta da sede; **ou** - Certidão de Inteiro Teor ou cópia autenticada desse documento.
Comprovantes de pagamento: (1) - Guia de Recolhimento/Junta Comercial; e - DARF/Cadastro Nacional de Empresas (código 6621).
Original do documento de consulta de viabilidade deferida em 01 (uma) via ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia) até que a Junta Comercial passe a utilizar o sistema que viabilize a integração. (2)

Observações:
(1) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.
(2) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.

8.3 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

8.3.1 COMUNICAÇÃO À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO ONDE SE LOCALIZA A SEDE

Procedido o arquivamento, a Junta Comercial comunicará o ato praticado à Junta Comercial da unidade da federação onde se localiza a sede da empresa.

8.3.2 ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

Ocorrendo o arquivamento de alteração de nome empresarial na Junta da sede da empresa, cabe à sociedade promover, nas Juntas Comerciais das outras unidades da federação em que haja proteção do nome empresarial da sociedade, a modificação da proteção existente mediante o arquivamento de documento que comprove a alteração do nome empresarial.

9 DISSOLUÇÃO / LIQUIDAÇÃO / EXTINÇÃO

9.1 EXTINÇÃO

9.1.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934/94, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

No caso de extinção em que as fases de dissolução e liquidação (com seu encerramento) sejam praticadas em um único instrumento.
Requerimento assinado por administrador, titular, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do CC)
Extinção, assinada pelo titular ou seu procurador, em que se formalizem as fases de dissolução e de liquidação (com seu encerramento) em um só ato. - Caso a Junta Comercial esteja utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Original ou cópia autenticada de procuração com poderes específicos e, se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o requerimento ou o ato de extinção for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Aprovação prévia de órgão governamental, quando for o caso (1)
DBE - Documento Básico de Entrada da Receita Federal do Brasil (2)
Comprovante de pagamento: - Guia de Recolhimento/Junta Comercial (3)

Observações:
(1) Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013.
(2) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação destes documentos.
(3) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

9.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

9.2.1 FORMA DA EXTINÇÃO

O ato de extinção poderá adotar a forma de escritura pública ou instrumento particular, independentemente da forma de que se houver revestido o ato de constituição. O arquivamento do ato de extinção da EIRELI implica extinção das filiais existentes.

9.2.2 ELEMENTOS DA EXTINÇÃO

O ato de extinção deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:
a) Título (Extinção);
b) Preâmbulo;
c) Conteúdo do instrumento:
- cláusulas obrigatórias; e
d) Fecho, seguido das assinaturas.

9.2.3 PREÂMBULO DO ATO DE EXTINÇÃO

Deverá constar do preâmbulo:
a) Qualificação completa do titular;
b) Qualificação da empresa (citar nome empresarial, endereço, NIRE e CNPJ); e
c) A resolução de promover o encerramento da empresa.

9.2.4 CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS DE LIQUIDAÇÃO

Deverão constar do instrumento:
a) A importância atribuída ao titular, se for o caso;
b) Referência à assunção, pelo titular, do ativo e passivo porventura remanescente da empresa; e
c) Indicação do responsável pela guarda dos livros (art. 53 do inciso X do Decreto nº 1.800/96).

9.2.5 EXTINÇÃO POR FALECIMENTO DO TITULAR

No caso de extinção, bem como nas demais hipóteses em que há responsabilidade do espólio, é indispensável a apresentação do respectivo alvará judicial ou escritura pública de partilha de bens, específico para a prática do ato.
Caso o inventário já tenha sido encerrado, deverá ser juntado ao ato a ser arquivado cópia da partilha homologada e da certidão de trânsito em julgado. Nessa hipótese, os herdeiros serão qualificados e comparecerão na condição de sucessores do titular falecido.
Os sucessores poderão, no mesmo instrumento em que comparecerem nessa condição:
a) Extinguir;
b) Alienar;
c) Transformar;
d) Continuar a empresa, observado o art. 974 do Código Civil.

9.3 NO CASO DE EXTINÇÃO, EM QUE AS FASES DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO SEJAM PRATICADAS EM INSTRUMENTOS ESPECÍFICOS

9.3.1 DISSOLUÇÃO

9.3.1.1 Documentação exigida

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei n° 8.934, de 1994 nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, titular, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do Código Civil)
• Decisão de dissolução assinada pelo titular ou seu procurador. - Caso a Junta Comercial esteja utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Original ou cópia autenticada de procuração, com firma reconhecida e poderes especiais, quando o requerimento, a ata de reunião ou a decisão de desconstituição for assinado por procurador. Se o titular for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Ficha de Cadastro Nacional - FCN, que poderá ser exclusivamente eletrônica. (1)
Comprovante de pagamento: - Guia de Recolhimento/Junta Comercial (2).

Observações:
(1) Caso a Junta Comercial utilize sistema de integração entre os órgãos de registro e legalização de empresas, que permita transmissão eletrônica dos dados, fica dispensada a apresentação deste documento.
(2) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

9.3.2 ENCERRAMENTO DE LIQUIDAÇÃO/EXTINÇÃO

9.3.2.1 Documentação exigida

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934/94, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, titular, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do Código Civil)
Deliberação do titular que considere encerrada a liquidação. - Caso a Junta Comercial esteja utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Original ou cópia autenticada de procuração com poderes especiais, com firma reconhecida, quando o requerimento ou a deliberação for assinada por procurador (1). Se o titular for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido. Comprovante de pagamento: - Guia de Recolhimento/Junta Comercial. (2)

Observações:
(1) Por se tratar de empresa com necessariamente apenas um titular, este poderá indicar a pessoa natural que entender adequada para representá-lo, como procurador, na deliberação. Não se aplica, portanto, o requisito aplicável às sociedades limitadas previsto no § 1º do art. 1.074 do CC.
(2) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

9.4 DECISÃO DE DISSOLUÇÃO

A decisão deve conter:
a) Título do documento;
b) Nome da empresa (com acréscimo da expressão "EM LIQUIDAÇÃO") e NIRE;
c) A resolução de dissolução;
d) A indicação e qualificação do liquidante;
e) Data; e
f) Assinatura.
A decisão deverá ser levada a arquivamento na Junta Comercial.
O liquidante deve providenciar a publicação da decisão de desconstituição (inciso I do art. 1.103 do CC).

9.5 DECISÃO DE LIQUIDAÇÃO/EXTINÇÃO

A decisão deve conter:
a) Título do documento;
b) Nome da empresa (com acréscimo da expressão "EM LIQUIDAÇÃO") e NIRE;
c) A resolução de aprovação das contas e encerramento da liquidação (a extinção da empresa dar-se-á com o arquivamento desta decisão) e indicação do responsável pela guarda dos livros (inciso X do art. 53 do Decreto nº 1.800/96);
d) Data; e
e) Assinatura.
A decisão deverá ser levada a arquivamento na Junta Comercial.

9.6 EMPRESAS CUJOS ENCERRAMENTOS, PARA ARQUIVAMENTO, DEPENDEM DE APROVAÇÃO PRÉVIA POR ÓRGÃO GOVERNAMENTAL

Vide Instrução Normativa DREI nº 14/2013

10 OUTROS ARQUIVAMENTOS

10.1 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Nos termos do parágrafo único do art. 37 da Lei nº 8.934/94, nenhum outro documento será exigido, além dos abaixo especificados:

Requerimento assinado por administrador, titular, procurador, com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado devidamente identificado com nome completo, identidade e CPF (art. 1.151 do Código Civil)
Instrumento ou ato a ser arquivado. - Caso a Junta Comercial esteja utilizando o sistema da via única de arquivamento, seguir as orientações contidas na Instrução Normativa DREI nº 03/2013. - Fica mantido o sistema convencional de autenticação de documentos até a adequação da Junta Comercial que não estiver apta a utilizar a via única.
Original ou cópia autenticada de procuração, com poderes específicos e se por instrumento particular, com firma reconhecida, quando o instrumento ou documento for assinado por procurador. Se o outorgante for analfabeto, a procuração deverá ser passada por instrumento público. **Observação:** as procurações poderão, a critério do interessado, apenas instruir o requerimento ou ser arquivadas em processo separado. Nesta última hipótese, com pagamento do preço do serviço devido.
Comprovante de pagamento: - Guia de Recolhimento/Junta Comercial. (1)

Observação:

(1) No DF, o recolhimento deve ser efetuado em um único DARF sob o código 6621.

10.2 ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

Além dos atos descritos nos capítulos anteriores, poderão ser arquivados atos ou documentos que, por determinação legal, sejam atribuídos ao Registro Público de Empresas ou que possam interessar à sociedade limitada, tais como os constantes dos subitens seguintes:

10.2.1 CONTRATO DE ALIENAÇÃO, USUFRUTO OU ARRENDAMENTO DE ESTABELECIMENTO

O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento de estabelecimento só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de arquivado na Junta Comercial e de publicado, pela empresa, na imprensa oficial. A publicação poderá ser em forma de extrato, desde que expressamente autorizada no contrato.

10.2.2 CARTA DE EXCLUSIVIDADE

O documento apresentado para arquivamento na junta Comercial e que tenha por finalidade fazer prova que o interessado detém a exclusividade sobre algum produto ou serviço, deverá atender os seguintes requisitos:
a) O documento deverá ser produzido pelo agente concedente da exclusividade sobre o produto ou sobre o serviço, na forma de "Carta de Exclusividade", ou; documento que ateste ser o interessado o único fornecedor de determinado produto ou serviço, emitido pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal pertinente à categoria;
b) Pelo menos uma via do documento deverá ser original; e
c) O documento oriundo do exterior, além atender os itens "a e b" acima, deverá também conter o visto do Consulado Brasileiro no País de origem e ser acompanhado da tradução, feita por tradutor público juramentado.

10.2.3 RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA

A recuperação judicial e a falência serão conhecidas pelo Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, mediante comunicação do Juízo competente.
Cabe à Junta Comercial efetuar a anotação pertinente (prontuário e cadastro), não podendo a empresa, após a anotação, cancelar o seu registro.

10.2.4 DECISÕES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

As ordens judiciais dirigidas à Junta Comercial, pelo respectivo juízo, terão seu teor anotado nos cadastros da respectiva empresa.
Quando se tratar de decisão de natureza transitória, como as liminares, antecipação de tutela, ou cautelar, esta será arquivada, com anotação do seu teor nos cadastros da respectiva empresa, acompanhado de informação de que se trata de decisão revogável, não definitiva.
As decisões administrativas que, por forca de Lei, sejam dirigidas à Junta Comercial terão seu teor anotado nos cadastros da respectiva empresa.
As decisões judiciais ou administrativas levadas a registro pelo empresário deverão ser arquivadas como documentos de interesse, com recolhimento do preço devido.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 10, DE 3 DE MARÇO DE 2017

OS MINISTROS DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E DO MEIO AMBIENTE, no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 27, § 6º, inciso I, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 e no Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009, e

Considerando o art. 24, inciso VI, da Constituição Federal, que dispõe que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição, cabendo ao ente federal a edição de regras gerais sobre tais assuntos;

Considerando o art. 27, § 6º, inciso I, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que prevê a competência conjunta dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Meio Ambiente para, sob a coordenação do primeiro, com base nos melhores dados científicos e existentes, fixar as normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros, e considerando o que consta no Processo nº 21024.010831/2016-67, resolvem:

Art. 1º Estabelecer o período de 1º de outubro a 31 de janeiro, como período de defeso da piracema, no Estado de Mato Grosso, nos rios das bacias hidrográficas dos rios Amazonas, Araguaia-Tocatins e Paraguai.

Art. 2º Esta Instrução Normativa Interministerial entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI
Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SARNEY FILHO
Ministro de Estado do Meio Ambiente

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 18, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 18 e 53 do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.000849/2017-18 , resolve:

Art. 1º Suspender o credenciamento do Laboratório Clínica Veterinária São Geraldo, nome empresarial, Marcos Antônio de Almeida-ME, CNPJ nº 01.005.565/0001-24, localizado na Rua General Osório, nº 59-B, Bairro: São Geraldo, CEP: 36.200-370, Barbacena-MG, credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 29, DE 02 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 103, inciso IV, do Anexo da Portaria Nº 45, de 22 de março de 2007, tendo em vista o disposto no Decreto Nº 5.741, de 30 de março de 2006, na Instrução Normativa Nº 19, de 24 de julho de 2006, e o que consta do Processo Nº 21042.012722/2016-66, resolve:

Art. 1º Reconhecer a equivalência do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal de Santa Maria/RS para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produto de Origem Animal - SISBIPOA, do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA.

Art. 2º Determinar ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA a inserção, no cadastro geral, do nome do Município mencionado no art. 1º desta Portaria e estabelecimentos indicados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 30, DE 2 DE MARÇO DE 2017

Submete à Consulta Publica, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, o Projeto de Instrução Normativa e Anexos que aprova O REGULAMENTO TÉCNICO PARA EXPORTAÇÃO DE BOVINOS, BUBALINOS, OVINOS E CAPRINOS VIVOS, DESTINADOS AO ABATE E REPRODUÇÃO.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 18 do(a) Decreto 8852, de 20 de Setembro de 2016,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 21000.001839/2017-91, resolve:

Art. 1º Submeter à Consulta Pública, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, o Projeto de Instrução Normativa e Anexos que aprova O REGULAMENTO TÉCNICO PARA EXPORTAÇÃO DE BOVINOS, BUBALINOS, OVINOS E CAPRINOS VIVOS, DESTINADOS AO ABATE E REPRODUÇÃO.

Art. 2º O objetivo da presente consulta pública é permitir a ampla divulgação da proposta de Instrução Normativa, visando receber sugestões de órgãos, entidades ou pessoas interessadas.

Art. 3º Durante o prazo estipulado no art. 1º desta Portaria, o Projeto de Instrução Normativa e Anexos encontrar-se-ão disponíveis na íntegra na página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no endereço: www.agricultura.gov.br.

Art. 4º As sugestões de que trata o art. 2º, tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas, por escrito, para o endereço: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Defesa Agropecuária, Departamento de Saúde Animal/DSA/SDA/MAPA, Esplanada dos Ministérios, Anexo A, 3º andar, sala 326, Brasília DF, CEP: 70.043-900, ou para o endereço eletrônico: consultapublica.dsa@agricultura.gov.br

Art. 5º Findo o prazo estipulado no art. 1º a unidade administrativa da SDA/Mapa poderá articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 6º Esta Minuta de Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 11, DE 1 DE MARÇO DE 2017

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no § 7° do art. 18 da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997 e pelo Decreto n° 2.366, de 5 de novembro de 1997, DEFERE os pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas:

ESPÉCIE	DENOMINAÇÃO DA CULTIVAR	NÚMERO DO PROTOCOLO
Vitis L.	Sugrathirtyfour	21806.000071/2011-78
Vitis L.	Sugrathirtyfive	21806.000072/2011-12
Glycine max (L.) Merr	GNZ 660S RR	21806.000289/2012-11
Glycine max (L.) Merr	GNZ 550S RR	21806.000290/2012-38
Glycine max (L.) Merr	GNZ 690S RR	21806.000261/2013-57
Lactuca sativa L.	BRS Mediterrânea	21806.000128/2016-43
Lactuca sativa L.	BRS Leila	21806.000129/2016-98
Triticum aestivum L.	BRS Guaraim	21806.000228/2016-70

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE GOIÁS

PORTARIA Nº 34, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017

O Superintendente Federal de Agricultura no Estado de Goiás, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial n° 428, de 9 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA n° 36, de 24 de novembro de 2009, na Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta do Processo 21020.000347/2017-41, resolve: :

Art. 1º - Credenciar a empresa AGRO CARREGAL PESQUISA E PROTEÇÃO DE PLANTAS ME, CNPJ: 18.505.103/0001-79, localizada na Estr. Municipal Rio Verde à Jatai, s/n., km 06 AD - 2 km, Zona Rural, CEP 75901-970, no Município de Rio Verde/GO, para, na qualidade de entidade de pesquisa, realizar pesquisa e experimentação com agrotóxicos e afins, objetivando a emissão de laudos de eficiência e praticabilidade agronômica, de fitotoxicidade e ensaios de campo de estudos de resíduos para fins de registro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO CESAR CARNEIRO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 2, DE 3 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso XXII do artigo 44 do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, considerando o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo 21028.014200/2016-87, resolve:

Art. 1º Credenciar a empresa WFLB EMBALAGENS EM MADEIRA LTDA, CNPJ 14.860.219/0001-75, LOCALIZADA à Rua Cunha Quitão, 350, Bairro Chácara do Quitão, CEP 35.680-417 Itaúna/MG, sob o número BR MG 632, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar o seguinte Tratamento: Tratamento Térmico (HT).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 1 (um) ano, conforme § 4º do Art. 1º - Anexo I da Instrução Normativa SDA nº 66/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ MURTA KANGUSSU



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 64, DE 2 DE MARÇO DE 2017

Processo nº 53500.022263/2013-28
Recorrente/Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Circuito Deliberativo nº 37, de 17 de fevereiro de 2017

EMENTA: SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E REGULAMENTAÇÃO (SPR). CONSULTA PÚBLICA Nº 2/2017. PLANO GERAL DE OUTORGAS - PGO. PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA RECEBIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS. FIXAÇÃO DE NOVAS DATAS. 1. Acolhida de proposta da SPR pela prorrogação do prazo, por 60 (sessenta) dias, para recebimento de contribuições na Consulta Pública nº 2/2017, que cuida da proposta de Plano Geral de Outorgas - PGO e outros. Complexidade do tema em discussão. Ampliação da oportunidade de participação da sociedade. Interesse público. 2. Acolhida de proposta da SPR pela alteração das datas de Audiências Públicas. Compatibilização com o novo prazo para contribuições. 3. Acolhida de proposta da SPR pela prorrogação de prazos, por 60 (sessenta) dias para cumprimento de determinações contidas nos itens 10 e 12 do Acórdão nº 4/2017 e correspondente Despacho Ordinatório. 4. Fixação do prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento da determinação contida no item 11 do Acórdão nº 4/2017 e correspondente Despacho Ordinatório.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 36/2017/SEI/IF (SEI nº 1220785), integrante deste acórdão: a) prorrogar o prazo de contribuições da Consulta Pública (CP) nº 2/2017 por mais 60 (sessenta) dias, a contar de seu vencimento original; b) determinar a fixação de novas datas para as duas Audiências Públicas a serem realizadas, privilegiando-se o final do novo prazo fixado; e, c) prorrogar os prazos de cumprimento, pela Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR), das determinações contidas nos itens 10 a 12 do Acórdão nº 4/2017-CD por mais 60 (sessenta) dias a contar de seu vencimento original no caso dos itens 10 e 12; e por mais 30 (trinta) dias no caso do item 11.

Participaram da deliberação o Presidente Juarez Quadros do Nascimento e os Conselheiros Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz, Otavio Luiz Rodrigues Junior e Leonardo Euler de Morais.

IGOR VILAS BOAS DE FREITAS
Presidente do Conselho
Substituto

ACÓRDÃOS DE 3 DE MARÇO DE 2017

Nº 65 - Processo nº 53532.001218/2009-86
Recorrente/Interessado: R.G. MENEZES DE ARÚJO INFORMÁTICA. CNPJ/MF nº 08.061.446/0001-38. Conselheiro Relator: Anibal Diniz. Fórum Deliberativo: Reunião nº 820, de 23 de fevereiro de 2017
EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO. PRESTAÇÃO CLANDESTINA DE SCM. ARGUMENTOS DA RECORRENTE IMPROCEDENTES. ATENUANTE. PELO CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO RECURSO. REVISÃO DE OFÍCIO. 1. A Prestadora foi sancionada por executar o Serviço de Comunicação Multimídia sem autorização desta Agência. 2. Quanto à materialidade das infrações, as irregularidades cometidas pela Recorrente foram devidamente comprovadas, uma vez que a fiscalização presencial identificou a irradiação de portadora na frequência de 2,4 GHz e constatou a prestação do serviço a clientes cadastrados. 3. Reforma do montante aplicado para considerar atenuante de 10% em razão de confissão da Recorrente. 4. Recurso Administrativo conhecido e improvido. 5. Adicionalmente, rever, de ofício, a decisão para reduzir o valor da multa.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 8/2017/SEI/AD (SEI nº 1134497), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo interposto em face do Despacho Decisório nº 1.560, de 10 de março de 2015, expedido pela Superintendência de Fiscalização, para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) reformar, de ofício, a decisão exarada no sentido de rever a sanção de multa aplicada para o valor R$ 2.709,07 (dois mil, setecentos e nove reais e sete centavos).
Participaram da deliberação o Presidente Juarez Quadros do Nascimento e os Conselheiros Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz, Otavio Luiz Rodrigues Junior e Leonardo Euler de Morais.

Nº 66 - Processo nº 53500.009797/2011-05
Recorrente/Interessado: SERCOMTEL S.A. TELECOMUNICAÇÕES. CNPJ/MF nº 01.371.416/0001-89. Conselheiro Relator: Otavio Luiz Rodrigues Junior. Fórum Deliberativo: Reunião nº 820, de 23 de fevereiro de 2017
EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES. NÃO APROVAÇÃO DE RELAÇÕES DE BENS REVERSÍVEIS - RBR. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PARA ALEGAÇÕES FINAIS. NÃO OCORRÊNCIA DE NULIDADE. PRAZO IMPRÓPRIO PARA APRECIAÇÃO DA RELAÇÃO. REVERSIBILIDADE DE BENS ADQUIRIDOS COM RECURSOS PRIVADOS. DEFINIÇÃO DOS BENS. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO E DE POSSIBILIDADE DE BIS IN IDEM. APURAÇÃO EM PROCESSO DIVERSO. INOBSERVÂNCIA DA SÚMULA Nº 12. NECESSIDADE DE INCLUSÃO DOS BENS REVERSÍVEIS NA RBR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Recurso Administrativo interposto em face de decisão que não aprovou as Relações de Bens Reversíveis - RBR correspondentes aos exercícios de 2005 a 2014 e determinou outras providências. 2. Não há nulidade na ausência de notificação para apresentação de Alegações Finais que não provocou dano à Recorrente, em razão do princípio pas de nullité sans grief. 3. Os prazos apontados pela Recorrente são impróprios e sua inobservância não implica preclusão do direito de a Administração Pública praticar o ato. 4. A origem privada ou pública dos recursos financeiros usados para aquisição de um bem não é relevante à caracterização de sua reversibilidade. 5. Consta no Anexo nº 1 do Contrato de Concessão assinado pela Recorrente a relação dos bens que estão sujeitos ao ônus da reversibilidade. 6. O prazo prescricional definido na Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, é aplicável a processos sancionatórios e deverá ser observado no curso do Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - Pado instaurado em razão do despacho recorrido. 7. Não ocorrência do risco de bis in idem, pois a própria decisão impugnada determinou que o Pado a ser instaurado não contemple indícios de infrações que estejam sendo apuradas em outros autos. 8. A irresignação pela instauração de Pado contraria a Súmula nº 12 da Agência. 9. A Relação de Bens Reversíveis deve contemplar os bens da prestadora, de sua controladora, controlada ou coligada, que sejam indispensáveis à continuidade e à atualidade da prestação do serviço no regime público. 10. Verificação do cumprimento das determinações contidas no item 3.1 do Despacho Decisório nº 64/2016/SEI/COUN1/COUN/SCO, de 8 de julho de 2016, pela Superintendência de Controle de Obrigações - SCO. 11. Recurso conhecido e não provido.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 21/2017/SEI/OR (SEI nº 1144875), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.
Participaram da deliberação o Presidente Juarez Quadros do Nascimento e os Conselheiros Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz, Otavio Luiz Rodrigues Junior e Leonardo Euler de Morais.

Nº 67 - Processo nº 53524.001441/2013-17
Recorrente/Interessado: MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DA PRATA. CNPJ/MF nº 25.004.532/0001-28. Conselheiro Relator: Otavio Luiz Rodrigues Junior. Fórum Deliberativo: Reunião nº 820, de 23 de fevereiro de 2017
EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. USO NÃO AUTORIZADO DE RADIOFREQUÊNCIA. INFRAÇÃO GRAVE. MULTA. CONSTATAÇÃO TARDIA DA INFRAÇÃO NÃO AFASTA SUA MATERIALIDADE. REVISÃO DE OFÍCIO DO VALOR DA MULTA. ERRO MATERIAL. REFORMATIO IN MELIUS. DETERMINAÇÃO PARA QUE A AUTUAÇÃO DE PADOS ATENDA AOS PRINCÍPIOS DA CELERIDADE E DA ECONOMIA PROCESSUAL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Recurso Administrativo em face de Despacho Decisório por meio do qual o Superintendente de Fiscalização manteve multa aplicada em função do uso não autorizado de radiofrequência. 2. Descumprimento relacionado ao serviço de Retransmissão de Televisão, especificamente ao art. 17 do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências (RUER), aprovado pela Resolução nº 259, de 7 de dezembro de 2001, c/c art. 163 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (LGT). 3. O uso de radiofrequência sem a devida autorização constitui infração de natureza grave, por expressa disposição regulamentar. 4. Eventual demora na concessão de autorizações e licenças por parte do poder público não é um salvo-conduto para que os interessados pratiquem conduta vedada. 5. A fiscalização da Anatel busca atender às exigências do serviço público e aos interesses da coletividade, sem privilegiar qualquer administrado, em respeito ao princípio da impessoalidade. O fato de a Agência não ter constatado a irregularidade em gestões anteriores do MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DA PRATA não afasta a irregularidade nem caracteriza omissão dolosa do poder público. 6. As alegações do Recorrente não trazem qualquer fato novo ou circunstância relevante susceptível de justificar a reforma da decisão recorrida. 7. Revisão, de ofício, do valor da multa de R$ 2.181,60 (dois mil, cento e oitenta e um reais e sessenta centavos) para R$ 2.152,87 (dois mil, cento e cinquenta e dois reais e oitenta e sete centavos), em virtude de erro material identificado na fórmula aplicada à variável "PVM", constante da planilha de cálculo de fl. 28. 8. Tratando-se de reformatio in melius, não há obrigatoriedade de oitiva da Procuradoria Federal Especializada junto à Anatel (PFE-Anatel). 9. Determinação à Superintendência de Fiscalização (SFI) que, em casos futuros semelhantes a este, proceda à instauração de um único processo compreensivo de infrações conexas e que possam gerar sanções afins. Tal providência deve ser afastada se for materialmente inviável o julgamento simultâneo das infrações. 10. Recurso Administrativo conhecido e não provido.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 10/2017/SEI/OR (SEI nº 1107038), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) rever, de ofício, o Despacho nº 4.761, de 30 de setembro de 2013, a fim de se reduzir a sanção de multa de R$ 2.181,60 (dois mil, cento e oitenta e um reais e sessenta centavos) para R$ 2.152,87 (dois mil, cento e cinquenta e dois reais e oitenta e sete centavos), em virtude da constatação de erro material no cálculo da variável "PVM" constante da fórmula descrita na planilha de fl. 28.
Participaram da deliberação o Presidente Juarez Quadros do Nascimento e os Conselheiros Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz, Otavio Luiz Rodrigues Junior e Leonardo Euler de Morais.

Nº 68 - Processo nº 53512.000390/2013-37
Recorrente/Interessado: BLUECOM SOLUÇÕES DE CONECTIVIDADE E INFORMÁTICA LTDA. CNPJ/MF nº 02.686.151/0001-70. Conselheiro Relator: Otavio Luiz Rodrigues Junior. Fórum Deliberativo: Reunião nº 820, de 23 de fevereiro de 2017
EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTO COM HOMOLOGAÇÃO SUSPENSA. MULTA. REANÁLISE DO PORTE DA INFRATORA. REFORMATIO IN PEJUS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Sancionou-se a Recorrente com multa de R$ 16.995,00 (dezesseis mil, novecentos e noventa e cinco reais) por comercialização de produto com homologação suspensa, em afronta ao art. 55, inc. IV, alínea "c", c/c art. 4º do Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 242, de 30 de novembro de 2000. 2. Para fins de sancionamento, classificou-se a Recorrente como microempresa, diante da ausência de informações sobre sua Receita Operacional Líquida (ROL). 3. Dada a possibilidade de inadequação da classificação do porte econômico da Recorrente, converteu-se a deliberação em diligência, nos termos do art. 19 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013. 4. A Superintendência de Fiscalização (SFI) propôs a reclassificação do porte da infratora para "Empresa de Pequeno Porte", assim como a alteração do valor atribuído à variável "i" da fórmula de cálculo utilizada. 5. Observância dos trâmites legais para agravamento da sanção dispostos no art. 64, parágrafo único, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 7º, inc. V, da Portaria nº 642, de 26 de julho de 2013. 6. Reforma, de ofício, da multa aplicada, majorando-a de R$ 16.995,00 (dezesseis mil, novecentos e noventa e cinco reais) para R$ 20.394,00 (vinte mil, trezentos e noventa e quatro reais), dada a reclassificação do porte empresarial da Recorrente. 7. Recurso conhecido e não provido.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 41/2017/SEI/OR (SEI nº 1183275), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) reformar, de ofício, a multa aplicada, majorando-a de R$ 16.995,00 (dezesseis mil, novecentos e noventa e cinco reais) para R$ 20.394,00 (vinte mil, trezentos e noventa e quatro reais), dada a reclassificação do porte empresarial da Recorrente.
Participaram da deliberação o Presidente Juarez Quadros do Nascimento e os Conselheiros Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz, Otavio Luiz Rodrigues Junior e Leonardo Euler de Morais.

Nº 69 - Processo nº 53516.000963/2011-21
Recorrente/Interessado: RÁDIO VERDE ROSA LTDA. CNPJ/MF nº 79.730.578/0001-53. Conselheiro Relator: Otavio Luiz Rodrigues Junior. Fórum Deliberativo: Reunião nº 820, de 23 de fevereiro de 2017
EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA. INDISPONIBILIDADE DE RELATÓRIO DE CONFORMIDADE QUANTO A LIMITES DA EXPOSIÇÃO A CAMPOS ELÉTRICOS, MAGNÉTICOS E ELETROMAGNÉTICOS PARA A ESTAÇÃO PRINCIPAL E PARA O ESTÚDIO AUXILIAR. MULTA. NOTIFICAÇÃO DE DESPACHO DECISÓRIO ENVIADA A ENDEREÇO DISTINTO DO CADASTRADO. RECURSO ADMINISTRATIVO INTEMPESTIVO. CONHECIMENTO. DESCARACTERIZAÇÃO DA IRREGULARIDADE QUANTO AO ESTÚDIO AUXILIAR. PRECEDENTES. INCIDÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE PARA A INFRAÇÃO QUANTO À ESTAÇÃO PRINCIPAL. REFORMATIO IN MELIUS. RECURSO ADMINISTRATIVO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Recurso Administrativo interposto em face do Despacho nº 7.827, de 9 de setembro de 2015, que não conheceu da impugnação contra o Despacho nº 1.634, de 1º de abril de 2014, que aplicou multa no valor de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), em virtude de indisponibilidade dos Relatórios de Conformidade quanto a limites da exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos para a estação principal e para o estúdio auxiliar. 2. Nos termos do art. 110, III, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações (RIA), aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, a intimação por via postal será considerada realizada "com sua entrega no endereço informado pelo interessado". Encaminhou-se o Ofício de notificação do Despacho Decisório nº 1.634, de 1º de abril de 2014, para endereço distinto daquele cadastrado no Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD). Diante do prejuízo causado pela Anatel ao exercício tempestivo do direito recursal da Recorrente, deve-se conhecer da impugnação protocolizada fora do prazo regimental. 3. Conforme precedentes do Conselho Diretor, deve-se afastar a exigência do Relatório de Conformidade quando a concessionária, autorizada ou permissionária operar estação sem o devido licenciamento. Tal entendimento aplica-se à infração relativa ao estúdio auxiliar da Recorrente. 4. A Recorrente apresentou cópia do Relatório de Conformidade para a estação principal em 6 de junho de 2011. Assim, seria cabível a aplicação da atenuante de 10% (dez por cento) descrita no art. 16 do Regulamento para Aplicação de Sanções Administrativas (RASA), aprovado pela Resolução nº 344, de 18 de junho de 2003, então vigente. 5. Recurso Administrativo conhecido e parcialmente provido, a fim de se: (i) conhecer da impugnação interposta em 5 de maio de 2014 em face do Despacho Decisório nº 1.634, de 1º de abril de 2014; e, (ii) descaracterizar a infração quanto à indisponibilidade de Relatório de Conformidade para o estúdio auxiliar, por se tratar de estação não licenciada e, consequentemente, deduzir, do total da sanção a correspondente multa de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos

reais). 6. Revisão, de ofício, da multa aplicada pela indisponibilidade do Relatório de Conformidade para a estação principal, reduzindo-a de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) para R$ 2.160,00 (dois mil, cento e sessenta reais), devido à incidência de circunstância atenuante prevista no art. 16 do Regulamento para Aplicação de Sanções Administrativas (RASA), aprovado pela Resolução nº 344, de 18 de junho de 2003.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 14/2017/SEI/OR (SEI nº 1115644), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, a fim de se: a.i) conhecer da impugnação interposta em 5 de maio de 2014 em face do Despacho Decisório nº 1.634, de 1º de abril de 2014; e, a.ii) descaracterizar a infração quanto à indisponibilidade de Relatório de Conformidade para o estúdio auxiliar, por se tratar de estação não licenciada e, consequentemente, deduzir, do total da sanção, a correspondente multa de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais); e, b) rever, de ofício, a multa aplicada pela indisponibilidade do Relatório de Conformidade da estação principal, reduzindo-a de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) para R$ 2.160,00 (dois mil, cento e sessenta reais), devido à incidência de circunstância atenuante prevista no art. 16 do Regulamento para Aplicação de Sanções Administrativas (RASA), aprovado pela Resolução nº 344, de 18 de junho de 2003.
Participaram da deliberação o Presidente Juarez Quadros do Nascimento e os Conselheiros Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz, Otavio Luiz Rodrigues Junior e Leonardo Euler de Morais.

Nº 70 - Processo nº 53528.000644/2016-91
Recorrente/Interessado: ASSOCIAÇÃO DOS MOTORISTAS PROFISSONAIS DO VALE DOS SINOS. CNPJ/MF nº 00.069.956/0001-40. Conselheiro Relator: Otavio Luiz Rodrigues Junior. Fórum Deliberativo: Reunião nº 820, de 23 de fevereiro de 2017
EMENTA: PEDIDO DE ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO. PEDIDO DE RENÚNCIA A RADIOENLACES ASSOCIADOS AO SERVIÇO LIMITADO PRIVADO (SLP), NA SUBMODALIDADE SERVIÇO DE RADIOTÁXI PRIVADO. EXTINÇÃO, POR RENÚNCIA, DA OUTORGA PARA EXPLORAR O SLP. EQUÍVOCO DA ADMINISTRAÇÃO. VÍCIO DE LEGALIDADE. ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. 1. A ASSOCIAÇÃO DOS MOTORISTAS PROFISSIONAIS DO VALE DOS SINOS apresentou renúncia a Radioenlaces Associados ao Serviço Limitado Privado (SLP), na submodalidade Serviço de Radiotáxi Privado. 2. Com base nesse pedido, expediu-se o Ato nº 977, de 7 de abril de 2016, extinguindo-se a autorização para explorar o SLP, na submodalidade Serviço de Radiotáxi Privado, outorgada por meio do Ato nº 3.707, de 2 de junho de 2010. 3. Inexistindo renúncia à outorga por parte da Associação, verifica-se que o Ato nº 977, de 7 de abril de 2016, não possui correspondência com a situação fática que o motivou. 4. Em conformidade com o princípio da autotutela, a Administração Pública possui o dever de anular seus atos, quando eivados de vício de legalidade. 5. Observância ao procedimento descrito no art. 77 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013. 6. Anulação do Ato nº 977, de 7 de abril de 2016.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 45/2017/SEI/OR (SEI nº 1199557), integrante deste acórdão, deferir o Pedido de Anulação do Ato nº 977, de 7 de abril de 2016.
Participaram da deliberação o Presidente Juarez Quadros do Nascimento e os Conselheiros Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz, Otavio Luiz Rodrigues Junior e Leonardo Euler de Morais.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 1.063, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

Expede autorização à JOSE MARIA DE ARAUJO - EPP, CNPJ nº 27.435.072/0001-18 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

Nº 1.121 - Processo nº 53500.002443/2017-17. Expede autorização à MARIA TEREZA PEIXOTO ALMEIDA - ME, CNPJ/MF nº 24.336.600/0001-93, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.122 - Processo nº 53500.045631/2017-30. Expede autorização à GRBNET LTDA - ME, CNPJ/MF nº 26.239.305/0001-44, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 3 DE MARÇO DE 2017

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.866, de 03/10/2016, resolve:
Estabelecer e regulamentar instrumentos de fomento adequados à execução e ao aperfeiçoamento do Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos Serviços do Sistema Único de Saúde (EpiSUS), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), Ministério da Saúde (MS), com ênfase na formação de recursos humanos na área de epidemiologia, objeto do Termo de Execução Descentralizada - TED nº 36/2016, firmado no Plano de Trabalho de Apoio às Ações de Saúde do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, publicado no DOU em 15/09/2016.
Esta Resolução Normativa entra em vigor a partir da data da sua publicação.
http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/5645202

MARIO NETO BORGES

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A

DESPACHOS

Processo: Contrato C-1085/CB-226- Objeto: Fornecimento de discos abrasivos de corte plano/reto, discos de lixa flap e escovas circulares trançadas. Contratada: RPE Ferramentas e Equipamentos de Solda Ltda - Valor total: R$ 300.996,00 - Parecer Jurídico LOF-005/2017. Justificativas: Em face do Pregão E-035/2015, para contratação do presente objeto ter se encerrado como fracassada, e tendo em vista que o resultado de licitação fracassada gera o mesmo efeito de uma licitação deserta, e considerando ainda que esse certame não pode ser repetido sem prejuízo para a Administração. Considerando que a justificativa acima tem fundamento no Artigo 24, V da Lei 8666/93, reconheço a dispensa de licitação referente ao processo supracitado.

FERNANDO DE JESUS COUTINHO
Gerente Geral de Compras e Serviços

Em face do parecer favorável da Consultoria Jurídica sobre o assunto, ratifico a decisão do Gerente Geral de Compras e Serviços.

LIBERAL ENIO ZANELATTO
Diretor Industrial

SECRETARIA DE DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 709, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2017

A SECRETÁRIA DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XIV do art. 74, Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.059835/2016-64, resolve:
Art. 1º Homologar a alteração dos objetivos sociais efetuada pela FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO DEPUTADO HUMBERTO REIS DA SILVEIRA, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada e de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Teresina / PI, nos termos do Estatuto de 12 de agosto de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:
Art. 3º A FUNDALEGIS tem por finalidade a prestação de serviços de rádio e televisão, especialmente de natureza jornalística e de promover e apoiar a cultura popular, o desporto e o desenvolvimento sócio-educacional, bem como a prestação de serviço de promoção, proteção e assistência à saúde dos deputados, servidores e seus dependentes da Assembleia Legislativa e de acordo com a disponibilidade do setor, à comunidade em geral.
Art. 4º Para a consecução de seus objetivos, a FUNDALEGIS poderá:
I - contribuir, pelos meios de que dispuser, para a melhoria do ensino em todos os níveis, vinculados às instituições de ensino superior públicas, que funcione no Piauí, especialmente o Colégio Cidadão Cidadã e a Escola do Legislativo;
II - executar ações que potencializem atividades de pesquisa científica, artísticas, esportivas e da área da saúde das instituições públicas de ensino sediadas no Estado;
III - apoiar ações de ensino destinadas à formação de recursos humanos para a educação do Piauí;
IV - produzir e veicular programas educativos, culturais, artísticos, científicos e jornalísticos para rádio e televisão;
V - prestar serviços à comunidade, diretamente ou por intermediação;
VI - oferecer estágio prático a alunos das escolas públicas;
VII - participar do processo de desenvolvimento do País, estimulando as atividades de educação à distância;
VIII - celebrar convênios, contratos, acordos e ajustes com entidades de ensino superior do Estado e do País;
IX - celebrar convênios, contratos, acordos e ajustes com o Estado e os Municípios piauienses e iniciativa privada, visando a execução de projetos na área de educação, cultura, desporto e na área da saúde;
X - celebrar contratos com empresas privadas, visando a execução de pesquisas e treinamento de pessoal;
XI - produzir, comprar, alugar e permutar programas de áudio e vídeo educativos, científicos, culturais, artísticos e jornalísticos;
XII - permutar serviços de divulgação, produção, gravação, edição e distribuição de áudio e vídeo;
XIII - subvencionar, total ou parcialmente, a realização de exposições, festivais de arte, espetáculos teatrais, de música, de dança e atividades congêneres;
XIV - possuir, manter e subsidiar total ou parcialmente, emissoras de rádio e televisão de natureza cultural e educativa;
XV - subvencionar total ou parcialmente a aquisição de equipamentos e materiais de consumo destinados à emissoras e retransmissoras de rádio e televisão a ela vinculadas ou por ela mantidas.
Parágrafo único. A natureza jurídica da FUNDALEGIS não pode ser alterada ou suprimidas suas finalidades.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 657, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, Anexo IV, da Portaria n.º 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo n. 53000.067231/2013-92, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 2.832/2017/SEI-MCTIC, resolve:
Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Prefeitura Municipal de Itapiranga, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Itapiranga, estado de Santa Catarina, utilizando o canal 3 (três), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Televisão Lages Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Lages, estado de Santa Catarina.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

DESPACHOS DA DIRETORA
Em 8 de fevereiro de 2017

Nº 55 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Capítulo IV, art. 75, § 1º, inciso V, da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, e considerando o que consta no processo n.º 53000.067790/2013-01, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de PARAIBUNA, estado de São Paulo, utilizando o canal digital nº 42 (quarenta e dois), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 25692/2016/SEI-MCTIC.

Em 1º de março de 2017

Nº 246 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 75, § 1º, inciso V, da Portaria n.º 5.184, de 14 de novembro de 2016, e considerando o que consta no processo n.º 01250.004329/2016-36, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RADIO ITUPORANGA LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Ituporanga - SC, utilizando o canal nº 234 (duzentos e trinta e quatro), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.º 4023/2017/SEI-MCTIC.

INEZ JOFFILY FRANÇA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

PORTARIA Nº 524, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no D.O.U. de 16 de novembro de 2016, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Delegar aos Coordenadores da Coordenação-Geral de Outorgas a competência prevista no inciso I do §3º do art. 75 do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANO DE VASCONCELLOS COSTA COUTO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TELEVISÃO DIGITAL

PORTARIA Nº 526, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE TELEVISÃO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no D.O.U. de 16 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Delegar aos Coordenadores da Coordenação-Geral de Televisão Digital a competência prevista no inciso I do §5º do artigo 75 do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

PORTARIA Nº 525, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no D.O.U. de 16 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Delegar aos Coordenadores da Coordenação-Geral de Pós-Outorga a competência prevista no inciso III do §4º do artigo 75 do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E CONSIGNAÇÕES DA UNIÃO

PORTARIA Nº 527, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E CONSIGNAÇÕES DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no D.O.U. de 16 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Delegar aos Coordenadores da Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União a competência prevista no inciso III do §7º do artigo 75 do Regimento Interno.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Ministério da Cultura

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 167, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 48, de 18 de janeiro de 2017, que divulgou os limites finais de movimentação e empenho das despesas discricionárias no âmbito do Ministério da Cultura para o exercício de 2016.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições conferidas no art. 4º do anexo I do Decreto 8.837, de 17 de agosto de 2016, e pela Portaria nº 300, de 10 de outubro de 2016, e suas alterações, do Ministério da Cultura, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo da Portaria nº 48, de 18 de janeiro de 2017, que divulgou os limites finais para movimentação e empenho de 2016 das despesas discricionárias no âmbito do Ministério da Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DE ANDRADE

ANEXO
À PORTARIA Nº 48, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

	ANEXO	
		R$ 1,00
Código	Unidades Orçamentárias (UO) /	Limite
UO	Unidades Administrativas	Autorizado
42101	Ministério da Cultura - Ad. Direta	154.400.000
	Secretaria Executiva	29.000.000
	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	56.900.000
	Subsecretaria de Gestão Estratégica	21.000.000
	Secretaria do Audiovisual	18.500.000
	Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura	6.000.000
	Secretaria de Infraestrutura Cultural	1.000.000
	Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural	12.500.000
	Secretaria da Economia da Cultura	1.000.000
	Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Institucional	8.500.000
42902	Fundo Nacional da Cultura	84.036.048
	- FNC	41.600.000
	- FSA	42.436.048
	Entidades Vinculadas	378.625.786
42201	Fundação Casa de Rui Barbosa	7.160.625
42202	Fundação Biblioteca Nacional	30.761.754
42203	Fundação Cultural Palmares	13.045.840
42204	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	111.318.172
42205	Fundação Nacional das Artes	64.798.791
42206	Agencia Nacional do Cinema	67.631.375
42207	Instituto Brasileiro de Museus	83.909.229
	TOTAL MINC	617.061.834

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 138, DE 3 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, RESOLVE:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

160374 - 2ª Mostra Coreográfica Corazón Salsero - Tema: Clichês Latinos

Ana Amélia Moreno Diniz

CNPJ/CPF: 329.010.598-99

Processo: 01400004922201611

Cidade: Brasília - DF;

Valor Aprovado: R$ 62.785,00

Prazo de Captação: 06/03/2017 à 31/08/2017

Resumo do Projeto: A Mostra Coreográfica Corazón Salsero se caracteriza como um espetáculo de dança protagonizado por novos talentos da Região Metropolitana de Brasília e por nomes consagrados no circuito local de danças sociais, focado em estilos musicais afro-caribenhos. Marca o encontro do público com dançarinos de grande potencial artístico, valorizando o fazer cultural de cada indivíduo, assim como a integração cultural entre o Brasil os demais países latino-americanos.

164984 - Circo Social de Sarandi

Casa do Verbo:Assessoria Cultural Pinheiro e Faria Ltda-ME

CNPJ/CPF: 04.880.185/0001-27

Processo: 01400224466201624

Cidade: Campo Mourão - PR;

Valor Aprovado: R$ 275.987,00

Prazo de Captação: 06/03/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O presente projeto tem como objetivo a criação e efetivação do Curso Livre de Circo Social na Associação de Proteção a Maternidade e a Infância na cidade de Sarandi/PR com formação em artes circenses destinados a crianças e jovens ligados a instituição. Em sua primeira etapa oprojeto atenderá 80 (oitenta) educandos divididos em 4 turmas de 20 (vinte) no período de 12 meses.

163905 - COMÉDIA PARA TODOS - 3ª Edição - PALCO ABC

Conteúdo Criativo Produções Artísticas Ltda;

CNPJ/CPF: 03.463.481/0001-60

Processo: 01400218553201642

Cidade: Santana de Parnaíba - SP;

Valor Aprovado: R$ 2.963.223,89

Prazo de Captação: 06/03/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto "COMÉDIA PARA TODOS - 3ª Edição - PALCO ABC" visa reunir espetáculos diferentes para apresentações gratuitas com participação de artistas de diversos estados brasileiros que representem todas as vertentes da comicidade no universo das artes cênicas. Eles se apresentarão em local especialmente preparado no município de Santo André/SP, uma das regiões mais densamente povoadas e carentes de aparelhos culturais em nosso país. Com uma programação abrangente, democrática e acessível, "COMÉDIA PARA TODOS - 3ª Edição - PALCO ABC" reunirá atrações infantis e adultas, compostas por companhias teatrais, grupos de esquetes, performances cômicas circenses, times de improvisação de humor, palhaços e clowns, shows de mímica, ventriloquia, imitadores, contadores de piadas e intérpretes de personagens adultos e infantis.

165053 - Lembro todo dia de Você

Claudia Miranda

CNPJ/CPF: 11.107.036/0001-95

Processo: 01400225085201662

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 909.900,00

Prazo de Captação: 06/03/2017 à 15/09/2017

Resumo do Projeto: Este projeto destina-se à produção do musical inédito "Lembro todo dia de você", com texto e letras de Fernanda Maia e músicas de Rafa Miranda, para uma temporada na cidade de São Paulo. "Lembro todo dia de você" é um musical que acompanha um jovem em sua jornada de autoconhecimento e faz um retrato realista e contemporâneo dos jovens diagnosticados com o vírus HIV.

164963 - PLANO ANUAL Cia. Luna Lunera: Manutenção, circulação e pesquisa 2017

COMPANHIA DE TEATRO LUNA LUNERA

CNPJ/CPF: 05.042.880/0001-82

Processo: 01400224272201629

Cidade: Belo Horizonte - MG;

Valor Aprovado: R$ 1.261.573,04

Prazo de Captação: 06/03/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Neste Plano Anual, a Cia. Luna Lunera apresenta o planejamento necessário para o funcionamento do Grupo durante 2017. As ações foram distribuídas em: MANUTENÇÃO (realização dos ensaios, cursos, encontros, armazenamento de figurinos e cenários, e a ocupação da equipe responsável pela gestão dos projetos); FORMAÇÃO (realização do curso técnico In Cena); CIRCULAÇÃO (Produção da 7ª Expedição Lunar, com os espetáculos URGENTE e PRAZER, e a produção do espetáculo PRAZER em locais inéditos); CONTINUIDADE (realização da mostra de 10 anos do espetáculo AQUELES DOIS) e PESQUISA (investimento na internacionalização do Grupo). A Cia. Luna Lunera completou, em 2016, 15 anos de trabalhos. Ao longo de sua trajetória artística, o grupo realizou mais de 900 apresentações, levando cerca de 60 mil pessoas aos teatros do Brasil, Chile, Argentina e Colômbia.

164416 - Quero Minha Mãe ou Jardim de Olímpia

MJC Polessa Produções Artísticas Ltda

CNPJ/CPF: 04.504.032/0001-85

Processo: 01400221237201658

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 1.185.600,00

Prazo de Captação: 06/03/2017 à 30/11/2017

Resumo do Projeto: Montagem e estreia do espetáculo Quero Minha Mãe ou Jardim de Olímpia com a atriz Zezé Polessa. Início da temporada na cidade do Rio de Janeiro, acompanhada de temporada em São Paulo. Direção de Clara Kutner e texto baseado na obra de Adélia Prado.

165027 - Tchecov - Uma comédia Metafísica

Cena Dois Produções Artísticas Ltda

CNPJ/CPF: 29.940.244/0001-36

Processo: 01400224935201613

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 841.360,00

Prazo de Captação: 06/03/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto contempla produção de montagem e temporadas do espetáculo "Tchecov - Uma comédia Metafísica".

164434 - Território Tugudum

Tugudum Organização de Eventos LTDA - ME

CNPJ/CPF: 07.427.863/0001-99

Processo: 01400221318201658

Cidade: Campinas - SP;

Valor Aprovado: R$ 503.140,00

Prazo de Captação: 06/03/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Trata-se da circulação no Estado de São Paulo de espetáculos de repertório da Companhia Tugudum e oficinas de percussão e dança vinculadas ao processo de pesquisa desenvolvido durante todo período de sua existência. Território Tugudum é baseado nos 17 anos de pesquisa e trabalhos da Cia Tugudum.

163786 - TURNÊ TEATRO DE SOMBRA DE PRAGA

ASSOCIAÇÃO SER PARTE

CNPJ/CPF: 08.289.889/0001-80

Processo: 01400217864201694

Cidade: Contagem - MG;

Valor Aprovado: R$ 766.450,00

Prazo de Captação: 06/03/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto tem como objetivoa realizacao da turne do Grupo de Teatro Oficial de Praga - República Tcheca, por 05 cidades brasileiras, a saber: Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre. O Teatro Negro de Pagra é famoso pelo seus efeitos especiais e sombras. A peça que virá é: Aspectos de Alice. Em cada cidade haverá uma apresentação, totalizando assim 05 (cinco) apresentações.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

165086 - Plano Anual para Manutenção das atividades do Instituto Ciranda/ Rondonópolis.

Projeto Ciranda - Música e Cidadania

CNPJ/CPF: 05.527.180/0001-88

Processo: 01400225498201647
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado: R$ 447.640,00
Prazo de Captação: 06/03/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Proposta de captação de recursos para a manutenção das atividades de um polo de ensino musical de instrumentos de orquestra, pelo Instituto Ciranda. Especificamente, custeará parte das despesas com pagamento de corpo docente e coordenação pedagógica, transporte, alimentação com hospedagem, confecção de materiais de divulgação, confecção de uniformes e manutenção/aquisição de acessórios para instrumentos musicais.

163613 - Projeto Tempo de Música
Leilto de Oliveira Carvalho
CNPJ/CPF: 928.562.177-53
Processo: 01400216105201612
Cidade: Petrópolis - RJ;
Valor Aprovado: R$ 638.225,00
Prazo de Captação: 06/03/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Tempo de Música busca realizar oficinas gratuitas práticas e teóricas de iniciação musical em diversos tipos de instrumentos musicais, canto, teoria, solfejo e prática de conjunto.

164683 - Renascer na Música
Centro Recreativo Educacional Artistico Renascer - CREAR
CNPJ/CPF: 00.956.660/0001-40
Processo: 01400222399201611
Cidade: Capão Bonito - SP;
Valor Aprovado: R$ 626.972,00
Prazo de Captação: 06/03/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Renascer na Música compreende a realização de atividades de iniciação musical, com canto coral, prática de instrumentos (violão, violino, flauta transversal) e formação de orquestras de câmara, com apresentações públicas, para crianças e jovens de famílias de baixa renda de bairros da periferia da cidade paulista de Capão Bonito, como ferramenta de inclusão social e cultural.

163672 - Savassi Festival 2017
Ototoi Ltda.
CNPJ/CPF: 05.480.372/0001-86
Processo: 01400216558201631
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 998.100,00
Prazo de Captação: 06/03/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Savassi Festival é um festival de jazz e de música instrumental realizado anualmente, desde 2003. Constitui-se por atividades artístico/culturais relacionadas ao jazz e à música instrumental, a principal delas um generoso conjunto de shows ao ar livre, no espaço público. O projeto possui grande aceitação popular e é instrumento para a democratização ao acesso à cultura e de desenvolvimento da carreira dos músicos e fortalecimento da cena cultural-artística.O festival possui atividades de cunho pedagógico e sociais, contribuindo para o desenvolvimento social.

164329 - VIA SACRA BRASILEIRA
Bevilacqua Produções Artística Ltda. ME
CNPJ/CPF: 07.890.453/0001-80
Processo: 01400220727201637
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.182.636,00
Prazo de Captação: 06/03/2017 à 05/06/2017
Resumo do Projeto: Realização de apresentações musicais de música erudita que divulgarão o conjunto de peças da 'Via Sacra' de Pedro Ribeiro da Silva (compositor brasileiro do século XIX) e outras obras complementares, com entrada franca.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

164266 - Exposição Onde a Esperança se Refugiou - Itinerância 2017
TOTALCOM COMUNICACAO E EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 08.078.643/0001-60
Processo: 01400220233201652
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 397.700,00
Prazo de Captação: 06/03/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Exposição Onde a Esperança se Refugiou - Itinerância 2017 pretende realizar uma exposição itinerante, multimídia, aberta ao público, apresentando a história do Movimento de Justiça e Direitos Humanos e seu papel na construção da história do Brasil. Será retratado o contexto histórico deste período, época do regime pós golpe civil militar no Brasil, que completou 53 anos em 2017. Documentos, fotos, imagens, vídeos e personagens irão apresentar aos visitantes o trabalho realizado pelo Movimento em defesa dos direitos humanos, além de fatos registrados neste período. O conteúdo está organizado em cinco eixos: contexto político brasileiro e latino-americano; ditadura militar no Brasil; Movimento de Justiça e Direitos Humanos; Transição política no cone sul; políticas de memória. Este projeto dá continuidade ao projeto 104886 e também ao projeto 147045.

170101 - PLANO ANUAL DE ATIVIDADES 2017
FUNDACAO CULTURAL BADESC
CNPJ/CPF: 09.176.236/0001-58
Processo: 01400001205201719
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 625.238,57
Prazo de Captação: 06/03/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Manutenção das atividades culturais e artísticas da Fundação Cultural Badesc de caráter permanente e continuado, com a realização dos projetos e ações em 2017, como exposições de artes visuais, arte educação, apresentação de música, oficinas de arte, edição de livros e catálogos, mostras de cinema, registros documentais e outros.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

170088 - Alemães em festa: memória do Centro Histórico de Curitiba
Juliana Cristina Reinhardt
CNPJ/CPF: 963.402.239-15
Processo: 01400001189201764
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 289.890,00
Prazo de Captação: 06/03/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Curitiba é uma cidade que foi formada por imigrantes. Propomos realizar uma pesquisa histórica com a publicação de um livro impresso sobre o Restaurante Schwarzwald, conhecido como Bar do Alemão, com o intuito de valorizar um local que, mais que ponto de encontro, é visto hoje como um lugar de memória e identidade. O estabelecimento, inaugurado em 1979 e localizado no centro histórico da cidade, recentemente ampliou seu espaço com a aquisição da chamada "Casa Vermelha", construída por uma família alemã na primeira metade do século XIX , cuja fachada e ambientes internos se mantém preservados. O livro será o resultado da realização da pesquisa histórica a partir de acervos públicos e particulares de impressos e de imagens, e de memórias de antigos moradores e de proprietários, o que possibilita preservar esse local de celebração e festa da comunidade alemã, como também o saber fazer de comidas tradicionais.

170345 - Brasil moderno por Jean Manzon
CEPAR CULTURAL ASSESSORIA EM PROJETOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.242.168/0001-88
Processo: 01400002838201744
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 304.296,30
Prazo de Captação: 06/03/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto visa a criação e publicação de 300 exemplares de um livro sobre o fotógrafo Jean Manzon, denominado "Palco de uma história desejada: o Brasil moderno por Jean Manzon". Este livro será baseado em um estudo aprofundado sobre a sua contribuição para a fotografia brasileira e que traga, ao mesmo tempo, novas imagens ao conhecimento do público.

170048 - BRASIS - PAISAGENS NATURAIS: Publicação de livro
ANTONIO JOSE MAIA GUIMARAES
CNPJ/CPF: 709.609.176-91
Processo: 01400000559201746
Cidade: Araguari - MG;
Valor Aprovado: R$ 110.610,00
Prazo de Captação: 06/03/2017 à 03/07/2017
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a publicação do livro "Brasis - Paisagens Naturais" do fotógrafo Antônio José Maia Guimarães, o qual é fruto de mais de 15 anos de experiência e do acervo de mais de 1.000 fotos do autor. A obra retrata, por meio de fotografias, as diversas paisagens do Brasil. O livro terá a tiragem de 2.000 cópias, sendo estas para comercialização e doação. O projeto realizará também um evento de lançamento do produto, bem como uma oficina para 40 adolescentes, compartilhando a arte de desenvolver o olhar para a fotografia de paisagens. As ações de lançamento do livro e a oficina serão realizadas em Araguari-MG, porém o livro terá abrangência nacional por meio da utilização de estratégias de divulgação e distribuição.

170155 - Livro 30 ANOS 30 CAUSAS
ASSOCIACAO DE PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE E DA VIDA
CNPJ/CPF: 79.355.269/0001-40
Processo: 01400001664201701
Cidade: Atalanta - SC;
Valor Aprovado: R$ 118.000,00
Prazo de Captação: 06/03/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Criação, edição e impressão de um livro que vai apresentar registros fotográficos dos artistas Vitor Sá, Wigold Schaffer e Ismael Pascoal, pesquisa histórica e textos de personagens protagonistas, empenhados em delinear um panorama do estado de Santa Catarina e da região centro-oeste do Paraná a partir da perspectiva da defesa, preservação e recuperação do meio ambiente e dos valores culturais da região. Tais artistas farão uma leitura de expoentes que atuam no ativismo das causas ambientais compondo um mosaico artístico e cronológico a ser retratado em livro impresso.

170204 - Patrimônio Histórico de Petrópolis
B & D 3 - COM COMUNICACAO EMPRESARIAL LTDA
CNPJ/CPF: 09.489.639/0001-57
Processo: 01400002056201713
Cidade: Petrópolis - RJ;
Valor Aprovado: R$ 334.241,00
Prazo de Captação: 06/03/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Publicar o livro Patrimônio Histórico de Petrópolis, da cidade do Rio de Janeiro, a partir dos bens tombados e arquitetônicos que integram o patrimônio histórico da cidade do Império. Obra com reprodução artística de diversos patrimônios, incluindo sua história - em anedotas, em tri-lingue (português, espanhol e inglês). Públicação com aproximadamente 120 páginas, com fotos, textos, e tiragem de 3.000 exemplares. Distribuição gratuita. Dispõe o projeto de site com acesso livre às imagens para download, bem como para baixar o livro em PDF e no formato de CD-ROM para maior distribuição, com 3000 unidades, bem como audiodescrição, para ser baixado pelo site.

165005 - Toda Memória
BEATRIZ DE CASSIA FONTES
CNPJ/CPF: 092.575.206-17
Processo: 01400224524201610
Cidade: Viçosa - MG;
Valor Aprovado: R$ 184.613,00
Prazo de Captação: 06/03/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Edição e publicação de 3000 exemplares do livro Toda Memória, que resgata o passado da Zona da Mata de Minas Gerais, abordando temas de interesse acerca de sua memória e patrimônio histórico-cultural. Além da produção do livro, será realizado um evento de lançamento para divulgação da obra.

PORTARIA Nº 139, DE 3 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, RESOLVE:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (Artigo 18)
15 0596 - Concertos Didáticos Camerata OntoArte Recanto Maestro
Associação OntoArte
CNPJ/CPF: 07.057.710/0001-05
RS - São João do Polêsine
Período de captação: 01/01/2017 a 31/12/2017

PORTARIA Nº 140, DE 3 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, RESOLVE:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
160861 - Diego Salvetti - Ponte Latina, unindo Flamenco e Samba.
Saulo Giovane Ferreira da Silva
CNPJ/CPF: 067.841.929-90
Cidade: Campo Mourão - PR;
Valor Reduzido: R$ 17.250,00
Valor total atual: R$ 40.000,00
154787 - Escola de Música II
Banda Lira Itapirense / Itapira - SP
CNPJ/CPF: 48.829.360/0001-27
Cidade: Itapira - SP;
Valor Reduzido: R$ 14.000,00
Valor total atual: R$ 372.858,00

PORTARIA Nº 141, DE 3 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, RESOLVE:

Art. 1.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 153194 - EXPOSIÇÃO DE ARTES CULTURA DAS NAÇÕES 2016, publicado na portaria nº 33/16 de 20/01/2016, no D.O.U. de 21/01/2016, para EXPOSIÇÃO DE ARTES CULTURA DAS NAÇÕES 2018.

PRONAC: 1510488 - SOM MAIOR FESTIVAL 2016, publicado na portaria nº 250/16 de 03/05/2016, no D.O.U. de 04/05/2016, para SOM MAIOR FESTIVAL 2017.

PRONAC: 1511224 - Cícero Dias - Liberdade, publicado na portaria nº 243/16 de 29/04/2016, no D.O.U. de 02/05/2016, para CÍCERO DIAS - UM PERCURSO POÉTICO 1907-2003.

PRONAC: 163292 - Best of Blues, publicado na portaria nº 735/16 de 24/11/2016, no D.O.U. de 25/11/2016, para Samsung Best of Blues.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 142, DE 3 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541 de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e considerando o sistema de Credenciamento criado pela Portaria nº 43, de 09 de julho de 2009, publicada no D.O.U. do dia 13 de julho de 2009, e o que dispõe os Capítulos X e XI da Portaria nº 83, de 08 de setembro de 2011, publicada no D.O.U. do dia 11 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar pública, a relação dos peritos descredenciados do Banco de Pareceristas do Ministério da Cultura, a pedido, conforme disposto no Art. 26 da Portaria nº 83, de 8 de setembro de 2011, os quais foram habilitados por meio do Edital nº 1/2014, retificado pelo Edital nº 1/2015, por nome, CPF, área, segmentos e nível, constantes no anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO

NOME	CPF	ÁREA	SEGMENTO	NÍVEL
ANNA THERESA KUHL	33234601895	Artes Cênicas	Teatro - Dança - Ações de capacitação e treinamento de pessoal.	Nível II

PORTARIA Nº 143, DE 3 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e no uso da competência delegada no art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve sua(s) prestação(ões) de contas aprovada(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, constantes no anexo I.

Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve sua(s) prestação(ões) de contas aprovada(s) com ressalva(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, constantes no anexo II.

Art. 3º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve sua(s) prestação(ões) de contas reprovada(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, constantes no anexo III.

Art. 4º - Aplicar a sanção administrativa de INABILITAÇÃO, nos termos do art. 97 da Instrução Normativa MinC nº 01/2013, aos proponentes relacionados no anexo III, pelo prazo de 03 (três) anos, contados a partir da publicação desta Portaria, que implicará, junto ao Ministério da Cultura, nas restrições contidas no art. 99 da referida Instrução Normativa.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO I

PRONAC	Projeto	Proponente	CPF/CNJP	Resumo do Projeto	Valor Solicitado	Valor Aprovado	Valor Captado
08-3388	Livro Mamirauá, Patrimonio Cultural da Amazonia	Audichromo Criação em Audio Visuais e Editora Ltda	46.228.250/0001-84	Edição de um livro que retrate, de forma didática e acessível, a cultura amazônica na região de Tefé, no médio rio Amazonas.	324.024,00	202.565,00	202.565,00
08-8167	Projeto Luminotécnico das Fachadas da Academia Mineira de Letras	Academia Mineira de Letras	19.222.900/0001-01	O projeto de iluminação externa, tem por finalidade, realçar a edificação após a restauração do palacete sede da Academia Mineira de Letras.	228.854,86	228.854,86	200.000,00
10-4118	Festividade - II Festival da Terceira Idade	Artbraz Produções Ltda	04.091.042/0001-36	O projeto, FESTIVIDADE - II Festival da Terceira Idade, realização de 08 shows de música instrumental, 08 palestras e a apresentação de expositores (arte/artesanato)	389.675,00	325.535,10	200.000,00
10-1386	Projeto Amanajé	Giramundo Consultoria Cultural Ltda	06.327.594/0001-26	A proposta deste projeto é realizar a gravação e a disponibilização na internet de 10 músicas compostas e executadas pelo quarteto de música instrumental Amanajé. O processo de gravação contará com a produção musical do multi-instrumentista Arismar do Espírito Santo, e o show de lançamento ocorrerá na cidade de São Paulo.	50.000,00	50.000,00	50.000,00
10-2348	V Festival da Lagosta	J. A. Lima Serviços - ME	01.091.527/0001-31	O V Festival da Lagosta ocorrerá entre os dias 30 de julho e 1° de agosto de 2010, na cidade de Icapuí, litoral leste cearense. O evento contará com uma feira gastronômica com enfoque na culinária típica da região e várias apresentações artísticas de nível nacional, regional e local.	494.065,00	449.405,00	100.000,00
07-7286	CD - Renato Tormim	Renato Meireles Tormim	981.254.601-44	Gravar um CD com 15 músicas e prensar 2.000 cópias para divulgar o trabalho de Renato Tormim.	102.355,00	102.355,00	43.000,00

ANEXO II

PRONAC	Projeto	Proponente	CPF/CNJP	Resumo do Projeto	Valor Solicitado	Valor Aprovado	Valor Captado
10-2371	Tocando Pífanos	Página 21 Comunicação LTDA	03.450.528/0001-50	Promover encontro de bandas de pífanos, com pesquisadores, estudiosos e amantes do tema. Serão realizadas palestras, oficinas práticas e apresentações musicais visando a difusão, fortalecimento e intercâmbio artistico-cultural.	162.565,00	148.065,00	148.065,00
10-0556	Chopin, o poeta do piano	Artesalis Produções Artísticas LTDA EPP	09.570.274/0001-90	Realizar dois concertos didáticos na cidade de São Paulo com o pianista Alvaro Siviero.	300.135,00	237.644,00	65.468,00
10-3253	Festa Nacional da Música 2010	V.F. Promoções e Publicidade Ltda	94.822.558/0001-04	Encontro anual de centenas de músicos, técnicos, produtores, compositores, executivos, parlamentares e profissionais ligados ao meio musical que decidem os rumos da indústria fonográfica brasileira. Durante quatro dias, na cidade de Canela, RGS, esses participantes discutem assuntos de interesse de nossa arte maior. Evento com forte participação popular nos muitos shows e eventos realizados.	1.466.900,00	1.330.600,00	370.000,00
10-5404	Arquitetura Rural - História e Iconografia - Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais - Volume Complementar	PINACOTECA DO RIO DE JANEIRO INST CULTURAL SERGIO FADEL	00.766.545/0001-03	Realização de pesquisa de campo, levantamento fotográfico e iconográfico e publicação de livro documental sobre a arquitetura rural dos séculos XVIII e XIX nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.	355.042,10	280.145,25	280.145,25
10-0797	Pianista Álvaro Siviero e a Orquestra The City of Prague	Artesalis Produções Artísticas Ltda EPP	09.570.274/0001-90	As melodias inesquecíveis de temas de filmes clássicos que marcaram época, estarão sendo executadas nesse projeto por intermediação do pianista brasileiro Álvaro Siviero e a orquestra City of Prague Philharmonic. O projeto contempla uma apresentação em local público e o Teatro Bradesco, tem extrutura para todas as necessidades.	397.690,70	313.852,00	313.852,00
08-5793	Salada Cultural: batuque, dança, teatro e vídeo	Fernanda de Paula Silva	382.966.086-34	Evento cultural itinerante que levará oficinas de diversas expressões culturais e mostra de filmes em 10 cidades do interior de Minas Gerais,visando atender uma demanda cultural à disposição de jovens carentes de conhecimento, a oportunidade de participar de diversas experiências artísticas, ajudando na preservação de valores sócio-culturais.	220.400,00	220.400,00	100.000,00
08-2111	Música nas Igrejas	Rubens marques Farias	222.152.983-91	Realizar concertos eruditos em 10 igrejas de Curitiba/PR.	63.500,00	55.000,00	11.000,00
05-1064	José	Gilmar Aparecido Guido	813.420.718-91	A realização da peça teatral, com texto de Peter Pondorf, direção de Ednaldo Freire, produção e coordenação geral de Gilmar Aparecido Guido, trilha sonora composta por Kalau, criação de luz de Ari Nagô, cenografia e figurinos de Luiz Augusto dos Santos	300.000,00	282.700,00	282.700,00
08-9529	Oktoberfest de Igrejinha (22ª) - Arte em Cena	Associação de Amigos da Oktoberfest de Igrejinha	94.725.306/0001-59	Apresentar na cidade de Igrejinha espetáculos de Dança, Teatro de Bonecos e arte circense durante o ano de 2009.	310.346,00	310.346,00	195.300,00
08-0776	Sonho de Outono	Clan Desing Programação Visual e Desenho Industrial Ltda	01.230.779/0001-02	Compra de direitos, tradução, ensaio, montagem e temporada no Rio de Janeiro (dois meses) e São Paulo (um mês) da peça teatral "Sonho de Outono", do dramaturgo norueguês Jon Fosse. A peça será produzida por Cláudio Rangel e Francisco Franca e encenada por Christiana Kalache, Camilla Amado, Leonardo Medeiros, Zemanuel Piñero e Daniele do Rosário, com direção de Emílio de Mello.	897.508,85	708.390,36	369.807,48
08-4172	Ritmo e Gesto	Museu Céu Aberto, Cultura, Ecologia e Desenvolvimento	04.749.009/0001-50	Editar o livro intitulado " Ritmo e Gesto", que trará questões estéticas para o desenvolvimento de uma linguagem visual particular, cujo ponto de partida é a representação do movimento e sua expressão.	447.910,00	283.800,00	200.000,00
07-10098	Arte na Infância - XIV	Instituto A VIVA	07.672.159/0001-00	O projeto propõe realizar 5 módulos de oficinas, cada módulo composto por palestras, oficinas, cursos e exposições itinerantes. Ações estas, estrategicamente combinadas para promover o conhecimento em arte, valorizar e divulgar os processos e obras de artes realizadas por crianças e jovens em escolas públicas.	95.975,00	95.975,00	95.975,00
08-3427	Avesso do Avesso - Mira Schendel	Instituto de Arte Contemporânea	03.416.389/0001-49	Realizar uma exposição da artista Mira Schendel, com curadoria de Cauê Alves. Acontecerá no Instituto de Arte Contemporânea, em São Paulo.	479.215,00	396.495,00	370.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09-3997	Histórias de Amor Líquido	Malagueta produções Artísticas Ltda	28.247.369/0001-12	Montagem do espetáculo teatral "Amor Líquido em 3 Fragmentos", no primeiro semestre de 2010, na cidade do Rio de Janeiro. O espetáculo, escrito por Walter Daguerre, e dirigido pelo ator/diretor Paulo José.	437.580,00	419.760,00	180.000,00
06-1704	Aniversário do CCBB - Projeto de Música/Artes Cênicas	Carlos Hamilton Martins Feltrin	01.472.044/0001-87	O objetivo do projeto é comemorar o 5º aniversário do CENTRO CULTURAL DO BANCO DO BRASIL, através de performances nas áreas externas do prédio, mostrando ao transeunte de que maneira a atividade artística influi no cotidiano, faremos um entrelaçamento entre a ARTE e a RUA.	129.912,00	124.912,00	120.162,00
07-6727	Encontros Musicais	MDA - Internacional S/C Ltda	04.795.835/0001-36	Promover o encontro de grandes músicos instrumentais brasileiros com artistas sorocabanos. Será considerado como uma troca de informações musicais entre artistas consagrados e talentos musicais do interior.	253.340,00	249.740,00	249.740,00
05-8504	Arte e Cultura no Natal	Fundação Newton Paiva para o Desenvolvimento Cultura e Social	05.579.945/0001-23	Valorizar o período natalino como exemplo de expressividade de valores culturais, através de exposição de peças artísticas de acervo - papais noéis - como figuras legitimamente representativas da época, por um período de 30 dias de atividades realizadas dentro do conjunto arquitetônico - Casa do Conde de Santa Marinha.	236.642,75	330.942,50	200.000,00
08-1368	Assombramentos - Circulação de Espetáculo	Luciana Araújo Campos	050.404.316-19	O projeto "Assombramentos - Circulação de Espetáculo" é uma iniciativa que visa disseminar a cultura mineira com sua riqueza folclórica, por meio de um Espetáculo Teatral no formato de uma comédia-suspense com duração de setenta minutos, repleta de causos típicos dos personagens da nossa cultura. Além de apresentar mitos e tradições culturais e históricas de um povo, tem o propósito de motivar o cidadão quanto às pesquisas das tradições locais e regionais, visando o fortalecimento e o resgate da sua identidade cultural.	109.777,80	109.777,80	60.000,00
07-9749	Atmosfera Musical - o som das montanhas	Na Caixa Promoções Ltda	07.324.093/0001-59	Realização do festival de música instrumental, com apresentações aos domingos e às quartas-feiras (durante dois meses). O evento será realizado no Parque das Mangabeiras na cidade de Belo Horizonte. A Praça do Britador será sede dos shows das noites de quarta-feira. Não haverá comercialização do produto.	2.821.083,50	3.701.323,50	1.487.000,00
07-2302	Natureza e o Homem	Vitae Consultoria Ltda	04.533.716/0001-05	Organização de uma exposição no município da Lapa-PR, formada por objetos da Fundação Prof. Dr. João José Bigarella para Estudos e Conservação da Natureza. Serão 72 painéis, objetos líticos, cerâmicas indígenas, documentos e equipamentos sobre o desenvolvimento da Natureza, do Homem e da relação Homem/Natureza, em seus aspectos positivos e negativos.	888.350,00	424.105,00	152.000,00
10-2617	VIII Mostra Brasileira de teatro Transcendental	Associação estação da Luz	06.139.069/0001-87	Realização da VIII Mostra Brasileira de Teatro Transcendental, proporcionando a produção e exibição teatral gratuita, de qualidade, voltada à temática transcendental, visando à construção de um mundo melhor através da espiritualidade, sem distinção de raça, idade, credo ou classe social.	600.000,00	300.000,00	269.909,25
07-6031	Resgate, Preservação e Divulgação das Crônicas Teatrais (1894-1908) de Artur Azevedo	Larissa de Oliveira Neves Catalão	289.646.728-95	Divulgação das crônicas teatrais de Artur Azevedo publicadas no jornal "A Notícia", entre setembro de 1894 e outubro de 1908, através da publicação de um livro acompanhado de CD-rom	99.050,00	81.050,00	81.050,00
01-2586	Outra História	Sergio Diab Jorge	986.969.047-53	Gravar um CD de MPB (tiragem de 1.000 exemplares), com o registro de canções inéditas de autoria do cantor, guitarrista e compositor Sérgio Diab, com vistas a resgatar a música regional, suas influências folclóricas e seus instrumentos musicais típicos.	53.256,00	53.256,00	34.530,00

ANEXO III

PRONAC	Projeto	Proponente	CPF/CNJP	Resumo do Projeto	Valor Solicitado	Valor Aprovado	Valor Captado	Valor Nominal a ser Restituído ao FNC
07-1210	Coro Sinfônico Comunitário 2007	Associação dos Amigos do Coro Sinfônico Comunitário da UNB	37.113.818/0001-20	Realizar um concerto e apresentações, visando a manutenção da estrutura Técnica/Administrativa do Coro Sinfônico Comunitário da Universidade de Brasília.	399.851,00	50.464,14	24.500,00	24.500,00
10-7064	Santander Cultural Instrumental	Carlos Branco e Cia Ltda	05.060.696/0001-65	Realizar 70 shows e concertos com nomes da música brasileira e internacional, nas cidades de Porto Alegre e Recife visando a divulgação dos mais diferentes gêneros e estilos da música instrumental. Realização de 70 encontros de oficina de chorinho e samba. Realização de 18 oficinas/workshops com instrumentistas brasileiros e/ou internacionais.	1.140.496,80	1.135.946,80	665.700,00	50.442,43
04-2161	Turnê Brasil OSESP 2004	Fundação Pe Anchieta Centro Paulista Rádio e TV Educativas	61.914.891/0001-86	Realizar uma turnê nacional em 2004, com duração de 25 dias, em comemoração aos 50 anos da criação da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, por 15 capitais brasileiras. A OSESP conta com a direção artística do Maestro John Neschling, tem como diretor artístico adjunto o Maestro Roberto Minczuk, além das atividades dos coros adulto,infantil e juvenil lideradas por Naomi Munakata, Teruo Yoshida e Michel de Souza respectivamente.	3.526.321,77	3.017.327,57	675.000,00	277.817,79
10-0916	Ciência e Cultura no Brasil: a trajetória de Carlos Chagas Filho	Sociedade de Promoção da Casa de Oswaldo Cruz	31.157.860/0001-67	Edição de livro ilustrado, em duas versões bilíngues em formato especial, sobre a vida e a trajetória profissional de Carlos Chagas Filho.	341.500,00	288.580,00	58.000,00	4.718,74
02-2967	Atlas de Conservaçãi da Natureza	Metavídeo SP Produção e Comunicação LTDA	64.669.823/0001-97	Edição do primeiro Atlas de Conservação da Natureza Brasileira (Unidades Federais).	457.600,00	493.600,00	493.600,00	27.489,56
06-9031	Projeto Nossos Valores - Temporada 2007	Cora Pavan de Oliveira Capparelli	418.533.856-20	Realização de recitais, masterclasses e workshops com músicos de Uberlândia e região, nas salas de concertos locais e espaços alternativos da cidade, promovendo a descoberta e incentivo dos novos talentos locais e da região.	47.586,00	46.596,00	46.596,00	30.546,23
07-6828	Lua Caiada	Nelson Carlos Coelho de Castro	256.769.110-34	Divulgação e circulação das obras do compositor proponente do projeto no território nacional, dando continuidade a sua carreira com o registro fonográfico do seu CD, o qual traz um repertório com canções autorais e genuínas.	161.040,00	161.040,00	161.040,00	24.230,00
07-8803	Dudu Lima - Ouro de Minas	Eduardo Campos Lima Junior	906.718.486-15	Tem como objetivo a gravação ao vivo do CD e DVD Dudu Lima - Ouro de Minas e a realização de dez shows de lançamento pelo país.	234.993,00	230.230,00	100.000,00	5.000,00
09-8467	AMA - Moda - Sustentabilidade - Cultura	Alexandre Iodice	151.738.618-78	Edição do livro "AMA" com o relato da pesquisa em desenvolvimento pelo projeto AMA sobre o uso de condições sustentáveis para o desenvolvimento da moda, aliando técnicas artesanais e materiais característicos da região amazônica ao conceito de sustentabilidade.	464.620,00	258.742,00	258.742,00	85.000,00
08-10217	Teatro no Vale III	Michelle Dumont Lamounier	992.582.266-15	Inovar a programação da escola Criart'ato, promovendo um festival de artes cênicas na cidade de Crixás utilizando a estrutura da nova escola, para acolher todas as faixas etárias às aulas e oficinas ministradas no projeto Teatro no Vale III, possibilitando a crianças, jovens e adultos, uma rica possibilidade de crescimento pessoal, artístico, profissional por meio das artes cênicas.	226.490,00	212.850,00	212.850,00	4.035,30

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 5/MD, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2017

Estabelece metas de desempenho institucional para cálculo do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade do Tribunal Marítimo (GDATM), a ser concedida ao Juiz-Presidente e aos Juízes do Tribunal Marítimo

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 6º do Decreto nº 7.760, de 19 de junho de 2012, e na Portaria Normativa nº 2.499/MD, de 19 de setembro de 2012, e considerando o que consta do Processo nº 61001.006743/2016-43, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas, nos termos do Anexo desta Portaria Normativa, as metas de desempenho institucional do Tribunal Marítimo, para o período de 19 de novembro de 2016 a 18 de novembro de 2017, cujo resultado da avaliação de cumprimento servirá para o cálculo do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade do Tribunal Marítimo - GDATM, a ser concedida ao Juiz-Presidente e aos Juízes do Tribunal Marítimo.

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

MINISTÉRIO DA DEFESA
METAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Nº	OBJETIVO	INDICADORES DE DESEMPENHO	FÓRMULA	META
1	Imprimir celeridade no andamento processual, sem prejuízo da defesa dos administrados e da finalidade do Tribunal Marítimo.	Quantidade de processos em curso, com lapso de tempo transcorrido entre a protocolização no Tribunal Marítimo e o trânsito em julgado igual ou inferior a três anos.	Quantitativo de processos em curso em tempo igual ou inferior a três anos, dividido pelo total de processos em curso e multiplicado por 100 (para obter o percentual). Resultado: 1) para percentual igual ou superior a 80% serão atribuídos 100 pontos; e 2) para percentual inferior a 80% haverá redução proporcional da pontuação, obtida por regra de três simples.	80%
2	Agilizar o julgamento dos processos sobre acidentes ou fatos da navegação.	Quantidade de processos com trânsito em julgado, no ciclo avaliativo. A fórmula levará em consideração o número de 700 processos por ano.	Quantitativo de processos julgados, dividido por 700 e multiplicado por 100 (para obter o percentual). Resultado: 1) para percentual igual ou superior a 80% serão atribuídos 100 pontos; e 2) para percentual inferior a 80% haverá redução proporcional da pontuação, obtida por regra de três simples.	80%
3	Agilizar a apreciação dos eventuais recursos.	Quantidade de recursos com tramitação inferior a um ano.	Quantitativo de recursos com tramitação inferior a um ano no ciclo, dividido pelo total de recursos em trâmite e multiplicado por 100 (para obter o percentual). Resultado: 1) para percentual igual ou superior a 90% serão atribuídos 100 pontos; e 2) para percentual inferior a 90% haverá redução proporcional da pontuação, obtida por regra de três simples.	90%
4	Divulgar as atividades e atribuições do Tribunal Marítimo, do Direito Marítimo e da Segurança do Tráfego Aquaviário, bem como promover a qualificação/ atualização dos Juízes do Tribunal nas mencionadas áreas do conhecimento.	Realização de cinco seminários, cursos, palestras e congêneres ou a participação de Juiz do Tribunal Marítimo nos referidos eventos, que devem ser voltados ao Direito Marítimo, à Segurança do Tráfego Aquaviário e à divulgação das atividades do Tribunal Marítimo no ciclo avaliativo.	O valor de cada evento corresponderá a 20 pontos. Resultado: quantitativo de eventos multiplicado por 20 (limitado a 100 pontos).	100 pontos
5	Valorizar a qualidade técnica das decisões do Colegiado do Tribunal Marítimo.	Quantidade de Acórdãos do Tribunal Marítimo não reformados pelo Poder Judiciário no ciclo avaliativo.	Total de Acórdãos prolatados no ciclo, subtraído do total de Acórdãos reformados pelo Poder Judiciário no ciclo, dividido pelo total de Acórdãos prolatados no ciclo e multiplicado por 100 (para obter o percentual). Resultado: 1) para percentual igual ou superior a 99,5% serão atribuídos 100 pontos; e 2) para percentual inferior a 99,5% haverá redução proporcional da pontuação, obtida por regra de três simples.	99,5%

PORTARIA Nº 658/GM/MD, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, os arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e o art. 3º, § 3º, do Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, considerando o disposto nos Decretos nº 8.900, de 10 de novembro de 2016, nº 8.909, de 22 de novembro de 2016, nº 8.913, de 23 de novembro de 2016, e nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, e tendo em vista o que consta no Processo nº 60583.000455/2017-08, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência às autoridades a seguir elencadas para, no âmbito dos seus respectivos órgãos, praticar os atos de designação e dispensa de Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE):

I - aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;

II - ao Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;

III - ao Secretário-Geral;

IV - ao Secretário de Organização Institucional;

V - ao Secretário de Produtos de Defesa;

VI - ao Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto;

VII - ao Diretor-Geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia;

VIII - ao Comandante da Escola Superior de Guerra;

IX - ao Comandante Logístico do Hospital das Forças Armadas;

X - ao Chefe de Gabinete do Ministro, no âmbito do Gabinete do Ministro, da Assessoria Especial de Planejamento, da Assessoria Especial de Projetos e do Instituto Pandiá Calógeras;

XI - ao Consultor Jurídico; e

XII - ao Secretário de Controle Interno.

Art. 2º No âmbito da administração central do Ministério da Defesa, os atos de designação praticados pelas autoridades de que tratam os incisos II a XII do art. 1º deverão observar, no que couber, o disposto na Portaria Normativa nº 2.879/MD, de 31 de outubro de 2012.

Art. 3º Ficam convalidados os atos praticados no âmbito dos Comandos das Forças Armadas até a entrada em vigor desta Portaria, a contar de:

I - 24 de novembro de 2016, para o Comando da Marinha;

II - 22 de dezembro de 2016, para o Comando do Exército; e

III - 8 de dezembro de 2016, para o Comando da Aeronáutica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

COMANDO DA MARINHA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 65/MB, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Anuência prévia para celebração de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e considerando o disposto no art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, resolve:

Art. 1º Conceder a anuência prévia para celebração de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso de parcela do Tombo Gleba Amassunu, localizado no município de Novo Airão/AM.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

PORTARIA Nº 8, DE 3 DE MARÇO DE 2017

A Diretora do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros no uso de suas atribuições legais, Processo N° 23111.029608/2016-30, o Edital n° 02/2017, publicado no Diário Oficial da União n° 25, Seção 3, p. 30 e 31, de 3 de fevereiro de 2017, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para a contratação de Professor Substituto, com lotação na Coordenação do Curso de Matemática, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, na cidade de Picos/PI, da forma como segue:

1. Física - Professor Classe Auxiliar, Nível I, em regime de Tempo Integral - TI-40 (quarenta) horas semanais - Habilitando os candidatos ANA CRISTINA DE SOUSA (1º lugar), AMANDA CONRADO LIMA (2º lugar), e classificando para contratação o primeiro colocado.

MARIA ALVENI BARROS VIEIRA

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 123, DE 2 DE MARÇO DE 2017

O PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 15 do Anexo I do Decreto nº. 7.691, de 2 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Publicar a apuração de resultados dos indicadores que integram o Painel de Gestão do FNDE - Exercício de 2016, em observância ao §1º do artigo 1º da Portaria nº 617, de 28 de novembro de 2016, publicada no Boletim de Pessoal e de Serviços - BPS nº 231/2016, conforme ANEXO I.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO DE SOUSA PINHEIRO

ANEXO

PAINEL DE GESTÃO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - Apuração de desempenho institucional - Exercício/2016

Nº	Objetivo Estratégico	Nº	Indicador	Fórmula	META 2016	Resultado Acumulado 2016	Desempenho 2016
1.	Acesso universal à educação de qualidade						
2.	Fortalecimento da escola e dos sistemas de ensino						
3.	Recursos técnicos e financeiros	3.1	Taxa de execução de recursos técnicos e financeiros (PNAE)	Relação entre os recursos executados pelos recursos previstos.	90,00%	89,55%	99,50%
		3.2	Taxa de custeio de Programas de transferência direta	Valor dos pagamentos solicitados pelo valor total demandado pelos gestores dos programas.	90,00%	94,21%	104,68%
4.	Controle e transparência na aplicação dos recursos	4.1	Quantidade de acessos ao FNDELegis	Acessos FNDELegis - legislação.	840.000 acessos	1611436,00 acessos	191,84%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5.	Promover o monitoramento permanente e integrado	5.1	Taxa de solicitação de reembolso analisada	Quantidade de análises de solicitação de desembolso realizadas pela quantidade total de solicitações de desembolso.	85,00%	100,00%	117,65%
		5.2	Taxa de obras supervisionadas	Quantidade de obras previstas em contrato de supervisão sobre o total de obras supervisionadas in loco.	70,00%	97,51%	139,30%
6.	Incentivar e qualificar o controle social	6.1	Índice de respostas ao cidadão	Demandas atendidas sobre o total de solicitações recebidas.	75,00%	74,03%	98,71%
		6.2	Taxa de qualidade do atendimento ao usuário	Calculado pelo número de respostas positivas (satisfeitos e muito satisfeitos) sobre o total de respostas recebidas.	75,00%	69,19%	92,25%
7.	Apoiar a formação dos gestores educacionais e comunidade escolar	7.1	Índice de formação de gestores educacionais e comunidade escolar	Quantidade de cursistas aprovados no bimestre sobre o total de cursistas matriculados no bimestre.	60,00%	77,36%	128,93%
8.	Prestar assistência técnica e financeira aos entes governamentais e demais atores do sistema educacional	8.1	Índice de Atendimento dos Programas do Livro	Quantidade de alunos atendidos pelos Programas do Livro sobre o número total de alunos declarados no Censo Escolar projetado para o ano de atendimento.	98,80%	102,70%	103,95%
		8.2	Taxa de atendimento do Transporte Escolar	Quantidade de alunos atendidos pelo PNATE sobre a quantidade de demanda prevista para atendimento do PNATE.	90,00%	90,60%	100,67%
		8.3	Taxa de assistência financeira no PAC	Recursos financeiros do PAC repassados aos entes sobre os valores empenhados para as ações do PAC.	50,00%	68,42%	136,84%
9.	Assegurar o financiamento estudantil	9.1	Taxa de realização de aditamentos - FIES	Quantidade de aditamentos realizados pela quantidade de contratos passíveis de aditamento.	80,05%	187,49%	234,36%
10.	Aprimorar a gestão de recursos de programas finalísticos e compras governamentais	10.1	Taxa de homologação dos itens do Registro de Preços Nacional (RPN)	Quantidade de itens do RPN homologados pela quantidade de itens licitados no período	60,00%	82,88%	138,13%
		10.2	Índice de tempo médio de autorização de adesão às atas de Registro de Preços	Quantidade de dias entre a solicitação de adesão no SIGARPWEB e a autorização do FNDE sobre a quantidade de pedidos de adesão no período.	8 dias	5,51 dias	144,98%
11.	Intensificar a comunicação institucional	11.1	Repercussão da atuação do Órgão na Imprensa	Matérias em que o FNDE é citado dividido pelo total de matérias positivas, negativas e neutras.	50,00%	45,21%	90,42%
12.	Promover a gestão do conhecimento organizacional	12.1	Índice de gestão do conhecimento	Demandas atendidas pelas demandas solicitadas.	80,00%	100,00%	125,00%
13.	Aprimorar e institucionalizar os processos de trabalho e de gestão	13.1	Índice de modelagem dos processos	Soma do total de processos modelados / total de processos identificados, multiplicado por 0,3; do total de processos redesenhados / total de processos modelados, multiplicado por 0,4; do total de processos implantados / total de processos redesenhados, multiplicado por 0,2.	40,00%	39,96%	99,90%
14.	Aperfeiçoar os processos de prestação de contas	14.1	Atendimento a demandas externas	Somatório das demandas externas respondidas (aditadas) e das demandas externas respondidas (novas) dividido pelo somatório das demandas externas recebidas (aditadas), demandas externas recebidas (novas) e o Saldo de demandas do período anterior (passivo).	50,00%	53,31%	106,62%
		14.2	Taxa de implantação do SigPC	Percentual de desenvolvimento do sistema SigPC.	40,00%	44,00%	110,00%
15.	Intensificar o uso de tecnologias integradas e inovadoras	15.1	Taxa de escolas conectadas em banda larga	Quantidade de escolas conectadas em banda larga pelo total de escolas previstas.	100,0%	100,00%	100,00%
		15.2	Taxa de tablets ativados	Quantidade de tablets ativados pelo total de tablets entregues.	100,0%	99,44%	99,44%
16.	Dotar e manter o FNDE de quadro de servidores	16.1	Desempenho individual	Número de servidores que atingiram nota maior ou igual a 4 na Avaliação de Desempenho pela quantidade total de servidores que realizaram a avaliação.	90,00%	97,65%	108,50%
17.	Promover a valorização de servidores	17.1	Taxa de adesão aos programas de incentivo	Quantidade de servidores beneficiários dos Programas de Incentivo pela quantidade total de servidores.	40,00%	38,76%	96,90%
		17.2	Percentual de cargos comissionados e funções ocupadas por servidores de carreira do FNDE	Quantidade de cargos comissionados e funções ocupadas por servidores pelo total de cargos e funções disponíveis no FNDE.	65,00%	71,52%	110,03%
18.	Promover a modernização da infraestrutura física e tecnológica	18.1	Índice de satisfação do usuário quanto à estrutura física e logística	Número de atendimento prestado (grau de satisfação) pelo número de ocorrências registradas na Central de Atendimento - CA 4040.	85,00%	97,48%	114,68%
		18.2	Disponibilidade dos sistemas informacionais	Quantidade de disponibilidade dos sistemas pelo tempo total.	100,0%	99,72%	99,72%
19.	Assegurar a regularidade das decisões administrativas	19.1	Taxa de cumprimento do PAINT	Ações relatadas como realizadas no RAINT/Ações previstas no PAINT.	90,00%	120,00%	133,33%
20.	Assegurar a gestão de recursos orçamentários e financeiros	20.1	Taxa de execução orçamentária	Crédito orçamentário executado pelo crédito orçamentário liberado para execução.	95,00%	99,03%	104,24%
		20.2	Taxa de execução financeira	Somatório dos valores pagos e valores transferidos, dividido pelo limite financeiro.	95,00%	98,46%	109,40%
21.	Incentivar a gestão socioambiental	21.1	Água e esgoto	Diferença entre o consumo de água do mês/ano anterior pelo consumo de água no mês/ano atual dividido pelo consumo de água no mês/ ano anterior, multiplicado por cem.	5,00%	6,00%	120,00%
		21.2	Energia elétrica	Diferença entre o consumo de energia mês/ano anterior pelo consumo de energia do mês/ano atual dividido pelo consumo de energia mês/ano anterior, multiplicado por cem.	5,00%	24,00%	480,00%
		21.3	Manutenção predial	Diferença de consumo entre o Total Previsto para Gasto no Contrato [TPGC] pelo Total Gasto no Mês Corrente [TGMC] dividido pelo Total Previsto para Gasto no Contrato [TPGC], multiplicado por cem.	20,00%	20,00%	100,00%
		21.4	Deslocamento de pessoal	Diferença entre a quilometragem do período anterior pela quilometragem do período atual dividida pela quilometragem do período anterior, multiplicado por cem.	10,00%	6,00%	60,00%
Apuração de desempenho institucional (Exercício/2016)						127,27%	

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE
CAMPUS MOSSORÓ

PORTARIA N° 105, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS MOSSORÓ DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições, delegadas através da Portaria nº 1787/2013-Reitoria/IFRN, de 30 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União, de 03 de janeiro de 2014, e CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009; CONSIDERANDO, ainda, o item 12.1 do Edital nº 02/2015- DG/MO; e CONSIDERANDO, por fim, o que consta no Processo nº. 23093.007102.2017-16, de 14 de fevereiro de 2017, resolve:

PRORROGAR, por mais 2 (dois) anos, a contar de 25 de março de 2017, a vigência do Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor Substituto para a carreira de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Disciplinas de Eletroeletrônica, Geografia, Edificações e Mecânica do Campus Mossoró, referente ao Edital nº 02/2015-DG/MO, de 10/02/2015, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 30, Seção 3, páginas 45 e 46, de 12/02/2015, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 07/2015-DG/MO, de 24/03/2015, publicado no DOU nº 57, de 25/03/2015, Seção 3, página 42.

JAILTON BARBOSA DOS SANTOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

PORTARIAS DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017

O REITOR DO IFS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em conformidade com o Decreto Ministerial de 09 de julho de 2014, publicado no DOU de 10 de julho de 2014 e Resolução nº 32/2014/CS/IFS, resolve:

Nº 455 - 1. Criar a função Assessoria de Gestão da Diretoria de Administração, AGDA, código FG 01, no Campus São Cristóvão.

Nº 463 - 1. Atribuir o código FG 04 à função da Coordenadoria de Horário Escolar do Campus São Cristóvão.

Nº 466 - 1. Criar a Coordenadoria de Laboratórios, código FG 01, no Campus São Cristóvão, subordinada à Gerência de Ensino.

2. Estas Portarias entram em vigor nesta data.

AILTON RIBEIRO DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 150, DE 3 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 77/2016/DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada no Processo de Supervisão CEBAS nº 23000.003089/2014-75, resolve:

Art.1º. Julgar improcedente a Supervisão nº 23000.003089/2014-75 instaurada pela Portaria nº 09, de 13 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 14 de fevereiro de 2014, e Manter a certificação da Sociedade Campineira de Educação e Instrução, CNPJ nº 46.020.301/0001-88, pelo período de 01/01/2001 a 31/12/2003, deferido nos autos do processo nº 71010.000406/2005-34, consoante Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 049/2005, de 17/03/2005, publicada em 30/03/2005 no DOU, , e Arquivar o processo de Supervisão Administrativa, nos termos do § 1ºdo art. 28 da Lei nº 12.101/2009.

Art.2º. Cientifique-se a Sociedade Campineira de Educação e Instrução.

Art.3º. Cientifique-se a Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 151, DE 3 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 43/2016/DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada no Processo de Supervisão CEBAS nº 23000.013292/2014-50 resolve:

Art.1º. Julgar improcedente a Representação nº 17883.000179/2010-90 (23000.013570/2011-26) da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Volta Redonda/RJ, a qual deu origem a Supervisão CEBAS nº 23000.013292/2014-50 instaurada pela Portaria nº 650, de 31 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 03 de novembro de 2014, e Manter a certificação do Colégio Nossa Senhora do Amparo, CNPJ Nº 28.683.811/0001-53 pelos períodos de i) 17/04/2001 a 16/04/2004, concedido pela Resolução nº 84, de 23 de julho de 2004, DOU de 26 de julho de 2004, no processo nº 44006.000798/2001-02, e ii) 17/04/2004 a 16/04/2007, concedido pela Resolução nº 03, de 23 de janeiro de 2009, publicado no DOU de 26/01/2009, no processo nº 71010.000699/2004-79 e Arquivar o processo de Supervisão Administrativa, nos termos do § 1ºdo art. 28 da Lei nº 12.101/2009.

Art.2º. Cientifique-se o Colégio Nossa Senhora do Amparo.

Art.3º. Cientifique-se a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Volta Redonda/RJ.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 152, DE 3 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 93/2016/DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada no Processo de Supervisão CEBAS nº 23000.003090/2014-08, resolve:

Art.1º. Julgar improcedente a Representação nº 10920.722869/2012-22da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville - SC, a qual deu origem a Supervisão CEBAS nº 23000.003090/2014-08 instaurada pela Portaria nº 108, de 13/02/2014, publicada no DOU de 14/02/2014; e Manter a certificação da Sociedade Educacional de Santa Catarina , CNPJ nº CNPJ: 84.684.182/0001-57, pelo período de 01/01/2007 a 31/12/2009, deferido nos autos do Processo nº 71010.004358/2006-34, consoante Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social n° 3, de 23 de janeiro de 2009, publicada no DOU de 26 de janeiro de 2009, e Arquivar o processo de Supervisão Administrativa, nos termos do § 1ºdo art. 28 da Lei nº 12.101/2009.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art.2º. Cientifique-se o Sociedade Educacional de Santa Catarina

Art.3º. Cientifique-se a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville - SC.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

PORTARIA Nº 153, DE 3 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, e considerando os fundamentos constantes nas Notas Técnicas nº 89/2016 e 92/2016/DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exaradas respectivamente nos autos do Processo de Supervisão CEBAS nº 23000.012806/2014-50 e do Processo de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 71000.116307/2009-16, resolve:

Art.1º. Julgar PROCEDENTE a Representação nº 11020.723080/2013-86 da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Volta Redonda/RJ, a qual deu origem à Supervisão CEBAS nº 23000.012806/2014-50, instaurada pela Portaria n.º 542 de 2 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 3 de setembro de 2014, e recomendar o indeferimento do requerimento de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS da Associação Comunitária de Educação e Ação Social de Nova Prata, CNPJ n.º 91.620.179/0001-35, protocolado sob nº 71000.116307/2009-16.

Art.2º. Fica INDEFERIDO o pedido Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Associação Comunitária de Educação e Ação Social de Nova Prata, CNPJ n.º 91.620.179/0001-35, com sede Nova Prata/RS, considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 92 /2016- DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada nos autos do Processo nº 71000.116307/2009-16

Art.3º Caso discorde das motivações da decisão de indeferimento, a entidade terá o prazo improrrogável de 30 dias, a contar da data de publicação da decisão, para apresentar recurso, tendo em vista assegurar as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos termos estabelecidos no art. 26 da lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art.4º. Cientifique-se a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Volta Redonda/RJ.

Art.5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

DESPACHO DA COORDENADORA-GERAL

Em 3 de março de 2017

Nº 1 - A COORDENADORA-GERAL DE CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 469, de 24 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 25 de junho de 2015, e considerando o disposto no art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no art. 14, § 4º do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve:

§1º Abrir, pelo prazo de quinze dias a contar da data desta publicação, consulta pública para manifestação da sociedade civil acerca de processos que se encontram em fase recursal contra decisão de indeferimento ou cancelamento da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, referentes às entidades elencadas no Anexo I.

§2º A manifestação de que trata o parágrafo anterior deverá ser efetivada unicamente em meio eletrônico, por meio do endereço http://cebas.mec.gov.br/manifestacao-sociedade-civil.

§3º Em atendimento ao disposto no § 4ºdo art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, não serão admitidas manifestações encaminhadas sem a identificação do autor.

§4º Não serão acolhidas manifestações encaminhadas em desconformidade com o estabelecido nos parágrafos 1º e 2º.

CINARA DIAS CUSTÓDIO

Anexo I

	Nome da Entidade	CNPJ	Nº do Processo	Tipo de Processo
1	Associação Assistencial e Educacional Jardim Santo André	43.325.141/0001-97	23123.002201/2010-31	Renovação
2	Associação Assistencial Nossa Senhora do Rosário	75.182.311/0001-18	71000.056935/2010-79	Renovação
3	Associação da Paz	78.589.330/0001-51	71000.050070/2010-37	Renovação
4	Associação Franciscana de Instrução e Assistência	01.060.060/0001-62	71010.000064/2010-10	Renovação
5	Associação Madre Carmela de Jesus	76.685.007/0001-56	71000.036062/2010-88	Renovação
6	Casa da Divina Providência Madre Teresa Michel	60.410.339/0001-98	23123.003512/2010-17	Renovação
7	Casa Divina Providência	30.140.784/0001-14	23123.001826/2010-85	Renovação
8	Centro Pirassununguense de Assistência à Infância	54.852.082/0001-21	71000.059309/2010-34	Renovação
9	Centro Social Rural de Orizona	01.181.023/0001-02	71000.127398/2010-59	Concessão
10	Círculo Operário de Porto Alegre	92.808.088/0001-90	71000.118587/2009-05	Renovação
11	Clube das Mães	72.865.264/0001-19	71000.107648/2010-34	Renovação
12	Creche Baroneza de Limeira	62.743.760/0001-46	71000.103117/2010-72	Renovação
13	Creche Berçário São José	01.598.383/0001-04	23123.003898/2010-67	Concessão
14	Creche Comunitária Mãe da Unidade Pezinhos no Chão	21.508.767/0001-04	44006.002390/2001-67	Concessão
15	Creche Pioneira da Vila Planalto	37.174.869/0001-62	71010.005012/2009-04	Renovação
16	Éden-Lar das Crianças	60.214.913/0001-32	71000.001350/2010-11	Renovação
17	Instituto Cidadão Brasileiro Participativo	07.189.118/0001-59	71000.069588/2011-25	Concessão
18	Instituto Francisca Paula de Jesus	27.113.737/0001-77	71010.005017/2009-29	Renovação
19	Lar de Menores Santa Adélia	45.128.022/0001-70	23123.001664/2010-85	Renovação
20	União Cultural Brasil Estados Unidos	60.692.225/0001-88	71010.004294/2009-14	Concessão

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 280, DE 3 DE MARÇO DE 2017

A Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas Substituta, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência n° 448, de 17/05/2011, resolve:

Tornar sem efeito a Publicação da Portaria de Homologação nº 263, de 17/02/2017, publicada no Diário Oficial da União de 03/03/2017, seção 1, página 46.

CATIA CRISTINA PEREIRA SANTANA DE CARDOSO MELO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 50, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor, Processo 23075.163705/2016-34, que aponta irregularidades decorrentes do Pregão Eletrônico nº032/2016, resolve:

Aplicar à Empresa PLASTKEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICO LTDA - EPP, CNPJ nº 13.986.389/0001-38, com o fulcro nos artigo 7º da Lei 10.520/02, artigos 86 a 88 e 109 da Lei 8666/93 e IN-MARE nº05/95, a seguinte penalidade: Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 06 (seis) meses, conforme artigo 7º da Lei nº10.520/2002 e item 17.1, subitem 17.1.1 - letra "a; b" c/c item 17.1.1.1 do Edital de Licitações nº032/2016. Fica a partir da data de recebimento desta, franqueada a vista ao processo que originou este procedimento e a indicação de provas em sua defesa. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação no DOU e registrar as sanções no SICAF.

MARCO ANTONIO RIBAS CAVALIERI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 145, DE 3 DE MARÇO DE 2017

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.002304/2017-11 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Patologia - PTL/CCS instituído pelo Edital nº 07/DDP/PRODEGESP/2017, de 02 de fevereiro de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 25, Seção 3, de 03/02/2017.

Área/Subárea de Conhecimento: Medicina - Anatomia Patológica e Patologia Clínica e Medicina Legal e Deontologia
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais
N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Arthur Conelian Gentili	10,0
2º	Flávia Cristina de Novaes Gerber	8,95
3º	Leandro Marins	8,05
4º	Liege Antoni	7,19

LILIAN CRISTIANE SILVA DE OLIVEIRA

Ministério da Fazenda

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

Na PAUTA 400ª Sessão de Julgamento - CRSFN, publicada na Seção 1 do DOU de 02 de março de 2017, página 11:

Recurso 13.390 (processo eletrônico 10372.000504/2016-21) - onde se lê: "...Recurso 13.390 (processo eletrônico 10372.000504/2016-21) - BCB 1001480114 - Recorrentes: Banco Pottencial S.A., Argeu de Lima Géo,..."; leia-se: "...Recurso 13.390 (processo eletrônico 10372.000504/2016-21) - BCB 1001480414 - Recorrentes: Banco Pottencial S.A., Argeu de Lima Géo,...".

Recurso 14.382 (processo eletrônico 10372.000395/2016-41) - onde se lê: "...I - Recorrentes: Pionner Corretora de Câmbio Ltda. (Em Liquidação Extrajudicial), Aparecido Valdemir Saoncella, João Medeiros da Silva Filho e Reinaldo Bonfim. Recorrido: Banco Central do Brasil..."; leia-se: "...I - Recorrentes: Pioneer Corretora de Câmbio Ltda. (Em Liquidação Extrajudicial), Aparecido Valdemir Saoncella, João Medeiros da Silva Filho e Reinaldo Bonfim. Recorrido: Banco Central do Brasil...".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 3 de março de 2017

Sweda - Termo de Verificação Funcional nº 0003/2017.

Nº 32 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no item 2.2.2.f do Manual de Registro de Modelo de Equipamento SAT, aprovado por Ato Cotepe/ICMS 06/12, de 13 de março de 2012 e alterações, torna público a aprovação do seguinte:

TERMO DE VERIFICAÇÃO FUNCIONAL DE MODELO DE EQUIPAMENTO SAT

Os representantes das Unidades Federadas, relacionados no item 4 deste Termo emitem o presente Termo de Verificação Funcional para os efeitos previstos no mencionado Ajuste e no Manual de Registro de Modelo de equipamento SAT.

1. Dados do Termo
1.1. Identificação do equipamento SAT
1.1.1. Marca: SWEDA
1.1.2. Modelo: SS-2000
1.1.3. Versão do software básico: 01.00.00
1.2. Número do Termo: 003/2017
1.3. Data de emissão: 21/02/2017
1.4. Finalidade: Registro de modelo de equipamento SAT
1.5. Legislação aplicável:
1.5.1. Especificação Técnica de Requisitos do SAT (ER 2.20.06)
1.5.2. Roteiro de Análise do SAT (RA v. 1.8.4)
1.6. Laudo da análise técnica
1.6.1. Número: SAT036-017
1.6.2. Órgão técnico responsável
1.6.2.1. Razão social: Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL
1.6.2.2. CNPJ: 24.492.886/0001-04
2. Identificação do fabricante/importador do SAT
2.1. Fabricante ou Importador: SWEDA
2.2. Razão social: SWEDA Informática Ltda
2.3. CNPJ: 53.485.215/0001-06
2.4. Inscrição estadual / UF: 111.072.115.110 (SP)
3. Informações do modelo registrado
3.1. Drivers de comunicação: arquivo "3_07022017_satdll_usb_ethernet.dll".
3.1.1. Sistema operacional: XP, 7, 8, 8.1 e 10
3.1.2. Hash code/algoritmo (MD5): 20D5E174DDF5D63EF8618D9075867977
3.2. Drivers de comunicação: arquivo "3_07022017_satdll_usb_serial.dll".
3.2.1. Sistema operacional: XP, 7, 8, 8.1 e 10
3.2.2. Hash code/algoritmo (MD5): 272EE8A35B3C437A48A92639FF7EF6FC
4. Equipe responsável pela verificação funcional
4.1. Representantes das Unidades Federadas signatárias do Ajuste Sinief 11 de 24/10/2010 integrantes da equipe de Verificação funcional (Nome/RG/UF):
André Carballo Diaz (RG:25.617.929-3/SP)
Heitor Mitsutani (RG:12.401.217-6/SP)
Luciana Naomi Hirata (RG:43.468.830-7/SP)
Renato Hama (RG 25.292.426-5/SP)

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.697, DE 2 DE MARÇO DE 2017

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto-Lei nº 2.124, de 13 de junho de 1984, no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e no art. 7º da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002, resolve:

Art. 1º Os arts. 3º e 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....
.....
§ 2º .....
.....
III - .....
.....
d) em relação ao mês subsequente àquele em que se verificar elevada oscilação da taxa de câmbio, na hipótese de alteração da opção pelo regime de competência para o regime de caixa prevista no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.079, de 3 de novembro de 2010.
....." (NR)
"Art. 6º .....
.....
§ 12. A dispensa de informação relativa aos códigos de receita 1889, 2063, 3533, 3540, 3562 e 5936 na DCTF, de que trata o § 7º, aplica-se retroativamente a partir de 14 de dezembro de 2015.

§ 13. As DCTF apresentadas pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, bem como por suas autarquias e fundações, em desacordo com o disposto no § 12 deverão ser retificadas." (NR)

Art. 2º A Instrução Normativa RFB nº 1.599, de 2015, passa a vigorar acrescida do art. 10-B, no "Capítulo VIII-A - Das Disposições Transitórias", com a seguinte redação:

"Art. 10-B. O prazo de apresentação das DCTF relativas aos meses de janeiro e fevereiro de 2017 das pessoas jurídicas e demais entidades de que trata o caput do art. 2º, que estejam inativas ou não tenham débitos a declarar, fica prorrogado para até 22 de maio de 2017.

Parágrafo único. Ficam canceladas as multas pelo atraso na apresentação das DCTF de que trata o caput apresentadas dentro do prazo ali previsto."

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 26 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura do Processo Aduaneiro de Investigação de Origem de calçados paraguaios.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA - SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 129, inciso IV, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 28 do 77º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, internalizado por meio do Decreto nº 8.454, de 20 de maio de 2015, e no art. 15 da Instrução Normativa SRF nº 149, de 27 de março de 2002, declara:

Art. 1º Ter sido aberto, em 26 de janeiro de 2017, o Processo Aduaneiro de Investigação de Origem nos termos abaixo especificados:

I - Descrição das Mercadorias: calçados prontos; cabedais, pré-formas e polainas; palmilhas;

II - Código Tarifário (NCM): 6403.40.00 e 6403.91.90; 6406.10.00; 6406.90.20, respectivamente;

III - Exportador/Nacionalidade: Marseg S.R.L/Paraguai ;

IV - Produtor ou Fabricante/Nacionalidade: Marseg S.R.L/Paraguai ;

V - Entidade Certificante: Union Industrial Paraguaya;

VI - Prazo previsto para conclusão da investigação: 90 (noventa) dias contados a partir da data de abertura disposta no art. 1º, prorrogáveis por igual período.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RONALDO SALLES FELTRIN CORREA

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 116, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

EMENTA: DEPÓSITO EXTRAJUDICIAL. LEVANTAMENTO. JUROS. TRIBUTAÇÃO.

Os juros acrescidos ao valor devolvido ao depositante, na hipótese de depósito extrajudicial referente a tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal (RFB) do Ministério da Fazenda, realizado nos termos da Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998, constituem rendimento não tributável pelo IRPF.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998, art. 1º; Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/1999), art. 55, XIV.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1, DE 6 DE JANEIRO DE 2017

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA: ESTIMATIVAS. DEPÓSITOS JUDICIAIS. SALDO NEGATIVO. RESTITUIÇÃO. COMPENSAÇÃO. PRAZO

O direito à restituição/compensação de valores referentes a estimativas depositadas judicialmente poderá ser exercido apenas com a conversão desses depósitos em renda da União e na medida em que se der essa conversão, sendo também essa a data em que tem início o prazo decadencial para o exercício desse direito.

DISPOSITIVOS LEGAIS: CTN, arts. 151, II, 156, VI e 168, I; Lei nº 9.430, de 1996, arts. 2º, 6º e 28; Lei nº 9.703, de 17/11/1998.

CLÁUDIA LÚCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA
Coordenadora-Geral
Substituta

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 71, DE 23 DE JANEIRO DE 2017

ASSUNTO: SIMPLES NACIONAL

EMENTA: MANUTENÇÃO DE EXTINTORES. ANEXO. CESSÃO DE MÃO-DE-OBRA.

A manutenção de extintores de incêndio era atividade vedada aos optantes pelo Simples Nacional, até 2008, mas passou a ser permitida e tributada pelo Anexo III da Lei Complementar nº 123, de 2006, a partir de 2009. Porém, caso seja prestada mediante cessão de mão-de-obra, ensejará exclusão do Simples Nacional.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-B, IX, § 5º-H.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

EMENTA: MANUTENÇÃO DE EXTINTORES. RETENÇÃO. CESSÃO DE MÃO-DE-OBRA.

A manutenção de extintores de incêndio, porque tributada pelo Anexo III da Lei Complementar nº 123, de 2006, não está sujeita à retenção de 11% de contribuição previdenciária. Porém, caso seja prestada mediante cessão de mão-de-obra, ensejará exclusão do Simples Nacional, após a qual se sujeitará à referida retenção.

DISPOSITIVOS LEGAIS: IN RFB nº 971, de 2009, art. 118, XIV, 191.

CLÁUDIA LÚCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA
Coordenadora-Geral
Substituta

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 135, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

ASSUNTO: SIMPLES NACIONAL

EMENTA: RECEITA BRUTA. CORREÇÃO MONETÁRIA.

Atualização monetária de preço estabelecido em contrato de prestação de serviços integra a receita bruta para fins de enquadramento no Simples Nacional.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei Complementar nº. 123, de 2006, Art. 3º, § 1º; Lei nº 8.666, de 1993, Art. 55, inc. III .

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 149, DE 1º DE MARÇO DE 2017

ASSUNTO: REGIMES ADUANEIROS

EMENTA: LOJA FRANCA. Licenciamento das Importações. Anuência Prévia.

Importação de mercadorias realizada pelas Loja Francas, para venda em suas unidades nos aeroportos internacionais alfandegados, está dispensada da exigência de Licenciamento das Importações (LI), porém, continuam sujeitas, quando for o caso, aos controles específicos previstos na legislação, sendo a anuência dos respectivos órgãos responsáveis requisito para o desembaraço aduaneiro.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Inciso III, do § 1º, do art. 13, da Portaria Secex nº 23, de 14.07.2011; inciso IV, do art. 18, da IN RFB nº 680, de 2006 e arts. 542, 553, 564, 571, 572 e 574, do Decreto nº 6.759, de 2009 (Regulamento Aduaneiro).

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COORDENAÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE A PRODUÇÃO E O COMÉRCIO EXTERIOR

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.036, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: CRÉDITO. INSUMOS. PEÇAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS. SERVIÇOS DE CLICHERIA. INEFICÁCIA PARCIAL

As despesas efetuadas com a aquisição de partes e peças de reposição e com serviços de manutenção em equipamentos empregados diretamente na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, geram direito a créditos a serem descontados da Contribuição para o PIS/Pasep, desde que tais partes e peças de reposição não estejam incluídas no ativo imobilizado, nos termos da legislação vigente.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, inciso II; IN SRF 247, de 2002, art. 66, I, "b" e § 5°, I, "a"; IN RFB nº 1.396, de 2013, art. 3º, III e IV, e art.18, II e XI.

(VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 7, DE 23 DE AGOSTO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.)

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: CRÉDITO. INSUMOS. PEÇAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS. SERVIÇOS DE CLICHERIA. INEFICÁCIA PARCIAL

As despesas efetuadas com a aquisição de partes e peças de reposição e com serviços de manutenção em equipamentos empregados diretamente na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, geram direito a créditos a serem descontados da Cofins, desde que tais partes e peças de reposição não estejam incluídas no ativo imobilizado, nos termos da legislação vigente.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei 10.833, de 2003, art. 3°, inciso II; IN SRF n° 404, de 2004, art. 8°, I, "b" e § 4°, I, "a"; IN RFB nº 1.396, de 2013, art. 3º, III e IV, e art.18, II e XI

(VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 7, DE 23 DE AGOSTO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.)

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA: INEFICÁCIA PARCIAL.

É ineficaz a consulta que não descreve suficientemente a hipótese a que se refere.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, inciso XI.

OTHONIEL LUCAS DE SOUSA JUNIOR
Coordenador

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.037, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. DIREITO DE CREDITAMENTO. INSUMOS.

No caso de pessoa jurídica que explora atividade industrial, os valores pagos a outras pessoas jurídicas por prestação de serviço de representação comercial não geram direito à apuração de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep na modalidade aquisição de insumos, vez que tais serviços não constituem insumos aplicados ou consumidos diretamente na fabricação de seus produtos, consoante o inciso II do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º ; IN SRF nº 247, de 2002, art. 66, I, "b", e §5º.

Vinculada à Solução de Divergência Cosit nº 7, de 23 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11 de outubro de 2016.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. DIREITO DE CREDITAMENTO. INSUMOS.

No caso de pessoa jurídica que explora atividade industrial, os valores pagos a outras pessoas jurídicas por prestação de serviço de representação comercial não geram direito à apuração de créditos da Cofins na modalidade aquisição de insumos, vez que tais serviços não constituem insumos aplicados ou consumidos diretamente na fabricação de seus produtos, consoante o inciso II do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003.

Vinculada à Solução de Divergência Cosit nº 7, de 23 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11 de outubro de 2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, inciso II; Instrução Normativa SRF nº 404, de 2004, art. 8º.

OTHONIEL LUCAS DE SOUSA JUNIOR
Coordenador

COORDENAÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE A RENDA, PATRIMÔNIO E OPERAÇÕES FINANCEIRAS

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.038, DE 2 DE MARÇO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: Para fins de apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep, as disposições do § 2º do art. 30 da Lei nº 11.771, de 2008, não modificaram, em relação às pessoas jurídicas que se dedicam à organização de eventos, o conceito de receita bruta.

Vinculada à Solução de Consulta Cosit nº 121, de 18 de agosto de 2016, publicada no DOU de 25/08/2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, arts. 10, XXI, c/c 15, V; Portaria Interministerial MF/Mtur nº 33, de 2005; Lei nº 11.771, de 2008, art. 30, § 2º; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12; Constituição Federal de 1988, art. 150, § 6º.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: Para fins de apuração da base de cálculo da Cofins, as disposições do § 2º do art. 30 da Lei nº 11.771, de 2008, não modificaram, em relação às pessoas jurídicas que se dedicam à organização de eventos, o conceito de receita bruta.

Vinculada à Solução de Consulta Cosit nº 121, de 18 de agosto de 2016, publicada no DOU de 25/08/2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, arts. 10, XXI, c/c 15, V; Portaria Interministerial MF/Mtur nº 33, de 2005; Lei nº 11.771, de 2008, art. 30, § 2º; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12; Constituição Federal de 1988, art. 150, § 6º.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

EMENTA: Para fins de apuração da base de cálculo da CSLL, as disposições do § 2º do art. 30 da Lei nº 11.771, de 2008, não modificaram, em relação às pessoas jurídicas que se dedicam à organização de eventos, o conceito de receita bruta.

Vinculada à Solução de Consulta Cosit nº 121, de 18 de agosto de 2016, publicada no DOU de 25/08/2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 11.771, de 2008, art. 30, § 2º; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12; Constituição Federal de 1988, art. 150, § 6º.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: Para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ, as disposições do § 2º do art. 30 da Lei nº 11.771, de 2008, não modificaram, em relação às pessoas jurídicas que se dedicam à organização de eventos, o conceito de receita bruta.

Vinculada à Solução de Consulta Cosit nº 121, de 18 de agosto de 2016, publicada no DOU de 25/08/2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 11.771, de 2008, art. 30, § 2º; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12; Constituição Federal de 1988, art. 150, § 6º.

OTHONIEL LUCAS DE SOUSA JUNIOR
Coordenador da Cotex

CLÁUDIA LÚCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA
Coordenadora da Cotir

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAPÁ SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Declara INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica- CNPJ do Ministério da Fazenda.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAPÁ - AP, usando da competência atribuída pelo artigo 5º, inciso VI, da portaria/DRFB/MCA nº 26, de 13 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 17 de junho de 2014, seção 1, de acordo com o disposto no artigo 40,Inciso II combinado com o Art.42,Inciso II da Instrução Normativa RFB nº 1634, de 06 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 09 de maio de 2016,seção 1,pág.39, DECLARA:

INAPTA a inscrição no CNPJ/MF nº 73.194.979/0001-50, em nome de MIRELA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA - ME ,tendo em vista o disposto no Processo nº 10235.720.435/2014-88, por inexistência de fato.

EMIR CAVALCANTI FURTADO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 10, de 22 de fevereiro de 2017, Publicado no DOU de 1 de março de 2017, seção 1, página 50:

Onde se lê: "processo nº10380.720.407/2017-30, Leia-se: "processo nº 10380.729.855/2016-18"

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SUAPE

PORTARIA Nº 20, DE 2 DE MARÇO DE 2017

Trata da conferência por amostragem das unidades de carga objeto de trânsito aduaneiro e despachadas para exportação, mediante baldeação para veículo destinado ao exterior, no Porto de Suape, para efeito de conclusão do procedimento especial de trânsito aduaneiro previsto na IN SRF 28/94, art. 12º.

A INSPETORA-CHEFE DA ALFÂNDEGA DO PORTO DE SUAPE, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 238 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Portaria RFB n° 1098/2013 e da Instrução Normativa SRF 28/94; resolve:

Art. 1º - A conferência da integridade das unidades de cargas submetidas ao regime de trânsito e despachadas para exportação, mediante baldeação para veículo destinado ao exterior, neste porto, para fins de conclusão do procedimento especial de trânsito aduaneiro, previsto na IN SRF 28/94, artigo 12, observará o disposto nesta portaria.

Art. 2º - O fiel depositário do terminal portuário responsável pela operação de baldeação atestará o recebimento das unidades de cargas, destacando os elementos de segurança verificados por ocasião da descarga, através do preenchimento do Anexo Único da presente Portaria.

§ 1º - A verificação física das unidades de carga e seus elementos de segurança poderá ser realizada, a critério do servidor responsável pela conferência.

§ 2º - Apurados divergência no elemento de segurança destacado para efeito de controle do trânsito aduaneiro ou indícios de avaria ou extravio na unidade de carga, a verificação da mercadoria será agendada para o dia útil seguinte, na presença do depositário e de representante legal do transportador, ficando suspenso o embarque da carga, até conclusão dos trâmites fiscais.

Art. 3º - Concluída a verificação prevista no artigo anterior e constatada a conformidade de recebimento de todas as unidades de carga pelo terminal, o procedimento especial de trânsito será concluído no SISCOMEX, ficando a carga autorizada para embarque, depois de cumprido os devidos trâmites do SISCOMEX CARGA.

Art. 4º - A não localização de unidade de carga recebida sujeita o depositário à multa pecuniária de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por contêiner, na forma prevista no artigo 107, inciso I, do Decreto Lei 37/66, com as alterações da Lei 10.833/2003, artigo 77.

Art. 5º - Fica revogada a Portaria ALF/SPE 41, de 17 de abril de 2008.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANIELA BARRETO DUARTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Fazenda

Receita Federal

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA ALFSPE N° 11/2017

DATA:

CONTAINER	LACRE	LACRE	LACRE

ATESTO, para os devidos fins, a INTEGRIDADE dos dispositivos de segurança (lacres) nos seus correspondentes containeres, conforme descrito neste anexo.

FIEL DEPOSITÁRIO:

CPF:

ASSINATURA:

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

Declara o direito à Redução do IRPJ e adicionais de estabelecimento empresarial situado na área de atuação da SUDENE. Base legal: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14/2001 com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715/2012, Decreto nº 4.213/2002, Decreto nº 6.539/2008, alterado pelo Decreto nº 6.674/2008, e IN SRF nº 267/2002, arts. 59, 60 e 61.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ/AL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º do Decreto n.º 4.213, de 2002, e pelo artigo 302, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, e nos Decretos nº 4.213, de 2002, e nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10410.723602/2016-36, formalizado em 17/08/2016, declara:

Art. 1º A empresa GAS DE ALAGOAS S/A ALGAS, por meio de seu estabelecimento inscrito no CNPJ sob o nº 69.983.484/0001-32, situado à Rua Artur Vital da Silva, 04, Gruta de Lourdes, Maceió - AL, CEP 57052-790, faz jus à REDUÇÃO de 75% do IRPJ e Adicionais calculados sobre o lucro da exploração da atividade de processamento de gás natural (setor "infraestrutura - produção de gás"), considerado prioritário pelo art. 2º, I, do Decreto nº 4.213/2002, com capacidade instalada de 583.999.992 m³/ano, 100% incentivada, com prazo para fruição no período de 01/01/2016 a 31/12/2025 (10 anos), em razão da modernização total de empreendimento na área de atuação da SUDENE, tendo a operação sido iniciada em 2013, nos termos do Laudo Constitutivo nº 0053/2016.

Art. 2º Para o gozo do direito à redução, a empresa beneficiária deverá atender às obrigações constantes do Anexo II do laudo constitutivo e observar o disposto nos artigos 62 e 63 da IN SRF nº 267, de 2002, demonstrando e destacando na sua contabilidade, com clareza e exatidão, os elementos que compõem os respectivos custos, receitas e atividades amparadas pelo incentivo fiscal.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PLÍNIO ALVES FEITOSA FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 2 DE MARÇO DE 2017

Declara o direito à Redução do IRPJ e adicionais de estabelecimento empresarial situado na área de atuação da SUDENE. Base legal: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14/2001 com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715/2012, Decreto nº 4.213/2002, Decreto nº 6.539/2008, alterado pelo Decreto nº 6.674/2008, e IN SRF nº 267/2002, arts. 59, 60 e 61.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ/AL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º do Decreto n.º 4.213, de 2002, e pelo artigo 302, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, e nos Decretos nº 4.213, de 2002, e nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10410.725308/2016-69, formalizado em 20/12/2016, declara:

Art. 1º A empresa TROIA S/A PRODUTOS DE LIMPEZA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.923.281/0001-70, por meio de seu estabelecimento situado no Distrito Gov. Luiz Cavalcante, Qd. 4, Bl. 6, 8, 24 e 26, no Tabuleiro do Martins, Maceió - AL, CEP 57082-000, faz jus à REDUÇÃO de 75% do IRPJ e Adicionais calculados sobre o lucro da exploração da atividade de fabricação de produtos de limpeza em geral, enquadrada no setor "indústria de transformação - químicos", considerado prioritário pelo art. 2º, VI, 'e', do Decreto nº 4.213/2002, com capacidade instalada de 64.763.712 litros/ano, 100% incentivada, com prazo para fruição no período de 01/01/2016 a 31/12/2025 (10 anos), em razão da modernização total de empreendimento na área de atuação da SUDENE, tendo a operação sido iniciada em 2013, tudo nos termos do Laudo Constitutivo nº 0191/2016.

Art. 2º Para o gozo do direito à redução, a empresa beneficiária deverá atender às obrigações constantes do Anexo II do laudo constitutivo e observar o disposto nos artigos 62 e 63 da IN SRF nº 267, de 2002, demonstrando e destacando na sua contabilidade, com clareza e exatidão, os elementos que compõem os respectivos custos, receitas e atividades amparadas pelo incentivo fiscal.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PLÍNIO ALVES FEITOSA FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 2 DE MARÇO DE 2017

Declara o direito à Redução do IRPJ e adicionais de estabelecimento empresarial situado na área de atuação da SUDENE. Base legal: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14/2001 com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715/2012, Decreto nº 4.213/2002, Decreto nº 6.539/2008, alterado pelo Decreto nº 6.674/2008, e IN SRF nº 267/2002, arts. 59, 60 e 61.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ/AL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º do Decreto n.º 4.213, de 2002, e pelo artigo 302, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, e nos Decretos nº 4.213, de 2002, e nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10410.723680/2016-31, formalizado em 23/08/2016, declara:

Art. 1º A empresa CAF - CRYSTAL AGUAS DO NORDESTE LTDA. inscrita no CNPJ sob o nº 10.557.540/0001-24, por meio de seu estabelecimento situado à Rua João José Pereira Filho, s/n, Qd. 12, Mód. 3, D. Ind., Tabuleiro do Martins, Maceió - AL, CEP 57082-000, faz jus à REDUÇÃO de 75% do IRPJ e Adicionais calculados sobre o lucro da exploração da atividade de produção e envase de água mineral, enquadrada no setor "indústria de transformação - bebidas", considerado prioritário pelo art. 2º, VI, 'i', do Decreto nº 4.213/2002, com capacidade instalada de 1.405.200 hectolitros/ano, 100% incentivada, em razão da modernização total de empreendimento na área de atuação da SUDENE, tendo a operação sido iniciada em 2012, tudo nos termos do Laudo Constitutivo nº 0115/2015.

Art. 2º Para o gozo do direito à redução, a empresa beneficiária deverá atender às obrigações constantes do Anexo II do laudo constitutivo e observar o disposto nos artigos 62 e 63 da IN SRF nº 267, de 2002, demonstrando e destacando na sua contabilidade, com clareza e exatidão, os elementos que compõem os respectivos custos, receitas e atividades amparadas pelo incentivo fiscal.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PLÍNIO ALVES FEITOSA FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 2 DE MARÇO DE 2017

Declara a nulidade de inscrição perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ/AL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 35 da IN RFB n. 1634, de 06 de maio de 2016, resolve:

Declarar NULA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) das Microempresas Individuais abaixo identificadas, pelos motivos expostos no processo administrativo mencionado:

INTERESSADO	CNPJ	PROCESSO
CLAUDIA DE ARAUJO SIMOES	14.774.027/0001-46	10410.720140/2015-14
ELIDA DE LIMA SANTOS	21.383.078/0001-02	10410.720543/2015-63
LUCICLEIDE MARIA BARROS DE SOUZA	12.853.402/0001-18	10410.720575/2015-69
JUNIRAN ARAUJO DOS SANTOS	12.793.201/0001-72	10410.720596/2015-84
EDIVAN CARDOSO DA SILVA	21.409.361/0001-66	13421/720048/2015-13
SANDRA REGINA TOLEDO DA SILVA	21.292.899/0001-33	10410.720620/2015-85
WAGNER MARNE REIS LIMA	14.776.225/0001-49	10410.720628/2015-41
ESTHEANNE GONCALVES FALCAO	15.126.354/0001-54	10410.720624/2015-63
MARIA DE LOURDES VERCOSA DA SILVA	21.305.906/0001-94	10410.720621/2015-20
MARIA APARECIDA BEZERRA DA SILVA	21.576.213/0001-36	10410.720619/2015-51
GISELA MARIA DA SILVA	21.414.317/0001-44	10410.720647/2015-78
ELIEGE MARIA DA SILVA	21.293.133/0001-73	10410.720640/2015-56
PAULO SERGIO JOAQUIM DE LIMA	21.406.950/0001-90	10410.720667/2015-49
MARCOS MOTA DELGADO	17.858.175/0001-37	10410.722096/2015-87

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos à data da abertura da empresa.

PLÍNIO ALVES FEITOSA FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 2 DE MARÇO DE 2017

Declara o direito à Redução do IRPJ e adicionais de estabelecimento empresarial situado na área de atuação da SUDENE. Base legal: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14/2001 com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715/2012, Decreto nº 4.213/2002, Decreto nº 6.539/2008, alterado pelo Decreto nº 6.674/2008, e IN SRF nº 267/2002, arts. 59, 60 e 61.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ/AL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º do Decreto n.º 4.213, de 2002, e pelo artigo 302, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, e nos Decretos nº 4.213, de 2002, e nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10410.720471/2017-16, formalizado em 02/02/2017, declara:

Art. 1º A empresa SOCOCO SA INDUSTRIAS ALIMENTICIAS, inscrita no CNPJ sob o nº 12.285.276/0001-42, por meio de seu estabelecimento situado à Av. Comendador Gustavo Paiva, 2541, Magabeiras, Maceió - AL, CEP 57037-532, faz jus à REDUÇÃO de 75% do IRPJ e Adicionais calculados sobre o lucro da exploração da atividade de beneficiamento e envase de água de coco, enquadrada no setor "indústria de transformação - alimentos e bebidas", considerado prioritário pelo art. 2º, VI, 'i', do Decreto nº 4.213/2002, com capacidade instalada de 30.676.800 litros/ano, 100% incentivada, com prazo para fruição no período de 01/01/2016 a 31/12/2025 (10 anos), em razão da modernização total de empreendimento na área de atuação da SUDENE, tendo a operação sido iniciada em 2013, tudo nos termos do Laudo Constitutivo nº 0266/2016.

Art. 2º Para o gozo do direito à redução, a empresa beneficiária deverá atender às obrigações constantes do Anexo II do laudo constitutivo e observar o disposto nos artigos 62 e 63 da IN SRF nº 267, de 2002, demonstrando e destacando na sua contabilidade, com clareza e exatidão, os elementos que compõem os respectivos custos, receitas e atividades amparadas pelo incentivo fiscal.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PLÍNIO ALVES FEITOSA FILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Declara e Comunica a Inaptidão de empresa no CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFB n° 1.634, de 06 de maio de 2016 (publicada no DOU de 09.05.2016).

A CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6°, inciso V, da Portaria DRF Recife n° 279, de 18/12/2014, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2014, e considerando o estabelecido no art. 40, Inciso II da Instrução Normativa RFB n° 1.634, de 06 de maio de 2016 e, tendo em vista o que consta no processo administrativo fiscal n° í.0480-720.981/2017-60, resolve:

Art. 1°. Declarar INAPTA, perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o CNPJ n° 07.267.964/0001-40 da empresa LAGOA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., por não ter sido localizada em seu endereço cadastral, conforme Termo de Diligência e Constatação Fiscal anexo ao processo.

Art. 2°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes do art. 45 da supracitada Instrução Normativa.

CRISTIANE SANGREMAN LIMA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

RETIFICAÇÃO

No ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BHE/6ª RF nº 10, de 22 de fevereiro de 2017, publicado no Diário Oficial da União (DOU) , de 02 de março de 2017, pág. 12 Seção 1: Onde se lê:"(...) e considerando o que consta do processo nº 15504.725008/2015-73, declara:(...)"Leia-se:"(...) e considerando o que consta do processo nº 10010.018950/0117-37, declara: (...)"

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Atualiza marcas comerciais relativo aos Registros Especiais nº 06104/170 e 06104/171.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG nº 59, de 14 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o processo administrativo nº 18183.720044/2013-47, declara:

Art.1º.- O estabelecimento da empresa INDÚSTRIA COMÉRCIO BEBIDAS JS EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA - ME, CNPJ 09.815.653/0001-01, situada na Fazenda Providência, s/nº, Zona Rural, Eugenópolis, MG, está inscrito no Registro Especial sob o nº 06104/170 e 06104/171, como produtor e engarrafador, conforme Atos Declaratórios Executivos nº 20 e 21, de 17 de Maio de 2013, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora - MG.

Art. 2º.- O estabelecimento supra citado está autorizado a produzir, engarrafar e comercializar os produtos abaixo discriminados:

MARCAS COMERCIAIS	CAPACIDADE DOS RECIPIENTES (ml)
ÁGUA DA MATA OURO (Carvalho)	700
ÁGUA DA MATA PRATA	700
ÁGUA DA MATA AMENDOIM	750
ÁGUA DA MATA CARVALHO	750

Art. 3º - A presente autorização poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do Registro Especial.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DIOGO RAMALHO VASCONCELOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017

Concede Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap), instituído pelos arts. 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 605, de 4 de janeiro de 2006 e o constante do processo administrativo nº 18186.725918/2016-75, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap), de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 605, de 4 de janeiro de 2006.

Nome empresarial: Raizen Energia S.A.

Nº Inscrição no CNPJ: 08.070.508/0001-78

Art. 2º A pessoa jurídica que fizer a venda à empresa ora habilitada no RECAP deve fazer constar, na nota fiscal de venda, a expressão "Venda efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins", com especificação do dispositivo legal correspondente, bem assim o número do presente Ato Declaratório Executivo.

Art. 3º O benefício de suspensão da exigência das contribuições, na forma do Recap, nas importações ou nas aquisições no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, aplica-se somente aos bens relacionados no Decreto nº 5.789, de 25/05/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.581, de 26/09/2008.

Art. 4º A empresa ora habilitada deve observar o disposto nos artigos 13 e 14 da Instrução Normativa RFB nº 605, de 4 de janeiro de 2006, em relação ao prazo para fruição do benefício e conversão da suspensão da exigência das contribuições em alíquota zero.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANE NETO

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo n° 40 , de 06 de fevereiro de 2017, publicado no DOU em 07 de fevereiro de 2017, seção 1, página 20: Onde se lê: "Data de efeito a partir da publicação deste" , leia-se: "Efeitos a partir da data de constituição das pessoas jurídicas."

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

RETIFICAÇÃO

No artigo 1º do Ato Declaratório Executivo nº 85, de 14 de outubro de 2016, emitido em favor da pessoa jurídica Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A, CNPJ 21.959.361/0001-30, publicado no Diário Oficial da União de 17 de outubro de 2016, Seção 1, Página 26, onde se lê:

" .....Portaria SPDE/MME nº 251, de 17/06/2016, publicada no D.O.U de 20 de junho de 2016.

Leia-se:

".....Portaria SPDE/MME nº 246, de 17/06/2016, publicada no D.O.U de 20 de junho de 2016.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 2 DE MARÇO DE 2017

Declara a nulidade de ato praticado perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 224, inciso III e 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e em cumprimento ao disposto no art. 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB n° 1634, de 06 de maio de 2016, declara

Nula, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, a inscrição nº 12.916.057/0001-14, em nome da empresa ANDREA PEREIRA COSTA, data de abertura da empresa, por motivo de vício do ato de inscrição, tendo em vista o constante no processo administrativo nº 13.216.720007/2011-29.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 53, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2017

Declara a nulidade de inscrição perante o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, por fraude na inscrição

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012 e com fundamentos nos artigos 17, 18 e 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, declara:

I - Nula a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF nº011.922.319-88, emitida em nome de TONY MAYCKON CORREA, por fraude na inscrição, considerando o constante no processo nº 10983.720449/2013-58.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 54, DE 2 DE MARÇO DE 2017

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da extinta SUDENE, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando o disposto no art. 3º do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e no art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa PBG S/A, CNPJ nº 83.475.913/0001-91, à redução de 75% do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento da empresa na área de atuação da extinta SUDENE, com base no Laudo Constitutivo nº 0122/2016, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste do Ministério da Integração Nacional e conforme consta no processo administrativo nº 10983.722207/2016-41,:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1) CNPJ do estabelecimento incentivado: 83.475.913/0040-06

2) Localização: Rodovia Divaldo Suruagy, Km 12 - Área B - Pólo Multifabril Industrial José Aprígio Vilela - Marechal Deodoro - AL - CEP 57160-000.

3) Enquadramento do empreendimento: Alínea "d" do inciso VI do art. 2º do Decreto nº 4.213/2002;

4) Caracterização da produção: Indústria de transformação de minerais não metálicos (fabricação de azulejos e pisos);

5) Período de fruição do incentivo (ano-calendário): 01/01/2016 a 31/12/2025.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

Declara a pessoa jurídica que menciona habilitada no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.137, de 19 de junho de 2015, no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015 e na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 05 de novembro de 2015, e considerando o que consta do dossiê digital nº 10100.009760/0117-10, DECLARA que:

Art. 1º - Fica habilitada a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 2015.

Nome empresarial: LATICINIO LORENZO SA
CNPJ: 12.027.723/0001-63
Edital de Aprovação de Projeto emitido pela Secretaria da Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 11, de 16 de janeiro de 2017, seção 3, pág. 7.
Período de vigência do Projeto: 10/01/2017 a 09/01/2020.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

STEVE FOERSTER DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

Declara a pessoa jurídica que menciona co-habilitada a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de Junho de 2007.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 e na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta do processo fiscal nº 13983.720033/2017-51, declara que:

Art. 1º - Fica a pessoa jurídica a seguir identificada CO-HABILITADA a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, em conformidade com o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial	SETA ENGENHARIA S/A
CNPJ	76.359.785/0001-55
Nome do projeto	EOL Boa Vista Lagoinha
Portaria de aprovação do projeto	Portaria MME nº 33, de 19/02/2016
Titularidade do projeto	ENEL GREEN POWER BOA VISTA EÓLICA S.A. (CNPJ 21.996.671/0001-24)
Setor de infraestrutura favorecido	Energia

Art. 2º - A co-habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

STEVE FOERSTER DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

Declara a pessoa jurídica que menciona co-habilitada a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de Junho de 2007.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 e na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta do processo fiscal nº 13983.720034/2017-04, declara que:

Art. 1º - Fica a pessoa jurídica a seguir identificada CO-HABILITADA a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, em conformidade com o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial	SETA ENGENHARIA S/A
CNPJ	76.359.785/0001-55
Nome do projeto	EOL Ventos de Santo Abraão
Portaria de aprovação do projeto	Portaria MME nº 37, de 23/02/2016
Titularidade do projeto	ENEL GREEN POWER SÃO ABRAÃO EÓLICA S.A. (CNPJ 21.869.030/0001-09)
Setor de infraestrutura favorecido	Energia

Art. 2º - A co-habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

STEVE FOERSTER DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

Declara a pessoa jurídica que menciona co-habilitada a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de Junho de 2007.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 e na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta do processo fiscal nº 13983.720035/2017-41, declara que:

Art. 1º - Fica a pessoa jurídica a seguir identificada CO-HABILITADA a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, em conformidade com o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial	SETA ENGENHARIA S/A
CNPJ	76.359.785/0001-55
Nome do projeto	EOL Ventos do São Paulo
Portaria de aprovação do projeto	Portaria MME nº 282, de 24/08/2015
Titularidade do projeto	ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU I EÓLICA S.A. (CNPJ 21.868.992/0001-43)
Setor de infraestrutura favorecido	Energia

Art. 2º - A co-habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

STEVE FOERSTER DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

Declara a pessoa jurídica que menciona co-habilitada a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de Junho de 2007.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 e na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta do processo fiscal nº 13983.720036/2017-95, declara que:

Art. 1º - Fica a pessoa jurídica a seguir identificada CO-HABILITADA a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, em conformidade com o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial	SETA ENGENHARIA S/A
CNPJ	76.359.785/0001-55
Nome do projeto	EOL Ventos do São Mário
Portaria de aprovação do projeto	Portaria MME nº 256, de 04/08/2015
Titularidade do projeto	ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU I EÓLICA S.A. (CNPJ 21.868.992/0001-43)
Setor de infraestrutura favorecido	Energia

Art. 2º - A co-habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

STEVE FOERSTER DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

Declara a pessoa jurídica que menciona co-habilitada a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de Junho de 2007.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 e na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta do processo fiscal nº 13983.720037/2017-30, declara que:

Art. 1º - Fica a pessoa jurídica a seguir identificada CO-HABILITADA a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, em conformidade com o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial	SETA ENGENHARIA S/A
CNPJ	76.359.785/0001-55
Nome do projeto	EOL Ventos de Santa Esperança
Portaria de aprovação do projeto	Portaria MME nº 257, de 04/08/2015
Titularidade do projeto	ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU II EÓLICA S.A. (CNPJ 21.869.008/0001-69)
Setor de infraestrutura favorecido	Energia

Art. 2º - A co-habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

STEVE FOERSTER DA SILVA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017

Declara a Suspensão da inscrição de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ, no uso da competência conferida pelo inciso I do art. 782 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), resolve:

Art. 1º Suspender a inscrição de Despachante Aduaneiro de Daywson Meirinho, CPF n° 826.239.379-15, constante do Ato Declaratório Executivo DIANA/SRRF9 n° 115 de 14 de julho de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 22 de julho de 1997, em cumprimento à decisão administrativa proferida nos autos do Processo n° 10909.721032/2013-03, que aplicou a sanção administrativa de suspensão do registro de Despachante Aduaneiro, com fulcro no art. 76, inciso II, alínea "e", da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, combinado com o art. 735, inciso II, alínea "e" do Regulamento Aduaneiro, Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, pelo prazo de 04 (quatro) meses.

Art. 2º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017

Declara a Suspensão da inscrição de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ, no uso da competência conferida pelo inciso I do art. 782 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), resolve:

Art. 1º Suspender a inscrição de Despachante Aduaneiro de Rodrigo Colares, CPF n° 004.192.829-63, constante do Ato Declaratório Executivo DIANA/SRRF9 n° 2, de 06 de janeiro de 2005, publicado no Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2005, em cumprimento à decisão administrativa proferida nos autos do Processo n° 10909.721031/2013-51, que aplicou a sanção administrativa de suspensão do registro de Despachante Aduaneiro, com fulcro no art. 76, inciso II, alínea "e", da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, combinado com o art. 735, inciso II, alínea "e" do Regulamento Aduaneiro, Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, pelo prazo de 04 (quatro) meses.

Art. 2º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 2 DE MARÇO DE 2017

Cancela Registro Especial de Bebidas

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e alterações posteriores, bem como o despacho exarado no processo nº 13016.000128/2006-40, declara:

Art. 1º Está cancelado o Registro Especial de Bebidas nº 10106/093, de engarrafador, pertencente ao estabelecimento da empresa Affinidad Bebidas Finas Ltda - ME, inscrito no CNPJ sob o nº 07.509.667/0001-63, situado na Rua Alcides Santarosa , nº 574, sala 2, Bairro Guarani, no município de Garibaldi - RS.

Art. 2º Ficam revogados os Atos Declaratórios Executivos DRF/CXL nº 27, de 08 de junho de 2006, que concedeu o Registro Especial de Bebidas e nº 44, de 07 de abril de 2014, que atualizou a relação de produtos.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 160, DE 1º DE MARÇO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere o artigo 1º da Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto na Portaria MEFP nº 547, de 23 de julho de 1992, na Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, e na Portaria nº 91, de 24 de abril de 1992, do Ministro de Estado da Agricultura e da Reforma Agrária, resolve

Art. 1º Declarar o valor nominal reajustado dos Títulos da Dívida Agrária, a partir de janeiro de 1989, para o mês de março de 2017:

VALOR DE REFERÊNCIA Base maio/92 Cruzeiros	VALOR NOMINAL REAJUSTADO Reais
79.297,75	98,26

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PORTARIA Nº 170, DE 2 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, com fundamento no inciso VI do artigo 2º e no inciso X do artigo 11, ambos do Anexo I do Decreto nº 7075, de 26 de janeiro de 2010, combinado com a deliberação da Diretoria Colegiada da PREVIC, em sua 49ª Sessão Extraordinária, realizada em 3 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 90 (noventa) dias, a contar de 4 de março de 2017, o prazo de que trata a Portaria nº 401, de 5 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 172, de 6 de setembro de 2016, seção 1, página 24, referente à intervenção no SERPROS Fundo Multipatrocinado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESDRAS ESNARRIAGA JUNIOR

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 25, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Barro Alto	Estiagem - 1.4.1.1.0	030/2017	27/01/17	59051.003206/2017-95
BA	Boa Vista do Tupim	Estiagem - 1.4.1.1.0	082/2017	24/01/17	59051.003056/2017-10
BA	Luís Eduardo Magalhães	Inundações - 1.2.1.0.0	324/2017	13/02/17	59051.003158/2017-35
BA	Mairi	Estiagem - 1.4.1.1.0	080/2017	23/01/17	59051.003166/2017-81
BA	São Miguel das Matas	Estiagem - 1.4.1.1.0	09	24/01/17	59051.003051/2017-97
GO	Formosa	Inundações - 1.2.1.0.0	486/17	14/02/17	59051.003202/2017-15
MG	Jenipapo de Minas	Estiagem - 1.4.1.1.0	388/2017	09/02/17	59051.003182/2017-74
MG	Mamonas	Seca - 1.4.1.2.0	014	31/01/17	59051.003109/2017-01
SE	Capela	Seca - 1.4.1.2.0	242	01/02/17	59051.003161/2017-59
SE	Carira	Seca - 1.4.1.2.0	129/2017	20/02/17	59051.003160/2017-12
SP	Adamantina	Chuvas intensas - 1.3.2.1.4	5.691	12/01/17	59051.003144/2017-11
SP	Atibaia	Chuvas intensas - 1.3.2.1.4	8.129	25/01/17	59051.003168/2017-71
SP	Arco-Íris	Chuvas intensas - 1.3.2.1.4	792	17/01/17	59051.003186/2017-52

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça e Segurança Pública

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 3 de março de 2017

Nº 270. Ato de Concentração nº 08700.008117/2016-21. Requerentes: Votorantim Cimentos S.A. e Supermix Concreto S.A. Advogados: Maria Amoroso Wagner, Renata Foizer S. Manzoni e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 271. Ato de Concentração nº 08700.000941/2017-14. Requerentes: BRE - Comércio de Livros Ltda. e Pearson Education do Brasil S.A. Advogados: Cristiane Saccab Zarzur, Sérgio Varella Bruna e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

EDUARDO FRADE RODRIGUES

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA EXECUTIVA COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

PORTARIA Nº 33.779, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08455.001508/2017-45 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Cancelar a Autorização concedida para exercer atividade em ESCOLTA ARMADA, à empresa BSA VIGILANCIA E PROTEÇÃO LTDA ME, CNPJ/MF nº 12.022.606/0001-07, localizada no Estado do RIO DE JANEIRO.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.013, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/90482 - DPF/MBA/PA, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa FIRE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA-EPP, CNPJ nº 24.512.041/0001-25, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 2561/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.015, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/97837 - DELESP/DREX/SR/DPF/TO, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JORIMA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 08.609.047/0001-69, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Tocantins, com Certificado de Segurança nº 321/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.018, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/199 - DPF/MBA/PA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JORIMA SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 08.609.047/0002-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 92/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.033, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/6074 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ORDENANÇA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 23.011.179/0001-88, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 423/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.056, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/58220 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CAMARGO & CONCEIÇÃO SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 12.498.008/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2537/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 1.060, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/96535 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTRO OESTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 04.701.639/0001-55, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 2688/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.065, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/586 - DPF/NRI/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GOOD SECURITY VIGILANCIA E SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 18.244.613/0001-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 448/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.068, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/2375 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa LOCKSEG SERVICOS DE VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 14.833.439/0001-00, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente BRV VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.791.739/0001-08:

5 (cinco) Pistolas calibre .380

5 (cinco) Espingardas calibre 12

Da empresa cedente BRV VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.791.739/0001-08:

49 (quarenta e nove) Munições calibre 12

120 (cento e vinte) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.069, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/4842 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESBA- EMPRESA DE SEGURANCA DA BAHIA LTDA., CNPJ nº 02.240.022/0001-54, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 461/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.083, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/11583 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve: CONCEDER autorização à empresa BRASÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 19.923.146/0001-37, sediada no Piauí, para adquirir:

Da empresa cedente CONDOMINIO RIVERSIDE WALK SHOPPING, CNPJ nº 01.736.646/0001-02:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

6 (seis) Revólveres calibre 38

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.095, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/545 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOCIEDADE ALPHAVILLE CENTRO DE APOIO, CNPJ nº 60.552.007/0001-48 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.101, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/4517 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USINA TRAPICHE S/A, CNPJ nº 10.820.645/0001-24 para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 478/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.105, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/8626 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JAVA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 03.394.369/0001-14, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 463/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.106, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/8879 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa V & S SEGURANÇA PATRIMONIAL DO NORDESTE LTDA, CNPJ nº 11.092.610/0001-89, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 479/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.108, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/11827 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve: CONCEDER autorização à empresa DUPLA MISSÃO CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 08.962.954/0001-97, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3350 (três mil e trezentas e cinquenta) Munições calibre 12

93000 (noventa e três mil) Espoletas calibre 38

3000 (três mil) Estojos calibre 38

20000 (vinte mil) Gramas de pólvora

93000 (noventa e três mil) Projéteis calibre 38

9929 (nove mil e novecentas e vinte e nove) Espoletas calibre .380

1000 (um mil) Estojos calibre .380

9423 (nove mil e quatrocentos e vinte e três) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.113, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/11119 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa FORMUSSEG CENTRO DE FORMACAO E RECICLAGEM EM SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 12.829.179/0001-73, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

6 (seis) Pistolas calibre .380

3 (três) Revólveres calibre 38

2026 (duas mil e vinte e seis) Munições calibre 12

5000 (cinco mil) Munições calibre 38

4685 (quatro mil e seiscentas e oitenta e cinco) Munições calibre .380

85544 (oitenta e cinco mil e quinhentas e quarenta e quatro) Espoletas calibre 38

22862 (vinte e dois mil e oitocentos e sessenta e dois) Gramas de pólvora

85544 (oitenta e cinco mil e quinhentos e quarenta e quatro) Projéteis calibre 38

5088 (cinco mil e oitenta e oito) Espoletas calibre .380

2000 (dois mil) Estojos calibre .380

5088 (cinco mil e oitenta e oito) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.118, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/6083 - DPF/XAP/SC, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EXCLUSIVA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 11.842.550/0001-74, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 432/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.136, DE 1º DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/6969 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve: CONCEDER autorização à empresa SECURITY- ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO EM SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 40.928.202/0001-12, sediada em Alagoas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Carabinas calibre 38

2 (duas) Espingardas calibre 12

4 (quatro) Pistolas calibre .380

5 (cinco) Revólveres calibre 38

2990 (duas mil e novecentas e noventa) Munições calibre .380

1628 (uma mil e seiscentas e vinte e oito) Munições calibre 12

60000 (sessenta mil) Munições calibre 38

60000 (sessenta mil) Espoletas calibre 38

20000 (vinte mil) Estojos calibre 38

15000 (quinze mil) Gramas de pólvora

60000 (sessenta mil) Projéteis calibre 38

3410 (três mil e quatrocentas e dez) Espoletas calibre .380

3410 (três mil e quatrocentos e dez) Estojos calibre .380

3410 (três mil e quatrocentos e dez) Projéteis calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

5 (cinco) Armas de choque elétrico de contato direto

10 (dez) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)

5 (cinco) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

10 (dez) Granadas fumígenas de sinalização

20 (vinte) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto

30 (trinta) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico

5 (cinco) Lançadores de munição não-letal no calibre 12 (doze)

5 (cinco) Máscaras de proteção respiratória modelo facial completo

10 (dez) Filtros com proteção contra gases e aerodispersóides químicos e biológicos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10 (dez) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g
1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.137, DE 1º DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/9933 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve: CONCEDER autorização à empresa SIOUX SERVIÇO DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA - EPP, CNPJ nº 21.922.542/0001-91, sediada no Amazonas, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.140, DE 1º DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/11394 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve: CONCEDER autorização à empresa GRIFFO SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ nº 72.653.660/0001-82, sediada no Distrito Federal, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
2 (duas) Armas de choque elétrico de contato direto
2 (dois) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
2 (dois) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.141, DE 1º DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/11649 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa HÉRCULES VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.274.939/0001-44, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5 (cinco) Armas de choque elétrico de contato direto
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.143, DE 1º DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/12011 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve: CONCEDER autorização à empresa MTVIP SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA- EPP, CNPJ nº 22.262.421/0001-23, sediada no Mato Grosso, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.145, DE 1º DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/12546 - DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve: CONCEDER autorização à empresa CIESE CENTRO DE INSTRUCAO ESPECIALIZADO EM SEGURANCA LTDA., CNPJ nº 00.955.520/0001-58, sediada em Rondônia, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12
2 (duas) Pistolas calibre .380
4 (quatro) Revólveres calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.155, DE 2 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/10705 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve: CONCEDER autorização à empresa PATRIMONIO E SEGURANÇA ARMADA LTDA, CNPJ nº 04.947.331/0001-94, sediada no Ceará, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Pistolas calibre .380
15 (quinze) Revólveres calibre 38
270 (duzentas e setenta) Munições calibre 38
90 (noventa) Munições calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.156, DE 2 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/12172 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve: CONCEDER autorização à empresa BELÉM RIO SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 17.433.496/0001-90, sediada no Pará, para adquirir:
Da empresa cedente SECURITY AMAZON SERVIÇO DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 09.211.205/0001-90:
14 (quatorze) Revólveres calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.157, DE 2 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/12373 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM SEGURANÇA TIRADENTES S/A, CNPJ nº 03.720.968/0001-80, sediada em Goiás, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (um) Revólver calibre 38
1 (uma) Carabina calibre 38
1 (uma) Espingarda calibre 12
1 (uma) Pistola calibre .380
10000 (dez mil) Munições calibre .380
8000 (oito mil) Munições calibre 12
100000 (cem mil) Munições calibre 38
10000 (dez mil) Espoletas calibre 38
5184 (cinco mil e cento e oitenta e quatro) Gramas de pólvora
10000 (dez mil) Projéteis calibre 38
10000 (dez mil) Espoletas calibre .380
10000 (dez mil) Projéteis calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.649, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/77241 - DPF/ANS/GO, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DEFENSIVA F. FREITAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 16.649.674/0001-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 2349/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS, TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS

DELIBERAÇÃO Nº 656, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 107ª. Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2017, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP, consistentes no Ofício nº 198.2016 CESPORTOS/SP, de 3 de novembro de 2016, acompanhado do Estudo de Avaliação de Risco, Julho/2016, e do Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão 001/Maio/2016, aprovados no âmbito daquele Colegiado Estadual, conforme consta da Ata da 024ª. Reunião Ordinária, de 01 de setembro de 2016, protocolizados sob o nº 08020.006742/2016-98; e

Considerando que, na forma da mencionada Ata de Reunião e do citado Ofício, a instalação portuária foi novamente inspecionada, na data de 31 de agosto de 2016, tendo sido constatado o saneamento das inconformidades identificadas, merecendo, então, lhe seja revalidada a Declaração de Cumprimento, tudo narrado na INFORMAÇÃO nº 232-CONPORTOS, de 21 de novembro de 2016, parte integrante desta decisão, deliberaram:

a) APROVAR o Estudo de Avaliação de Risco, Julho/2016, e o Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão 001/Maio/2016, da instalação MOINHO PACÍFICO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 60.854.189/0002-92, localizada na Praça Guilherme Aralhe, 20, Estuário, Município de Santos, Estado de São Paulo, aprovados no âmbito daquele Colegiado Estadual sem restrições;

b) REVALIDAR, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 134/2006, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, por cumprir as diretrizes do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

c) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
p/Ministério da Justiça e Segurança Pública

OMAR ROSA ESTEVES
p/Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
p/Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
p/Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 657, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 107ª. Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2017, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP, consistentes no Ofício nº 237.2016 CESPORTOS/SP, de 21 de dezembro de 2016, acompanhado do Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão 02/Outubro/2016, aprovado no âmbito daquele Colegiado Estadual, conforme consta da Ata da 020ª. Reunião Ordinária, de 28 de junho de 2016, protocolizado sob o nº 08020.000.114/2017-80, tudo narrado na INFORMAÇÃO nº 340-CONPORTOS, de 11 de janeiro de 2017, parte integrante desta decisão, deliberaram:

a) APROVAR o Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão 02/Outubro/2016, da instalação TERMINAL MARÍTIMO DO GUARUJÁ S/A - TERMAG, CNPJ nº 05.535.627/0001-60, localizada na Avenida Santos Dumont s/nº, Município do Guarujá, Estado de São Paulo, aprovado no âmbito daquele Colegiado Estadual; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
p/ Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
p/ Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 658, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 107ª. Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2017, após análise dos documentos apresentados pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Pará - CESPORTOS/PA, capeados pelo Ofício nº 12/2016-CESPORTOS/PA, de 03 de outubro de 2016, à luz das Resoluções CONPORTOS, como expressa a Ata da 2ª. Reunião Ordinária, de 18 de maio de 2016, daquela Comissão Estadual, consistentes na Emenda 01/Fevereiro/2016, em que se atualizam dados cadastrais e o Item 4.9 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS - CONTEÚDO BÁSICO do Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela CONPORTOS, protocolizados sob o nº 08020.000454/2017-19, e

Considerando que a instalação portuária revisou o Estudo de Avaliação de Risco e o Plano de Segurança Pública Portuária, que foram apreciados e acolhidos no âmbito deste Colegiado Nacional, pelas Deliberações nº 425 e 624, de 24 de abril de 2014, e 20 de julho de 2016, respectivamente, deliberaram:

a) APROVAR A Emenda 01/Fevereiro/2016 ao Plano de Segurança Pública Portuária da COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA (CRA) - Porto da AGROPALMA, CNPJ nº 83.663.484/0001-86, localizada na Rodovia Arthur Bernardes, 5555, Bairro Tapanã, Município de Belém, Estado do Pará, à luz da proposição supracitada da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Pará - CESPORTOS/PA, que atualiza dados cadastrais e o Item 4.9 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS - CONTEÚDO BÁSICO;

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, acostando-a à Revisão 01/Setembro/2014 do Plano de Segurança Pública Portuária da nominada instalação.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
p/ Ministério da Justiça e Segurança Pública

OMAR ROSA ESTEVES
p/ Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
p/ Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 659, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 107ª. Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2017, após análise dos documentos apresentados pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de Alagoas - CESPORTOS/AL, à luz das Resoluções da CONPORTOS e à vista de atos de auditoria, tudo protocolizado sob o nº 08020.004682/2016-79, e

Considerando que a instalação portuária, devidamente auditada, apresentou a Revisão do Plano de Segurança Pública Portuária, saneou todas as não conformidades identificadas e se encontra em situação regular perante a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, deliberaram:

a) APROVAR o Plano de Segurança Pública Portuária - Versão Maio/2013 da instalação BRASKEM S/A - TERMINAL MARÍTIMO PRIVATIVO BRASKEM S/A, CNPJ nº 42.150.391/0022-03 (filial), localizada na Avenida Assis Chateaubriand, 5260, Bairro Pontal da Barra, Município de Maceió, Estado de Alagoas;

b) CONCEDER, pelo prazo de validade de 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, por cumprir as diretrizes do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

c) DETERMINAR que a Secretaria-Executiva da CONPORTOS promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros a aplicáveis, inclusive, perante a Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional, no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa (Comando da Marinha) e na Organização Marítima Internacional - IMO, em Londres, Inglaterra, informando deste à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
p/ Ministério da Justiça e Segurança Pública

OMAR ROSA ESTEVES
p/ Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
p/ Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 660, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 107ª. Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2017, após análise dos documentos apresentados pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio Grande do Sul - CESPORTOS/RS, à luz das Resoluções da CONPORTOS e à vista de atos de auditoria, tudo protocolizado sob o nº 08020.013.654/2015-61, e

Considerando que a instalação portuária, devidamente auditada, apresentou o Plano de Segurança Pública Portuária, Emenda 002-Abril/2016, como nova razão social, à vista da sucessão, por incorporação, da COPESUL - COMPANHIA PETROQUÍMICA DO SUL, e de acordo com a CESPORTOS/RS está em condições de receber a Declaração de Cumprimento de que trata a Resolução nº 26/2004-CONPORTOS, deliberaram:

a) APROVAR o Plano de Segurança Pública Portuária - Emenda 002-Abril/2013 da instalação BRASKEM S/A - TERMINAL DE RIO GRANDE (TERG), CNPJ nº 42.150.391/0039-43 (filial), localizada na Avenida Portuária, s/nº Píer, 2ª. Secção da Barra, Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul;

b) CONCEDER, pelo prazo de validade de 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, por cumprir as diretrizes do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

c) DETERMINAR que a Secretaria-Executiva da CONPORTOS promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros a aplicáveis, inclusive, perante a Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional, no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa (Comando da Marinha) e na Organização Marítima Internacional - IMO, em Londres, Inglaterra, informando deste à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
p/ Ministério da Justiça e Segurança Pública

OMAR ROSA ESTEVES
p/ Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
p/ Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 661, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 107ª. Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2017, após análise dos documentos apresentados pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, consistentes no Relatório Circunstanciado de Verificação nº 004/2016 e no Extrato de Relatório de Verificação nº 005/2016, de 04 de julho de 2016, que acompanharam o Ofício nº 040/2016-CESPORTOS-RJ, de 19 de setembro de 2016, e

Considerando que a instalação portuária apresentou o Plano de Segurança Pública Portuária, Ver.0/2016, aprovado pela Deliberação nº 616, de 20 de julho de 2016, desta Comissão Nacional, tudo acostado na protocolização nº 08020.004341/2016-01, deliberaram:

a) CONCEDER, pelo prazo de validade de 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, à instalação portuária TERMINAL FLEXIBRÁS AÇU, CNPJ nº 28.910.529/0018-60, Terminal de Uso Privativo, pertencente à Flexibrás Tubos Flexíveis Ltda., localizada na Via 5 Projetada (parte), Lote A 12, Distrito Industrial, Município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, por cumprir as diretrizes do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

b) determinar à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros a aplicáveis, inclusive, perante a Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha e na Organização Marítima Internacional - IMO, em Londres, Inglaterra, informando deste à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
p/ Ministério da Justiça e Segurança Pública

OMAR ROSA ESTEVES
p/ Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
p/ Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 662, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 107ª. Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2017, após análise dos documentos que acompanham o Ofício nº 046/2016-CESPORTOS/RJ, de 06 de dezembro de 2016, da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro, peças que integram o Processo nº 08020.007377/2016-39,

Considerando que a alteração da razão social decorre da incorporação de ativos da empresa ExxonMobil Química Ltda. - Terminal de Granéis Líquidos, que teve acolhida a Revisão nº 01/Junho/2012 do seu Plano de Segurança Pública Portuária e revalidada a Declaração de Cumprimento nº 091/2005, pela Deliberação nº 378, de 23 de outubro de 2013, deste Colegiado Nacional, posto que foi auditada à luz da Resolução nº 47/2011-CONPORTOS e não apresentou não conformidades; e

Considerando que, nova Declaração de Cumprimento deve ser expedida para que se faça constar a nova razão social, deliberaram:

a) aprovar a ALTERAÇÃO da RAZÃO SOCIAL no Plano de Segurança Pública Portuária da instalação portuária ExxonMobil Química Ltda., CNPJ nº 60.860.673/0002-24, que teve os ativos incorporados por ILHA TERMINAL DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - "Ilha Terminal Ltda.", CNPJ nº 22.935.384/0001-77, localizada na Praia da Ribeira, nº 51, Parte, Ribeira, Ilha do Governador, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

b) determinar, por intermédio da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, que a instalação portuária ILHA TERMINAL DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - "Ilha Terminal Ltda.", promova, imediatamente, o Estudo de Avaliação de Risco e a revisão do Plano de Segurança Pública Portuária, submetendo-o a CESPORTOS/RJ, à vista do que dispõe a Resolução nº 37, de 21 de junho de 2005, se alterou a estrutura física, perímetro, mecanismos de controle de acesso e outros;

c) dar baixa na DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO nº 091/2005, revalidada pela Deliberação nº 378/2013-CONPORTOS, de 23 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 05 de novembro seguinte, em nome de ExxonMobil Química Ltda;

d) conceder a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, à instalação portuária ILHA TERMINAL DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - "Ilha Terminal Ltda", somente após o pronunciamento da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, observado o disposto no art. 2º da Resolução CONPORTOS nº 16, de 18 de dezembro de 2003; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e) determinar à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os impulsos decorrentes, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional, no Brasil - CCA-IMO, perante o Ministério da Defesa / Comando da Marinha e na Organização Marítima Internacional - IMO, em Londres, Inglaterra, e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
p/ Ministério da Justiça e Segurança Pública

OMAR ROSA ESTEVES
p/ Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
p/ Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 663, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 107ª. Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2017, após análise do Ofício nº 684/2016-APPA/EP, de 25 de agosto de 2016, apresentado pela Presidência da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA - PORTO DE ANTONINA decorrente de atos de auditorias, protocolizado sob o nº DPF/PNG/PR 08387.002470/2016-06, na Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Paraná - CESPORTOS/PR, deliberaram:

a) cancelar a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 151/2006, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, concedida pela Deliberação nº 116, de 06 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 13 subsequente, em nome da instalação ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA - PORTO DE ANTONINA, CNPJ nº 79.621.439/0002-72, localizada na Avenida Conde Matarazzo, s/nº, Bairro Matarazzo, Município de Antonina, Estado Paraná, em razão do encerramento das atividades portuárias do nominado Porto; e

b) determinar à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e a baixa nos registros aplicáveis, inclusive, perante a Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional, no Brasil - CCA-IMO, perante o Ministério da Defesa / Comando da Marinha e na Organização Marítima Internacional - IMO, em Londres, Inglaterra.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
p/ Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
p/ Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 664, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 107ª. Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2017, após análise dos documentos apresentados pelo então terminal marítimo ESTINAVE SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA., CNPJ nº 80.853.800/0001-11, e ESTINAVE UNITIZAÇÃO DE CARGAS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA., CNPJ nº 84.863.927/0001-45, a Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Paraná - CESPORTOS/PR, como expressa o Parecer Técnico nº 008/2012-PR, de 03 de outubro de 2012, protocolizados sob o nº 08020.021422/2012-34 (08387.003010/2012-63), deliberaram:

a) cancelar a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 045/2005, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, concedida pela Deliberação nº 55, de 28 de janeiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 04 de fevereiro seguinte, em nome da instalação portuária ESTINAVE SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA, CNPJ nº 80.853.800/0001-11, situada na Rua Conselheiro Correia, nº 282. Sala 03, Bairro 29 de Julho, Município de Paranaguá, Estado do Paraná, em razão do encerramento das atividades portuárias do nominado Terminal; e

b) determinar à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e a baixa nos registros aplicáveis, inclusive, perante a Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional, no Brasil - CCA-IMO, perante o Ministério da Defesa / Comando da Marinha e na Organização Marítima Internacional - IMO, em Londres, Inglaterra.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
p/ Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
p/ Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 665, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 107ª. Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2017, após análise dos documentos apresentados pelo então terminal PFT - PARANAGUÁ TERMINAIS DE PRODUTOS FLORESTAIS LTDA., CNPJ nº 00.285.249/0001-90, que acompanham o Ofício nº 0150/2013-DPF/PNG/PR, de 21 de fevereiro de 2013, protocolizados sob o nº 08020.000503/2017-13 (08387.000597/2013-30), deliberaram:

a) cancelar a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 058/2005, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, concedida pela Deliberação nº 55, de 28 de janeiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 04 de fevereiro seguinte, em nome da instalação portuária PFT - PARANAGUÁ TERMINAIS DE PRODUTOS FLORESTAIS LTDA., CNPJ nº 00.285.249/0001-90, situada na Rua Comendador Correa Júnior, nº 600, Bairro João Gualberto, Município de Paranaguá, Estado do Paraná, em razão do encerramento das atividades portuárias do nominado Terminal nos Portos de Paranaguá e Antonina; e

b) determinar à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e a baixa nos registros aplicáveis, inclusive, perante a Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional, no Brasil - CCA-IMO, perante o Ministério da Defesa / Comando da Marinha e na Organização Marítima Internacional - IMO, em Londres, Inglaterra.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
p/ Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
p/ Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 666, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 107ª. Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2017, após análise dos documentos acompanharam o Ofício nº 0724/2016-DPF/PNG/PR, de 17 de agosto de 2016, complementados pelo Ofício nº 10023/2016-DPF/PNG/PR, de 30 de dezembro seguinte, do Coordenador da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Paraná - CESPORTOS/PR, consistentes no Estudo de Avaliação de Risco - versão Dezembro/2015, referente a um Centro de Tancagem - CT4 e no Plano de Segurança Pública Portuária - Atualização 003/Fevereiro/2016, este aprovado no âmbito daquele Colegiado Estadual, da instalação a seguir nominada, conforme Ata de Reunião acostada, e considerando o que consta da INFORMAÇÃO 343-CONPORTOS, de 17 de janeiro de 2017, parte integrante desta decisão, tudo protocolizado sob o nº 08020.000515/2017-30, deliberaram:

a) RESTITUIR à Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Paraná - CESPORTOS/PR, o Estudo de Avaliação de Risco - versão Dezembro/2015 e o Plano de Segurança Pública Portuária - Atualização 003/Fevereiro/2016, da instalação CATTALINI TERMINAIS MARÍTIMOS S/A, CNPJ nº 75.633.560/0001-82, com endereço na Avenida Coronel Santa Rita, nº 2.677, Bairro Rocio, Município de Paranaguá, Estado do Paraná, para as medidas descritas na INFORMAÇÃO 343-CONPORTOS, de 17 de janeiro de 2017, para integrante desta deliberação; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os impulsos aplicáveis.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
p/ Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

GABRIELL BOFF MOREIRA
p/ Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 667, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 107ª. Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2017, reapreciando o assunto versado na Deliberação nº 627, de 21 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 27 de outubro seguinte, e face ao calendário de missões previsto para o exercício de 2017, protocolização nº 08020.004829/2016-21, resolvem:

a) DETERMINAR que a inspeção, objeto da supracitada Deliberação nº 627, de 21 de setembro de 2016, seja conduzida e supervisionada pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio Grande do Sul - CESPORTOS/RS, com a participação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, nas instalações da empresa YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A, CNPJ nº 92.660.604/0013-16, localizada na Avenida Maximiano Fonseca, 2001, Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, para esclarecer o apontado na Informação 181-CONPORTOS, de 21 de julho de 2016, antes de se deliberar sobre as revisões do Estudo de Avaliação de Risco e do Plano de Segurança Pública Portuária que acompanham o Ofício nº 0340/2016-DPF/RGE/RS-CESPORTOS/RS; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato, em Diário Oficial da União, e os registros a aplicáveis, dando-se a conhecer deste à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e à Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RS.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
p/ Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
p/ Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 668, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 107ª. Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2017, após análise dos documentos apresentados pelo então terminal MULTITERMINAIS ALFANDEGADOS DO BRASIL LTDA. - TERMINAL DE CARGA GERAL E PAPELEIRO, consistentes na Correspondência DGA-008/2012, de 04 de maio de 2012, em que comunica a devolução à Companhia Docas do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2008, dos Armazéns 11, 12 e Anexos denominados: Terminal de Carga Geral e Papeleiro, durante atividades de auditoria que seria realizada na instalação, protocolizados sob o nº 08020.000532/2017-77, deliberaram:

a) cancelar a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 032/2004, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, concedida pela Deliberação nº 50, de 25 de novembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de dezembro seguinte, em nome da instalação portuária MULTITERMINAIS ALFANDEGADOS DO BRASIL LTDA. - TERMINAL DE CARGA GERAL E PAPELEIRO, CNPJ nº 31.096.068/0017-07, situada na Avenida Rodrigues Alves, nº 20, Armazéns 11.12, Gamboa, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em razão do encerramento das atividades portuárias do nominado Terminal naquela Unidade da Federação; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) determinar à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e a baixa nos registros aplicáveis, inclusive, perante a Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional, no Brasil - CCA-IMO, perante o Ministério da Defesa / Comando da Marinha e na Organização Marítima Internacional - IMO, em Londres, Inglaterra.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
p/ Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
p/ Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 669, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 107ª. Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2017, após análise dos documentos procedentes da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio Grande do Sul - CESPORTOS/RS, consistentes nos Ofícios nº 0612/2014-DPF/RGE/RS-CESPORTOS/RS, de 30 de janeiro e 4392/2014-DPF/RGE/RS-CESPORTOS/RS, de 08 de julho de 2014, apreciados pela CONPORTOS nas 100ª. e 101ª. Reuniões Ordinária, realizadas em 24 de abril e 27 de novembro de 2014, e Ofício nº 1.768/2015-DPF/RGE/RS-CESPORTOS, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015, relativos às instalações portuárias a seguir nominadas;

Considerando que, por meio da Deliberação nº 510, de 27 de novembro de 2014, este Colegiado Nacional determinou a restituição dos respectivos Planos de Segurança Pública Portuária a CESPORTOS/RS para que procedesse à consolidação requerida e autorizada;

Considerando que, mais uma vez, os Planos de Segurança Pública Portuária ingressaram nesta Comissão Nacional individualizados como Revisões 01/Abril/2015, acompanhados da Ata de Reunião Geral Extraordinária, de 18 de dezembro de 2015, em que os membros daquele Colegiado Estadual aprovaram as emendas submetidas às análises, quanto à unificação das unidades de segurança, nos termos da deliberação ocorrida na 100ª. Reunião Ordinária, da CONPORTOS, realizada em 24 de abril de 2014; e

Considerando as peças que integram a protocolização nº 08020.000590/2016-10, as instalações portuárias TERMINAL MARÍTIMO LUIZ FOGLIATO S/A - TERMASA e o TERMINAL GRANELEIRO S/A - TERGRASA, integram o complexo portuário de propriedade da Cooperativa Central Gaúcha Ltda. (CCGL), operam de forma unificada, por um único operador TERMASA, como demonstrado na INFORMAÇÃO 218-CONPORTOS, de 09 de novembro de 2016, parte integrante desta decisão, deliberaram:

a) ACOLHER a consolidação dos Planos de Segurança Pública Portuária, Revisões 01/Abril/2015, TERMINAL MARÍTIMO LUIZ FOGLIATO S/A - TERMASA e o TERMINAL GRANELEIRO S/A - TERGRASA, fazendo constar que o Terminal TERMASA, CNPJ nº 774.109.828/0001-19, localizado na Avenida Almirante Maximiano Fonseca, nº 6361, Distrito Industrial, Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, operará a Unidade de Segurança (US), nesta se inserindo o Supervisor de Segurança Portuária (SSP), com vínculo empregatício direto com a instalação e habilitado pela CONPORTOS, e o Centro de Controle de Comunicações (CC-Com), demonstrando, assim, a unicidade operacional do complexo portuário;

b) DETERMINAR, por intermédio da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio Grande do Sul - CESPORTOS/RS, que o TERMINAL MARÍTIMO LUIZ FOGLIATO S/A - TERMASA apresente um único Plano de Segurança Pública Portuária, contemplando em só um documento as duas instalações e com a unificação operacional acolhida pela letra "a" desta deliberação que deverá ser apresentado a CESPORTOS/RS;

c) DETERMINAR que a CESPORTOS/RS, antes da análise e da aprovação do novo Plano de Segurança Pública Portuária consolidado, adote a medida prevista no art. 2º da Resolução CONPORTOS nº 16, de 18 de dezembro de 2003, para atestar a compatibilidade do Plano de Segurança com a realidade existente, considerando que, a partir da aprovação, somente o TERMINAL MARÍTIMO LUIZ FOGLIATO S/A - TERMASA terá, ou não, a Declaração de Cumprimento revalidada, dando-se baixa na Declaração de Cumprimento concedida a TERGRASA, diante consolidação autorizada e, ainda, se com a redefinição do Sistema de CFTV, decorrente do aperfeiçoamento que objetivou atender aos normativos da Receita Federal do Brasil não alterou a estrutura física e os mecanismos de controle da instalação, situação que, se confirmada, impõe a apresentação do respectivo Estudo de Avaliação de Risco atualizado; e

d) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os impulsos aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
p/ Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
p/ Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 670, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 107ª. Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2017, após análise dos documentos apresentados pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP, capeados pelo Ofício nº 07.2015 CESPORTOS-SP, de 10 de junho de 2015, à luz das Resoluções CONPORTOS, como expressa a Ata da 006ª. Reunião Ordinária, de 27 de maio de 2015, daquela Comissão Estadual, consistentes na 4ª. Emenda - Setembro/2014, em que se atualizam elementos Plano de Segurança Pública Portuária da instalação a seguir nominada, protocolizados sob o nº 08020.006396/2015-67, deliberaram:

a) APROVAR a 4ª. Emenda - Setembro/2014 ao Plano de Segurança Pública Portuária da COMPANHIA BANDEIRANTES DE ARMAZÉNS GERAIS LTDA., CNPJ nº 58.128.174/0002-03, sediada na Rua Eduardo Pereira Guinle, s/nº, Bairro Outeirinhos, Município de Santos, Estado de São Paulo, acolhida no âmbito daquela Comissão Estadual; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, acostando-a ao Plano de Segurança Pública Portuária que se atualiza.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
p/ Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
p/ Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 671, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 107ª. Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2017, após análise dos documentos apresentados pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Amazonas - CESPORTOS/AM, capeados pelo E-mail de 03 de fevereiro de 2017, consistentes no Extrato de Relatório de Verificação nº 01/2017 e Relatório Circunstanciado de Verificação nº 01/2017, de 01 de fevereiro de 2017, que atestam que a instalação a seguir nominada sanou todas as não conformidades apontadas em auditoria, peças que passam a integrar o Plano de Segurança Pública Portuária e a protocolização nº 08020.003372/2015-56; e

Considerando que a instalação atualizou o Plano de Segurança Pública Portuária - versão Julho/2014, acolhida pela Deliberação nº 543, de 09 de dezembro de 2015, deste Colegiado Nacional, deliberaram:

a) REVALIDAR, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 128/2006, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, concedida pela Deliberação nº 88, de 25 de abril de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 08 de maio seguinte, à instalação portuária CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 84.098.383/0001-72, localizada na Rua Zebu, nº 201, Margem Esquerda do Rio Negro, Município de Manaus, Estado do Amazonas, por cumprir as diretrizes do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
p/ Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
p/ Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 672, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 107ª. Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2017, após análise dos documentos apresentados pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Espírito Santo - CESPORTOS/ES, capeados pelo Ofício nº 005/2016-CESPORTOS/ES, de 15 de janeiro de 2016, acompanhado do Relatório Circunstanciado de Verificação nº 002/2016, que atesta que a instalação a seguir nominada sanou todas as não conformidades apontadas em auditoria, peças que passam a integrar o Plano de Segurança Pública Portuária; e

Considerando que a instalação atualizou o Plano de Segurança Pública Portuária - 2ª. Edição Revisada, acolhida pela Deliberação nº 400, de 23 de outubro de 2013, deste Colegiado Nacional, deliberaram:

a) REVALIDAR, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 094/2005, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, concedida pela Deliberação nº 64, de 02 de junho de 2005, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 07 subsequente, à instalação portuária POLIMODAL TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 27.745.124/0002-33, localizada na Estrada Capuaba, s/nº, Ilha das Flores, Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, por cumprir as diretrizes do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
p/ Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
p/ Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 673, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 107ª. Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2017, após análise dos documentos apresentados pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Espírito Santo - CESPORTOS/ES, capeados pelo Ofício nº 005/2016-CESPORTOS/ES, de 15 de janeiro de 2016, acompanhado do Relatório Circunstanciado de Verificação nº 001/2016, que atesta que a instalação a seguir nominada sanou todas as não conformidades apontadas em auditoria, peças que passam a integrar o Plano de Segurança Pública Portuária; e

Considerando que a instalação atualizou o Plano de Segurança Pública Portuária - 1ª. Revisão/Janeiro/2014, acolhida pela Deliberação nº 528, de 27 de novembro de 2014, deste Colegiado Nacional, deliberaram:

a) REVALIDAR, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 146/2006, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, concedida pela Deliberação nº 111, de 07 de

novembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 14 subsequente, à instalação portuária COMPANHIA PORTUÁRIA VILA VELHA - CPVV, CNPJ nº 39.826.482/0001-79, localizada na Estrada de Capuaba, s/nº, Aribiri, Cais de Capuaba, Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, por cumprir as diretrizes do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
p/ Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
p/ Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 674, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 107ª. Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2017, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP, consistentes no Ofício nº 241.2016 CESPORTOS/SP, de 28 de dezembro de 2016, acompanhado do Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão 03/Setembro/2016, aprovado no âmbito daquele Colegiado Estadual, conforme consta da Ata da 29ª. Reunião Ordinária, de 17 de novembro de 2016, protocolizado sob o nº 08020.000.691/2017-71, tudo narrado na INFORMAÇÃO nº 364-CONPORTOS, de 07 de fevereiro de 2017, parte integrante desta decisão, deliberaram:

a) APROVAR o Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão 03/Setembro/2016, da instalação DOW BRASIL SUDESTE INDUSTRIAL LTDA., CNPJ nº 53.877.627/0009-49, localizada na Avenida Santos Dumont, 4444, Bairro Conceiçãozinha, Município do Guarujá, Estado de São Paulo, aprovado no âmbito daquele Colegiado Estadual; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
p/ Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

LEANDRO DE OLIVEIRA MOLL
p/ Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 675, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 107ª. Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2017, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP, consistentes no Ofício nº 240.2016 CESPORTOS/SP, de 28 de dezembro de 2016, acompanhado do Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão 02/Setembro/2016, aprovado no âmbito daquele Colegiado Estadual, conforme consta da Ata da 29ª. Reunião Ordinária, de 17 de novembro de 2016, protocolizado sob o nº 08020.000.690/2017-27, tudo narrado na INFORMAÇÃO nº 365-CONPORTOS, de 07 de fevereiro de 2017, parte integrante desta decisão, deliberaram:

a) APROVAR o Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão 02/Setembro/2016, da instalação GRANEL QUÍMICA LTDA., CNPJ nº 44.983.435/0002-50, localizada na Área de Tanques, s/nº, Ilha Barnabé, Município de Santos, Estado de São Paulo, aprovado no âmbito daquele Colegiado Estadual; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
p/ Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
p/ Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 676, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 107ª. Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2017, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador Substituto da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, consistentes no Ofício nº 030/2016 CESPORTOS/RJ, de 12 de julho de 2016, protocolizado sob o nº 08020.004840/2016-91, acompanhado do Parecer e do Relatório Circunstanciado de Verificação, atestando que a instalação portuária a seguir nominada saneou as não conformidades apontadas em auditoria; e

Considerando que a instalação apresentou o Estudo de Avaliação de Risco e o Plano de Segurança Pública Portuária, Revisões/Junho/2015, que foram aprovados por este Colegiado Nacional nos termos da Deliberação nº 579, de 09 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 16 subsequente, deliberaram:

a) REVALIDAR, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 140/2006, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, concedida pela Deliberação nº 102, de 18 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 20 subsequente, à instalação portuária TERMINAL DE CARVÃO DO PORTO DE ITAGUAÍ - TECAR, CNPJ nº 33.042.730/0115-72, localizada na Estrada Prefeito Wilson Pedro Francisco, s/nº, Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, por cumprir as diretrizes do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
p/ Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
p/ Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
p/ Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
p/ Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 677, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 107ª. Reunião Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2017, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador Substituto da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, consistentes no Ofício nº 030/2016 CESPORTOS/RJ, de 12 de julho de 2016, protocolizado sob o nº 08020.004840/2016-91, acompanhado do Parecer e do Relatório Circunstanciado de Verificação, atestando que a instalação portuária a seguir nominada saneou as não conformidades apontadas em auditoria; e

Considerando que a instalação apresentou o Estudo de Avaliação de Risco e o Plano de Segurança Pública Portuária, Revisões/Junho/2015, que foram aprovados por este Colegiado Nacional nos termos da Deliberação nº 594, de 09 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 16 subsequente, deliberaram:

a) REVALIDAR, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 138/2006, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, concedida pela Deliberação nº 102, de 18 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 20 subsequente, à instalação portuária SEPETIBA TECON S/A - TERMINAL DE CONTÊINERES DO PORTO ORGANIZADO DE ITAGUAÍ, CNPJ nº 02.394.276/0002-08, localizada na Estrada Prefeito Wilson Pedro Francisco, s/nº, Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, por cumprir as diretrizes do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

b) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão
p/Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
Membro
p/Ministério da Defesa/Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Membro
p/Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
Membro
p/Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
Membro
p/Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS DA CHEFE

DECLARO que ROSA MARIA RIBEIRO DELGADO, incluída na presente Portaria de nº 256 de 26 de maio de 1988, de Igualdade de Direitos e Outorga do Gozo e de Direitos Políticos, passou a assinar ROSA MARIA DELGADO PEREIRA, por haver contraído matrimônio com JOÃO MANUEL RIBEIRO PEREIRA, aos 13 de dezembro de 2001, conforme certidão de casamento passada pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, Ato da Mooca, Capital - São Paulo, registrada no livro nº B-Aux.028, fls. 106, sob o nº 1716.

CERTIFICO que, MARIA CAROLINA WAYOW DE AGUIAR, incluída na Portaria da SNJ Nº 27, de 12 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2016 voltou a assinar MARIA CAROLINA WAYOW REBIERE, em virtude de Divórcio, conforme sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de Ribeirão Preto - SP, (autos 1040058-43.2015.8.26.0506), datada de 26 de novembro de 2015, averbada na Certidão de Casamento expedida pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais, 1º Subdistrito da Sede, Município e Comarca de Ribeirão Preto - SP, Matrícula 121467 01 55 2003 7 00022 164 0013119 03.. Processo: 08508009193201631

CERTIFICO que, NORIKO YOSHIMARU, incluída no Decreto Coletivo nº 293, de 23 de julho de 1963, publicado no Diário Oficial da União de 30 de julho de 1963, passou a assinar NORIKO WATANABE, por haver contraído matrimônio com Keiji Watanabe, em 08 de abril de 1969, conforme certidão de casamento expedida pelo Cartório do Registro Civil, 2º Subdistrito - Liberdade, Município e Comarca de São Paulo-SP, registrada no livro 89-B de Registro de Casamentos, fls. 124, sob nº 11.698. Processo nº 08000.033611/2016-11

CERTIFICO que, NATALIA MARIA SANTIAGO ALEIXO, incluída na Portaria de nº 00685, de 27 de agosto de 1990, publicada no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 1990, de Igualdade de Direitos e Obrigações Civis e o Gozo de Direitos Políticos, voltou a assinar NATALIA MARIA DOS SANTOS SANTIAGO, em virtude da conversão de separação consensual em Divórcio, com sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Praia Grande, Estado de São Paulo, datada de 1º de novembro de 1991, averbada na Certidão de Casamento expedida pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais, 2º Subdistrito, Santos, Estado de São Paulo, Matrícula 122671.01.55.1971.2.00059.087.0027211-81. Processo nº 08000.032572/2016-35

SIMONE ELISA CASAGRANDE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECLARA que a correta grafia do nome de ANTONIO ANIBAL CAMPIÃO, incluído na Portaria de Igualdade de Direitos e Obrigações Civis e Gozo de Direitos Políticos, nº 472, de 13 de novembro de 1984 é ANTONIO ANIBAL CAMPEÃO, conforme Certidão de Nascimento expedida pela Conservatória do Registro Civil, aos 10 de agosto de 1943, Corregedoria-Geral da Justiça-AM. Processo: 08000.005250/2017-02

BIANCA BOTELHO PUNTEL ELOY
Substituta

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 43, DE 3 DE MARÇO DE 2017

A Diretora Substituta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: ALÉM DAS APARÊNCIAS (LOVE COVERS ALL, Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Praise Pictures
Diretor(es): Kyle Prohaska
Distribuidor(es): CANZION DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.008212/2017-01
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: KONG - A ILHA DA CAVEIRA (KONG - SKULL ISLAND, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Debbi Bossi
Diretor(es): Ordan Vogt-Roberts
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Aventura/Ação
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.010206/2017-14
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: MULHERES DO SÉCULO 20 (20TH CENTURY WOMEN, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Chelsea Barnard
Diretor(es): Mike Mills
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama/Comédia
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.010874/2017-33
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: PERSONAL SHOPPER (França - 2016)
Produtor(es): CG Cinéma
Diretor(es): Olivier Assayas
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000193/2017-88
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Conjunto de Episódios: JOGOS MUNDIAIS DOS POVOS INDÍGENAS (Brasil - 2016)
Episódio(s): 01 A 05
Produtor(es): Indiana Produções Cinematográficas
Diretor(es): Marco Altberg
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000203/2017-85
Requerente: INDIANA PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS EIRELI

Trailer: GALERIA F (Brasil - 2016)
Produtor(es): Rosane Hatab
Diretor(es): Emília Silveira
Distribuidor(es): ELO COMPANY
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000236/2017-25
Requerente: 70 Filmes Produções Artísticas Ltda.

Show Musical: DVD NECHIVILE AO VIVO EM MORRINHOS (Brasil - 2017)
Produtor(es): Estradas Gravações Musicais Ltda.
Diretor(es): Anselmo Troncoso Guimarães
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000241/2017-38
Requerente: ESTRADAS GRAVAÇOES MUSICAIS LTDA

ALESSANDRA XAVIER NUNES

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 606, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Altera o art. 14 da Portaria nº 482/GM/MS, de 1º de abril de 2014, que institui normas para a operacionalização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbitodo Sistema Único de Saúde (SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria a Interministerial nº 1/MS/MJ, de 2 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional; e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da Atenção Básica, resolve:

Art. 1º O art. 14 da Portaria nº 482/GM/MS, de 1º de abril de 2014, que institui normas para operacionalização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), passa a vigorar da seguinte forma:

"Art. 14 Os recursos federais para execução do objeto que trata esta Portaria, são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável, Plano Orçamentário (PO) 000B." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 607, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Altera o art. 11 da Portaria nº 1.083/GM/MS, de 23 de maio de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; e

Considerando a Portaria nº 1.082/GM/MS, de 23 de maio de 2014, que redefine as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI), incluindo-se o cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; e estabelece novos critérios e fluxos para a adesão e operacionalização da atenção integral à saúde de adolescentes em situação de privação de liberdade, em unidades de internação, internação provisória e de semiliberdade, resolve:

Art. 1º O art. 11 da Portaria nº 1.083/GM/MS, de 23 de maio de 2014, que institui o incentivo financeiro de custeio para o ente federado responsável pela gestão das ações de atenção integral à saúde dos adolescentes em situação de privação de liberdade, de que trata o art. 24 e parágrafo único da Portaria nº 1.082/GM/MS, de 23 de maio de 2014, passa a vigorar da seguinte forma:

"Art. 11 Os recursos financeiros para execução das atividades de que trata esta Portaria, são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.20AD PO - 000C - Piso Atenção Básica Variável - Serv. Atenção à Saúde dos Adolescentes Privados de Liberdade." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 609, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Maranhãozinho, Estado do Maranhão.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem aos incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica - PNAB;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica - PAB, para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência de 2017, a transferência do incentivo financeiro referente a equipe de Saúde da Família do Município de Maranhãozinho - MA, em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pela Secretaria de Estado de Saúde do Maranhão, especialmente no que tange o descumprimento da carga horária, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 1 (um) equipe de Saúde da Família e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 608, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Renova a Qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA) destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de São João da Boa Vista (SP) e bases descentralizadas.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS;

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 2.533/GM/MS, de 8 de novembro de 2012, que qualifica a Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA) dos Municípios de São João da Boa Vista (SP), Espírito Santo do Pinhal (SP), Mococa (SP), Santa Cruz das Palmeiras (SP), Tambaú (SP), Casa Branca (SP), Vargem Grande do Sul (SP) e São José do Rio Pardo (SP);

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que redefine as diretrizes para a implantação do serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 783/GM/MS, de 17 de junho de 2015, que renova a Qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU) e bases descentralizadas do (SAMU 192), Regional de São João da Boa Vista (SP), e Unidades de Suporte Básico e Avançado; e

Considerando o Parecer Técnico nº 0138/2017 da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/ CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica renovada a qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA) destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de São João da Boa Vista (SP), e bases descentralizadas, conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos de acordo com art. 30, da Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, devendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Esta Portaria tem efeito de renovação de qualificação a partir da competência novembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

Central de Regulação das Urgências e Unidades Móveis (SAMU 192)

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	SIPAR	Gestão	Código	Número Proposta
SP	São João da Boa Vista	3549102	7004877	01 CRU	25000.180381/2012-74	Municipal	82.51	12230
			7004966	01 USA				12229
			7004974	01 USB				12226
			9002839	01 USB				13101
	São José do Rio Pardo	3549706	7011482	01 USA				12268
			7011490	01 USB				12267
	Santa Cruz das Palmeiras	3546306	7011768	01 USA				12274
			7011628	01 USB				12273
	Mococa	3530508	7029667	01 USB				12331
	Tambaú	3553302	7011083	01 USB				12271
	Casa Branca	3510807	7011784	01 USB				12233
	Vargem Grande do Sul	3556404	7212941	01 USB				12352
	Espirito Santo do Pinhal	3515186	7008600	01 USB				12269

PORTARIA Nº 610, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Desabilita 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado (USA) do Município de Bacabal (MA) pertencente ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências Municipal do Maranhão.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.123/GM/MS, de 5 de dezembro de 2007, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Bacabal (MA);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências; e

Considerando a Nota Técnica nº 046/2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/ CGUE/DAHU/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.028807/2013-61, resolve:

Art. 1º Fica desabilitada 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado (USA), a seguir relacionada, do Município de Bacabal (MA) pertencente ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) da Central de Regulação das Urgências Municipal do Maranhão.

UF	Município para o cancelamento do repasse	CNES	Descrição	Período referenciado:	Valor mensal do repasse do incentivo de custeio a ser devolvido
MA	Bacabal	7230486	01 USA (SAMU 192)	De abril de 2015 (até a publicação da Portaria de desabilitação	R$ 50.050,00
Total mensal					R$ 50.050,00

Art. 2º A Secretaria de Atenção à Saúde adotará os procedimentos junto ao Fundo Municipal de Saúde de Bacabal (MA), para a imediata devolução dos recursos financeiros repassados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, caso ainda não devolvidos, e a baixa nos sistemas de controle de repasse fundo a fundo do Ministério da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 611, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Alagoinhas (BA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM, de 21 de outubro de 2011, em especial o seu Anexo I;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica - PAB, para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa a transferência do incentivo financeiro referente as equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal, a partir da competência financeira janeiro/2017, do Município de Alagoinhas (BA), em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pela Secretaria de Estado de Saúde da Bahia, especialmente no que tange o descumprimento da carga horária e irregularidades junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 3 (três) equipes de Saúde da Família e 2 (duas) equipes de Saúde Bucal e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 612, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre a prorrogação dos prazos do Atestado de Conclusão de Edificação da Unidade de Acolhimento Adulto do Município de Rio Branco (AC), e sua inserção no Sistema de Monitoramento de Obras do Ministério da Saúde (SISMOB), bem como para o início de seu funcionamento.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 615/GM/MS, de 15 de abril de 2013, que dispõe sobre o incentivo financeiro de investimento para construção de Centro de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento, em conformidade com a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.495/GM/MS, de 23 de outubro de 2013, que divulga a 1ª lista do processo de seleção de propostas apresentadas para Construção de Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento;

Considerando a Portaria nº 674/GM/MS, de 3 de junho de 2015, que para efeitos orçamentários, estabelece a plurianualidade das Portarias que habilitaram propostas de Construção de Centros de Atenção Psicossocial e Unidade de Acolhimento com base no Programa Crack, é Possível Vencer;

Considerando que o Secretário de Saúde do Município de Rio Branco informa ter concluído a Unidade de Acolhimento Adulto, Proposta nº 84317205000113026, superando as pendências indicadas, desde fevereiro de 2016; e

Considerando o ofício OF/GAB.SEMSA/Nº247/2016, SIPAR: 25000.046554/2016-50, enviado pelo Secretário de Saúde do Município de Rio Branco com justificativa acolhida por este Ministério para prorrogação dos prazos previstos nos incisos II e III do art. 10 da Portaria nº 615, de 15 de abril de 2013, por motivo de calamidade pública transitória, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado, por 15 (quinze) meses, a contar de 30 de junho de 2015, o prazo disposto no inciso II do art. 10 da Portaria nº 615/GM/MS, de 15 de abril de 2013, relativo à emissão do Atestado de Conclusão de Edificação da Unidade e sua inserção no Sistema de Monitoramento de Obras, da Unidade de Acolhimento Adulto, do Município de Rio Branco, Proposta nº 84317205000113026, constante da Portaria nº 2.495/GM/MS, de 23 de outubro de 2013.

Art. 2º Fica prorrogado, por 90 (noventa) dias, a contar de 30 de setembro de 2016, o prazo disposto no inciso III do art. 10 da Portaria nº 615/GM/MS, de 15 de abril de 2013, relativo ao início do funcionamento da Unidade de Acolhimento Adulto do Município de Rio Branco, Proposta nº 84317205000113026, constante da Portaria nº 2.495/GM/MS, de 23 de outubro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 613, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Altera a Portaria nº 3.388/GM/MS, de 30 de dezembro de 2013, que trata da Qualificação Nacional em Citopatologia na prevenção do câncer do colo do útero (QualiCito).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.719/GM/MS, de 9 de dezembro de 2014, que altera a Portaria nº 3.388/GM/MS, de 30 de dezembro de 2013, que trata da Qualificação Nacional em Citopatologia na prevenção do câncer do colo do útero (QualiCito); e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a necessidade de se criarem alternativas para ampliar as ações de rastreamento do câncer de colo do útero, de acordo com as Diretrizes Brasileiras para o Rastreamento dessa doença, resolve:

Art. 1º Os arts 35, 35A e 35D da Portaria nº 3.388/GM/MS, de 30 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 253, de 31 de dezembro de 2013, páginas 42 a 45, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 35 Fica mantido, na Tabela de Procedimentos do SUS, o procedimento 02.03.01.001-9 - EXAME DO CITOPATOLÓGICO CERVICO VAGINAL/MICROFLORA, com o valor de R$ 6,97 (seis reais e noventa e sete centavos), sem a exigência da habilitação 32.02, até 29 de dezembro de 2017." (NR)

"Art. 35ª Fica excluída, na Tabela de Procedimentos, Órteses, Próteses, Medicamentos e Materiais Especiais do SUS, a exigência da habilitação 32.02 - LABORATÓRIO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS TIPO I para registro do procedimento 02.03.01.008-6 - EXAME CITOPATOLÓGICO CERVICO VAGINAL/MICROFLORA-RASTREAMENTO nos sistemas de informação do SUS até 29 de dezembro de 2017." (NR)

"Art. 35-D Fica mantida, até 29 de dezembro de 2017, na Tabela de Procedimentos, Órteses, Próteses, Medicamentos e Materiais Especiais do SUS, a regra condicionada 0010 - CONDICIONADA, que condiciona, excepcionalmente, a mudança do tipo de financiamento do procedimento 02.03.01.008-6 para 04 - FAEC, subtipo 040065 - EXAME CITOPATOLÓGICO DO COLO DO ÚTERO, quando realizado em usuárias com a idade compreendida entre 25 a 64 anos, em estabelecimentos habilitados com código 32.02 - LABORATÓRIO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS TIPO I. (Incluído pela PRT GM/MS nº 2719 de 09.12.2014)" (NR)

Art. 2º O caput do art. 36A, da Portaria nº 3.388/GM/MS, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36A Os laboratórios de citopatologia que não se habilitarem até a data de 29 de dezembro de 2017, como Tipo I, não poderão registrar os procedimentos abaixo, sendo automaticamente desligados do SIA-SUS a partir de 2 de janeiro de 2018:

Art. 3º Findo o prazo definido pelo art. 35 da Portaria nº 3.388/GM/MS, de 30 de dezembro de 2013, o financiamento do procedimento 02.03.01.008-6 - EXAME CITOPATOLÓGICO CERVICO VAGINAL/MICROFLORA-RASTREAMENTO continuará a ser via Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 614, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Altera o § 1º do art. 3º da Portaria nº 2.445/GM/MS, de 11 de novembro de 2016, e prorroga o prazo de duração do Grupo de Trabalho para apresentar proposta de modelo de contratação da força de trabalho e melhoria da atenção à saúde indígena.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º O § 1º do art. 3º da Portaria nº 2.445/GM/MS, de 11 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União, nº 218, de 14 de novembro de 2016, Seção 1, página 107, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º O Grupo de Trabalho será Coordenado pelo representante da Secretaria Especial de Saúde Indígena." (NR)

Art. 2º Fica prorrogado, a partir de 11 de fevereiro de 2017, por mais 90 (noventa) dias o prazo de duração do Grupo de Trabalho, disposto no art. 4º da Portaria nº 2.445/GM/MS, de 11 de novembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

RETIFICAÇÕES

No anexo da Portaria nº 2.917/GM/MS, de 26 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 248, de 27 de dezembro de 2016, Seção 1, página 103,
ONDE SE LÊ:

ANEXO

UF	Município	Código IBGE	CNPJ vinculado do Fundo de Saúde	Tipo de Gestão	Nome do Estabelecimento	CNES	Tipo	Modalidades	Código de Habilitação	Número da proposta	Valor anual (R$)
BA	Camaçari	290570	11.432.780/0001-65	Municipal	Centro Multiprofissional de Reabilitação Física (CEMPRE)	6261728	CER III	Física e Intelectual	22.08; 22.09	11526/2016	1.680.000,00
Total Geral											1.680.000,00

LEIA-SE:

ANEXO

UF	Município	Código IBGE	CNPJ vinculado do Fundo de Saúde	Tipo de Gestão	Nome do Estabelecimento	CNES	Tipo	Modalidades	Código de Habilitação	Número da proposta	Valor anual (R$)
BA	Camaçari	290570	11.432.780/0001-65	Municipal	Centro Multiprofissional de Reabilitação Física (CEMPRE)	6261728	CER II	Física e Intelectual	22.08; 22.09	11526/2016	1.680.000,00
Total Geral											1.680.000,00

No § 1º do art. 5º da Portaria nº 2.068/GM/MS, de 21 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 204, de 24 de outubro de 2016, Seção 1, página 121, onde se lê "poderão acumular as funções de coordenação e assistência", leia-se "poderão acumular as funções de responsabilidade técnica e assistência".

No artigo 6º da Portaria nº 3.250/GM/MS, de 29 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 251, de 30 de dezembro de 2016, Seção 1, página 270,
ONDE-SE-LÊ
Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 2.027/GM/MS, de 19 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 202, de 20 de outubro de 2016, seção 1, página 28.
LEIA-SE
Art. 6º Ficam revogadas a Portaria nº 2.027/GM/MS, de 19 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 202, de 20 de outubro de 2016, Seção 1, página 28; e a Portaria n° 2.399/GM/MS, de 11 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União n° 218, de 14 de novembro de 2016, Seção 1, página 97.

PORTARIA Nº 3.186, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

ANEXO (*)

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	SIPAR	Gestão	Código	Número Proposta	Valor anual a ser incorporado
PB	Umbuzeiro	2517001	6952097	01 USB SAMU 192	25000.148188/2015-91	Municipal	82.51	7272	R$ 105.528,00
TOTAL/ ANO									R$ 105.528,00

(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União nº 251, de 30 de dezembro de 2016, Seção 1, página 245, com incorreção no original.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.190, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

ANEXO (*)

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	SIPAR	Gestão	Código	Número Proposta	Valor anual a ser incorporado
PB	Santana dos Garrotes	2513604	6921876	01 USB SAMU 192	25000.202603/2014-89	Municipal	82.51	2941	R$ 105.528,00
TOTAL/ ANO									R$ 105.528,00

(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União nº 251, de 30 de dezembro de 2016, Seção 1, página 252, com incorreção no original.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 185, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Defere pedido de credenciamento no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS n° 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para o credenciamento de instituições no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Defere pedido de credenciamento, para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), das instituições abaixo relacionadas:

I - Fundação Pró-Instituto de Hematologia-RJ - FUNDARJ, CNPJ Nº 32.319.972/0001-30, processo SIPAR Nº 25000.097898/2015-46;

II - Associação Presente de Apoio a Pacientes Carentes com Câncer - Padre Tiãozinho, CNPJ Nº 06.336.300/0001-22, processo SIPAR Nº 25000.093002/2016-31;

III - Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros, CNPJ Nº 22.669.931/0001-10, processo SIPAR Nº 25000.092996/2016-78; e

IV - Associação Antônio Vieira (Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS), CNPJ Nº 92.959.006/0008-85, processo SIPAR Nº 25000.097569/2016-86.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA
COORDENADORIA DE RECURSOS E ASSESSORAMENTO

RETIFICAÇÃO

Na Decisão de 25 de janeiro de 2017, processo n.º 33902.005976/2017-11, publicada no DOU nº 43, em 3 de fevereiro de 2017, seção 1, página 69: onde se lê: "Valor do Débito (R$) 1.243.585,34 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 19.600,57) ...". Leia-se: "1.243.585,34 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 20.726,42)".

SECRETARIA-GERAL
COORDENADORIA DE APOIO À DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.132, DE 2 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - CAPESESP.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 22 de fevereiro de 2017, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.016155/2016-29, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto nos incisos I e III, do art. 82, da RN 197, de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na operadora Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - CAPESESP, registro ANS nº 32.447-7, inscrita no CNPJ sob o nº 30.036.685/0001-97.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS
GERÊNCIA DE SANEANTES

RESOLUÇÃO - RE N° 557, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017(*)

O Gerente de Saneantes no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 918, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ALEXANDRE SHAMMASS DE MANCILHA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE N° 558, DE 1° DE MARÇO DE 2017 (*)

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 919, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 559, DE 1° DE MARÇO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 919, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições de Cancelamento de Registro por Transferência de Titularidade e de Transferência de Titularidade relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 560, DE 1° DE MARÇO DE 2017 (*)

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 919, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro dos alimentos sob os números de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº. 986, de 21 de outubro de 1969 e do item 7.1 da Resolução Anvisa nº. 23, de 15 de março de 2000.

Art. 2º A revalidação abrange as petições que ainda não foram objetos de decisão por parte da Anvisa.

Art. 3º A revalidação automática não se aplica às petições de revalidação de registro protocolados fora do prazo estabelecido nos termos do item 7.1 da Resolução Anvisa nº. 23, de 15 de março de 2000.

Art. 4º As petições revalidadas automaticamente serão analisadas, podendo a Administração indeferir o pedido de revalidação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado ou ratificá-lo, deferindo o pedido de revalidação.

Art. 5º Os produtos com registros revalidados podem ser consultados no link: http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto/consulta_alimento.asp.

Art. 6º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, sem haver interrupção na regularidade do registro.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 408, de 16 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 36, de 20 de fevereiro de 2017, na Seção 1, pág. 28, e em suplemento, pág. 13,

onde se lê:

ARESE PHARMA LTDA 6.07264-7

CHLORELLA PYRENOIDOSA EM CAPSULAS VALINHOS/SP

25351.062663/2017-07 - Processo Antigo 25004.122877/2002-77 6.7264.0001.001-2

METALICA 24 Meses

NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 02/2022

CLOREVIT

458 Transferência de Titularidade

QUITOSANA EM COMPRIMIDOS VALINHOS/SP

25351.062694/2017-09 - Processo Antigo 25004.180027/2007-42 6.7264.0002.001-8

METALICA 24 Meses

PLASTICO 24 Meses

ALIMENTOS C/ALEGAÇOES DE PROPRIEDADES FUNCIONAL E

OU DE SAUDE 02/2022

ESTET / ARGAM / PLUMEX / QUITOSIN

458 Transferência de Titularidade

Leia-se:

ARESE PHARMA LTDA 6.07264-7

CHLORELLA PYRENOIDOSA EM CAPSULAS VALINHOS/SP

25351.062663/2017-07 - Processo Antigo 25004.122877/2002-77 6.7264.0001.001-2

METALICA 24 Meses

NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2019

CLOREVIT

458 Transferência de Titularidade

QUITOSANA EM COMPRIMIDOS VALINHOS/SP

25351.062694/2017-09 - Processo Antigo 25004.180027/2007-42 6.7264.0002.001-8

METALICA 24 Meses

PLASTICO 24 Meses

ALIMENTOS C/ALEGAÇOES DE PROPRIEDADES FUNCIONAL E

OU DE SAUDE 12/2017

ESTET / ARGAM / PLUMEX / QUITOSIN

458 Transferência de Titularidade

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 568, DE 03 DE MARÇO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder ao (s) Centro (s), na forma do(s) ANEXO(s), a Certificação em Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade conforme identificado no respectivo quadro ANEXO;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO FERREIRA BORGES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 569, DE 03 DE MARÇO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Habilitação do Centro de Equivalência Farmacêutica, de acordo com os critérios estabelecidos na RDC nº 67 de 23 de março de 2016

Art. 2º A presente Habilitação terá validade conforme identificado no respectivo quadro ANEXO;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

RICARDO FERREIRA BORGES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 570, DE 03 DE MARÇO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos e radiofármacos, sob o nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do Art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO FERREIRA BORGES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 571, DE 03 DE MARÇO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar os registros por declaração de caducidade dos medicamentos similares, genéricos, específicos e novos sob os números de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 7º do art. 12 da Lei nº 6.360, de 1976.

Art. 2º O cancelamento dos registros por declaração de caducidade abrange os registros dos produtos cuja revalidação não tenha sido solicitada no prazo referido no § 6º do artigo 12 da Lei nº 6.360, de 1976.

Art. 3º Para os registros que não tiveram sua caducidade declarada anteriormente, esta resolução declara a caducidade e cancela o registro simultaneamente.

Art. 4º Este procedimento finaliza administrativamente os processos, para aqueles registros que não tiverem manifestação em contrário das empresas detentoras.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO FERREIRA BORGES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 572, DE 3 DE MARÇO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

RICARDO FERREIRA BORGES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 573, DE 3 DE MARÇO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

RICARDO FERREIRA BORGES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 574, DE 3 DE MARÇO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

RICARDO FERREIRA BORGES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 575, DE 3 DE MARÇO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO FERREIRA BORGES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 576, DE 3 DE MARÇO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO FERREIRA BORGES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE nº 2.441, de 09 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União n° 175, de 12 de setembro de 2016, Seção 01 pág. 84 e Suplemento pág. 17, referente ao processo n° 25351.765063/2008-44,

Onde se lê:

1.1766.0028.001-4 30 Meses 6 MG/ML SOL INJ CT 1 CARP VD TRANS X 3 ML + 1 SIST APLIC PLAS

1.1766.0028.002-2 30 Meses 6 MG/ML SOL INJ CT 2 CARP VD TRANS X 3 ML + 1 SIST APLIC PLAS

1.1766.0028.003-0 30 Meses 6 MG/ML SOL INJ CT 3 CARP VD TRANS X 3 ML + 1 SIST APLIC PLAS

1.1766.0028.004-9 30 Meses 6 MG/ML SOL INJ CT 5 CARP VD TRANS X 3 ML + 1 SIST APLIC PLAS

1.1766.0028.005-7 30 Meses 6 MG/ML SOL INJ CT 10 CARP VD TRANS X 3 ML + 1 SIST APLIC PLAS

Leia se:

1.1766.0028.001-4 30 Meses 6 MG/ML SOL INJ CT 1 CARP VD TRANS X 3 ML + 1 SIST APLIC PLAS

1.1766.0028.002-2 30 Meses 6 MG/ML SOL INJ CT 2 CARP VD TRANS X 3 ML + 2 SIST APLIC PLAS

1.1766.0028.003-0 30 Meses 6 MG/ML SOL INJ CT 3 CARP VD TRANS X 3 ML + 3 SIST APLIC PLAS

1.1766.0028.004-9 30 Meses 6 MG/ML SOL INJ CT 5 CARP VD TRANS X 3 ML + 5 SIST APLIC PLAS

1.1766.0028.005-7 30 Meses 6 MG/ML SOL INJ CT 10 CARP VD TRANS X 3 ML + 10 SIST APLIC PLAS

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE N° 564, DE 1° DE MARÇO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JEANE JAQUELINE FRANÇOISE DE ALMEIDA FONSECA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 565, DE 1° DE MARÇO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, no âmbito da Anvisa, a avaliação de resíduos dos produtos agrotóxicos, componentes e afins, conforme relação anexa.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JEANE JAQUELINE FRANÇOISE DE ALMEIDA FONSECA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 566, DE 1° DE MARÇO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento a decisão judicial proferida nos autos da ação ordinária nº 0074467-08.2016.4.01.3400 que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto VOLPE.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JEANE JAQUELINE FRANÇOISE DE ALMEIDA FONSECA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 567, DE 1° DE MARÇO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento a decisão judicial proferida nos autos da ação ordinária nº 0005802-18-2017-4.01.000 que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto COPA.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JEANE JAQUELINE FRANÇOISE DE ALMEIDA FONSECA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO - RE N° 550, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO - RE N° 551, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 552, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 553, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 554, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 555, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando a necessidade de inclusão na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir a forma farmacêutica comprimidos revestidos na linha de sólidos não estéreis da certificação da empresa Ginsana SA, solicitada pela empresa Boehringer Ingelheim do Brasil Química e Farmacêutica Ltda., CNPJ nº 60.831.658/0001-77, publicada pela Resolução RE nº 3.477, de 16 de dezembro de 2015, no Diário Oficial da União nº 243, de 21 de dezembro de 2015, Seção 1, página 89 e em suplemento da Seção 1, página 68; conforme expedientes nº 0337451/15-3 e 1343064/16-5.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO - RE N° 556, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa Schering-Plough S.A. na certificação solicitada pela empresa Schering-Plough Indústria Farmacêutica Ltda, CNPJ nº 03.560.974/0001-18, publicado pela Resolução RE nº 1.984, de 22 de julho de 2016, no Diário Oficial da União nº 141, de 25 de julho de 2016, Seção 1, página 430 e em suplemento da Seção 1, páginas 44 e 45, para CENEXI HSC - HEROUVILLE SAINT CLAIR, conforme expedientes nº 1184717/16-4 e 0163780/17-1.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

DIRETORIA DE REGULAÇÃO SANITÁRIA GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO - RE Nº 561, DE 1° DE MARÇO DE 2017(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 562, DE 1° DE MARÇO DE 2017(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 563, DE 1° DE MARÇO DE 2017(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 474, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto de Assistência Vale do Una, com sede em Palmares (PE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 177/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.092402/2016-29, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Instituto de Assistência Vale do Una, CNPJ nº 13.296.018/0001-24, com sede em Palmares (PE).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 475, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brusque, com sede em Brusque (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 185/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.086131/2016-72, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brusque, CNPJ nº 81.285.819/0001-44, com sede em Brusque (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 27 de maio de 2015 à 26 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 476, DE 03 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do PACTO/POA - Programa de Auxílio Comunitário Terapêutico de Porto Alegre, com sede em Porto Alegre (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 182/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.061450/2010-80/MS, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do PACTO/POA - Programa de Auxílio Comunitário Terapêutico de Porto Alegre, CNPJ nº 97.134.480/0001-15, com sede em Porto Alegre (RS).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 477, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto do Rim e Hipertensão de Campinas, com sede em Campinas (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 179/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.001085/2013-05/MS, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto do Rim e Hipertensão de Campinas, CNPJ nº 17.077.648/0001-69, com sede em Campinas(SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 478, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Rio do Sul, com sede em Rio do Sul (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 181/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.052933/2010-93 que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Rio do Sul, CNPJ nº 82.763.798/0001-98, com sede em Rio do Sul (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2010 à 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 479, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto Espírita Nosso Lar, com sede em São José do Rio Preto (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 184/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS e Nota Técnica nº 793/2016/DIAN/CGCEBAS/DPR/SRES/SERES constantes do Processo nº 25000.052938/2010-16/MS, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto Espírita Nosso Lar, CNPJ nº 60.007.648/0001-11, com sede em São José do Rio Preto (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 480, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Castro Alves, com sede em Castro Alves (BA).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 183/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.001818/2016-46, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Castro Alves, CNPJ nº 13.222.773/0001-64, com sede em Castro Alves (BA).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 05 de abril de 2016 à 04 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 3 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006, a:

Nome	Expediente de solicitação	Órgão	Validade do passaporte
Eros Roberto Grau	Ofício n. 43/2017 - GP, de 13 de fevereiro de 2017.	Supremo Tribunal Federal	02 anos
Tania Marina Stolle Jalowski Grau	Ofício n. 43/2017 - GP, de 13 de fevereiro de 2017.	Supremo Tribunal Federal	02 anos

MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.203, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.002319/2011-26. Interessada: Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.. Objeto: (i) alterar a Resolução Autorizativa nº 3.619, de 31 de julho de 2012; (ii) estabelecer o valor da parcela adicional de Receita Anual Permitida - RAP correspondente, conforme Anexo I; e (iii) estabelecer o cronograma de execução, conforme Anexo II. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 21 de fevereiro de 2017

N° 532 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta nos Processos nº 48500.000519/2011-44, 48500.000488/2011-21 e 48500.000483/2011-07, decide conhecer e negar provimento aos requerimentos administrativos, com pedido de concessão de medida cautelar, apresentados pelo Complexo Eólico Água Santa I Ltda., Complexo Eólico Água Santa II Ltda. e Complexo Eólico Água Santa III Ltda. com vistas à emissão de despachos de recebimento do requerimento de outorga, referentes às Centrais Geradoras Eólicas - EOLs Água Santa I, Água Santa II e Água Santa III, respectivamente.

N° 544 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.006908/2013-45, decide conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Interligação Elétrica Norte Nordeste S.A. - IENNE em face do Despacho n° 4.582, de 25 de novembro de 2014, para, no mérito, negar-lhe provimento.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 1° de março de 2017

Nº 583 - Processo nº 48100.000257/1994-31. Interessado: Cerbranorte Geração S.A. e Urbano Agroindustrial Ltda., integrantes do Consórcio Cerbranorte-Urbano. Decisão: alterar o Despacho n° 72, de 13 de janeiro de 2017, a pedido do interessado, conforme Correspondência protocolada sob o SIC/ANEEL n° 48513.007652/2017-00, para fins da homologação dos parâmetros necessários ao cálculo do montante de Garantia Física da PCH Capivari, CEG PCH.PH.SC.000659-9.01, com 18.738 kW de Potência Instalada, localizada nos municípios de São Bonifácio e São Martinho, estado de Santa Catarina. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 1.695, de 27 de junho de 2016, constante no Processo nº 48500.002008/2006-83, publicado em resumo no DOU de 29 de junho de 2017, seção 1, página 56, vol. 153, nº. 123, na tabela constante de seu Anexo, que foi disponibilizada no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/, retificar os valores da série de vazões médias mensais informados para a PCH Verde 03. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 3 de março de 2017

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 4 de março de 2017.

Nº 600. Processo nº 48500.005030/2014-10. Interessados: Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A. Usina: EOL Ventos de Santo Augusto VII. Unidades Geradoras: UG1 a UG4, de 2.300 kW cada, totalizando 9.200 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Simões, Estado do Piauí.

Nº 601. Processo nº 48500.002309/2013-52. Interessados: Nova Gália Bioenergia Ltda. Usina: UTE NG Bioenergia I. Unidade Geradora: UG1 de 10.000 kW. Localização: Município de Paraúna, Estado de Goiás.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

RETIFICAÇÕES

No Despacho nº 587, de 2 de março de 2017, publicado no D.O.U nº 43, de 3 de março de 2017, página 76, seção 1, onde se lê: "Processo nº 48500.005041/2014-91", leia-se: "Processo nº 48500.005030/2014-10"; onde se lê: "Interessado: Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.", leia-se: "Interessado: Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A."; e onde se lê: "Usina: EOL Ventos de Santo Augusto VI", leia-se: "Ventos de Santo Augusto VII".

No texto integral, onde se lê: "Processo nº 48500.005041/2014-91", leia-se: "Processo nº 48500.005030/2014-10"; onde se lê: "EOL Ventos de Santo Augusto VI, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG EOL.CV.PI.031766-7.01", leia-se: "EOL Ventos de Santo Augusto VII, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG EOL.CV.PI.031749-7.0"; onde se lê: "de titularidade da empresa Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.", leia-se: "de titularidade da empresa Ventos de Santo Augusto VII Energia Renováveis S.A."

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 24 de fevereiro de 2017

Nº 576 - Processo nº: 48500.003954/2013-92. Interessado: Ampla Energia e Serviços S/A. Decisão: (i) reconsiderar parcialmente a decisão recorrida, com a redução da multa total para R$ 5.588.672,86 (cinco milhões quinhentos e oitenta e oito mil seiscentos e setenta e dois reais e oitenta e seis centavos); e (ii) encaminhar à Diretoria Colegiada o Recurso Administrativo, para decisão em instância superior. A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 2 de março de 2017

Nº 592 - Processo: 48500.001063/2016-44. Interessados: Concessionárias de Distribuição e Consumidores do Sistema Interligado Nacional. Decisão: Fixar os créditos e débitos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, para fins da Liquidação das operações do mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, da competência de janeiro de 2017, nos termos do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 760, de 14 de fevereiro de 2017. A íntegra deste Despacho estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 3 de março de 2017

Nº 597 - Processo: 48500.005618/2016-27. Interessados: agentes de distribuição de energia elétrica com aniversário contratual no mês de fevereiro de 2017, bem como os que tiveram prorrogação tarifária. Decisão: fixar a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE aos interessados. A íntegra deste Despacho estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TARIFÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais delegadas pelo Despacho nº 1.576, de 14 de junho de 2016, resolve:

Nº 598. Processo: nº 48500.000376/2017-66. Interessados: ELETROS - Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, concessionárias e permissionárias de distribuição, unidades consumidoras alcançadas pela decisão liminar concedida nos autos do Processo Judicial nº 0053481-33.2016.4.01.3400/2ª Vara Federal, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, usuários e agentes do Setor. Objeto: Cumprimento da decisão de antecipação de tutela de que trata o Processo Judicial nº 0053481-33.2016.4.01.3400/2ª Vara Federal com a publicação das respectivas tarifas de uso dos sistemas de distribuição e transmissão TUSD e Tarifas de Energia -TE, e outras providências. A íntegra deste Despacho e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA

RETIFICAÇÃO

No Despacho n. 446, de 14 de fevereiro de 2017, publicado no D.O. n. 33, de 15 de fevereiro de 2017, Seção 1, página 46, constante do Processo n. 48500.004897/2016-10, retificar o inciso i que altera o item (viii) do Despacho n. 2.634, de 14 de fevereiro de 2017, e disponibilizar atualização no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/, com a seguinte redação: "(viii) As componentes tarifárias de que tratam: o inciso (i) tem vigência a partir de 29 de junho de 2016 e enquanto perdurar os efeitos da antecipação de tutela; e o inciso (v) tem vigência a partir de 29 de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2016;"

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 3 de março de 2017

O SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo,das empresas relacionadas:

Nº182	INNOSPEC DO BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA - CNPJ nº 14.103.516/0002-57					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000063/2017 - 80	OIL ORANGE M3			CORANTE PARA COMBUSTÍVEIS	821
Nº183	PETROPLUS SUL COMÉRCIO EXTERIOR LTDA - CNPJ nº 02.328.237/0001-21					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000021/2017 - 49	PETROPLUS LIMPEZA COMPLETA PARA O SISTEMA DE INJEÇÃO FLEX			ADITIVO PARA COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO	822
Nº184	QUAKER CHEMICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A - CNPJ nº 00.999.042/0001-88					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000177/2017 - 20	QUAKERTEK VERKOFOOD FG-2	NLGI 2	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	5487
	48600.000180/2017 - 43	QUAKERTEK VERKOPLEX EP-2	NLGI 2	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	5488
	48600.000178/2017 - 74	QUAKERTEK KIRUNA-2 EP	NLGI 2	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	5486
	48600.000179/2017 - 19	QUAKERTEK VERKOFOOD COMPLEX-0	NLGI 0	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	5485
Nº185	TECNO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - CNPJ nº 41.879.800/0001-01					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003189/2016 - 25	TAG SINTOYL	SAE 10W40	API SL.	ÓLEO LUBRIFICANTE	12475

CARLOS ORLANDO DA SILVA

Nº 181 - A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto no artigo 9º, da Resolução ANP nº 22, de 11 de abril de 2014, publicada em 14 de abril de 2014, concede a transferência do(s) registro(s) dos produtos abaixo listados, em nome da empresa S3 PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ n° 08.544.517/0001-53, para a empresa ONYX DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI, CNPJ n° 01.197.462/0001-03.

Produto	Número de registro
Onyx Graxa Azul	3195
Onyx Graxa Branca	3197
Onyx Graxa Grafitada	3198
Onyx Graxa Lithium	3199

CRISTIANE ZULÍVIA DE ANDRADE MONTEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 3 de março de 2017

Nº 178 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 18, de 27 de julho de 2006, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
AV/GO178365	VERDE AVIATION LTDA	24.290.442/0002-69	GOIANIA	GO	48610.011312/2016-62

Nº 179 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 2, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
SC0021053	A NUNES CIA LTDA	86.434.727/0007-98	TUBARAO	SC	48610.001977/2002-62
SC0017428	ABASTECEDORA CANARIO LTDA	83.855.627/0001-51	VARGEAO	SC	48610.018963/2001-13
SC0022334	AUTO POSTO ATLANTICO SUL LTDA	79.423.901/0001-46	ICARA	SC	48610.003062/2002-91
SC0006922	AUTO POSTO BATEIAS LTDA	00.089.735/0001-33	CAMPO ALEGRE	SC	48610.004909/2001-74
PR/SC0131822	AUTO POSTO BRASIL LTDA-ME	16.900.486/0001-54	SAO DOMINGOS	SC	48610.001211/2013-31
SC0176796	AUTO POSTO BR9LTDA	02.904.130/0002-65	BALNEARIO CAMBORIU	SC	48610.009583/2004-14
SC0015622	AUTO POSTO COLPANI II LTDA	02.414.900/0001-00	IRANI	SC	48610.013305/2001-19
SC0228994	AUTO POSTO DA GUARDA LTDA.	09.435.837/0001-38	TUBARAO	SC	48610.005640/2008-10
PR/SC0113302	AUTO POSTO E CONVENIENCIA DOS IRMÃOS LTDA	11.812.699/0001-00	ITAJAI	SC	48610.004781/2012-00
SC0006555	AUTO POSTO JOINVILLE LTDA	78.270.113/0001-02	JOINVILLE	SC	48610.005229/2001-78
SC0194033	AUTO POSTO JR LTDA.	07.585.734/0001-29	ILHOTA	SC	48610.001629/2006-19
SC0215499	AUTO POSTO NEQUINHO LTDA	03.733.923/0001-40	RODEIO	SC	48610.009937/2007-73
SC0189779	AUTO POSTO NOVA ITÁLIA LTDA.	02.665.654/0001-60	NOVA TRENTO	SC	48610.007194/2005-35
SC0219278	AUTO POSTO P H D LTDA	05.263.320/0003-10	CAMBORIU	SC	48610.013252/2007-21
SC0171404	AUTO POSTO PÉ DA SERRA LTDA.	06.115.152/0001-16	LAURO MULLER	SC	48610.004881/2004-18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC0013233	AUTO POSTO REAL LTDA	84.693.134/0001-25	JOINVILLE	SC	48610.014926/2001-11
SC0005224	AUTO POSTO SANTO AGOSTINHO LTDA	81.539.496/0001-78	CRICIUMA	SC	48610.004294/2001-86
SC0192922	AUTO POSTO SÃO PAULO LTDA.	07.202.373/0001-94	SAO BENTO DO SUL	SC	48600.000092/2006-99
SC0028467	AUTO POSTO SOL & MAR LTDA	82.162.629/0001-00	SAO JOSE	SC	48610.011146/2002-15
SC0009281	AUTO POSTO TAMBORETES LTDA ME	03.818.209/0001-55	SAO FRANCISCO DO SUL	SC	48610.006658/2001-62
SC0003824	AUTO POSTO TRIDAPALLI LTDA	83.716.316/0001-01	NOVA TRENTO	SC	48610.002953/2001-41
SC0009320	AUTO POSTO VIANA LTDA	95.771.416/0001-10	CAPIVARI DE BAIXO	SC	48610.007352/2001-23
PR/SC0089302	AUTO POSTO ZACK LTDA	11.042.999/0001-58	FAXINAL DOS GUEDES	SC	48610.017828/2010-25
SC0200285	AUTO POSTO ZONA SUL LTDA - ME	08.139.550/0001-06	ICARA	SC	48610.008662/2006-71
PR/SC0133502	BRAVOA II - SÃO SEBASTIÃO COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	15.404.672/0001-30	PALHOCA	SC	48610.002348/2013-11
PR/SC0078748	C & C AUTO POSTO LTDA	11.187.181/0001-23	PIRATUBA	SC	48610.015239/2009-79
PR/SC0156782	CARRARO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E CONVENIÊNCIAS LTDA	13.498.302/0001-83	CHAPECO	SC	48610.005575/2014-71
SC0003958	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES BEM BEM LTDA	78.265.980/0001-41	INDAIAL	SC	48610.002998/2001-14
SC0173637	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS TEFER LTDA.	05.044.552/0001-15	TREVISO	SC	48610.006519/2004-81
PR/SC0141783	Coop. de Transportes de Cargas Especiais de Conco	08.791.179/0009-01	IRANI	SC	48610.008296/2013-88
PR/SC0096683	COOPERATIVA SOLIDARIA DE PRODUÇÃO E CONSUMO DE CORONEL MARTINS - COOPACCEL	12.046.242/0001-03	CORONEL MARTINS	SC	48610.007587/2011-97
SC0159243	COTIPEL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	00.522.023/0001-66	SOMBRIO	SC	48610.003541/2003-99
PR/SC0122742	DE MARCO COMBUSTIVEIS EIRELI	15.839.427/0001-55	SANTA CECILIA	SC	48610.011405/2012-63
SC0020460	ESTAÇÃO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	83.438.408/0001-77	JOINVILLE	SC	48610.001444/2002-81
SC0220104	FAE & FILHOS LTDA	02.990.940/0001-09	OURO	SC	48610.013942/2007-81
SC0001613	G. F. VICENZI	83.309.393/0001-47	XAXIM	SC	48610.009170/7000-84
PR/SC0116923	H2 COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	15.086.565/0001-00	PALHOCA	SC	48610.008072/2012-95
SC0191267	JACIR RIBAS FIGUEIRA E CIA LTDA.	07.602.833/0001-71	ENTRE RIOS	SC	48610.009263/2005-45
PR/SC0086584	J.J. COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA.	12.248.193/0001-83	IRINEOPOLIS	SC	48610.012636/2010-22
PR/SC0065042	JUNGLOS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	10.525.685/0001-43	TIMBO	SC	48610.000896/2009-11
SC0011206	MILON AUTO POSTO LTDA	01.387.684/0001-99	BALNEARIO GAIVOTA	SC	48610.011228/2001-62
SC0011274	NUERNBERG COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	01.408.191/0002-79	MARACAJA	SC	48610.010460/2001-83
SC0001211	ORLANDO AMANDIO COELHO & CIA LTDA	02.051.116/0001-85	PENHA	SC	48610.006892/2000-17
SC0017211	POSTO BRANORTE LTDA	75.411.066/0001-73	BRACO DO NORTE	SC	48610.018994/2001-58
PR/SC0135563	POSTO CORREA LTDA	17.864.864/0001-54	CRICIUMA	SC	48610.004290/2013-31
SC0200283	POSTO DE COMBUSTÍVEIS WUNDER LTDA.	02.892.654/0001-00	PIRATUBA	SC	48610.008665/2006-11
PR/SC0152102	POSTO DE COMBUSTIVEL JOSÃO LTDA	17.319.317/0001-98	BOCAINA DO SUL	SC	48610.001775/2014-54
PR/SC0078312	POSTO DE COMBUSTÍVEL MÁXIMO LTDA.	11.169.450/0001-29	PORTO UNIAO	SC	48610.014236/2009-18
SC0000739	POSTO KM 37 LTDA	85.392.843/0001-33	JOINVILLE	SC	48610.011289/2001-21
SC0220435	POSTO PORTAL DE TROMBUDO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	09.006.919/0001-67	TROMBUDO CENTRAL	SC	48610.014035/2007-59
SC0001796	POSTO SEVEN LTDA.	03.006.328/0001-03	ICARA	SC	48610.009269/6900-13
SC0005189	POSTO TURVENSE LTDA	86.715.539/0001-42	TURVO	SC	48610.003822/2001-81
PR/SC0101843	REDE H2 COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.	13.846.887/0001-85	LAGUNA	SC	48610.012262/2011-26
PR/SC0117423	RIZZATTI & DEFANI COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	01.072.673/0001-10	ICARA	SC	48610.008476/2012-89
PR/SC0131043	SEBOLD TRANSPORTES E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	09.021.713/0001-06	TUBARAO	SC	48610.000886/2013-62
PR/SC0072347	SOFIA AUTO POSTO LTDA	10.697.115/0001-30	ITAJAI	SC	48610.007594/2009-74
SC0211241	V & G COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTE	08.435.142/0001-93	PALHOCA	SC	48610.005741/2007-18
SC0026782	VALOIR HERMES ROSSI & FILHOS LTDA.	75.873.414/0001-24	CONCORDIA	SC	48610.010166/2002-52
PR/SC0132685	ZONI SUPERMERCADOS LTDA.	03.332.531/0016-56	NAVEGANTES	SC	48610.001741/2013-89

MARIA INES SOUZA

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 3 de março de 2017

Nº 180 - O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 64, de 01 de março de 2012, em cumprimento ao art. 14 da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, tendo em vista o constante do Processo ANP nº 48610.014910/2012-60, considerando:
-as informações e o projeto apresentados pela empresa Pandenor Importação e Exportação Ltda. à ANP, referentes a ampliação da capacidade de armazenagem do seu Terminal Aquaviário de Suape, localizado no Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco;
-a solicitação feita pela empresa Pandenor Importação e Exportação Ltda. à ANP, por intermédio de correspondência datada de 03/02/2017 para a obtenção de Autorização de Construção da referida ampliação, resolve:
1. Publicar o Sumário do memorial descritivo do projeto pretendido, integralmente baseado nas informações e no projeto apresentados pela empresa Pandenor Importação e Exportação Ltda. à ANP, que faz parte do anexo do presente despacho;
2. Indicar a "Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural" da ANP, com endereçamento à Av. Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.090-004, ou através do endereço eletrônico scm@anp.gov.br, para o encaminhamento, até 30 dias a partir da publicação, dos comentários e sugestões já referidos no "caput" do presente despacho;
3. Informar que a documentação apresentada pela empresa Pandenor Importação e Exportação Ltda. continua em processo de análise pela ANP e que a publicação do presente despacho não implica autorização prévia concedida pela ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

ANEXO

1- SUMÁRIO DO PROJETO

Consta do Processo Administrativo n° 48610.014910/2012-60, da Pandenor Importação e Exportação Ltda., a solicitação de Autorização para a construção da ampliação da capacidade de armazenagem do seu Terminal localizado na Av. Portuária, 60, SUAPE, CEP 55.590-000, Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco, acompanhada dos documentos necessários ao atendimento da Resolução ANP n° 52, de 02/12/2015 e Resolução ANP n° 30 de 26.10.2006.

2- DESCRIÇÃO DO SISTEMA

O projeto de ampliação da Fase III consiste na instalação de quatro tanques e equipamentos de processo, construção da bacia de contenção, de caixa separadora água/óleo - SAO, dos sistemas de combate a incêndio, de transferência de produto e de drenagem pluvial e oleosa, bem como interligação desses sistemas aos existentes, para a movimentação e armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis das classes I a III, incluindo derivados de petróleo, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel e etanol.

Os tanques serão do tipo superfície, verticais, teto fixo, construídos inteiramente de chapas de aço soldadas. Cada tanque estará equipado com os seguintes dispositivos de controle e segurança:
- Sensor tipo radar ou similar para medição de nível de produto
- Switch de alarme de nível muito alto.
- Sensor de temperatura tipo RTD.
- Válvula de alívio de pressão e vácuo.
- Válvula de emergência para exposição a incêndio.

A tabela abaixo apresenta as principais características dos novos tanques

TAG	DIÂMETRO (m)	ALTURA (m)	VOLUME (m^3)
TQ-2026	21,00	21,96	7.606
TQ-2027	21,00	21,96	7.606
TQ-2028	21,00	21,96	7.606
TQ-2029	21,00	21,96	7.606

Na Fase III o sistema de bombeamento de produtos será ampliado com a instalação de dois conjuntos motobombas centrífugas para carregamento de navios e transferência entre tanques e de tubulações para interligação com a tubovia, que já conecta os tanques de armazenamento existentes ao PGL1.

O material a ser utilizado para o sistema de tubulações e válvulas de processo, de modo geral, será de aço carbono, mas o material a ser utilizado para o sistema de tubulações e válvulas de processo para o QAV será de aço inox 304L, no mínimo.

As linhas de tubulações que ligam o Terminal ao PGL1 tem diâmetros nominais de 10" e 12", com espessura equivalente a Sch 40, sendo o material em aço carbono.

Após a entrada do novo pátio de bombas, a ser construído, cada tubulação terá na sua extremidade flanges para fixação de mangotes, para facilitar a operação de carregamento ou descarregamento. Todas as tubulações serão providas de válvulas de bloqueio.

Está previsto um arranjo de tubulação e válvulas que permita isolar os produtos de qualidade distinta, evitando a contaminação dos mesmos.

Toda a movimentação de produtos a partir do novo pátio de bombas será realizada através de bombas centrifugas, construídas segundo norma API 610, com selo mecânico e motor elétrico, apto para área classificada Classe 1 Div 2.

As novas bombas para movimentação de produto estão inclusas na tabela abaixo, juntamente com as já existentes:

Quant. Bombas	Serviço	Vazão (m^3/h)	Vazão Total (m3/h)	Recalque (Bar)	Potência (CV)
3	Carregamento de Caminhões (Existente)	250	750	3,5	50
1	Carregamento de Caminhões - Reserva (Existente)	250	250	3,5	50
2	Carregamento de Caminhões (Existente)	150	300	3,5	30
1	Carregamento de Caminhões (Existente)	70	70	4,0	20
1	Descarregamento de Caminhões (Existente)	250	250	3,5	50
3	Descarregamento de Caminhões (Existente)	70	210	4,0	20
1	Transferência para Navios (Existente)	600	600	5,0	150
1	Transferência para Navios (Existente)	300	300	3,0	60
2	Transferência Navios/Tanques (Existente)	400	800	6,5	150
2	Transferência Navios/Tanques (Fase II)	400	800	6,5	150
2	Transferência Navios/Tanques (Fase III)	400	800	6,5	150

O sistema de combate a incêndios a ser ampliado e interligado ao já existente no Terminal constituir-se-á dos seguintes equipamentos:
- Três motobombas com acionamento elétrico e/ou a diesel e características de acordo com a norma NFPA 20 (existentes);
- Uma bomba tipo jockey (existente);
- Rede de água para combate a incêndio, contendo hidrantes com saídas duplas (nova, a ser interligada na existente);
- Anéis para resfriamento dos tanques de armazenamento (a serem instalados nos tanques novos).

O Sistema de água de resfriamento e de extrato de espuma contará com:
- Um tanque reservatório de água doce, com capacidade de armazenagem de 750 m^3, para o sistema de combate a incêndio (existente);
- Um tanque reservatório de água doce, com capacidade de armazenagem de 3.100 m^3, para o sistema de combate a incêndio (existente);
- Tanque cilíndrico horizontal de 4.500 L para LGE - Líquido Gerador de Espuma (existente);
- Rede de água/espuma para combate a incêndio nos tanques e bacias, contendo hidrantes com saídas duplas (nova, a ser interligada na existente);
- Câmaras de espuma nos novos tanques de armazenagem de produto (novas);
- Sistema de espuma móvel em carretas de pequena capacidade, extintores portáteis e sobre carretas de pó químico seco (PQS), gás carbônico (CO2) e água pressurizada (novos).

O Terminal é abastecido por água tratada proveniente da Estação de Tratamento d'água de Suape, através de uma derivação com a adutora em ferro fundido que passa em frente ao Terminal e por poço artesiano.

Esta derivação abastece os tanques (TQ-4001 e TQ-4002) construídos em aço carbono, protegidos com revestimento a base de resina epóxi poliamida e com capacidade para armazenar, em conjunto, 3.850 m³ de água.

Toda a rede hidráulica é pressurizada pela bomba jockey, a qual deve manter a pressão do sistema em 8kgf/cm². O sistema dispõe de pressostatos, dos quais um deles aciona automaticamente este equipamento caso a pressão da rede caia a 4,1kgf/cm². Quando a pressão na rede estiver restabelecida, a bomba será desligada, também, automaticamente.

Caso ocorra maior despressurização da rede, por abertura de algum hidrante ou canhão, os demais pressostatos determinarão a partida da bomba diesel (principal) e bomba elétrica, caso seja necessário, bloqueando eletricamente o funcionamento da bomba jockey e acionando também o sistema de alarme sonoro.

A rede de combate a incêndio operará com uma capacidade total de circulação de água de 600m³/h, bombeada por bombas acionadas por motores elétricos e/ou diesel, sendo uma reserva, conforme norma NFPA 20.

As bombas instaladas na casa de bombas de incêndio têm as características indicadas abaixo:

Quant. Bombas	Serviço	Vazão (m³/h)	Vazão Total (m³/h)	Recalque (Bar)	Potência Unitária (CV)
2	Captação d'água TQ-4001/4002 - Bomba Principal (existente)	300	600	9,5	150/200
1	Captação d'água TQ-4001/4002 - Bomba Reserva (existente)	300	300	9,5	150/200
1	Captação d'água TQ-4001 - Bomba Jockey (existente)	6	6	8,0	2

O sistema elétrico será ampliado para alimentação dos novos sistemas de força e controle das bombas de transferência.

Os materiais utilizados em todas as áreas classificadas serão a prova de explosão com unidades seladoras na alimentação de cada motor de bomba de produto e nas demais áreas serão a prova de tempo.

O sistema de iluminação das áreas será ampliado diretamente do quadro existente.

Acionadores serão colocados em pontos de risco de modo que ao serem pressionados ativem um sistema de alarme e desliguem automaticamente a energia das áreas de risco.

Está previsto proteção contra descargas atmosféricas para as edificações e estruturas, conforme ABNT NBR-5419 e sistema de aterramento para os equipamentos elétricos e estruturas metálicas

A bacia de contenção será constituída de diques de concreto armado que tenham capacidade adequada para conter os eventuais vazamentos provenientes dos tanques contidos e suas tubulações.

A bacia será impermeabilizada de modo a eliminar qualquer chance de poluição ao meio ambiente, devido a derrames acidentais ou provenientes de manutenções.

As dimensões médias da bacia da Fase III serão de 58,86 m x 60,47 m. Os diques, principal e intermediário, serão construídos em concreto armado.

A drenagem das águas pluviais será constituída de sarjetas, tubos e canaletas de forma a canalizar as águas para o ponto de interligação com a rede de drenagem e esgoto existente. A drenagem oleosa será efetuada em conformidade com as exigências da legislação ambiental.

Eventuais vazamentos na bacia de contenção serão coletados nas caixas de válvulas de drenagem, e a partir daí encaminhados por meio de tubos de ferro fundido para a caixa separadora de água e óleo - SAO.

3- MEIO AMBIENTE

A Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH do Estado de Pernambuco concedeu ao empreendimento, em 30/12/2016, a Licença de Instalação N° 01.16.12.005443-1, com validade até 30/12/2018.

4- NORMAS

O projeto, construção e montagem levam em consideração as normas brasileiras relativas a cada serviço, sendo que as principais são as seguintes:

✓NBR-17505-2 - Armazenagem de Líqüidos Inflamáveis e Combustíveis - Parte 2 - Armazenagem em Tanques e em Vasos;

✓NBR-17505-7 - Armazenagem de Líqüidos Inflamáveis e Combustíveis - Parte 7 - Proteção Contra Incêndio;

✓NBR-5410 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão;

✓NBR-5418 -Instalações Elétricas em Ambientes com Líqüidos, Gases e Vapores Inflamáveis - Procedimento;

✓NBR-5419 - Proteção de Estruturas contra Descargas Atmosféricas;

✓NBR-7821- Tanques Soldados para Armazenamento de Petróleo e Derivados - Procedimento;

✓NBR-7824 - Sistema de Revestimento Protetores com Finalidade Anticorrosiva;

✓ANSI-B31 - American National Standard Code for Pressure Piping;

✓ANSI-B31.1 - Power Piping;

✓ANSI-B31.3- Petroleum Refinery Piping;

✓ANSI-B31.4 -Liquid Petroleum Transportation Piping System;

✓API-650 - Welded Steel Tanks for Oil Storage;

✓API-2000 - Venting Atmospheric and Low Pressure Storage Tanks;

✓ASTM D 323 - Standard Test Method for Vapor Pressure of Petroleum Products;

✓NFPA-15 -Standard for Water Spray Fixed Systems for Fire Protection;

✓NFPA-30 - Flammable and Combustible Liquids Code;

✓NFPA-69 - Standard on Explosion Prevention Systems;

✓ASME Code - Section II - Part C - Ferrous Materials;

✓ASME Code - Section IX - Welding Qualification;

✓AWS D.1.1 - Structural Welding Code;

5- CRONOGRAMA

Item	Atividade	Previsão Início	Previsão Fim
1	Mobilização geral	Maio/2016	Agosto/2018
2	Projeto básico / executivo	Novembro/2016	Janeiro/2018
3	Obra civil	Maio/2017	Julho/2018
4	Tanques TQ-26, TQ-27, TQ-28 e TQ-29	Junho/2017	Junho/2018
5	Sistema de Produto	Janeiro/2018	Julho/2018
6	Sistema de Combate a Incêndio	Janeiro/2018	Julho/2018
7	Instalações Elétricas / Automação	Julho/2017	Dezembro/2017
8	Sistema de Jet	Julho/2017	Novembro/2017
9	Serviços Finais	Agosto/2017	Agosto/2018
10	Comissionamento/Pré-operação/Startup	Agosto/2018	Agosto/2018

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 6 DE FEVEREIRO DE 2017

Certidão da Ata nº 207. - Realizada em 06.02.2017- NIRE - 5330000166-9 - Certifico que às folhas 64 a 69 do Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, está lavrada a Ata da ducentésima sétima reunião do Conselho de Administração, realizada em seis de fevereiro de dois mil e dezessete, às 14h, na Sede da CPRM, localizada no Setor Bancário Norte - SBN, Quadra 02, Asa Norte, Bloco H, Edifício Central Brasília, em Brasília, DF, mediante prévia convocação dos Conselheiros determinada pelo Presidente do Conselho e na forma das disposições estatutárias em vigor, para deliberação sobre os assuntos constantes da Ordem do Dia, a saber:: I) Formalização da posse do Presidente do Conselho de Administração; II) Nomeação de Diretor; III) Estabelecimento de Calendário para reuniões mensais do CA; IV) Aprovação dos Indicadores e Metas do Planejamento Estratégico para 2017 - As metas serão utilizadas para estabelecer remuneração variável dos administradores. - Of. Circular n° 841/2016-MP, de 30.12.2106; V) Planejamento Estratégico - Leis e Decreto das Estatais; VI) Informes do Diretor-Presidente: Fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016; Áreas de direitos minerários potenciais para licitação pública; Programa de Desligamento Incentivado e Sucessão Programada; Saúde e Segurança Ocupacional - SSO; Encontro de Superintendentes e Chefes de Residência Regionais; Processo Eleitoral do Representante dos Empregados no Conselho (com aderência à Lei e Regulamento das Estatais); Entrega ao Conselho do Plano de Atividades de Auditoria Interna para 2017; VII) Pendências de reuniões anteriores. A reunião foi presidida pelo Conselheiro-Presidente, Otto Bittencourt Netto e contou com a presença do Conselheiro-Vice-Presidente, Eduardo Jorge Ledsham, da Conselheira Janaina Gomes Pires da Silva e dos Conselheiros Eduardo Carvalho Nepomuceno Alencar, Paulo Cesar Abrão, por videoconferência, e Telton Elber Correa, atuando como Secretário Palmiro Franco Capone, Secretário-Geral da CPRM. Iniciada a reunião, item I da pauta, o Conselho formalizou a posse do seu Presidente, Otto Bittencourt Netto, designado por Decreto de 19.01.2017, publicado no Diário Oficial da União em 20.01.2017, assinado pelo Exmo. Senhor Presidente da República, Michel Temer e pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, em exercício, Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa. O Termo de Posse e Compromisso, conforme disposição estatutária, foi lavrado em livro próprio e será assinado pelo empossado e pelo Ministro de Estado de Minas e Energia.

Em seguida, o Conselheiro-Presidente declarou a sua enorme satisfação e prazer de retornar ao setor mineral. Colocou como um desafio trabalhar nesse novo contexto e ambiente, com a mudança de governo, mudança de pessoas, mudança de cultura, novos instrumentos, leis e decretos, e a quantidade de exigências a serem cumpridas. Passou a dirigir a reunião e agradeceu a presença de todos. Comunicou a presença na reunião do Ex-Conselheiro Carlos Nogueira da Costa Junior, que apresentou votos de boas vindas ao novo Conselheiro-Presidente, cumprimentou a Conselheira e os Conselheiros e declarou estar à disposição da CPRM, considerando sua participação como Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM/MME, Presidente do Conselho Fiscal e Presidente do Conselho de Administração, desde junho de 2008. Os Conselheiros solicitaram o registro em Ata do reconhecimento e os agradecimentos em seu nome e de toda a Entidade ao Ex-Presidente do Conselho, Carlos Nogueira da Costa Júnior, pela expressiva contribuição prestada à CPRM durante o período em que fez parte desse Conselho e pelo tranquilo processo de transição. Desejaram ainda, votos de boas vindas ao novo Presidente. Na oportunidade, o Diretor-Presidente Eduardo Ledsham, comunicou a eleição pela Assembleia Extraordinária de Acionistas da CPRM, realizada em 21.12.2016, do Senhor Paulo César Abrão, em substituição e complementação do mandato da Conselheira Ladice Pontes Peixoto. O Conselho agradeceu a participação da Senhora Ladice Peixoto, por sua atuação no Conselho desde maio de 2010, e expressou votos de boas vindas ao novo Conselheiro, Sr. Paulo Abrão, Geólogo e Consultor, formado pela Universidade de São Paulo - USP, que se apresentou e afirmou aceitar a indicação com muita satisfação, enfatizando sua atuação de mais de 45 anos nas áreas de geotecnia para mineração, especialmente em projetos de disposição de rejeitos. Em seguida, apresentou aos Conselheiros o Senhor Esteves Pedro Colnago, Engenheiro Agrônomo, indicado pelo Ministro de Estado de Minas e Energia para Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento. O Senhor Esteves Colnago se apresentou e entregou aos Conselheiros o seu curriculum vitae. Enfatizou que sua experiência profissional teve início na Amazônia e continuada em Brasília, no setor público e na iniciativa privada. Afirmou que a CPRM se pontifica com uma equipe altamente qualificada, declarando satisfação e orgulho pela indicação, e espera contribuir para dar maior visibilidade à Instituição. Em prosseguimento, Item II, da pauta, o Presidente da CPRM, comunicou aos membros do Conselho de Administração que o Ministério de Minas e Energia, através do Ofício nº 543/2016-GM-MME, de 29.11.2016, assinado pelo Chefe de Gabinete do Ministro-Substituto, a ele dirigido, estava procedendo a indicação do Senhor Esteves Pedro Colnago, para exercer o cargo de Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, em substituição ao Sr. Antonio Carlos Bacelar Nunes. O Ofício, informou ainda, que o nome do indicado foi aprovado pela Casa Civil da Presidência da República, conforme dispõe o Decreto nº 757, de 19.02.1993. O Presidente do Conselho de Administração, conforme as disposições estatutárias e com base no Estatuto Social da CPRM, submeteu aos seus membros o nome do novo Diretor, que foi, pelo Conselho, declarado eleito por unanimidade, para o cargo de Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento: ESTEVES PEDRO COLNAGO, natural de Itarana - ES, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da Carteira de Identidade nº M/1.434.338, expedida pela SSP/MG, emitida em 17/01/1978, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 000.691.242-72, domiciliado em Brasília, Distrito Federal, na SHIS, QL 10, conjunto 11, casa 15, Lago Sul, Cep: 61.730-115, com mandato até 06 de fevereiro de 2019, conforme dispositivos da Lei nº 13.303, de 30.06.2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27.12.2016. O Diretor eleito assinará o Termo de Posse e Compromisso em Livro Próprio, na forma do inciso II do artigo 21 do Estatuto, Termo também assinado pelo Ministro de Estado de Minas e Energia e pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho e os demais Conselheiros manifestaram e desejaram ao Ex-Diretor, Antonio Carlos Bacelar Nunes sucesso profissional, pessoal e agradecimentos em nome da Entidade por ter exercido o cargo de Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento, por mais de 5 anos. O novo Diretor agradeceu a confiança, sendo cumprimentado pelos Conselheiros que desejaram-lhe uma excelente gestão. A seguir foi estabelecido o calendário de reuniões do Conselho de Administração - 2017, item III da pauta, com reuniões mensais programadas para as segundas terças-feiras às 14h, com exceção da reunião de março que será realizada no dia treze, em razão da deliberação sobre o Balanço Patrimonial do Exercício de 2016, a ser submetido à Assembleia Ordinária de Acionistas marcada para 10.04.2017. O objetivo neste ano é intensificar a agenda do Conselho, podendo as reuniões serem realizadas de forma presencial ou videoconferência. Dada a palavra ao Diretor-Presidente, apresentou ao Conselho pesquisas internas e externas sobre a percepção da CPRM. Em relação à pesquisa interna, 81% não tem clareza das metas da sua área, 83% não conhecem indicadores de performance, 85% esperam mudanças na empresa. Em relação à percepção da sociedade, a empresa foi considerada fechada, pouco transparente e inacessível; empresa importante para o desenvolvimento do país, mas a CPRM não está cumprindo plenamente sua "missão"; alavanca para fomentar a mineração e a qualidade de vida; Baixa produtividade: 67% do esforço dedicado a planejamento, contratação restando 33% para operação; sistema de gestão frágil, informal e altamente centralizado e hierarquizado. Em seguida, enfatizou que a prioridade será: "Foco na Gestão" e enumerou as ações em andamento que terá apoio da Fundação Dom Cabral em todas as seguintes etapas: Implantação do planejamento estratégico e da gestão de portfólio: Construção de uma visão compartilhada de futuro através da elaboração do Mapa Estratégico de médio e longo prazos para a CPRM; Alinhamento e comprometimento envolvendo empregados, linhas de gestão, diretores e Conselho de Administração; Aumento da eficiência e produtividade: Reestruturação da Empresa; Redesenho da estrutura organizacional reduzindo níveis hierárquicos; Revisão dos processos buscando aumento dos níveis de delegação; avaliação das competências e habilidades; Programa de formação em liderança; Implantação de um Sistema de Gestão em Saúde e Segurança sob a coordenação de Ricardo Gotelip, profissional da área com experiência nos últimos 34 anos em empresas como Vale, Anglo e Rio Tinto, que apresentou o seguinte diagnóstico concluído: falta de normas, procedimentos e uma cultura extremamente superficial sobre SSO; falta de mobilização das lideranças, sendo designado grupo de trabalho para redefinição de todos os procedimentos operacionais, o que está

em andamento; Início programa de treinamento e formação. Programa e Metas para 2017/Indicadores e Metas do Planejamento Estratégico, item IV da pauta, Programa de Geologia e Mineração - Objetiva aumentar o conhecimento geológico e fomentar a mineração: Licitação de 04 projetos no Programa PPI; Cobre, Chumbo e Zinco de Palmeirópolis (TO); Fosfato de Miriri (PE,PB); Carvão de Candiota (RS); Cobre de Bom Jardim (GO); Prazo 30/10/2017; Elaboração de 154 mapas geológicos em diversas escalas - Prazo 30/12/2017; Disponibilização de todos os dados geofísicos, geoquímicos e geológicos - Prazo 30/12/2017. Programa de Gestão Territorial e Riscos, objetivando o mapeamento de áreas de riscos: Mapas de Setorização de Riscos Geológicos - 72 mapas - Prazo 30/12/2017; Programa de gestão de recursos Hídricos: Ampliar a base de dados do Sistema de Aguas Subterrâneas em 11.000 poços - Prazo 30/12/2017; Elaborar um projeto integrando as redes hídricas superficiais e subterrâneas com objetivo de aumentar a oferta hídrica no semiárido nordestino - Prazo de conclusão do estudo 30/06/2017. Programa da melhoria da gestão da empresa: Implantar planejamento estratégico - conclusão do relatório em 30/06/2017; Implantar o Sistema Eletrônico de Informações - SEI - Prazo 30/10/2017; Redução do custeio em 20% - Prazo 30/12/2017. O Diretor-Presidente informou que o Programa de Parcerias para Investimentos - PPI é uma prioridade de governo. Em relação ao PPI o Conselheiro Telton Correa perguntou se o modelo de negócio estava definido, tendo o Diretor-Presidente respondido que a CPRM estava em processo de contratação de uma consultoria para avaliação econômica das áreas, para definir o edital que terá componentes de investimento para pesquisas e receita futura de royalties. O Conselho aprovou as metas de Planejamento Estratégico para 2017. Continuando, item V da pauta, o Diretor-Presidente apresentou ações em andamento para adequação à Lei das Estatais e ao Decreto que a regulamenta, destacando novos marcos a serem implementados, como: Comitê Estatutário de Elegibilidade; Comitê Estatutário de Auditoria; Gestão de Riscos; Controles Internos; Unidade de Corregedoria; Comitê de Integridade; etc. O Conselheiro Eduardo Alencar, sugeriu que a CPRM aproveite a experiência da Controladoria Geral da União - CGU em relação à Unidade de Corregedoria e Comitê de Integridade e sugeriu ainda acoplar ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI, um sistema de acompanhamento de prazos já utilizado em órgãos do governo. Apresentou o Orçamento de 2017, que na LOA constava de R$ 529,1 milhões e com o contingenciamento de 33% passou para R$ 487,0 milhões. Apresentou o Portfólio de Projetos da CPRM - Sumário Executivo dos Projetos constantes do PAT/2017, são 189 projetos das áreas DGM, DHT e DRI. Informes do Diretor-Presidente, item VI da pauta: 1) Fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017 - O Conselho foi informado que o Acordo Coletivo de Trabalho, manteve a base do Acordo anterior, destacando os principais pontos: a) validade de um ano, b) Reajuste de 7,84% (sete vírgula oitenta e quatro por cento) nos valores das tabelas Salariais, a partir de julho/16, c) reajuste de 7,84% (sete vírgula oitenta e quatro por cento) nos valores dos benefícios, a partir de julho/16, d) concessão aos empregados, em dezembro/16, a título de abono auxílio-alimentação, de um, subsídio em parcela única, no valor de R$ 830,19. O Acordo Coletivo foi submetido à Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia e à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais SEST-MP, sendo por ambas aprovado. O Conselho de Administração aprovou as bases do Acordo. 2) Programa de Desligamento Incentivado e Sucessão Programada - Informado que a CPRM está aguardando o resultado de renegociação com a SEST - MP, visando melhorar bases do PDISP, ampliando teto de R$ 280 mil para R$ 350 mil e percentual acima de 50%. O quantitativo de empregados elegíveis é de 469. Oportunamente o Conselho será informado sobre o assunto. O Conselheiro Paulo Abrão perguntou se o Programa de Metas será afetado com a implantação do Programa. O Diretor-Presidente respondeu que o Programa prevê o desligamento a partir de 30.04.2017 até 31.10.2018 e o desligamento se dará obedecendo às necessidades da Empresa. 3) Encontro de Superintendentes e Chefes de Residência Regionais. - Realizado nos dias 23 e 24 de janeiro de 2017, no Escritório do Rio de Janeiro, com a presença do Presidente do Conselho, o encontro de planejamento estratégico e com foco na redução de 20% das despesas de custeio e outras ações, que teve a participação dos Superintendes Regionais, Chefes de Residências, e outros técnicos. 4) Processo Eleitoral do Representante dos Empregados no Conselho (com aderência à Lei e Regulamento das Estatais) - Informado que no dia 07.02.2017, será iniciado o processo eleitoral com a inscrição de candidatos. 5) Entrega ao Conselho do Plano de Atividades de Auditoria Interna para 2017 -O Conselho não apresentou nenhum questionamento prévio.

O plano será apresentado pelo Chefe da Auditoria Interna na próxima reunião. Pendências de reuniões anteriores, item VII da pauta - As pendências registradas na Ata anterior, relativas a providências adotadas pela Empresa em função do 1º Ciclo de Avaliação das Empresas Estatais Federais, realizado em 2015 pelo DEST; Formulário referente às práticas de governança e gestão das aquisições baseadas no Acórdão

nº 2.328/2015 - TCU - Plenário; Implementação das Resoluções CGPAR; Cumprimento da Nota Conjunta nº 13 CCONT/COPAR/COFINS/STN sobre repasses da União para Empresas Estatais Dependentes; Provisão para Contingências na Demonstrações de Resultado do Exercício, demandadas pelo Conselheiro Eduardo Alencar, foram devidamente esclarecidas através do envio de e-mail. Não havendo mais assuntos, a reunião foi encerrada, solicitando-se ao Secretário a lavratura da presente Ata. Assinado Otto Bittencourt Netto - Presidente do Conselho de Administração - Eduardo Jorge Ledsham - Vice-Presidente - Eduardo Carvalho Nepomuceno Alencar - Conselheiro - Paulo Cesar Abrão - Conselheiro - Telton Elber Correa - Conselheiro -Janaina Gomes Pires da Silva - Conselheira - Palmiro Franco Capone - Secretário-Geral.

Declaro na qualidade de Secretário-Geral da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, que o texto acima é transcrição íntegra e fiel da Ata da reunião do Conselho de Administração realizada em 06.02.2016, lavrada às folhas 64 a 69 do Livro nº 05 de Atas do Conselho de Administração, do que dou fé.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM NO ESTADO DO AMAZONAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 9/17

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Construtora Etam Ltda Cpf/cnpj :22.768.840/0001-31 - Processo minerário: 880187/08 - Processo de cobrança: 980024/17 Valor: R$.7.370,94, Processo minerário: 880188/08 - Processo de cobrança: 980025/17 Valor: R$.327.035,00, Processo minerário: 880907/08 - Processo de cobrança: 980026/17 Valor: R$.4.019,23, Processo minerário: 880246/11 - Processo de cobrança: 980027/17 Valor: R$.3.898,56, Processo minerário: 880247/11 - Processo de cobrança: 980028/17 Valor: R$.3.648,98, Processo minerário: 880254/11 - Processo de cobrança: 980029/17 Valor: R$.3.403,14

FERNANDO LOPES BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM NO ESTADO DO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 25/17

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
a. x. de sa Bezerra de Menezes Eirele me - 800714/13
Antonio Ferreira de Magalhaes Neto - 800848/12
Armando Cesar Borborema Ferreira Gomes - 800547/12
Carlos Alberto Araújo - 800263/13
Cmn Central Mineral do Nordeste Ltda - 800812/12
Companhia Industrial de Vidros Civ - 800321/13, 800318/13, 800322/13, 800320/13, 800317/13
Coreaú Calcário Ltda - 800435/13, 800702/13
Daniel de Queiroz Chaves - 800346/13
f. f. Veloso Jucá me - 800757/13
Fernando Antonio Castelo Branco Sales - 800256/13
Francisco Jose Jacinto Barbosa - 800405/13, 800406/13
g & t Distibuidora d Materal de Construção Ltda me - 800377/13
Geraldo Feitosa Júnior Britamentos me - 800220/13
Itaci Industria e Comercio de Argamassas Ltda - 800706/12
Joaquim Sampaio Martins - 800799/11
John Chen Mineraçao me - 800098/12
José Barbosa Vidal - 800951/12, 800952/12
José Newton Freitas Filho - 800442/12
lm Industria de Produtos Ceramicos Ltda - 800400/12
P.w.vasconcelos me - 800867/11
Penha Construtora e Locadora LTDA. - 800449/13
Pirangy Pedra Ltda me - 800653/13, 800652/13
r4 Mineração Ltda - 800564/13
Robério Xavier de Araújo - 800311/11
Ss&b Construtora LTDA. - 800697/12

RELAÇÃO Nº 26/17

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
a3 Mineração, Exportação e Importação Ltda me - 800336/15 - A.I. 8/17, 800337/15 - A.I. 23/17
Eli Araujo da Silva - 800205/16 - A.I. 10/17
Excellence Mineração do Brasil Ltda me - 800197/15 - A.I. 22/17
Filadelfia Industria, Comercio e Mineração Ltda - 800232/14 - A.I. 3/17
Grupo Brasileiro de Investimentos em Mineração Ltda - 800484/15 - A.I. 6/17
Gustavo Bezerra de Menezes Gomes de Mattos me - 800172/15 - A.I. 20/17, 800173/15 - A.I. 21/17
h r Lima Cerâmica me - 800644/15 - A.I. 9/17
Hgn Mineração Ltda - 800222/16 - A.I. 11/17, 800311/16 - A.I. 12/17
Ical Indústria de Calcinação LTDA. - 800144/13 - A.I. 25/17, 800145/13 - A.I. 26/17
js Gems Ltda me - 800866/13 - A.I. 17/17
Lepanto Mineração Eireli - 800472/14 - A.I. 18/17, 800482/14 - A.I. 19/17
Marconi Cordeiro Magalhaes - 800451/11 - A.I. 14/17, 800452/11 - A.I. 15/17
n r m Nordeste Recursos Minerais Ltda - 801117/10 - A.I. 13/17, 800526/12 - A.I. 1/17
P.w.vasconcelos me - 800467/13 - A.I. 16/17
pj Produção e Comércio de Produtos Agrícolas LTDA. me - 800402/15 - A.I. 5/17
Portal do Sol Consultoria & Imobiliária Ltda - 800337/14 - A.I. 4/17, 800350/14 - A.I. 2/17, 800641/11 - A.I. 24/17
Raimundo Fernandes da Costa - 800080/15 - A.I. 7/17

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 22/17

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Mineração Rio Dezoito Ltda Epp - 868382/11 - A.I. 165/17
Paulo Cesar de Oliveira Lima - 868183/15 - A.I. 170/17, 868184/15 - A.I. 171/17, 868185/15 - A.I. 172/17, 868186/15 - A.I. 173/17
Pedro Luiz Venier me - 868268/16 - A.I. 176/17
Platinus Empreendimentos e Participações Ltda - 868053/14 - A.I. 169/17
Progemix Programas Gerais de Engenharia e Construção Ltda - 868074/16 - A.I. 174/17
Ricardo Augusto de Souza e Silva - 868327/09 - A.I. 160/17
Roberto Andre Latini - 868156/16 - A.I. 175/17
Ronaldo Diniz de Almeida - 868416/11 - A.I. 166/17, 868417/11 - A.I. 167/17, 868420/11 - A.I. 168/17, 868030/08 - A.I. 156/17, 868559/08 - A.I. 157/17, 868004/09 - A.I. 158/17, 868005/09 - A.I. 159/17, 868370/11 - A.I. 164/17
Sidney Diniz de Almeida - 868348/09 - A.I. 161/17, 868097/10 - A.I. 162/17, 868098/10 - A.I. 163/17

ROMUALDO HOMOBONO PAES DE ANDRADE
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 34/17

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
a m s Mineração Ltda me - 850003/16 - A.I. 140/17, 850008/16 - A.I. 139/17
Agp Comércio Exportação Mineração e Extração Ltda - 851531/13 - A.I. 173/17
Airton Garcia Ferreira - 850118/04 - A.I. 163/17
Allmining Mineração Ltda me - 850644/15 - A.I. 183/17
Almir Severiano Araújo - 850109/14 - A.I. 220/17
Anderson Gonçalves de Sousa - 851628/11 - A.I. 229/17
Anderson José Bill - 850206/16 - A.I. 185/17
Anezio Ribeiro de Souza - 850112/15 - A.I. 190/17
Antonio Miguel Siruge - 850305/16 - A.I. 199/17
Ari Carneiro Moraes - 850048/16 - A.I. 177/17
Ariquemes Indústria de Granitos Ltda - 850719/10 - A.I. 213/17, 850721/10 - A.I. 171/17
Auptag Mineração e Participações Ltda - 850700/15 - A.I. 184/17
Brasi Nox Mineração e Exportação de Metais Ltda - 850090/13 - A.I. 216/17
Cal Reis Comércio de Calcário e Derivados Ltda - 850318/16 - A.I. 147/17
Carivaldo Aires da Silva - 850684/11 - A.I. 222/17
Cleone Vieira de Lima - 850109/16 - A.I. 182/17
Cooperativa Dos Garimpeiros da Região da Lindoeste - 851559/13 - A.I. 206/17
Cooperativa Dos Garimpeiros e Mineradores da Taboca e do MUN. de São Felix do xi - 850365/16 - A.I. 143/17
Cooperativa Dos Mineradores de Tucuma e Alto Xingu Coomtax - 850101/12 - A.I. 215/17
Cooperativa Dos Mineradores e Garimpeiros do Sul do Pará Coomigasulp - 851018/16 - A.I. 151/17
Cosme de Souza Carneiro - 850535/14 - A.I. 152/17
dc Mineracão e Comercio Ltda - 850445/16 - A.I. 142/17, 850446/16 - A.I. 141/17
dc Mineração Ltda - 850514/13 - A.I. 212/17, 850515/13 - A.I. 211/17, 850517/13 - A.I. 210/17
Edilson Viana Rocha - 850514/15 - A.I. 192/17
Elias Rodrigues Alonso - 850039/16 - A.I. 138/17, 850040/16 - A.I. 137/17
Francisco Antonio Ruiz da Silva - 850043/10 - A.I. 225/17
gb Locadora e Equipamentos Construções Ltda - 850166/15 - A.I. 191/17, 850103/16 - A.I. 175/17
Greiphil Minas Ltda - 851942/13 - A.I. 205/17, 850002/15 - A.I. 194/17, 850003/15 - A.I. 195/17, 850004/15 - A.I. 196/17, 850005/15 - A.I. 197/17, 850006/15 - A.I. 198/17, 850007/15 - A.I. 178/17, 850008/15 - A.I. 189/17
Ipar Participacoes Ltda - 850332/07 - A.I. 162/17
Jair José Silva Araújo - 850046/09 - A.I. 160/17
Jari Produtos e Materiais de Mineração S.A. - 850808/04 - A.I. 203/17

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

João Jorge Gonçalves Abdon - 850625/16 - A.I. 193/17, 850626/16 - A.I. 201/17
João José Bartinicki - 850329/16 - A.I. 146/17
Joélcio Camilo da Silva - 850533/12 - A.I. 204/17
José Manuel Carreteiro - 851096/08 - A.I. 161/17
José Martins Leal - 850854/11 - A.I. 156/17
José Raimundo Flexa de Mendonça - 850087/10 - A.I. 164/17, 850088/10 - A.I. 221/17
Juarez Alvez da Silva - 850668/16 - A.I. 150/17
Lbr Mineração Ltda - 850090/14 - A.I. 219/17
m Pereira Saraiva me - 850086/15 - A.I. 217/17
m. de A.delgado Ltda Epp - 850261/13 - A.I. 232/17
Maisa Moju Agroindustrial LTDA. - 850141/10 - A.I. 166/17, 850142/10 - A.I. 170/17, 850143/10 - A.I. 169/17, 850144/10 - A.I. 168/17, 850145/10 - A.I. 167/17
Marcelo Norkey Duarte Pereira - 851003/11 - A.I. 227/17
Marcos Lopes Mendes - 850117/11 - A.I. 209/17
Mba Geo Exploração Mineral LTDA. - 850229/11 - A.I. 154/17
Messias Rodrigues Costa - 850147/16 - A.I. 180/17, 850156/16 - A.I. 187/17, 850158/16 - A.I. 186/17
Mineração Pedra Preta - 850097/16 - A.I. 176/17
Mineração Santa Clara Ltda - 850732/15 - A.I. 188/17, 850305/04 - A.I. 202/17
Mineração Tres Fronteiras, Extração e Exportação de Pedras e Minerais Ltda me - 850348/12 - A.I. 214/17
Monique Miranda Dourado - 851561/13 - A.I. 207/17
N.r.da Silva Mineração e Sondagem - 850468/11 - A.I. 155/17
Noesio Peres da Costa - 850924/08 - A.I. 224/17
Pasqual Luiz Spillere - 850501/10 - A.I. 165/17, 850309/16 - A.I. 200/17, 850310/16 - A.I. 149/17, 850311/16 - A.I. 148/17
Pedreira Vale do Abunã Ltda - 850877/11 - A.I. 159/17
Pedro & Viana Ltda Epp - 851035/14 - A.I. 172/17
Raimundo Nonato Pontes Ferreira - 850148/16 - A.I. 179/17
Riverbank Resources Mineracao Ltda - 850865/11 - A.I. 157/17, 850874/11 - A.I. 158/17, 850875/11 - A.I. 230/17
Rosângela Maria Bosoi - 850833/12 - A.I. 153/17
Rubens Zílio - 850970/10 - A.I. 233/17
s a Almeida me - 850876/11 - A.I. 234/17
Sanevias Consultorias e Projetos Ltda - 850723/11 - A.I. 223/17
Sebastião Domingos Dos Reis - 850595/10 - A.I. 218/17
Silvane Arcari Dos Santos - 850759/15 - A.I. 136/17
Valdir Dal Moro - 850158/14 - A.I. 231/17, 851992/13 - A.I. 208/17
Vera Lúcia Maria Dos Santos Rego - 850353/16 - A.I. 145/17, 850354/16 - A.I. 144/17
Wagner Pereira Missassi - 850139/16 - A.I. 181/17

RELAÇÃO Nº 35/17

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Joélcio Camilo da Silva - 850533/12

RELAÇÃO Nº 36/17

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Andorra Participações e Emprendimentos Ltda - 850858/13
Jari Produtos e Materiais de Mineração S.A. - 850923/12
Rodrigo Milani - 850139/14
Ruy Barbosa de Mendonça - 850213/14
Vera Lúcia Araujo Ramos - 850282/07
Zohar Mineração Ltda - 850240/14

RELAÇÃO Nº 37/17

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Wanderson Araújo de Lima - 850541/13 - Not.105/2017 - R$ 34.122,16

RELAÇÃO Nº 38/17

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Amazonas Exploração e Mineração LTDA. - 850274/11 - Not.117/2017 - R$ 335,86
Andorra Participações e Emprendimentos Ltda - 850858/13 - Not.109/2017 - R$ 386,51
Luiz Carlos Bibiano Pereira - 850480/14 - Not.114/2017 - R$ 386,51
Metallis Mineradora e Energia Renovavel Ltda me - 850725/14 - Not.115/2017 - R$ 386,51, 850726/14 - Not.116/2017 - R$ 386,51, 850722/14 - Not.113/2017 - R$ 386,51
Recursos Minerais do Brasil S.a - 850400/14 - Not.111/2017 - R$ 386,51
Wanderson Araújo de Lima - 850541/13 - Not.106/2017 - R$ 3.326,24, 850541/13 - Not.107/2017 - R$ 393,70

CARLOS BOTELHO DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM NO ESTADO DE PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 18/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
846.285/2016-WAGNER FREIRE DA SILVA-OF. N°156/2017
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
846.032/2014-SHARLY ELIAS GONÇALVES SARMENTO-OF. N°154/2017
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
846.173/2016-JONILTON GOMES PEREIRA ME- Cessionário:Vulcano Export Mineração Exportação e Importação Ltda.- CPF ou CNPJ 07.954.125/0001-08- Alvará n°11049/2016
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
846.147/2015-ITABIRITO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°16511/2015
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
846.237/2010-MITRA MINERAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. - AI N°249/2015
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
846.442/2012-THIAGO VICENTE BARROS
846.068/2016-MINERACAO YAYU LTDA ME
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
846.409/2007-MACON MINERIOS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-OF. N°163/2017
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
846.124/1999-FFB LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-OF. N°316/2016-180 dias
846.038/2003-PARAÍBA TOURMALINE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1261/2016-60 dias
846.000/2006-PEDREIRAS DO BRASIL S A-OF. N°1267/2016-60 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
846.224/2005-BRASMINAS MINERAÇÃO BRASIL LTDA ME-OF. N°153/2017
846.434/2007-S T ROCHAS BRASILEIRAS LTDA-OF. N°165/2017
846.478/2007-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA-OF. N°164/2017
846.026/2010-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°157/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
846.073/2016-MINERAÇÃO LUSA LTDA-Registro de Licença N°434/2017 de 07/03/2016-Vencimento em 20 Anos
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(1165)
846.102/2015-JERRI ADRIANO BATISTA DA SILVA-OF. N°1549/2016
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
846.009/2013-DM MINERADORA DE PEDRAS LTDA ME-OF. N°1552/2016
846.176/2015-EMÍDIO MADRUGA NETO M.E-OF. N°1551/2016
846.116/2016-MINERAÇÃO JOÃO CÂMARA LTDA EPP-OF. N°1532/2016

EDUARDO SÉRGIO COLAÇO

SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM NO ESTADO DO PIAUÍ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 11/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
803.190/2016-SETA ENGENHARIA S.A.-OF. N°36/2017
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
803.261/2007-ALICIO GIL BRAZ MOTA -Alvará N°3605/2008
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
803.368/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A
803.369/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A
803.370/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A
803.371/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A
803.372/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A
803.377/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A
803.003/2009-GCTZ GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA
803.224/2009-GCTZ GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA
803.329/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.330/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.406/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.407/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.408/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.409/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.410/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.411/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.412/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.413/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.414/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.415/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.460/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.461/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.462/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.463/2012-DUSOLO MINERAÇÃO LTDA
803.032/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA.
803.033/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA.
803.034/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA.
803.035/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA.
803.036/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA.
803.037/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA.
803.038/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA.
803.039/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA.
803.040/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA.
803.041/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA.
803.042/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA.
803.043/2013-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA.
803.207/2013-MBA GEO EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.
803.208/2013-MBA GEO EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.
803.209/2013-MBA GEO EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.
803.210/2013-MBA GEO EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.
803.211/2013-MBA GEO EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.
803.212/2013-MBA GEO EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.
803.118/2014-BM BRASIL MINERAL GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA.
803.120/2014-BM BRASIL MINERAL GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA.
803.121/2014-BM BRASIL MINERAL GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA.
803.122/2014-BM BRASIL MINERAL GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA.
803.124/2014-BM BRASIL MINERAL GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA.
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
803.027/2007-MINERAÇÃO GRAÚNA LTDA.-OF. N°96/2017
803.028/2007-MINERAÇÃO GRAÚNA LTDA.-OF. N°97/2017
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
803.025/2014-M. J. BANDEIRA MOURA DA ROCHA EIRELI ME- Registro de Licença N°:17/2014 - Vencimento em 22/01/2021
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
803.223/2008-INGO GUSTAV WENDER
803.224/2008-INGO GUSTAV WENDER
803.226/2008-INGO GUSTAV WENDER
Fase de Requerimento de Lavra
Determina arquivamento Auto de Infração - RAL(1707)
803.057/2003-DM MINERAÇÃO LTDA.- AI N°859/2016 - 898/2016
Fase de Concessão de Lavra
Determina arquivamento Auto de Infração - RAL(1708)
803.075/2001-CERRO VERDE MINERADORA LTDA.- AI N°733/2016 e 853/2016
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)
800.440/1993-TECNOGRÉS REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA- AI N°1038/2016
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1728)
870.434/1984-GALVANI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.-OF. N°131/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1799)
803.017/2001-M.C.S. SALSA LTDA-OF. N°130201

ELISEU EMIDIO NEVES CAVALCANTI
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 18/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.567/2010-VIA CENTRAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.-OF. N°223/17-DFISC/DNPM/SP - 21.02.17
820.887/2010-ERASTO BORETTI DE ALMEIDA-OF. N°219/17-DFISC/DNPM/SP - 20.02.17
820.248/2011-MINERAIS ROMA LTDA-OF. N°220/17-DFISC/DNPM/SP - 20.02.17
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
820.395/1988-IRMÃOS QUAGLIO & CIA. LTDA- Área de 62,98 para 50,00-Basalto
820.757/2006-DIBÁSICO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA- Área de 121,04 para 49,55-areia (construção civill) e argila (cerâmica vermelha)
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
820.230/2011-PEDREIRA SARGON LTDA -Alvará N°273/2011
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
820.262/2005-CERÂMICA ROCHEDO LTDA-Argila (industrial)
820.827/2007-ROBERTO MOUSESSIAN-Areia (agregado)
820.446/2008-PORTO DE AREIA JAUZINHO LTDA.-areia (construção civil)
820.447/2008-PORTO DE AREIA JAUZINHO LTDA.-areia (construção civil)
820.448/2008-PORTO DE AREIA JAUZINHO LTDA.-areia (construção civil)
821.120/2008-PECUÁRIA SERRAMAR LTDA-areia (construção civil)
820.669/2009-CALCÁRIO DIAMANTE LTDA.-Calcário Dolomítico (corretivo agrícola), Dolomito (corretivo agrícola), Folhelho (industrtial), Argilito (industrtial) e Saibro
821.246/2009-EXTRAFIL MINERADORA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-Filito (industrial)
820.065/2011-ERASTO BORETTI DE ALMEIDA-Argila (industrial)
820.559/2012-NARCISO COSER-areia (industrial)
820.561/2012-NARCISO COSER-areia (industrial)
820.791/2012-CPX PAULISTA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.-Areia (agregado)
820.853/2012-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA-diabásio (britado-construção civil) e saibro
821.440/2013-CERVITAM PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-folhelho argiloso (cerâmica vermelha)
820.700/2015-ELIANE CRISTINA PADULA NOVELETTI-areia (construção civil)
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
820.220/2006-SALZEDAS & HUNGARO LTDA-ALVARÁ N°267/2012
820.832/2007-SÉRGIO PEREZ PAZ-ALVARÁ N°8215/2010
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
003.236/1935-FONTE PLATINA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Fonte Platina I - marca "Platina": recipientes de 300 mL (vidro), 310 mL (vidro), 310 mL (PET) e 510 mL gaseificada artificialmente e recipientes de 200 mL, 300 mL (vidro), 310 mL (vidro), 310 mL (PET), 510 mL e 1,5 L sem gás.- ÁGUAS DA PRATA/SP
010.027/1967-ÁGUA MINERAL LEGÍTIMA LINDÓIA LTDA- FONTE SANTA ISABEL I - marca "Diamond Legitima": recipientes de 310 mL, sem gás; marca "Red Diamond Legitima": recipientes de 310 mL, gaseificada artificialmente.- ÁGUAS DE LINDÓIA/SP
820.029/1982-EMPRESA MINERADORA ESTÂNCIA DE ÁGUAS SANTA BARBARÁ LTDA ME- FONTE SANTA BARBARA - marca "Cristal da Estância": copos de 200 mL e 305 mL, sem gás; garrafas de 510 mL e 1,5 L, sem gás; garrafas de 510 mL gaseificada artificialmente e garrafões de 10 L e 20 L, sem gás.- ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA/SP
820.539/1983-EMPRESA DE MINERAÇÃO E FONTES DE ÁGUA MINERAL VERVALE LTDA EPP- FONTE NATIVA - marcas "Minalle" e "Água Leve Mogiana": recipientes de 10 L e 20 L, sem gás; FONTE DO VALE - marcas "Minalle" e "Água Leve Mogiana": recipientes de 10 L e 20 L, sem gás e FONTE VIDA - marcas "Minalle" e "Água Leve Mogiana": recipientes de 10 L e 20 L, sem gás- ITAPECERICA DA SERRA/SP
820.445/1991-MINERADORA QUATRO FONTES LTDA-Fonte Monjolo - Marca: 4 Fontes - embalagens de 10L e 20L (sem gás)- SANTA MERCEDES/SP
821.891/1998-FOUNTAIN ÁGUA MINERAL LTDA- FONTE JOSÉ GREGORIO - marca Crystal: garrafas PET de 300 mL, sem gás.- BAURU/SP
821.904/1998-MINERAÇÃO ÁGUAS DE SOCORRO LTDA. EPP- FONTE DA PAZ 1 - marca "Vitta Leve": recipientes de 500 mL, sem gás; marca "Água Fonte Primavera": recipientes de 200 mL e 305 mL, sem gás.- SOCORRO/SP
821.149/2000-EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS PRIMAVERA LTDA EPP- FONTE PRIMAVERA - marca "Água Fonte Primavera": garrafões de 10 L e 20 L, sem gás.- ITU/SP
820.361/2004-FONTE ROCHA BRANCA LTDA- FONTE ROCHA BRANCA I - marca "Rocha Branca Kids": recipientes de 310 mL e 510 mL, sem gás; marca "Cristal Feng": recipientes de 510 mL, sem gás.- EMBU DAS ARTES/SP
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
008.220/1941-BOTUQUARA ADMINISTRAÇÃO, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA- AI Nº 671, 672 e 673/16-DFISC/DNPM/SP - 10/08/16
006.174/1946-BOTUQUARA ADMINISTRAÇÃO, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA- AI Nº 674, 675 e 676/16-DFISC/DNPM/SP - 10/08/16
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
008.220/1941-BOTUQUARA ADMINISTRAÇÃO, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°198/17-DFISC/DNPM/SP - 20.02.17
003.684/1944-MINERAÇÃO ÀGUAS DE IBIÚNA LTDA-OF. N°186/17-DFISC/DNPM/SP
006.174/1946-BOTUQUARA ADMINISTRAÇÃO, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°198/17-DFISC/DNPM/SP - 20.02.17
009.007/1959-ALCEU DE MORAES MINERAIS LTDA. EPP-OF. N°229/17-DFISC/DNPM/SP
800.290/1970-ÁGUAS MINERAIS SANTA INÊS LTDA-OF. N°233/17-DFISC/DNPM/SP - 24.02.2017
807.286/1973-CERÂMICA ROCHEDO LTDA-OF. N°245/17-DFISC/DNPM/SP - 27.02.17
811.308/1973-ARGISOLO MINERAÇÃO E COMERCIO DE ARGILA LTDA-OF. N°221/17-DFISC/DNPM/SP - 20.02.17
803.876/1974-PORTO DE AREIA BRANCA LTDA.-OF. N°179/17-DFISC/DNPM/SP - 13.02.17
810.159/1975-JULIO JULIO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°241/17-DFISC/DNPM/SP - 24.02.2017
806.469/1977-JULIO JULIO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°241/17-DFISC/DNPM/SP - 24.02.2017
806.469/1977-JULIO JULIO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°241/17-DFISC/DNPM/SP - 24.02.17
806.470/1977-JULIO JULIO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°241/17-DFISC/DNPM/SP - 23.02.17
806.470/1977-JULIO JULIO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°241/17-DFISC/DNPM/SP - 24.02.2017
821.049/1988-EMBU S.A ENGENHARIA E COMÉRCIO-OF. N°178/17-DFISC/DNPM/SP - 13.02.17
820.182/1989-ENGEPAC BRITAGEM E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.-OF. N°224/17-DFISC/DNPM/SP - 21.02.16
820.357/1992-WANITAS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°218/17-DFISC/DNPM/SP - 20.02.17
820.853/1995-FONTE VENUS OLIMPICA AGUA MINERAL LTDA ME-OF. N°228/17-DFISC/DNPM/SP
821.330/1999-MINERADORA ECO LTDA-OF. N°222/17-DFISC/DNPM/SP - 21.02.17
821.833/1999-EMPRESA DE AGUAS MINERAIS PASSA TRES LTDA-OF. N°230/17-DFISC/DNPM/SP
820.268/2001-MINALIZA MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°226/17-DFISC/DNPM/SP
820.195/2002-FONTE MINERAL BRASILIA LTDA ME-OF. N°231/17-DFISC/DNPM/SP
820.592/2003-MINERAÇÃO PRIMOS LTDA ME-OF. N°227/17-DFISC/DNPM/SP
820.267/2004-ÁGUAS MINERAIS SANTA INÊS LTDA-OF. N°233/17-DFISC/DNPM/SP - 24.02.2017
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
821.404/1998-FONTELLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA-OF. N°187/17-DFISC/DNPM/SP e 188/17-DFISC/DNPM/SP
820.222/2001-EMPRESA DE MINERAÇÃO SERRA DO CRISTAL LTDA ME-OF. N°225/17-DFISC/DNPM/SP
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(1104)
821.404/1998-FONTELLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA-OF. N°2.824/13-DFISC/DNPM/SP

PAULO AFONSO RABELO

SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM NO ESTADO DE SERGIPE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 13/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
878.084/2016-MARCA INTERMEDIAÇÕES EM NEGOCIOS LTDA ME
878.096/2016-BRAZESPAN REPRESENTAÇÕES LTDA ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
878.142/2015-ANDRÉ SANTOS ALMEIDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
878.164/2011-SABE ALIMENTOS LTDA-OF. N°39/2017
878.053/2014-SOUZA E OLIVEIRA MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°46/2017
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
878.007/1997-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-Calcário e Argila
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
878.050/2012-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
878.086/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS SA
878.087/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS SA
878.089/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS SA
878.126/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
878.159/2014-LEANDRO PEREIRA DA SILVA
878.072/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
878.073/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
878.075/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
878.094/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
878.097/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°19/2017
878.111/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°18/2017
878.114/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°20/2017
878.107/2014-CARLOS HAGENBECK FILHO-AI N°21/2017
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
878.126/2007-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°44/2017
878.127/2007-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°43/2017
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
816.058/1970-INDAIÁ BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA- AI Nº 153/2016
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
878.016/2009-MURTA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°18/2017
878.004/2012-PEDREIRA JJP LTDA EPP-OF. N°82/2017
878.016/2012-J E M INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CERÂMICA LTDA ME-OF. N°83/2017
878.064/2015-COSTA & COSTA EMPREENDIMENTOS COMERCIAS, AGRONECIOS E MINERAIS LTDA ME-OF. N°41/2017
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(723)
873.953/1993-PEDREIRA DO PORTO LTDA-OF. N°432/2016
878.053/2012-CERAMICA MARCAL LTDA ME-OF. N°468/2016
878.061/2014-LUZIA MENEZES SANTOS ME-OF. N°442/2016
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
878.051/2013-JAZIDA CAJUEIRO LTDA ME- Registro de Licença N°:16/2013 - Vencimento em 06/06/2018
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
873.953/1993-Pedreira do Porto Ltda- AI N°25/2017
878.111/2007-Cerâmica Santo Agostinho Ltda Me- AI N°151/2016
878.053/2012-Cerâmica Marcal Ltda Me- AI N°24/2017
878.061/2014-LUZIA MENEZES SANTOS ME- AI N°23/2017
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)
878.086/2007-SANTANA E FILHOS LTDA -AI N°150/2016
878.060/2008-ARIOSVALDO RAMOS DE CARVALHO - AI N°149/2016
878.125/2009-CERÂMICA PARAISO LTDA ME -AI N°148/2016
878.008/2011-ENGENHO SÃO FÉLIX INDÚSTRIA MINERADORA LTDA -AI N°147/2016
878.156/2012-ROSIVALDO DE SOUZA LIMA JAZIDA ME -AI N°146/2016
878.044/2013-EVERTON DAMASCENA SANTOS ME -AI N°139/2016
878.009/2014-EDILSON DE MENESES FRAGA ME -AI N°138/2016
878.017/2014-FRANCISCA FABIANA SOUZA NASCIMENTO ME -AI N°142/2016
878.029/2014-CERÂMICA TOP LTDA ME -AI N°143/2016
878.135/2014-JOSÉ FRANCISRAY DOS SANTOS ME -AI N°141/2016
878.094/2015-RIACHUELO MINERACAO LTDA ME -AI N°145/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
878.001/2016-JOSÉ RAUL BARRETO-Registro de Licença N°123/2017 de 20/02/2017-Vencimento em 15/12/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
878.072/2016-SOUZA E OLIVEIRA MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°42/2017
878.123/2016-GC FERREIRA E FERREIRA LTDA ME-OF. N°62/2017
878.138/2016-MINERADORA FELIX EIRELI EPP-OF. N°45/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELAÇÃO Nº 17/2017

Fase de Requerimento de Licenciamento

Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)

878.117/2016-ANDRÉ SANTOS ALMEIDA- DOU de 19/01/2017

GEORGE EUSTAQUIO SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 30/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

864.225/2013-BRITITA MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:G C P Gramprata Construtora e Pedreira Ltda Me- CPF ou CNPJ 07251412000143- Alvará n°7998/2013

864.042/2014-PEDREIRA TAQUARALTO LTDA- Cessionário:São Francisco Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 05.519.873/0001-29- Alvará n°5962/2016

864.277/2014-PEDREIRA TAQUARALTO LTDA- Cessionário:São Francisco Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 05.519.873/0001-29- Alvará n°9732/2016

864.173/2016-POTI CONSTRUTORA, INCORPORADORA E MINERADORA LTDA- Cessionário:Muniz Araujo Pereira- CPF ou CNPJ 546.714.931-87- Alvará n°9900/2016

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

864.146/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°18/2017 - DNPM/TO

864.301/2012-RAFAEL FIGUEIREDO CURCIO-AI N°04/2017 - DNPM/TO

864.518/2012-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.-AI N°17/2017 - DNPM/TO

864.549/2012-MINERGEO . MINERAÇÃO , PESQUISAS GEOLÓGICAS E ENGENHARIA-AI N°26/2017 - DNPM/TO

864.550/2012-MINERGEO . MINERAÇÃO , PESQUISAS GEOLÓGICAS E ENGENHARIA-AI N°25/2017 - DNPM/TO

864.050/2013-ALESSANDRO FERNANDES-AI N°27/2017 - DNPM/TO

864.150/2013-MINERADORA RONCADOR SA-AI N°28/2017 - DNPM/TO

864.196/2013-VEREDAS PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.-AI N°24/2017 - DNPM/TO

864.294/2013-AQUILES PEREIRA DE SOUSA-AI N°23/2017 - DNPM/TO

864.298/2013-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.-AI N°16/2017 - DNPM/TO

864.099/2014-TERRAPLENAGEM 2000 LTDA EPP-AI N°455/2016 - DNPM/TO

864.275/2014-PHYLADELFIA EXTRAÇÃO IND. E COMERCIO DE MINERIOS LTDA-AI N°14/2017 - DNPM/TO

864.193/2015-LUIZ CASSIMIRO PEREIRA ME-AI N°98/2017 - DNPM/TO

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)

864.536/2011-JORGE MICHEL IABRUDI - AI N°220/2015 - DNPM/TO

864.596/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. - AI N°114/2015 - DNPM/TO

864.597/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. - AI N°213/2015 - DNPM/TO

864.076/2013-SERGIO AYRES DA SILVA - AI N°297/2015 - DNPM/TO

864.150/2014-AVERALDO RIBEIRO DE CARVALHO - AI N°290/2015 - DNPM/TO

Fase de Disponibilidade

Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)

864.345/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS SA- AI N°525/2016 - DNPM/TO

Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias.(1843)

864.318/2012-MÁRCIO SOARES SANTANA -AI N°296/2015 - DNPM/TO

FABIANO PINEIRO MIRANDA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 53, DE 3 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I e § 1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.005704/2016-30, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.108, de 1º de novembro de 2016, de titularidade da empresa Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.541.368/0001-16, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput é alcançado pelo art. 4º, inciso III, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de outubro de 2016 e são de exclusiva responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACIR CARLOS BERTOL

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA		
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO		
01 - Nome Empresarial		02 - CNPJ
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf		33.541.368/0001-16
03 - Logradouro		04 - Número
Rua Delmiro Gouveia		333
05 - Complemento	06 - Bairro/Distrito	07 - CEP
Edifício André Falcão	San Martin	50761-901
08 - Município	09 - UF	10 - Telefone
Recife	PE	(81) 3229-2330
11 - DADOS DO PROJETO		
Nome do Projeto	Reforços na Subestação Pau Ferro (Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.108, de 1º de novembro de 2016).	
Descrição do Projeto	Reforços em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica, relativos à Subestação Pau Ferro, compreendendo:	
	I - Instalação do quarto transformador 230/69 kV, 100 MVA.;	
	II - Instalação de um módulo de conexão, em 230 kV, para o autotransformador TR 230/69 kV Pau Ferro TR01 PE;	
	III - Instalação de um módulo de conexão, em 69 kV, para o autotransformador TR 230/69 kV Pau Ferro TR01 PE;	
	IV - Com a entrada em operação do quarto transformador 230/69 kV, 100 MVA, deve-se substituir o transformador de aterramento de 41,87 ohms/fase (02A1) por um de 10 Q/fase na Subestação Pau Ferro. Esta nova unidade deverá operar em paralelo com a existente, com reatância de 21 ohms/fase (posição 02A2).	
	V - Módulo de infraestrutura de 230 kV para instalação do quarto transformador 230/69 kV, 100 MVA; e	
	VI - Módulo de infraestrutura de 69 kV para instalação do quarto transformador 230/69 kV, 100 MVA.	
Período de Execução	De 16/11/2016 a 16/11/2018.	
Localidade do Projeto [Município(s)/UF(s)]	Município de Igarassu, Estado de Pernambuco.	
12 - PRESIDENTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA		
Nome: José Carlos de Miranda Farias.		CPF: 090.244.174-49.
Nome: Roberto Sampaio Pires Ferreira.		CPF: 172.565.854-20.
Nome: Denilson Veronese da Costa.		CPF: 025.971.457-78.
13 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)		
Bens	10.829.091,80.	
Serviços	3.425.072,58.	
Outros	0,00	
Total (1)	14.254.164,38.	
14 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)		
Bens	9.827.400,80.	
Serviços	3.275.800,27.	
Outros	0,00.	
Total (2)	13.103.201,07.	

PORTARIA Nº 54, DE 3 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II e § 1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e na Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo nº 48340.000472/2017-94, resolve:

Art. 1º Definir em 0,92 MW médios o montante de garantia física de energia da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Antônio Prado, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG: CGH.PH.MG.031618-0.01, com potência instalada de 1,247 MW, de titularidade da empresa Antônio Prado Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.588.726/0001-00, localizada no rio Gavião, no Município de Antônio Prado de Minas, Estado de Minas Gerais.

§ 1º O montante de garantia física de energia da CGH Antônio Prado refere-se ao Ponto de Conexão da Usina.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da CGH Antônio Prado poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACIR CARLOS BERTOL

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 13, DE 3 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, e regulamentado pelo Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, em cumprimento à decisão judicial proferida em 1º de março de 2016 no âmbito do Processo nº 1001606-07.2016.4.01.3400 - 2ª VF/SJDF e considerando o estabelecido no Art. 2º da Resolução CAMEX nº 107, de 21 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 24 de novembro de 2014, que homologou compromisso de preços, nos termos constantes do Anexo I da Resolução nº 107, de 2014, para amparar as importações brasileiras de pneus novos radiais para ônibus ou caminhão, aros 20", 22" e 22,5", comumente classificadas no código 4011.20.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, quando originárias do Japão, fabricado e exportado pela empresa Sumitomo Rubber Industries (SRI), torna público:

1. No pedido liminar deferido na decisão judicial supramencionada, restou determinado que fosse utilizada a seguinte fórmula de ajuste na atualização monetária prevista no Termo de Compromisso de Preços - Anexo I da Resolução CAMEX nº 107, de 2014: "a) converta o valor dos preços para o Real pela taxa de câmbio diária de venda, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, de 17 de novembro de 2014 - data em que o Compromisso de Preços foi

pactuado; b) atualize tais valores pelo IGP-DI acumulado de janeiro a dezembro de 2015, equivalente a 10,7%; c) converta o valor atualizado referido no item "b" novamente para dólares dos Estados Unidos, com base na taxa de câmbio de venda, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, desta data.". Neste contexto, em 10 de março de 2016, foi publicada a Circular SECEX nº 16, de 10 de março de 2016, que atualizou, seguindo a metodologia preceituada na referida decisão liminar, os preços a serem praticados no âmbito do compromisso de preços nos termos estabelecidos no Anexo I da referida Resolução.

2. Considerando que a decisão liminar ainda possui plena executoriedade, e considerando ainda a necessidade de estabelecer os preços a serem observados no âmbito do compromisso no ano de 2017, faz-se necessário proceder à atualização de tais preços. Nesse sentido, adotou-se a seguinte metodologia: a) converter o valor dos preços para o Real pela taxa de câmbio diária de venda, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, de 17 de novembro de 2014 - data em que o Compromisso de Preços foi pactuado; b) atualizar tais valores pelo IGP-DI acumulado de janeiro de 2015 a dezembro de 2016, equivalente a 18,65%; c) converter o valor atualizado referido no item "b" novamente para dólares dos Estados Unidos, com base na taxa de câmbio de venda, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, do primeiro dia útil do ano de 2017, 02 de janeiro de 2017. Assim sendo, em cumprimento à decisão, fica estabelecido que:

2.1 O preço a ser aplicado às exportações do produto objeto do Compromisso de Preços do Japão para o Brasil pela Sumitomo Rubber Industries deve ser igual ou superior a US$ 5.067,45/t (cinco mil e sessenta e sete dólares estadunidenses e quarenta e cinco centavos por tonelada do produto).

2.2 Para a quantidade máxima anual do produto objeto do Compromisso de Preços originário do Japão e fabricado pela SRI determinada nos itens 5.2 e 5.2.1 do Anexo I da Resolução CAMEX nº 107, de 2014, exportado exclusivamente para sua parte relacionada Sumitomo Rubber do Brasil Ltda., qualificada no item 6 do Anexo I da Resolução CAMEX nº 107, de 2014, o preço deve ser igual ou superior a US$ 2.738,04/t (dois mil e setecentos e trinta e oito dólares estadunidenses e quatro centavos por tonelada do produto).

2.3 O preço praticado pela Sumitomo Rubber do Brasil Ltda. na revenda do produto objeto do Compromisso de Preços, importado da SRI, para o primeiro comprador independente no Brasil deve ser igual ou superior a US$ 3.964,36/t (três mil e novecentos e sessenta e quatro dólares estadunidenses e trinta e seis centavos por tonelada do produto).

3. Esta Circular entra em vigor a partir da data de sua publicação no D.O.U. e substitui a Circular nº 16, de 10 de março de 2016, enquanto perdurarem os efeitos da referida liminar.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

CIRCULAR Nº 14, DE 3 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, e regulamentado pelo Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, considerando o estabelecido no Art. 2º da Resolução CAMEX nº 61, de 6 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 8 de setembro de 2011, que homologou compromisso de preços, nos termos constantes do Anexo I da Resolução nº 61, de 2011, para amparar as importações brasileiras de sal grosso que não seja destinado a consumo animal, inclusive humano, a ser utilizado na fabricação dos seguintes produtos, intermediários ou finais: cloro líquido, ácido clorídrico, hipoclorito de sódio, dicloroetano, soda cáustica, clorato de sódio ou carbonato de sódio (barrilha sintética), comumente classificadas no código 2501.00.19 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, quando originárias da República do Chile, fabricado e exportado pela empresa K+S Chile S.A., torna público:

1. De acordo com o item 6 do Anexo I da Resolução CAMEX nº 61, de 2011, as parcelas que compõem o preço CFR compromissado (preço da mercadoria no local de embarque no exterior e frete por tonelada) serão reajustadas semestralmente, sendo:

1.1. O preço da mercadoria no local de embarque no exterior, reajustado pela média da variação percentual da taxa de inflação semestral no Chile e no Brasil, a primeira apurada pelo IPC (Índice de Preços ao Consumidor) e a inflação brasileira pelo IGP-DI/FGV (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, calculado pela Fundação Getúlio Vargas), calculadas com base nos períodos de seis meses findos em 31 de dezembro ou 30 de junho, observada a fórmula de ajuste constante do item 6.1 do Anexo I da Resolução CAMEX nº 61, de 2011, resultando em uma variação percentual semestral positiva de 0,83% no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2016.

1.2 O frete por tonelada, reajustado com base na variação percentual semestral do WTI Cushing (Cushing. OK WTI Spot Price POB, em dólares por barril), divulgado pela US. Energy Information Administration, resultando em uma variação percentual semestral positiva de 18,77% no período de 1º de julho a 31 dezembro de 2016.

2. Desta forma, será observado o preço CFR (Cost and Freight) de US$ 31,47/t (trinta e um dólares estadunidenses e quarenta e sete centavos por tonelada) para embarques realizados de 1º de janeiro a 30 de junho de 2017, nas exportações da empresa K+S Chile S.A., composto da seguinte forma:

2.1 Preço de exportação no local do embarque no exterior (FOB Patillos): US$ 20,53/t (vinte dólares estadunidenses e cinquenta e três centavos por tonelada).

2.2 Frete: US$ 10,94/t (dez dólares estadunidenses e noventa e quatro centavos por tonelada).

3. Esta Circular entra em vigor a partir da data de sua publicação no D.O.U.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.031, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 25/01/2017 e 08/02/2017, e na reunião extraordinária realizada em 16/12/2016.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 21, de 24 de janeiro de 2017, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 25/01/2017 e 08/02/2017, e na reunião extraordinária realizada em 16/12/2016.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CANDIDO DA SILVA MURICY
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.010306/2016-20
Proponente: Associação São Bento de Futebol
Título: Atleta e Cidadão do Futuro
Registro: 02SC135612014
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 13.685.788/0001-69
Cidade: São Bento do Sul UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 293.824,32
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0674 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 57136-9
Período de Captação até: 31/12/2018
2 - Processo: 58000.011269/2016-77
Proponente: Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos - CBDA
Título: Projeto Olímpico de Natação - Ano 7
Registro: 02RJ009472007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 29.980.273/0001-21
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 2.631.176,58
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3520 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 27692-8
Período de Captação até: 31/12/2018
3 - Processo: 58000.010668/2016-11
Proponente: Clube Náutico Belém Novo
Título: Vela Social
Registro: 02S026152008
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 06.319.052/0001-01
Cidade: Porto Alegre UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 717.095,42
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3528 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 23861-9
Período de Captação até: 31/12/2018
ANEXO II
1 - Processo: 58701.011489/2013-51
Proponente: Liga Caxiense de Boxe e Kickboxing
Título: Despertando Futuros Campeões
Valor autorizado para captação: R$ 381.497,42
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0089 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 116550-X
Período de Captação até: 31/12/2017

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 3, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESPÍRITO SANTO, no uso da competência que lhe foi delegada no inciso I, art. 1º do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999 e subdelegada pelo inciso III, do art. 2º, da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no inciso I, do art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º - Autorizar a Cessão Provisória, sob a forma de utilização gratuita, à Prefeitura Municipal de Itapemirim, do bem público federal localizado na Rodovia BR 101, km 42, Safra, Itapemirim/ES, com área de 31.250,00m² (trinta e um mil, duzentos e cinquenta quadrados), objeto da Matrícula nº14.015, Livro 3/L, junto ao Cartório do Primeiro Ofício, Registro de Imóveis, daquela Comarca. A presente cessão é realizada de acordo com os elementos que integram o Processo nº04947.000724/2013-57.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se a: instalação de uma escola e uma creche, a cargo da Secretaria de Educação; posto de saúde, a cargo da Secretaria de Saúde; centro de convivência, a cargo da Secretaria de Assistência Social e Cidadania; controle de maquinário e segurança, a cargo da Secretaria de Agricultura, Interior e Defesa; e construção de quadra poliesportiva e campo de futebol, a cargo da Secretaria de Esportes.

Art. 3º Esta cessão é realizada em caráter provisório, considerando que o imóvel descrito acima, está em processo de incorporação ao patrimônio da União. Esta cessão provisória tem validade até a lavratura do Contrato de Cessão de Uso Gratuito definitivo com o município de Itapemirim. A cessão poderá ser revogada a qualquer momento, se o interesse público o exigir ou caso o Contrato de Cessão de Uso Gratuito com o Município de Itapemirim não possa ser viabilizado

Art. 4º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não eximem o cessionário de obter todos os licenciamentos, autorizações e alvarás necessários à implantação do projeto de que trata o art.2º desta Portaria, bem como de observar rigorosamente a legislação e regulamentos aplicáveis.

Art. 5º Responderá a cessionária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 6° As obras realizadas pelo Município de Itapemirim não gerarão quaisquer acréscimos patrimoniais a seus ativos, incorporando-se tais agregações de valores, decorrentes das intervenções, ao patrimônio imobiliário da União.

Art. 7º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art.2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 7º O município de Itapemirim fica obrigado a afixar em local de ampla visibilidade, placa de publicidade, de acordo com os termos da Portaria 122, de 13 de junho de 2000.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA MACHADO

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 4, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso I, do art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de julho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, do D.L. nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a redação que lhe foi conferida pelo art. 33, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, resolve:

Art. 1º - Autorizar o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros desta capital a realizar a instalação de Posto de Salvamento na Praia de Jurerê Tradicional, Município de Florianópolis, neste Estado, em área de uso comum do povo, numa extensão de 25,00m² e Perímetro de 20,00m, conforme processo nº 04972.006149/2016-31.

Art. 2º - A obra a que se refere o art. 1º destina-se à construção Posto Salva Vidas no final da Rod. Jornalista Maurício Sirotski Sobrinho, Praia de Jurerê Tradicional, de quem olha para o mar à direita nesta Capital, com as seguintes, medidas e coordenadas: Frente ao Norte: Extremando com terras da União medindo 5,00 metros, que vai do vértice "V01" ao "V02" tendo coordenadas no vértice "V01" coordenadas X- 748.528,72 e Y- 6962.565,69; Lateral ao Leste: Extremando com terras da União medindo 5,00 metros, que vai do vértice "V02" ao "V03" tendo coordenadas no vértice "V02" coordenadas X- 748.533,72 e Y- 6962.565,69; Fundos ao Sul: Extremando com terras da União medindo 5,00 metros, que vai do vértice "V03" ao "V04" tendo coordenadas no vértice "V03" coordenadas X- 748.533,72 e Y- 6962.560,69.

Art. 3º - As obras ficam condicionadas a garantia de livre e franco acesso à praia e ao mar e ainda ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidas pelos órgãos competentes.

Art. 4º - Os direitos e obrigações mencionadas nesta portaria não excluem outros decorrentes da autorização de acordo com a legislação pertinente.

Art. 5º - A autorização de obra a que se refere esta portaria não implica na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias.

Art. 6º - Durante o período de execução das obras a que se referem os arts. 1º e 2º, é obrigatório a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, de acordo com os termo da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000, com os seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União, na forma da Portaria SPU/SC nº 04, de 21/02/2017.

Art. 7º - Responderá o Estado de Santa Catarina, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da instalação dos equipamentos e realização das obras de que trata esta portaria.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 8º - A Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina fiscalizará o local, a fim de verificar o efetivo cumprimento das condições desta portaria, bem como de outras que estejam condicionadas nos autos do processo nº 04972.006149/2016-31.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS JOSÉ BAUER

PORTARIA Nº 5, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso III, do art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no inciso I, do art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04972.002059/2014-18 resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso, sob a Forma de Utilização Gratuita, ao Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, do imóvel constituído por terreno de marinha de domínio da União, correspondente ao total de 699,20m², situado na Rua Ennio Cavallazzi, Bairro Armação do Pântano do Sul, Município de Florianópolis, Santa Catarina.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à implantação de Praça Pública para benefício da População local e para visitação turística.

Art. 3º O prazo da cessão de uso, sob a forma de utilização gratuita será pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da data da assinatura do respectivo contrato de cessão, podendo ser prorrogado por iguais períodos e sucessivos períodos, a critério e conveniência desta Superintendência.

Art. 4º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explicita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º A operação em acordo com a licença ambiental é de responsabilidade do Município de Florianópolis, devendo as atualizações destas serem apresentadas à SPU/SC, assim que forem emitidas pelos órgãos ambientais competentes e ao Cessionário caberá o ônus por quaisquer danos ambientais que porventura ocorram na área da União, cedida.

Art. 6º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito o outorgado cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel no todo ou em parte vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula constante do competente Contrato de Cessão de Uso Gratuito.

Art. 7º Fica o outorgado cessionário obrigado a manter no imóvel, em local visível, placa de publicidade, de acordo com os termos da Portaria SPU n º 122, de 13 de junho de 2000.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS JOSÉ BAUER

PORTARIA Nº 6, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso III, do art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto parágrafo 3º, do art. 79, do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, c/c o inciso II, do art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04972.002059/2014-18 resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso, sob a Forma de Utilização Gratuita, ao IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural Nacional, do imóvel constituído por terreno de marinha de domínio da União, correspondente ao total de 342,00m² situado na Rua Ennio Cavallazzi, Bairro Armação do Pântano do Sul, Município de Florianópolis, Santa Catarina.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à implantação de receptivo do IPHAN para desenvolvimento de atividades educativas e de gestão de sítios arqueológicos e para a Ilha do Campeche, para benefício da População local e Nacional através da visitação turística de sítios arqueológicos tombados.

Art. 3º O prazo da cessão de uso, sob a forma de utilização gratuita será pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da data da assinatura do respectivo contrato de cessão, podendo ser prorrogado por iguais períodos e sucessivos períodos, a critério e conveniência desta Superintendência.

Art. 4º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explicita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º A operação em acordo com a licença ambiental é de responsabilidade do Município de Florianópolis, devendo as atualizações destas serem apresentadas à SPU/SC, assim que forem emitidas pelos órgãos ambientais competentes e ao Cessionário caberá o ônus por quaisquer danos ambientais que porventura ocorram na área da união cedida.

Art. 6º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito o outorgado cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel no todo ou em parte vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula constante do competente Contrato de Cessão de Uso Gratuito.

Art. 7º Fica o outorgado cessionário obrigado a manter no imóvel, em local visível, placa de publicidade, de acordo com os termos da Portaria SPU n º 122, de 13 de junho de 2000.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS JOSÉ BAUER

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 601, DE 3 DE MARÇO DE 2017

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MTE n.º 234, de 17 de fevereiro de 2014, e considerando o Certificado de Avaliação de Conformidade n.º NCC 16.04081, emitido pela NCC Certificações do Brasil Ltda., resolve:

Art.1º Aprovar a renovação do Registro do Equipamento Registrador Eletrônico de Ponto (REP), objeto do processo n.º 46017.000869/2016-41, marca HENRY, fabricados por Henry Equipamentos Eletrônicos e Sistemas LTDA, CNPJ 01.245.055/0001-24, cadastro de fabricante de REP no Ministério do Trabalho n.º 00004, conforme Anexo I a esta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA TERESA PACHECO JENSEN

ANEXO I

Modelos de Registradores Eletrônicos de Ponto

Número de Registro MTE	Modelo
251	HEXA A
252	HEXA B
253	HEXA C
254	HEXA D
255	HEXA E

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 16 de fevereiro de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, NOTIFICA o representante do Sindicato dos Profissionais Carreteiros e Motoristas Empregados em Empresas distribuidoras de bebidas, atacadistas, varejistas, comércio, fretamento, logística, prestadores de serviços, locadoras, agricultura e construção civil, CNPJ 17.316.603/0001-08, para tomar ciência do inteiro teor do Ofício 1370/2016/CGRS/SRT/MT, encaminhado à entidade em 11/10/2016, solicitando o pagamento da 2ª taxa relativa à publicação no Diário Oficial da União do deferimento do registro, o qual restou devolvido, conforme Aviso de Devolução AR518275035JS. Portanto, se dentro do prazo de 30 (trinta) dias a entidade não se manifestar, o Pedido de Registro Sindical 46223.011369/2012-76 será INDEFERIDO, nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

Em 23 de fevereiro de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46238.001039/2013-94
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Extração do Ferro e Metais Básicos e de Minerais não Metálicos de Patos de Minas e Região - METABASE - MG
CNPJ	21.244.231/0001-10
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Guimarânia, Lagamar, Patos de Minas, Patrocínio, São Gonçalo do Abaeté, Serra do Salitre e Varjão de Minas - MG
Categoria	Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração do Ferro e Metais Básicos e de Minerais não Metálicos

Processo	46218.004154/2013-59
Entidade	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE MONTENEGRO - RS
CNPJ	91.374.447/0001-86
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Rio Grande do Sul: Montenegro e Pareci Novo

Categoria Profissional: Trabalhadores na indústria da construção e do mobiliário; da construção civil (pedreiros, carpinteiros, armadores de ferro, pintores, estucadores, bombeiros hidráulicos, serventes e trabalhadores em geral); trabalhadores na indústria de olarias; trabalhadores na indústria do cimento, cal, calcário, gesso e pedreiras; trabalhadores na indústria de ladrilhos hidráulicos e produtos de cimento; trabalhadores na indústria de cerâmica para construção; trabalhadores na indústria de mármores e granitos; trabalhadores na indústria de pintura, decorações, estuques e ornatos; trabalhadores na indústria de serrarias, carpintarias, tanoarias, madeiras compensadas e laminadas, aglomerados e chapas fibras de madeira; oficiais marceneiros e trabalhadores na indústria de móveis de madeira; trabalhadores na indústria de móveis de junco e vime e vassouras; trabalhadores na indústria de cortinados e estofos; trabalhadores na indústria de escovas e pincéis; trabalhadores na indústria de refratários; operadores de máquinas; trabalhadores na indústria de concreto armado, pré-moldados e pré-mistura de concreto; trabalhadores na indústria de esquadrias; trabalhadores na indústria de carrocerias de madeira; serventes e auxiliares em geral da construção civil e do mobiliário

Processo	46226.020331/2013-45
Entidade	SINTEPET - Sindicato dos Trabalhadores nas Escolas Particulares do Estado do Tocantins
CNPJ	25.042.722/0001-30
Abrangência	Intermunicipal
Categoria Profissional	Categoria dos Trabalhadores nas Escolas Particulares

Base Territorial: Tocantins: Abreulândia, Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Almas, Alvorada, Ananás, Angico, Aparecida do Rio Negro, Aragominas, Araguacema, Araguaçu, Araguaína, Araguanã, Araguatins, Arapoema, Arraias, Augustinópolis, Aurora do Tocantins, Axixá do Tocantins, Babaçulândia, Bandeirantes do Tocantins, Barra do Ouro, Barrolândia, Bernardo Sayão, Bom Jesus do Tocantins, Brasilândia do Tocantins, Brejinho de Nazaré, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Campos Lindos, Cariri do Tocantins, Carmolândia, Carrasco Bonito, Caseara, Centenário, Chapada da Natividade, Chapada de Areia, Colinas do Tocantins, Colméia, Combinado, Conceição do Tocantins, Couto Magalhães, Cristalândia, Crixás do Tocantins, Darcinópolis, Dianópolis, Divinópolis do Tocantins, Dois Irmãos do Tocantins, Dueré, Esperantina, Fátima, Figueirópolis, Filadélfia, Formoso do Araguaia, Fortaleza do Tabocão, Goianorte, Goiatins, Guaraí, Gurupi, Ipueiras, Itacajá, Itaguatins, Itapiratins, Itaporã do Tocantins, Jaú do Tocantins, Juarina, Lagoa da Confusão, Lagoa do Tocantins, Lajeado, Lavandeira, Lizarda, Luzinópolis, Marianópolis do Tocantins, Mateiros, Maurilândia do Tocantins, Miracema do Tocantins, Miranorte, Monte do Carmo, Monte Santo do Tocantins, Muricilândia, Natividade, Nazaré, Nova Olinda, Nova Rosalândia, Novo Acordo, Novo Alegre, Novo Jardim, Oliveira de Fátima, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins, Palmeirópolis, Paraíso do Tocantins, Paranã, Pau D'arco, Pedro Afonso, Peixe, Pequizeiro, Pindorama do Tocantins, Piraquê, Pium, Ponte Alta do Bom Jesus, Ponte Alta do Tocantins, Porto Alegre do Tocantins, Porto Nacional, Praia Norte, Presidente Kennedy, Pugmil, Recursolândia, Riachinho, Rio da Conceição, Rio dos Bois, Rio Sono, Sampaio, Sandolândia, Santa Fé do Araguaia, Santa Maria do Tocantins, Santa Rita do Tocantins, Santa Rosa do Tocantins, Santa Tereza

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

do Tocantins, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Félix do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Salvador do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, São Valério, Silvanópolis, Sítio Novo do Tocantins, Sucupira, Taguatinga, Taipas do Tocantins, Talismã, Tocantínia, Tocantinópolis, Tupirama, Tupiratins, Wanderlândia e Xambioá

Processo	46319.000446/2013-84
Entidade	Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo, Lava Car, Troca de Óleos e Lojas de Conveniência de Ponta Grossa e Região - SINPOSPETROPG
CNPJ	07.321.007/0001-54
Abrangência	Intermunicipal
Categoria Profissional	Profissionais dos Empregados em Postos de Serviços de Revenda Varejista de Combustíveis e Derivados de Petróleo, Lojas de conveniências em Postos, Lava - Rápidos, Lava Car, Limpeza e conservação de veículos

Base Territorial: Paraná: Antônio Olinto, Arapoti, Balsa Nova, Bituruna, Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Campo do Tenente, Candói, Cantagalo, Carambeí, Castro, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Cruz Machado, Curiúva, Fernandes Pinheiro, Foz do Jordão, General Carneiro, Goioxim, Grandes Rios, Guamiranga, Guarapuava, Imbaú, Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Irati, Ivaí, Jaguariaíva, Lapa, Mallet, Mangueirinha, Ortigueira, Palmas, Palmeira, Paula Freitas, Paulo Frontin, Pinhão, Piraí do Sul, Pitanga, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Porto Vitória, Prudentópolis, Rebouças, Reserva, Reserva do Iguaçu, Rio Azul, Rio Negro, Santa Maria do Oeste, São João do Triunfo, São José da Boa Vista, São Mateus do Sul, Teixeira Soares, Telêmaco Borba, Tibagi, Turvo, União da Vitória e Ventania

Processo	46210.000348/2014-36
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Frigoríficas de Carne Bovina do Portal da Amazônia-SINTRACAL
CNPJ	09.082.860/0001-96
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Mato Grosso: Alta Floresta, Nova Monte Verde, Nova Canaã do Norte, Colíder, Matupá e Guarantã do Norte
Categoria Profissional	Trabalhadores nas Indústrias Frigoríficas de Carne Bovina

Processo	46220.000749/2014-77
Entidade	Sindicato de produtores rurais de Catanduvas, Jaborá, Vargem Bonita (SC)
CNPJ	83.413.252/0001-70
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Santa Catarina: Catanduvas, Jaborá, Vargem Bonita
Categoria Econômica	Categoria dos empresários, empregadores, proprietários rurais, cultivadores, criadores e demais exercentes das atividades dos amos da agricultura, da pecuária, do extrativismo rural, da piscicultura, da carcinicultura, da silvicultura, da agroindústria e de mais integrantes no plano da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil CNA

Processo	46269.004011/2013-41
Entidade	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Araçoiaba da Serra e Região
CNPJ	67.365.106/0001-60
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	São Paulo: Araçoiaba da Serra e Capela do Alto
Categoria	Servidores Públicos Municipais

Processo	47620.001506/2013-25
Entidade	SINVAC - JOAÇABA - Sindicato dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, Empresas Prestadoras de Serviço, Asseio e Conservação e de Transporte de Valores de Joaçaba e Região
CNPJ	72.413.545/0001-30
Abrangência	Intermunicipal

Base Territorial: Santa Catarina: Abdon Batista, Água Doce, Alto Bela Vista, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Concórdia, Erval Velho, Fraiburgo, Herval D'oeste, Ibiam, Ibicaré, Iomerê, Ipira, Irani, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Lebon Régis, Luzerna, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Ouro, Peritiba, Pinheiro Preto, Piratuba, Ponte Serrada, Presidente Castello Branco, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Treze Tílias, Vargem, Vargem Bonita, Videira e Zortéa

Categoria Econômica: Profissional dos Vigilantes, dos demais Empregados de Empresas de Segurança, de Transporte de Valores, Segurança Pessoal e Patrimonial, dos Empregados de Escolas e Curso de Formação, Especializações, Reciclagem e Vigilantes, dos Empregados de Empresas de Vigilância Orgânica, dos Empregados nos departamentos de Vigilância e Segurança de Estabelecimentos ou Empresas de outras atividades econômicas, Públicas ou Privadas disciplinada pela lei n° 7.102 de 20 de Julho de 1983, decreto 89.056 de 24 de Novembro de 1983 e pela lei n° 6.019 de 3 de Janeiro de 1974

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46234.001692/2013-93
Entidade	SINPROMAG VGA - Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Pública Municipal de Varginha
CNPJ	13.819.989/0001-01
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Varginha - MG
Categoria	Profissionais do Magistério da Educação Básica, da Rede Pública Municipal de Varginha

Em 2 de março de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com base na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica nº 141/2017/GAB/SRT/MT resolve: DEFERIR o pedido de registro de alteração estatutária do Sindicato do comércio varejista de material elétrico, eletrônicos e eletrodomésticos do Rio de Janeiro-SIMERJ (CNPJ 34.155.382/0001-44), Processo 46215.006136/2012-51, para alterar a abrangência para intermunicipal, na base territorial dos municípios de Rio Bonito e Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, e para representar a categoria econômica do comércio varejista de material elétrico, de produtos eletroeletrônicos e aparelhos eletrodomésticos, do 2º grupo do comércio varejista da Confederação Nacional do Comércio - do quadro de atividades a que se refere o art. 577 da CLT, inclusive artigos de informática (hardware e seus periféricos); equipamentos de telecomunicações, telefonia móvel, lâmpadas; fios e cabos elétricos de alta e baixa tensão; aparelhos de iluminação, projetores de iluminação pública e de ambientes, projetores de LED, instrumentos de automação, geradores e qualquer outro material, componente, aparelho ou equipamento elétrico, eletroeletrônico ou eletrodoméstico, seja partes ou conjunto, ainda que vendido por meio eletrônico ou não presencial nos municípios do Rio de Janeiro e Rio Bonito, com base no art. 25, III da Portaria 326/2013; e ARQUIVAR a impugnação 46000.001037/2014-60, interposta pelo Sindicato dos Lojistas do Comércio no Município do Rio de Janeiro (CNPJ 33.649.542/0001-49), com fulcro no art. 18, X da Portaria 326/2013. Em razão disso e em conformidade ao art. 30 da Portaria 326/2013, resolve ANOTAR o Sindicato dos Lojistas do Comércio no Município do Rio de Janeiro (CNPJ 33.649.542/0001-49), para excluir de sua representação a categoria economia do comércio varejista de material elétrico, de produtos eletroeletrônicos e aparelhos eletrodomésticos, do 2º grupo do comércio varejista da Confederação Nacional do Comércio - do quadro de atividades a que se refere o art. 577 da CLT, inclusive artigos de informática (hardware e seus periféricos); equipamentos de telecomunicações, telefonia móvel, lâmpadas; fios e cabos elétricos de alta e baixa tensão; aparelhos de iluminação, projetores de iluminação pública e de ambientes, projetores de LED, instrumentos de automação, geradores e qualquer outro material, componente, aparelho ou equipamento elétrico, eletroeletrônico ou eletrodoméstico, seja partes ou conjunto, ainda que vendido por meio eletrônico ou não presencial no município do Rio de Janeiro. Assim, fica notificado para apresentar, no prazo de 60 dias, novo estatuto social com sua representação atualizada, conforme § 1º e 2º do art. 30 da Portaria 326/2013.

Em 3 de março de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46201.006820/2014-53
Entidade	Sindicato dos Oficiais de Justiça, Oficial de Justiça Avaliador e Analista Judiciário em Execução de Mandados no Estado de Alagoas, Ativos, Inativos (Aposentados) e Pensionistas-SINDOJUS-AL
CNPJ	20.891.442/0001-82
Abrangência	Estadual
Categoria Profissional	Categoria Profissional dos Oficiais de Justiça, Oficiais de Justiça Avaliadores e Analistas Judiciários em Execução de Mandados no Estado de Alagoas, Ativos, Inativos (Aposentados) e Pensionistas

Base territorial: Maceió; Água Branca; Anadia; Arapiraca; Atalaia; Barra de Santo Antônio; Barra de São Miguel; Batalha; Belém; Belo Monte; Boca da Mata; Branquinha; Cacimbinhas; Cajueiro; Campestre; Campo Alegre; Campo Grande; Canapi; Capela; Carneiros; Chã Preta; Coité do Noia; Colônia; Leopoldina; Coqueiro Seco; Coruripe; Craíbas; Delmiro Gouveia; Dois Riachos; Estrela de Alagoas; Feira Grande; Feliz Deserto; Flexeiras; Girau do Ponciano; Ibateguara; Igaci; Igreja Nova; Inhapi; Jacaré dos Homens; Jacuípe; Japaratinga; Jaramataia; Joaquim Gomes; Jequiá da Praia; Jundiá; Junqueiro; Lagoa da Canoa; Limoeiro de Anadia; Major Isidoro; Mar Vermelho; Maragogi; Maravilha; Marechal Deodoro; Maribondo; Mata Grande; Matriz de Camaragibe; Messias; Minador do Negrão; Monteirópolis; Murici; Novo Lino; Olho d'Agua Grande; Olho d'Agua das Flores; Olho d'Agua do Casado; Olivença; Ouro Branco; Palestina; Palmeira dos Índios; Pão de Açúcar; Pariconha; Paripueira; Passo de Camaragibe; Paulo Jacinto; Penedo; Piaçabuçu; Pilar; Pindoba; Pirananhas; Poço das Trincheiras; Porto Calvo; Porto Real do Colégio; Porto de Pedras; Quebrangulo; Rio Largo; Roteiro; Santa Luiza do Norte; Santana do Ipanema; Santana do Mundaú; São Brás; São José da Laje; São José da Tapera; São Luis do Quintunde; São Miguel dos Campos; São Miguel dos Milagres; São Sebastião; Satuba; Senador Rui Palmeira; Tanque d'Arca; Taquarana; Teotônio Vilela; Traipu; União dos Palmares; Viçosa.

Em cumprimento à Decisão Judicial exarada no Processo 0000184-14.2017.5.10.0015, procedente da 15ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46208.011403/2015-43
Entidade	SINDISEGURV- Sindicato dos Trabalhadores Autônomos e Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância de Rio Verde-GO.
CNPJ	23.255.424/0001-00
Abrangência	Municipal
Base Territorial	*Goiás* Rio Verde
Categoria Profissional	Categoria Profissional dos Trabalhadores Autônomos e Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 5º da Portaria 186/2008 c/c o art. 27 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46220.000109/2014-67
Entidade	Sindicato do Comércio Varejista de Materiais de Construção do Estado de Santa Catarina.
CNPJ	19.394.258/0001-48
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Santa Catarina
Categoria Profissional	Varejista de materiais de construção em geral, materiais hidráulicos; vidros planos, espelhos e molduras; pisos, revestimentos e decoração; madeiras e seus artefatos, telhas, tijolos, areia e pedras britadas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 146/2017/GAB/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR a Impugnação 46000.009014/2016-65, com fundamento no art. 18, IV da Portaria 326/2013; e DEFERIR o Registro Sindical ao ASMETRO-SN - Sindicato Nacional dos Servidores de Metrologia Normalização e Qualidade, CNPJ 29.410.339/0001-48, Processo 46215.004602/2013-44, para representar a categoria Profissional dos Servidores e Trabalhadores das Carreiras e Cargos das Áreas de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, Rede Brasileira de Metrologia Legal, Qualidade do INMETRO e das áreas de Qualidade, Inovação e de Acreditação, com abrangência Nacional, consoante o art. 25, inciso II, da Portaria 326/2013. E, para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve EXCLUIR da representação do SINDISERF/RS - Sindicato dos Servidores Federais do Rio Grande do Sul, CNPJ 92.398.080/0001-01, Processo 24400.007776/88-11, a categoria Profissional dos Servidores e Trabalhadores das Carreiras e Cargos das Áreas de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, Rede Brasileira de Metrologia Legal, Qualidade do INMETRO e das áreas de Qualidade, Inovação e de Acreditação, nos termos do Art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com base na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 145/2017/GAB/SRT/MT, resolve RATIFICAR a decisão da SRTE quanto à validação da SR23226, do SIENF/GO - Sindicato de Enfermagem do Estado de Goiás, por estar de acordo com as disposições da Portaria 326/2013. Dessa forma, indefiro os pedidos constantes no OF. SEESSA N. 04/2017, oriundo do Sindicato dos Empregados em estabelecimentos de serviços de saúde de Anápolis (CNPJ 00.045.179/0001-01).

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/13, considerando que o processo judicial 003321-92.2011.4.05.8500, da 1° Seção Judiciária do Estado do Sergipe, foi extinto sem resolução do mérito, RESOLVE: REATIVAR o cadastro do SINDISPUB - Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Nossa Senhora do Socorro/SE, CNPJ 12.244.892/0001-55, Processo 46000.020892/2010-46.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 32, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 153, art. 39, X, de 12/02/2009, publicada no DOU de 13/02/2009, resolve:

Art. 1º- Constituir Comissão, autorizada pelo Exmo. Senhor Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira de Oliveira, para, no prazo de 90 dias, fazer estudo e elaborar proposta de reestruturação e readequação nas Agências e Gerências da Superintendência Regional do Trabalho no Rio Grande do Sul. A Comissão será composta por um representante de cada Seção (SEPTER, SEMUR, SEGUR, SFISC, SERET); um representante da Divisão de Administração (DIAD) e um representante do Gabinete da SRTE/RS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM VIANA CARDINAL

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RETIFICAÇÃO

Na assinatura da Resolução nº 411 de 23 de fevereiro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 3 de março de 2017, Seção 1, página 89, onde se lê: " Diretor-Presidente", leia-se: " Diretor-Presidente substituto".

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE
GERÊNCIA-GERAL DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 705, DE 2 DE MARÇO DE 2017

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 969/SAR, de 16 de abril de 2014, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145) e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.011333/2016-75, resolve:

Art. 1º Tornar pública a revogação da suspensão do Certificado de Organização de Manutenção nº 7505-01/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico AEROTESTE OFICINA DE TESTES LTDA.

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 1.011/SAR, de 28 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 29 de abril de 2015, Seção 1, página 2.

EDUARDO AMERICO CAMPOS FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 708, DE 2 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 110 (RBAC nº 110), aprovado pela Resolução nº 361, de 16 de julho de 2015, que trata do Programa Nacional de Instrução em Segurança da Aviação Civil contra atos de Interferência Ilícita (PNIAVSEC), e considerando o que consta do Processo nº 00066.502855/2016-81, resolve:

Art. 1º Autorizar o Centro de Instrução Oceanair Linhas Aéreas S.A., CNPJ nº 02.575.829/0001-48, a ministrar os seguintes cursos em Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita (AVSEC), na modalidade de ensino presencial, nos termos do RBAC nº 110:

I - AVSEC para Atendimento ao Passageiro;
II - AVSEC para Carga Aérea;
III - AVSEC para Operações de Solo;
IV - AVSEC para Vigilantes;
V - AVSEC para Tripulantes;
VI - Básico AVSEC; e
VII - AVSEC para Operador Aéreo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIO FAIZI RAHNEMAY RABBANI

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 5.303, de 22.2.17, publicada no DOU nº 43, de 3.3.17, Seção 1, pág. 89, onde se lê: "A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 019, de 22 de fevereiro de 2017, no que consta dos Processos nºs 50505.025403/2016-24 e 50500.391822/2016-00;"; leia-se: "A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 020, de 22 de fevereiro de 2017, no que consta dos Processos nºs 50505.025403/2016-24 e 50500.391822/2016-00;".

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 117, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Titulo II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. a notícia de fato anônima, autuada sob o número 001878.2016.20.000/0, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a IRREGULARIDADES NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127);

resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de MELISSA CRISTINA TORRES TELES - ME (CNPJ 07.957.695/0001-43). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume. Publique-se.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ
Procurador do Trabalho

PORTARIA Nº 124, DE 3 DE MARÇO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, em substituição ao titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Titulo II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. notícia de fato apresentada na PRT20/SE por pessoa(s) cuja(s) identidade(s) é(são) mantida(s) sob sigilo, visto que a publicidade dos atos pode acarretar prejuízo às investigações, bem como aos direitos da(s) pessoa(s) denunciante(s), autuada sob o número 001831.2016.20.000/6, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a IRREGULARIDADES REMUNERATÓRIAS; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127);

resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor do SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC. Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume. Publique-se.

EMERSON ALBUQUERQUE RESENDE
Procurador do Trabalho

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÕES

NOTÍCIA DE FATO 85-48.2016.1501
EMENTA. ALEGADAS IRREGULARIDADES NO ÂMBITO DA DFPC. NOTÍCIA ANÔNIMA. FATOS QUE JÁ FORAM OBJETO DE APRECIAÇÃO PELO MPM. NOTÍCIA IDÊNTICA À ANALISADA NOS AUTOS DA NF 87-95.2016.1000. ARQUIVAMENTO.

Delação anônima de impropriedades no âmbito da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército. Suposto beneficiamento da empresa Taurus. Fatos que já foram objeto de apreciação pelo Ministério Público Militar. Ausência de indícios concretos

de envolvimento de oficial-general. Notícia idêntica à já analisada nos autos da Notícia de Fato 87-95.2016.1000, já arquivada. Arquivamento do feito pelo PGJM.

Brasília-DF, 23 de fevereiro de 2017.
JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR 222-63.2016.7.05.0005
EMENTA. IPM. ABANDONO DE POSTO. AFASTAMENTO MOMENTÂNEO DA GUARITA. SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES FISIOLÓGICAS. SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA NO ÂMBITO DISCIPLINAR. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. ARQUIVAMENTO.

IPM instaurado para apurar a ausência momentânea de militar de seu posto. Afastamento que durou apenas o tempo necessário para a satisfação de necessidades fisiológicas. Caráter delituoso da conduta afastado. Comportamento que se enquadra em previsão do Regulamento Disciplinar do Exército. Aplicação do princípio da proporcionalidade. Arquivamento determinado pelo PGJM.

Brasília-DF, 23 de fevereiro de 2017.
JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar

NOTÍCIA DE FATO 248-39.2016.1105
EMENTA. SUBSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE ALOCAÇÃO DE SLOT. AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA. NOTÍCIA IDÊNTICA JÁ APRECIADA. ARQUIVAMENTO.

Notícia encaminhada à PJM Rio de Janeiro/RJ de desvio de recursos por ocasião da substituição de sistema de alocação de SLOT. Missiva idêntica à apreciada nos autos da Notícia de Fato 80-50.2016.1000, já arquivada. Arquivamento do feito pelo PGJM.

Brasília-DF, 23 de fevereiro de 2017.
JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 423ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 2 DE FEVEREIRO DE 2017

Aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, na sala de reuniões da CCR/MPM, na Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, em Brasília, Setor de Embaixadas Norte, Lote 43, reuniu-se a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar. Presentes os Membros, Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar: Dr. José Garcia de Freitas Júnior (Coordenador), Dra. Anete Vasconcelos de Borborema, Dr. Alexandre Concesi (Membros) e Dr. Clauro Roberto de Bortoli (Suplente). Aberta a Reunião às 15h30. O Coordenador agradeceu a presença de todos.

A CCR/MPM, por unanimidade, resolveu expedir o Enunciado nº 16/2017, nos seguintes termos: ENUNCIADO 16/2017 - CCR/MPM: "Considerando o disposto no inciso IV do artigo 29 da Resolução 89/CSMPM, de 19 de outubro de 2016, a expedição de orientações e recomendações jurídicas por parte dos membros do MPM, na respectiva área de autuação, deverá ser objeto de prévia deliberação do Colégio da Unidade, constituído nos termos do artigo 28 da referida resolução, devendo a deliberação constar de ata, nos termos do parágrafo 2º do artigo 28 do referido ato normativo".

1. Apreciação do Ofício nº 2/GAB 4º OF/PJM/MAO/AM/MPM: - CCR/MPM, por unanimidade, deliberou no sentido de autorizar o desmembramento solicitado pela Dra. Karollyne Dias Gondim Neo e a referida compensação de 2 (dois) feitos distribuídos por dependência.

2. MANIFESTAÇÕES:

2.1. Processo: Inquérito Policial Militar 298-04.2016.7.01.0101.
Origem: Auditoria da 1ª CJM.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: INQUÉRITO POLICIAL MILITAR. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO REQUERIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR. ATIPICIDADE. DISCORDÂNCIA PELO JUÍZO *A QUO*.
Presentes indícios de autoria e prova material do fato. Descabe aplicação do princípio da insignificância. Remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça Militar.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, deixou de confirmar a promoção de arquivamento e decidiu pela designação de outro Membro do MPM para propor ação penal.

2.2. Processo: Inquérito Policial Militar 146-81.2016.7.03.0203.
Origem: 2ª Auditoria da 3ª CJM.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: IPM ENCAMINHADO PELO JUIZ-AUDITOR DA 2ª AUDITORIA DA 3ª CJM. DISCORDÂNCIA DO REQUERIMENTO DE ARQUIVAMENTO DO MPM. Comprovação de que superior aplicou choques em soldado dentro da OM, fato que se amolda, em tese, ao crime previsto no artigo 175 do CPM. Instauração de Ação Penal Militar. Análise aprofundada do dolo deve ser realizada no âmbito do devido processo legal. Pela designação de outro Membro do MPM para oferecimento da denúncia, afastando-se o arquivamento.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, deixou de confirmar o arquivamento e decidiu pela designação de outro Membro do MPM para oferecer denúncia contra o militar.

2.3. Processo: Inquérito Policial Militar 222-63.2016.7.05.0005.
Origem: Auditoria da 5ª CJM.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: INQUÉRITO POLICIAL MILITAR. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO REQUERIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR. Atipicidade. Ausência de dolo. Discordância pelo juízo *a quo*.
Crime em tese de mera conduta e de perigo abstrato ou presumido. Remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça Militar. Arquivamento não homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, deixou de confirmar a promoção de arquivamento e decidiu pela designação de outro Membro do MPM para propor ação penal.

2.4. Processo: Instrução Provisória de Deserção 74-82.2015.7.11.0211.
Origem: 2ª Auditoria da 3ª CJM.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: IPD ENCAMINHADO PELO JUIZ-AUDITOR SUBSTITUTO DA 2ª AUDITORIA DA 11ª CJM. DISCORDÂNCIA DO REQUERIMENTO DE ARQUIVAMENTO DO MPM. Trata-se de IPD em que o indiciado foi considerado incapaz para o serviço militar e, consequentemente, reformado. Nenhuma irregularidade constatada. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

2.5. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000028-98.2016.1801.
Origem: PJM Belém - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. INSPEÇÃO CARCERÁRIA NO 23º ESQUADRÃO DE CAVALARIA DE SELVA, TUCURUÍ/PA. Reapreciação. Diligências cumpridas. Observância ao Enunciado nº 13 deste Colegiado Revisor. Arquivamento expresso na origem. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

2.6. Processo: Procedimento Administrativo 0000100-10.2016.1301.
Origem: PJJM Porto Alegre - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. Comunicação de prisão após apresentação voluntária de desertor. IPD regularmente instruído. Procedimento sem máculas. Pela homologação do arquivamento.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

2.7. Processo: Procedimento Administrativo 0000240-40.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. Comunicação de prisão em flagrante delito de militares pela prática, em tese, da figura típica descrita no art. 240 do CPM. Procedimento sem máculas. Pela homologação do arquivamento.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

2.8. Processo: Procedimento Administrativo 0000277-73.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. Comunicação de prisão em flagrante delito de militar pela prática, em tese, da figura típica descrita no art. 290 do CPM. Procedimento sem máculas. Pela homologação do arquivamento.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

2.9. Processo: Procedimento Administrativo 0000267-75.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA. Comunicação de prisão em flagrante delito de militar e de mais três civis em São Gonçalo/RJ. Art. 180 do CP (receptação). Procedimento atende os requisitos legais. Arquivamento na origem. Homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

2.10. Processo: Procedimento Administrativo 0000261-78.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. Comunicação de prisão em flagrante delito de civil por desacato e ameaça contra cabo do Exército em serviço de policiamento ostensivo da guarnição da Vila Militar, Rio/RJ. Caso já ajuizado (3ª Aud/1ª CJM). Perda de objeto. Arquivamento na origem. Homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

2.11. Processo: Notícia de Fato 0000075-17.2016.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. MILITAR. PRÁTICA, EM TESE, DO CRIME DE FURTO (art. 240) PREVISTO NO CPM. Ausência de irregularidade. Judicialização. Arquivamento na instância. Homologa-se o arquivamento.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

2.12. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000104-14.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. EXÉRCITO BRASILEIRO. SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS. REPRESENTAÇÃO PROMOVIDA POR CIVIL. Suposta prevaricação em processo de apostilamento de armas de fogo em certificado de registro de caçador, atirador e colecionador. Diligências. Não confirmação dos fatos noticiados pelo representante. Inexistência de repercussão penal. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

2.13. Processo: Notícia de Fato 0000022-46.2016.1302.
Origem: PJM Bagé - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DENÚNCIA ANÔNIMA. POSSÍVEL PATROCÍNIO DE TRANSPORTE IRREGULAR DE CIVIS, PARA EVENTO HÍPICO, PELO RMEC/JAGUARÃO. Diligências pelo MPM. Não confirmação dos fato denunciados. Ausência de crime militar. Arquivamento na origem. Homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

2.14. Processo: Notícia de Fato 0000165-32.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. PORTE DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE NA OM. INDÍCIOS DE CRIME MILITAR. IPM instaurado para apuração dos fatos. Pela homologação do arquivamento.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

2.15. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000139-72.2015.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. EXÉRCITO BRASILEIRO. SEÇÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO EXÉRCITO. SUPOSTO CRIME DE ESTELIONATO DECORRENTE DE CUMULAÇÃO ILEGAL DE PENSÃO MILITAR COM PENSÕES CIVIS. Diligências. Suspensão do benefício pelo Exército Brasileiro. Possível acumulação ilegal de benefícios previdenciários civis posteriores ao benefício militar. Remessa de cópia ao MPE/MA. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

2.16. Processo: Notícia de Fato 0000074-23.2016.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL. REPORTAGEM. SUPOSTO ESQUEMA DE VENDA DE ARMA DE FOGO POR EMPRESA DO BRASIL PARA OUTRO PAÍS, ALÉM DE USO INDEVIDO DE AUTORIZAÇÃO DE COMANDO MILITAR PARA REALIZAR NEGOCIAÇÕES. Diligências pelo MPM. Os fatos relacionados nesta NF obtiveram autorização do Exército Brasileiro. Inexistência de restrições do Conselho de Segurança das Nações Unidas e do Governo do Brasil. Perda de objeto. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

2.17. Processo: Notícia de Fato 0000059-04.2016.2102.
Origem: 2ª PJM Brasília - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NA BASE AÉREA DE ANÁPOLIS/GO. Representação anônima e genérica. Ausência de elementos mínimos a autorizarem o início das investigações. Pela homologação do arquivamento.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

2.18. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000004-74.2016.2201.
Origem: PJM Manaus - 1º Ofício Geral.
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.
Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. EXÉRCITO BRASILEIRO. GRUPAMENTO DE ENGENHARIA. REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA. SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DE PREGÃO ELETRÔNICO. Revogação do procedimento para beneficiar empresas desclassificadas do certame licitatório. Diligências. Não comprovação das alegadas irregularidades. Contingenciamento de recursos pelo ministério do planejamento, orçamento e gestão. Ausência, em tese, de crime de natureza militar. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

2.19. Processo: Notícia de Fato 0000072-40.2016.2201.
Origem: PJM Manaus - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DENÚNCIA ANÔNIMA. MILITAR DA BASE AÉREA DE MANAUS ESTARIA APRESENTANDO UM COMPORTAMENTO DESRESPEITOS E

AGRESSIVO AOS DEMAIS CONDÔMINOS NO CONDOMÍNIO ONDE MORA. *Declínio de atribuições p*elo MPAM. Diligências pelo Ministério Público Militar. Inexistência de crime militar. Arquivamento na origem. Homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

2.20. Processo: Notícia de Fato 0000079-85.2016.2201.
Origem: PJM Manaus - 4º Ofício Geral.
Relator: Dr. Alexandre Concesi.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. PERSEGUIÇÃO E DANOS MORAIS. BIS IN IDEM. Fatos apurados em Notícia de Fato já instaurada. Pela homologação do arquivamento.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

2.21. Processo: Notícia de Fato 0000049-90.2016.1202.
Origem: 2ª PJM São Paulo - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa NOTÍCIA DE FATO. SINDICÂNCIA PARA APURAR POSSÍVEL PRÁTICA DE CRIME MILITAR ENVOLVENDO CIVIL E MILITARES DO SFPC/1ª Bda. Requisitada a instauração de IPM para aprofundar a
investigação sobre os fatos apreciados em Sindicância. Perda de objeto. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

2.22. Processo: Notícia de Fato 0000074-66.2016.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. IRRESIGNAÇÃO DE NOTICIANTE (CAMPO GRANDE/MS). AQUISIÇÃO DE CERTIFICADO DE REGISTRO PARA PESSOA FÍSICA, PRODUTOS CONTROLADOS - ARMAS, NÃO LIBERAÇÃO. Outra NF instaurada, antes desta, apura o mesmo fato trazido a este Procedimento. Matéria administrativa. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

2.23. Processo: Notícia de Fato 00000051-08.2016.2102.
Origem: 2ª PJM Brasília - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. MILITAR NÃO IDENTIFICADO, MORADOR DE PNR DA MARINHA DO BRASIL NO DISTRITO FEDERAL DENUNCIA POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA GESTÃO DO
CONDOMÍNIO. Aponta a falta de transparência nas eleições dos gestores do condomínio e as altas taxas cobradas. Diligências pelo MPM. Esclarecimentos da autoridade militar. Não configuração de
crime militar. Matéria alheia às atribuições ministeriais. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Reator, decidiu homologar o arquivamento.

2.24. Processo: Notícia de Fato 0000061-87.2016.1201.
Origem: 1ª PJM São Paulo - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. CONSULTA DE OFICIAL DE COMO PROCEDER NA CONDUÇÃO DE SINDICÂNCIA INSTAURADA PARA APURAR PRISÃO DE ATIRADOR EM FLAGRANTE FORA
DO QUARTEL. O ATIRADOR ESTAVA PORTANDO DROGA. Porte de drogas fora do estabelecimento militar é crime comum. Não configuração de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

2.25. Processo: Notícia de Fato 0000260-30.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa NOTÍCIA DE FATO. GRUPAMENTO DE APOIO DOS AFONSOS, RIO/RJ. SUPOSTO ABANDONO DE POSTO, DESRESPEITO A SUPERIOR E/OU DESACATO. Diligências. Os fatos
noticiados não se amoldam na prática de crimes militares, mas sim em contravenção/transgressão disciplinar. Perda de objeto. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador, Dr. José Garcia de Freitas Júnior, declarou finda a reunião às 17h30. Para constar, eu, Renata Rabello Peixoto Cruz, lavrei esta Ata, a qual será assinada por ele e por mim.

JOSÉ GARCIA DE FREITAS JÚNIOR
Coordenador

RENATA RABELLO PEIXOTO CRUZ
Secretária

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

PORTARIA Nº 1, DE 2 DE MARÇO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por intermédio do Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

Instaura o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob o nº 08190.056278/17-39, a fim de investigar os procedimentos adotados nas CEFLAG's e as situações de desentendimentos ocorridas, envolvendo policiais civis e militares do Distrito Federal.

RODRIGO DE ARAÚJO BEZERRA
Promotor de Justiça Adjunto

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 153, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Delega competência ao Secretário de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte para assinar o Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Resolução-TCU nº 211, de 18 de junho de 2008, e considerando as informações constantes do TC 019.122/2011-0, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte para assinar, em nome do Tribunal de Contas da União, o Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de estabelecer cooperação para promover ação conjunta, no âmbito de suas competências, voltada para o controle externo nos órgãos e entidades estaduais e municipais do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Fica designado o Secretário de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte para zelar pelo acompanhamento da execução do acordo a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO CARREIRO

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
SECRETARIA DAS SESSÕES

EXTRATOS DE PAUTAS

Sessão Ordinária do Plenário, de 08/03/2017, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

003.311/2017-1
Natureza: Representação
Representante: Nativa Lab Produtos Laboratoriais Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

007.350/2016-3
Natureza: Representação
Representante: Construtora do Leste Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itueta - MG
Representação legal: não há

023.400/2011-0
Natureza: Embargos de Declaração (Aposentadoria)
Embargante: Haroldo Barbosa Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: Deana da Conceição (OAB/DF 13.317) e outros, representando Haroldo Barbosa Filho

Ministro BENJAMIN ZYMLER

004.872/2016-9
Natureza: Monitoramento
Responsável: Samuel Braga Bonilha
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Tocantins
Representação legal: Gustavo Bottos de Paula (OAB/TO 4121-B) e outros, representando Samuel Braga Bonilha

012.266/2016-7
Natureza: Representação
Representante: Associação Brasileira das Agências de Comunicação
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Representação legal: Renata Antony de Souza Lima Nina (OAB/DF 23.600)

029.467/2016-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Esporte
Representação legal: não há

029.553/2016-4
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Esporte
Representação legal: não há

030.533/2016-3
Natureza: Representação
Representante: FOX Engenharia e Consultoria Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Representação legal: não há

030.898/2015-3
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2014
Responsáveis: Adelina Maria Melo Feijão; André Luís Bonifácio de Carvalho; Augusto Cesar Gadelha Vieira; Eduardo Viola; Isabel Maria Vilas Boas Senra; Jomilton Costa Souza; Jorge Harada; Julia Maria Santos Roland; Kátia Maria Barreto Souto; Lucas Betti Devasconcellos; Luiz Odorico Monteiro de Andrade; Maria Angélica Aben-Athar; Paulo Ernesto Coelho de Oliveira; Rui Leandro da Silva Santos e Vanilda Aparecida Alves
Órgãos/Entidade/Unidade: Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Saúde
Representação legal: não há

046.125/2012-4
Natureza: Monitoramento
Responsável: Sandra Magali Fihlie Barbeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Embu das Artes/SP
Representação legal: André Luís Pereira (OAB/SP 172.287); Anderson Viar Ferraresi (OAB/SP 206.326); Francisco Manuel Cruz (OAB/SP 65.581)

046.143/2012-2
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Associacao Paulista Para O Desenvolvimento da Medicina; Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: Nikolai Olegovich Roque Lafaeff (OAB/SP 210.641-e) e outros, representando Carlos Alberto Maganha; Ana Maria Murbach Carneiro (OAB/SP 180255) e outros, representando Associacao Paulista Para O Desenvolvimento da Medicina, Carlos Alberto Maganha e Gilberto Luiz Scarazatti; William de Souza Freitas (OAB/SP 147.867/) e outros, representando Marina de Fátima de Oliveira; Constantino Siciliano (OAB/SP 119272) e outros, representando Prefeitura Municipal de São José dos Campos - SP e Carlos José de Almeida; Gustavo Henrique Intrieri Locatelli (OAB/SP 169207) e outros, representando Jorge Zarur Júnior

Ministro AUGUSTO NARDES

003.395/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Cantex Participações e Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Integração Nacional
Representação legal: Ana Lucia Angelucci e outros, representando Cantex

027.119/2013-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Educação
Responsável: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

005.415/2013-6
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Interessados: Senado Federal, Senador Fernando Collor e Procuradoria-Geral da República
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal/Procuradoria-Geral da República - MPF/PGR
Representação legal: não há

007.144/2016-4
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Integração Nacional
Representação legal: não há

011.161/2010-8
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Antônio Péricles Ferreira Lobo, Francisco Carlos Santos, Álvaro Campos de Carvalho, José Barros Júnior, Hugo Sternick, João Bosco Gariglio, Marília Fernandes Zaza Von Dollinger, Consórcio Conserva/Egesa, Consórcio Pavotec/Triunfo/Estacon e Consórcio Fidens/CBM/Aterpa
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: Silvia Regina Schmitt (OAB/RS 58372) e outros, representando Hugo Sternick; Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e outros, representando Consorcio Conserva - Egesa, Consorcio Triunfo-estacon-pavotec e Consórcio Fidens - CBM - Aterpa

014.789/2016-7
Natureza: Representação
Representante: Rocha Bressan Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A
Representação legal: Elaine Maria Rocha Soares (OAB/SP 58538) e outros, representando Banco do Brasil S.A.

017.327/2016-4
Natureza: Consulta
Consulente: Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Representação legal: não há

017.642/2016-7
Natureza: Monitoramento
Responsável: Eletrobrás Distribuição Roraima
Representação legal: não há

018.227/2006-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Mafra - SC
Responsáveis: Carlos Roberto Scholze; Idilão Kundlatsch; Janete Borges Vaz; Joaquim Evaldir Soares de Barros; Klass Comercio e Representacao Ltda; Roberto Kredens
Representação legal: Ivo Marcelo Spinola da Rosa, (OAB/MT 13731) e outros, representando Klass Comercio e Representacao Ltda

020.613/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva do INSS em Curitiba/PR
Responsáveis: Alceu Silva; Ana Delzira dos Santos Schereiber; Atamiro de Assis; Beatriz Fátima da Silva Martins; Cacilda Bernardino; Clayton Fernando de Lira; Cleusir de Assis; Guilhermina de Assis Pinto; José Raimundo; Karla Melisa Aguiar Alves; Lauri de Lima; Maria Conceição da Silva; Maria Ivorema Viadroski; Maria de Fátima Gonçalves; Marlene Pansardi; Marlene de Oliveira; Marli Ondina Cirello; Mateus dos Santos Oliveira; Neuza Pinto; Renato dos Santos Oliveira; Rosemary do Rocio Oliveira; Salete da Silva de Lira; Sidal Elias Estevo Comparin; Terezinha Maria de Jesus Domingos; Vera Lúcia Diniz Portella de Assis
Representação legal: Elizangela Negreiros de Abreu, representando Maria Ivorema Viadroski; Luiz Alberto Glaser Junior (OAB/PR 12.222), representando Ana Delzira dos Santos Schereiber; Paulo Afonso Zaina (OAB/PR 19829), representando Cacilda Bernardino

021.409/2003-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Rio Grande do Norte
Responsáveis: Carlos Ivan da Câmara Ferreira de Melo; Coname Industria e Comercio Ltda; Constremac Construções Ltda; Davis Coelho Eudes da Costa; Emerson Fernandes Daniel Júnior; Jose Jackson Queiroga de Morais; Placido Rodriguez Rodriguez; Rubens de Siqueira Junior
Representação legal: Laurinaldo Silvestre de Lima Filho (OAB/RN 9086), representando Placido Rodriguez Rodriguez e Rubens de Siqueira Junior; Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros (OAB/RN 3640) e outros, representando Jose Jackson Queiroga de Morais; Henry Rossdeutscher (OAB/SC 15289), representando Constremac Construções Ltda

021.623/2010-4
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp
Responsáveis: Alencar Severino da Costa; Carlos Helmut Kopittke; José Roberto Correia Serra; Paulino Moreira da Silva Vicente; Renato Ferreira Barco
Representação legal: não há

025.391/2016-0
Natureza: Representação
Representante: Carolina Consultoria e Projetos Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A
Representação legal: Solon Mendes da Silva (OAB/RS 32.356) e outros, representando Banco do Brasil S.A.; Luiz Alberto de Freitas Cardoso, representando Carolina Consultoria e Projetos Ltda

026.146/2015-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A
Responsável: Humberto Kasper
Representação legal: não há

028.046/2006-2
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Marilena Terumi Mariama de Almeida; José Luis Teixeira de Almeida
Representação legal: Daniel Roque Sagin (OAB/MT 17891), representando Marilena Terumi Mariama de Almeida; Carlos Eduardo Furim (OAB/MT 6543) e outros, representando Argemiro José Petronilho, Arlene Barroso Teixeira Maia, Bento Ioca, Sônia Sakamae, Mauro Carvalho de Oliveira, Carlos David Barroso Teixeira, Manoel Joaquim Maia, Ademir Garcia Neves e Airton Rossi; Lourdes Volpe Navarro (OAB/MT 6.279-A) e outros, representando Ednaldo Estevão dos Santos

031.633/2013-7
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde
Representação legal: não há

040.953/2012-2
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Francisco de Assis Rodrigues Fróes; Renato Stoppa Candido; Due Promoções e Eventos Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades
Representação legal: Lucas dos Prazeres Fonseca (OAB/DF 30.588) e outros, representando Francisco de Assis Rodrigues Fróes; Pedro de Almeida Martins Filho (OAB/DF 25.726) e outros, representando Renato Stoppa Candido; Livia Rodrigues da Fonseca (OAB/DF 27824) e outros, representando Due Promoções e Eventos Ltda; Gilberto Garcia Gomes (OAB/DF 8849), representando Magda Oliveira de Myron Cardoso e Francisco de Assis Rodrigues Fróes; Sofia Rodrigues Silvestre Guedes (OAB/DF 27635), representando Luiz Silveira Rangel; Mirian Ribeiro Rodrigues de Mello (OAB/DF 17.956), representando José Maria Martins

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

014.091/2005-8
Natureza: Recurso de Revisão
Recorrente: Construserv - Sistemas de Controle de Erosão e Comércio Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Bacabal/MA
Representação legal: Fatima Emilia G. Rodrigues de Mattos dos Anjos (OAB/SP 83.881), Anivaldo dos Anjos Filho (OAB/SP 273.069) e outros

024.671/2016-9
Natureza: Representação
Representante: Power Safety Serviços e Comércio de Eletroeletrônicos Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Defensoria Pública da União
Representação legal: Dalmo Rogério S. de Albuquerque (OAB/DF 10.010)

Ministra ANA ARRAES

004.010/2014-0
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo
Responsáveis: Angelino Caputo e Oliveira; José Alex Botelho de Oliva; José Roberto Correia Serra e Renato Ferreira Barco
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

001.599/2017-8
Natureza: Representação
Representante: VISAN Segurança Privada Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: Marco Tulio Bezerra de Azeredo Barros (OAB/GO 37.040) e outro, representando VISAN Segurança Privada Ltda

001.627/2017-1
Natureza: Representação
Representante: Construtora Macambira e Comércio Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
Representação legal: Carlos Gustavo Pereira (OAB/GO 21.242) representando a Construtora Macambira e Comércio Ltda - EPP

003.165/2017-5
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal Ipanema
Representação legal: não há

026.268/2015-9
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2014
Responsáveis: Ana Lúcia Mussi de Carvalho Campinho; Carlos Márcio Viana Lima; Helder Siqueira Carvalho; José Augusto Ferreira da Silva; Luiz Augusto Caldas Pereira; Paula Aparecida Martins Borges Bastos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Representação legal: não há

028.909/2016-0
Natureza: Representação
Representante: Sterna Linhas Aéreas Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: Pedro de Araujo Souza e outros, representando Sterna Linhas Aéreas Ltda.

030.283/2012-4
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Carlos Roberto Amorelli de Freitas; Danilo Claudio da Silva; Helena Mulim Venceslau; Luciano Portal Santana; Nelson Victor Le Cocq D Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Seguros Privados
Representação legal: Clareana de Moura e outros, representando Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT

034.611/2016-9
Natureza: Representação
Representante: Gilead Sciences Farmacêutica do Brasil Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Oswaldo Cruz
Representação legal: Juliana Cristina Martines (OAB/SP 162.298), representando Gilead Sciences Farmacêutica do Brasil Ltda

Ministro VITAL DO RÊGO

006.938/2016-7
Natureza: Administrativo
Interessada: Air Time Engenharia e Instalações Ltda.
Representação legal: Roberto Moreno de Melo (OAB/RJ 138.260) e outros

012.164/2012-7
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Saulo José de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Baía da Traição/PB
Responsáveis: Construtora Caiçara Ltda.; Marcos Antônio dos Santos; Saulo José de Lima
Representação legal: Rodrigo Oliveira dos Santos Lima (OAB/PB 10.478)

023.796/2015-4
Natureza: Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: João Dilmar da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte - CE
Representação legal: João Batista Freitas de Alencar (OAB/CE 4.972)

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

026.847/2016-7
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Serra Preta/BA
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

004.737/2004-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Caxias/MA
Responsáveis: Cleide Barroso Coutinho; Everaldo Ferreira Aragão; Ezíquio Barros Filho; Fauze Elouf Simão Júnior; Fernando José de Assunção Couto; George Ferreira da Silva; Hélio de Sousa Queiroz; José Carlos de Jesus Sales; João Alves do Nascimento; Prefeitura Municipal de Caxias/MA e Raimundo Rodrigues dos Santos Filho
Representação legal: Washington Leite Torres (OAB/MA 5.414) e outros, representando Hélio de Sousa Queiroz; Rodrigo Pires Ferreira Lago (OAB/MA 6.148) e outros, representando Raimundo Rodrigues dos Santos Filho; Ramses Milanez da Silva (OAB/MA 5.475) e outros, representando Everaldo Ferreira Aragão; James Lobo de Oliveira Lima (OAB/MA 6.679), representando José Carlos de Jesus Sales; Eriko Jose Domingues da Silva Ribeiro (OAB/MA 4.835) e outros, representando Cleide Barroso Coutinho

027.870/2014-6
Natureza: Representação
Representante: Associação Brasileira de Defesa do Consumidor e do Trabalhador
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Biblioteca Nacional
Representação legal: Guilherme Augusto Fregapani de Almeida (OAB/DF 34.406) e outros, representando Angel´s Serviços Técnicos Ltda.; Evilásio Alves de Souza, representando Associação Brasileira de Defesa do Consumidor e Trabalhador

029.714/2016-8
Natureza: Solicitação
Solicitante: Centro de Controle Interno da Aeronáutica
Representação legal: não há

034.534/2016-4
Natureza: Solicitação
Solicitante: Indústrias Nucleares do Brasil S.A.
Representação legal: Carlos Fernando Correia da Costa e outros, representando Indústrias Nucleares do Brasil S.A.

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

006.211/2012-7
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Antônio Ribeiro Barradas
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Agricolândia/PI
Representação legal: Lenora Conceição Lopes Campelo Vieira (OAB/PI 7.332) e Lorenna Milhomem de Sousa Gomes (OAB/PI 9.738)
Interessado em sustentação oral:
- Lenora Conceição Lopes Campelo Vieira (OAB/PI 7.332) e Lorenna Milhomem de Sousa Gomes (OAB/PI 9.738), em nome de Antônio Ribeiro Barradas

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministro BENJAMIN ZYMLER

027.492/2013-3
Natureza: Acompanhamento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Responsável: Marcelo Costa e Castro
Representação legal: Rafaelo Abritta (OAB/DF 15.200) e outros, representando o Ministério da Saúde
Revisor: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti (43/2015)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

030.793/2015-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Maranhão
Responsáveis: Associação de Assistência À Carência Social; Benilde Maria Botentuit do Nascimento
Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

005.391/2014-8
Natureza: Embargos de Declaração (Auditoria)
Embargante: Advocacia-Geral da União
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Advocacia-Geral da União; Prefeitura Municipal de Altamira/PA; Prefeitura Municipal de Apodi/RN; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/MG; Prefeitura Municipal de Benevides/PA; Prefeitura Municipal de Bragança/PA; Prefeitura Municipal de Breves/PA; Prefeitura Municipal de Campinas/SP; Prefeitura Municipal de Capitão Enéas/MG; Prefeitura Municipal de Capitão Poço/PA; Prefeitura Municipal de Caruaru/PE; Prefeitura Municipal de Caucaia/CE; Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN; Prefeitura Municipal de Extremoz/RN; Prefeitura Municipal de Fernando Pedroza/RN; Prefeitura Municipal de Fortaleza/CE; Prefeitura Municipal de Goiana/PE; Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA; Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba/SP; Prefeitura Municipal de Melgaço/PA; Prefeitura Municipal de Miranda do Norte/MA; Prefeitura Municipal de Moreno/PE; Prefeitura Municipal de Paragominas/PA; Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros/RN; Prefeitura Municipal de Poções/BA; Prefeitura Municipal de Registro/SP; Prefeitura Municipal de Rosário/MA; Prefeitura Municipal de Sabará/MG; Prefeitura Municipal de São Francisco/MG; Prefeitura Municipal de São José de Ribamar/MA; Prefeitura Municipal de São José do Campestre/RN; Prefeitura Municipal de São Miguel do Gostoso/RN; Prefeitura Municipal de São Paulo/SP; Prefeitura Municipal de Serrinha/BA; Prefeitura Municipal de Simões Filho/BA; Prefeitura Municipal de Surubim/PE; Prefeitura Municipal de Teofilândia/BA; Prefeitura Municipal de Ubajara/CE; Prefeitura Municipal de Valença/BA; Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará/CE; Prefeitura Municipal de Vila Flor/RN; Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista/BA
Representação legal: Rafaelo Abrita e Valdemar Carvalho Junior

008.937/2016-8
Natureza: Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Fundo Nacional de Saúde; Secretaria de Estado de Obras do Rio de Janeiro; Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro
Responsável: José Iran Peixoto Júnior;
Representação legal: José Henrique Barbosa Moreira Lima Neto (OAB/RJ 83795) e outros, representando Volume Construções e Participações Ltda.

013.566/2015-6
Natureza: Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Governo do Estado do Paraná; Ministério da Saúde; Prefeitura Municipal de Curitiba/PR; Prefeitura Municipal de Maringá/PR.
Responsáveis: Ademar Arthur Chioro dos Reis; Adriano Massuda; Fernando César de Andrade Aguilera; Michele Caputo Neto
Representação legal: não há

035.743/2016-6
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Interessado: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Paraná
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

011.386/2016-9
Natureza: Monitoramento
Órgãos/Entidades/Unidades: Governo do Estado do Rio de Janeiro, Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, Comitê Rio-2016, Autoridade Pública Olímpica e Ministério do Esporte
Representação legal: não há

014.566/2016-8
Natureza: Levantamento
Órgãos/Entidades/Unidades: Conselho Nacional de Justiça; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
Representação legal: Adriana Neder de Faro Freire (OAB/DF 18.011) e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; Débora Goelzer Fraga, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres; Carlos Fernando Correia da Costa e outros, representando Indústrias Nucleares do Brasil S.A.; Felipe Alexandre Alves Fidelis (OAB/DF 42096) e outros, representando Cobra Tecnologia S.A.

018.161/2014-6
Natureza: Representação (Monitoramento)
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Macau/RN
Responsável: Einstein Albert Siqueira Barbosa
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

031.960/2016-2
Natureza: Representação
Representante: Global Web Outsourcing do Brasil Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: Juliano Ricardo de Vasconcellos Costa Couto (OAB 13.802/DF) e outros, representando Global Web Outsourcing do Brasil Ltda.

034.376/2016-0
Natureza: Representação
Representante: RCS Tecnologia Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: Ewerton Zeydir Gonzalez (OAB/SP 112.680); Mario Renato Balardim Borges (OAB/RS 50.627) e outros, representando Banco do Brasil S.A. e outros; Fernanda Alves Gomes Guerra (OAB-DF 43.578), representando Ricardo Diniz Almeida; e Janine Santana Dourado (OAB/DF 41.763), representando a RCS Tecnologia Ltda.

035.677/2015-5
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público Federal.
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Responsáveis: Antonio Gustavo Matos do Vale; Construtora Damiani Ltda.; Construtora Espaço Aberto Ltda.; Eduardo Roberto Stuckert Neto; Francisco José de Siqueira; Geraldo Moreira Neves; Marcelo Raggi Pacheco; Paulo Maurício Brito Verçosa
Representação legal: Kamai Figueiredo Arruda (OAB/PR 74869) e outros, representando Construtora Damiani Ltda.; Carlos Alberto de Araujo Gomes (OAB/SC 13565) e outros, representando Construtora Espaço Aberto Ltda.; Márcia Uchôa de Oliveira da Rocha e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

003.611/2014-0
Natureza: Representação
Representante: Coenco Construções, Empreendimentos e Comércio Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Caaporã/PB
Representação legal: Annibal Peixoto Neto (OAB/PB 10.715); André Luiz Costa Gondim (OAB/PB 11.310); Marcos Antônio Souto Maior Filho (OAB/PB 13.338-B); e Henrique Souto Maior (OAB/PB 13.017)

005.867/2015-0
Natureza: Desestatização
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica
Representação legal: não há

013.571/2012-5
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Carlos Alberto Veiga
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
Representação legal: não há

029.554/2016-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima/SE
Responsável: Valdir Bispo dos Santos
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

002.025/2003-3
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Francisco Campos de Oliveira, substituído por Wilma da Silva Oliveira
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: Maria Abadia Pereira de Souza Aguiar (OAB/MT 2.906)

003.112/2001-9
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Wigberto Ferreira Tartuce
Órgãos/Entidades/Unidades: Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal
Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros

006.811/2014-0
Natureza: Pedido de Reexame (Acompanhamento)
Recorrente: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: não há

011.246/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Mayara Tupinambá Maciel
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: Eduardo José Almeida Duailibe (OAB/MA 8.493), Alcides Gomes Muniz Filho e outros

Ministro BRUNO DANTAS

001.118/2015-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Salgado de São Félix/PB
Responsáveis: Adáurio Almeida; Adriano Ferreira de Melo; Apolinário dos Anjos Neto; Audy Lopes Fernandes; Biana Construções e Serviços Ltda.; Fabiana dos Santos Ferreira; Raniere Pereira Dantas
Representação legal: Vanina Carneiro da Cunha Modesto (OAB/PB 10737) e outros, representando Apolinário dos Anjos Neto; Waldemir Emanuel Pereira Rangel e outros, representando Ricardo Leyser Gonçalves

001.511/2014-9
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Responsáveis: Edmilson Rodrigues de Lima; Fabrício Carlos Araújo da Silva; Fernanda Maria Queiroga da Fonte Ribeiro; Francisco Assis Lima; Francisco Cassiano Sobrinho; Gilca Ribeiro Starling Diniz; José Sérgio de Souza; Júlio César Versiani Teixeira; Luís Afonso Bermúdez; Marco Aurélio Gonçalves de Oliveira; Renan Mendes Rocha
Representação legal: Ulisses Santana Lara (OAB/DF 14.596) e outros, representando Gilca Ribeiro Starling Diniz; Eduardo Han (OAB/DF 11.714) e outros, representando Fabrício Carlos Araújo da Silva

004.878/2016-7
Natureza: Representação
Representante: M4 Importação e Comércio de Materiais Médico Hospitalares Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado
Representação legal: não há

005.974/2007-3
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: José Sérgio Pinheiro Diógenes
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Jaguaribe/CE
Representação legal: Paulo Napoleão Gonçalves Quezado (OAB/CE 3183) e outros, representando José Sérgio Pinheiro Diógenes

007.503/2015-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cruz do Espírito Santo - PB
Responsáveis: Benigno Pontes de Araújo; Deczon Farias da Cunha; EMS Empresa de Manutenção Serviços e Construção Ltda.; Hazen Engenharia Ltda.; José Roberto Marcelino Pereira; Luzikenyo Louis Monteiro Veloso; Rafael Fernandes de Carvalho Junior; Renato Luis Ribeiro; Rio Norte Construções Ltda.
Representação legal: Thiago Leite Ferreira, representando Rafael Fernandes de Carvalho Junior

034.650/2014-8
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Antônio Wilson Speck
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Paulista/PE
Representação legal: Marco Antônio Frazão Negromonte (OAB/PE 33.196) e outros, representando Antônio Wilson Speck

Ministro VITAL DO RÊGO

015.391/2012-4
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrentes: Alexandre Matuzalem Sparns; Luis Adriano Alves Pinto; Marco Aurelio Beck; e Marco Tulio Pinto Bernardo.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Porto Ferreira/SP
Representação legal: Heloísa Dias Pinto Lopes da Silva; Fulvio Temple de Moraes (OAB/SP 264.088)

030.147/2016-6
Natureza: Representação
Representante: Servix Informática Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro de Turismo
Representação legal: Jéssica de Oliveira Amaral (OAB/DF 48.386); Nadja Maria Mehmeri Lordêlo (OAB/DF 252.527); Maria do Perpetuo Socorro Lobato de Farias; Rodrigo Monteiro Augusto (OAB/DF 12.693) e outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

031.505/2015-5
Natureza: Auditoria (Solicitação do Congresso Nacional)
Órgãos/Entidades/Unidades: Banco Central do Brasil; Caixa Econômica Federal; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Representação legal: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261); Dilmar Ramos Pereira e outros

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

029.447/2016-0
Natureza: Auditoria de Conformidade
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

015.316/2016-5
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Esporte
Responsáveis: Frederico Silva da Costa; Mario Augusto Lopes Moyses; Paul Israel Singer; Waldemar Manoel Silva de Souza
Representação legal: Pedro Estevam Alves Pinto Serrano (OAB/SP 90.846); Kleber Carvalho França (OAB/DF 8.526/E) e Luene Gomes Santos (OAB/DF 16.727)

018.777/2016-3
Natureza: Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de Palmas/TO, Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades
Responsáveis: Andre Luis Camargo Castro; Antonio Luiz Cardozo Brito; Caroline Colombo dos Santos; Eneas Ribeiro Neto; Eraldo Luis Lopes Carvalho; Frederico Coli Mendes; Joao Marciano Junior; Joaquim Jose de Oliveira Junior; Juliano Afonso Rodovalho; Maria Lucylla Rassi Sant Anna; Robson Freitas Correa; Rosana Ramos Rabello; Shirlene da Silva Martins; Valeria Ernestina de Oliveira e Viviene Gomide Dumont Vargas
Representação legal: Públio Borges Alves (OAB/TO 2.365) e outros, representando o Município de Palmas/TO

026.073/2011-0
Natureza: Representação
Representante: Seção Judiciária do Espírito Santo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES
Representação legal: Antônio Rogério Cardoso da Costa e outros, representando o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES e Ibaneis Rocha Barros Junior (OAB/DF 11.555) e outros, representando a Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho

026.341/2015-8
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa - Comando do Exército
Responsável: Jaques Wagner
Representação legal: Bruno Espineira Lemos (OAB/DF 17.918) e outros, representando Jaques Wagner

031.828/2016-7
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Investco S.A.
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

041.018/2012-5
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Embargantes: Anderson Paraizo Campos e Emerson Izolan
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Integrado de Telemática do Exército
Representação legal: Kênia Ribeiro Ferreira (OAB/DF 15.565/E), representando Anderson Paraizo Campos; Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros, representando Gilseno de Souza Nunes Ribeiro e Construtora Queiroz Garcia Ltda.; Cassius Ferreira Moraes (OAB/DF 34.726) e outros, representando Sergio Lucien Trautmann

Em 3 de março de 2017
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Sessão Extraordinária Reservada do Plenário de 08/03/2017, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

000.428/2017-5
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

001.683/2017-9
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

009.553/2016-9
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

018.162/2016-9
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

029.379/2016-4
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

036.657/2016-6
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

006.175/2013-9
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Representação legal: Renata Albuquerque Rebouças (OAB/CE 10.153); Wilson da Silva Vicentino (OAB/CE 12.844); Leonardo Roberto Oliveira de Vasconcelos (OAB/CE 18.185) e outros

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

008.551/2016-2
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

012.521/2016-7
Natureza: Denúncia
Representação legal: Ubirajara dos Santos Nascimento

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

007.811/2016-0
Natureza: Monitoramento
Representação legal: Alanna Castelo Branco Alencar (OAB/CE 6.854) e outros

012.093/2016-5
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

029.705/2016-9
Natureza: Monitoramento
Representação legal: não há

030.327/2016-4
Natureza: Denúncia
Representação legal: Nerylton Thiago Lopes Pereira (OAB/DF 24.749) e outros

033.108/2015-3
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

022.382/2016-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

024.201/2015-4
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

005.088/2015-1
Natureza: Acompanhamento
Representação legal: não há

009.653/2014-7
Natureza: Pedido de Reexame (Denúncia)
Representação legal: Marcus Vilmon Teixeira dos Santos (OAB/DF 20.414), Susana Souza Oliveira (OAB/DF 31.001)

Ministro BENJAMIN ZYMLER

036.429/2016-3
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

021.213/2016-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: Luiz Antônio Beltrão (OAB/DF 19.773) e Mariana Kaawa Yammine de Almeida Barros (OAB/DF 37.488)

030.171/2014-8
Natureza: Representação
Representação legal: Carolina Ferreira Caetano da Silva (OAB/BA 16.768) e outros

Em 3 de março de 2017.
MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
Secretário das Sessões

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 439, DE 2 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre os prazos de abertura dos créditos adicionais autorizados pela Lei n. 13.408, de 26 de dezembro de 2016.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o art. 45, caput, e § 1º, da Lei n. 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º da Lei n. 13.414, de 10 de janeiro de 2017, e os procedimentos estabelecidos nas Portarias SOF/MP n. 07 e 08, de 14 de fevereiro de 2017, ad referendum, resolve:

Art. 1º A abertura dos créditos adicionais autorizados no art. 45, caput, e § 1º, da Lei n. 13.408/2016 (LDO 2017) e no art. 4º da Lei n. 13.414/2017 (LOA 2017), será regida, no corrente exercício financeiro, pelos procedimentos estabelecidos nas Portarias SOF/MP n. 07 e 08/2017 e pelo contido nesta resolução.

Art. 2º As solicitações de alterações orçamentárias obedecerão as seguintes diretrizes:

I - as seções judiciárias encaminharão suas solicitações aos respectivos tribunais regionais federais para análise e consolidação;

II - os tribunais regionais federais encaminharão, em conformidade com a "Tabela de Tipos de Alterações Orçamentárias" constantes dos anexos das Portarias SOF/MP n. 07 e 08/2017, suas solicitações de créditos adicionais, bem como as de suas unidades jurisdicionadas, após análise e consolidação das informações, à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças deste Conselho;

III - o Conselho da Justiça Federal - CJF, por meio da Secretaria de Administração, encaminhará suas solicitações na forma do inciso II deste artigo.

§ 1º Os tribunais regionais federais, na qualidade de órgãos setoriais regionais, deverão verificar, antes do encaminhamento do pedido, a conformidade das informações recebidas das unidades jurisdicionadas, bem como as vedações contidas na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF, após o recebimento das informações, procederá à avaliação global da necessidade dos créditos solicitados.

Art. 3º Os prazos para o encaminhamento das solicitações de créditos adicionais à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF serão os seguintes:

I - créditos dependentes de autorização legislativa: 08 de março e 17 de agosto de 2017;

II - créditos autorizados na LOA 2017 a serem abertos por ato próprio: 09 de maio, 17 de agosto e 17 de outubro 2017;

III - créditos autorizados na LOA 2017 a serem abertos por ato do Poder Executivo: 08 de março, 17 de agosto e 17 de outubro de 2017.

Art. 4º As solicitações de alterações orçamentárias serão efetuadas por categoria de programação em seu menor nível, na forma definida no art. 7º da Lei n. 13.408/2016.

Art. 5º A cada solicitação de crédito adicional suplementar deverão, obrigatoriamente, caso existam, ser informadas as atualizações das metas físicas dos respectivos subtítulos objeto do crédito.

Art. 6º As solicitações de alterações orçamentárias deverão atender à forma e ao detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual, além da informação do Plano Orçamentário (PO), quando couber.

Parágrafo único. As solicitações de alterações de Plano Orçamentário (PO) serão encaminhadas, preferencialmente, nos prazos do art. 3º desta portaria, podendo ser encaminhadas, extraordinariamente, em caso de urgência.

Art. 7º As solicitações de alterações orçamentárias que objetivem o pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor obedecerão aos prazos e procedimentos informados pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF.

Art. 8º Não serão consideradas na análise e instrução processual as solicitações de créditos adicionais encaminhadas pelos tribunais regionais federais e pela Secretaria de Administração do CJF em desacordo com as normas vigentes ou com as orientações emanadas pelas unidades do CJF, bem como quando o encaminhamento ocorrer de forma parcial ou incompleta ou, ainda, após os prazos estipulados nesta resolução.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pela Presidente do Conselho da Justiça Federal.

Art. 10. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra LAURITA VAZ

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União de 3/3/2017, Seção 1, páginas 129-130:

Onde se lê ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 4 DE 1º DE MARÇO DE 2017.

Leia-se ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 6 DE 1º DE MARÇO DE 2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 326, DE 2 DE MARÇO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006 e tendo em vista o contido no PA n. 4887/2017 resolve:

Art. 1º Destinar as Funções Comissionadas abaixo relacionadas, criadas de acordo com o anexo III - Varas Especializadas, da Lei n. 13.057, de 22 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 23 de dezembro de 2014, conforme quadro a seguir:

Origem	Destino
01 (uma) FC-05 da Vara de Execução Penal (seq. 4456)	01 (uma) FC-05 da Vara de Execução Penal (seq. 4456)
01 (uma) FC-05 da Vara de Execução Penal (seq. 4457)	01 (uma) FC-05 da Vara de Execução Penal (seq. 4457)
01 (uma) FC-05 da Vara de Execução Penal (seq. 4458)	01 (uma) FC-05 da Vara de Execução Penal (seq. 4458)
01 (uma) FC-05 da Vara de Execução Penal (seq. 4459)	01 (uma) FC-05 da Vara de Execução Penal (seq. 4459)
01 (uma) FC-03 da Vara de Execução Penal (seq. 4460)	01 (uma) FC-03 da Vara de Execução Penal (seq. 4460)
01 (uma) FC-03 da Vara de Execução Penal (seq. 4461)	01 (uma) FC-03 da Vara de Execução Penal (seq. 4461)
01 (uma) FC-02 da Vara de Execução Penal (seq. 4462)	01 (uma) FC-02 da Vara de Execução Penal (seq. 4462)
01 (uma) FC-02 da Vara de Execução Penal (seq. 4463)	01 (uma) FC-02 da Vara de Execução Penal (seq. 4463)
01 (uma) FC-02 da Vara de Execução Penal (seq. 4464)	01 (uma) FC-02 da Vara de Execução Penal (seq. 4464)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARIO MACHADO

PORTARIA Nº 327, DE 2 DE MARÇO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006 e tendo em vista o contido no PA n. 4887/2017 resolve:

Art. 1º Destinar as Funções Comissionadas abaixo relacionadas, criadas de acordo com o anexo III - Varas Especializadas, da Lei n. 13.057, de 22 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 23 de dezembro de 2014, conforme quadro a seguir:

Origem	Destino
01 (uma) FC-05 da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas - VEMSE (seq. 4452)	01 (uma) FC-05 da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas - VEMSE
01 (uma) FC-03 da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas - VEMSE (seq 4454)	01 (uma) FC-03 da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas - VEMSE (seq 4454).
01 (uma) FC-01 da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas - VEMSE (seq 4455)	01 (uma) FC-01 da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas - VEMSE (seq 4455)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARIO MACHADO

PORTARIA Nº 335, DE 3 DE MARÇO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006 e tendo em vista o contido no PA n. 4887/2017, resolve:

Art. 1º Destinar a Função Comissionada abaixo relacionada, criada de acordo com o anexo III - Varas Especializadas, da Lei n. 13.057, de 22 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 23 de dezembro de 2014, conforme quadro a seguir:

Origem	Destino
01 (uma) FC-02 da Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas (seq. 4469)	01 (uma) FC-02 da Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas (seq. 4469)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARIO MACHADO

PORTARIA Nº 336, DE 3 DE MARÇO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006 e tendo em vista o contido no PA n. 6110/2016 resolve:

Art. 1º Remanejar as Funções Comissionadas abaixo relacionadas, conforme quadro a seguir:

Origem	Destino
01 (uma) FC-05 da Vara de Execução Penal do Distrito Federal - VEP (seq. 3055)	01 (uma) FC-05 da Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto - VEPERA
01 (uma) FC-02 da Vara de Execução Penal do Distrito Federal - VEP (seq. 249)	01 (uma) FC-02 da Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto - VEPERA
01 (uma) FC-01 da Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas do Distrito Federal - VEPEMA (seq. 3076)	01 (uma) FC-01 da Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto - VEPERA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARIO MACHADO

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 13ª REGIÃO

PORTARIA Nº 11, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 13ª REGIÃO - CREF13/BA, no uso de suas atribuições estatutárias; CONSIDERANDO a necessidade de melhor controle e acompanhamento do adiantamento da Gratificação do 13º Salário; CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 57.155 de 03 de novembro de 1965; RESOLVE: Art. 1º. Efetuar o pagamento da Gratificação Salarial até o dia 20 de dezembro de cada ano, com base na remuneração devida aos seus empregados no referido mês. Art. 2º. Conforme determinação do Art. 3º do Decreto 57.155/65, entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, o empregador pagará como adiantamento da gratificação, de uma só vez, metade do salário. PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Conselho fica desobrigado a pagar no mesmo mês a todos os empregados. PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor pago como adiantamento será abatido do valor da gratificação devida. Art. 3º. O adiantamento da gratificação poderá ser pago no momento das férias do empregado, sempre que este o requerer no mês de JANEIRO do correspondente ano. Art. 4º. A presente portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogando disposições em contrário.

PAULO CÉSAR VIEIRA LIMA

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 10ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 1/2017

PROCESSO ÉTICO Nº: 007/2014 EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIÁRIA, por unanimidade, pelo ARQUIVAMENTO. Fica designada para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator George Jung da Rosa.

ACÓRDÃO Nº 2/2017

PROCESSO ÉTICO Nº: 048/2015 EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIÁRIA, por unanimidade, SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL. Fica designado para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora Rita de Cássia Paula Souza.

ACÓRDÃO Nº 5/2017

PROCESSO ÉTICO Nº: 212/2015 EMENTA: AUSÊNCIA DE REGISTRO DE CONSULTÓRIO, por unanimidade, pela penalidade de ADVETRTÊNCIA. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora Maristela Vieira.

ACÓRDÃO Nº 7/2017

PROCESSO ÉTICO Nº: 224/2015 EMENTA: AUSÊNCIA DE REGISTRO DE CONSULTÓRIO, por unanimidade, pela ADVERTÊNCIA. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora Maristela Vieira.

ACÓRDÃO Nº 021/2017

PROCESSO ÉTICO Nº: 276/2015 EMENTA: SEGURANÇA NO ATENDIMENTO - AUSÊNCIA DE AVALIAÇÃO - AUSÊNCIA DE PRONTUÁRIO, por maioria de votos, pela condenação em MULTA de 06 (seis) ANUIDADES. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora Rita de Cássia Paula Souza.

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS DA 8ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2017

Altera a Portaria CRN-8 nº 04/2014, que dispõe sobre a concessão de diária, ajuda de custo e outros subsídios no âmbito do CRN-8.

A Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas 8ª Região, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei n°6.583, de 20 de outubro de 1978, pelo Decreto n°84.444, de 30 de janeiro de 1980 e, Considerando a necessidade de atualizar a concessão de diárias, de ajudas de custo e outros subsídios destinados ao custeio de despesas com hospedagem, alimentação e transporte, quando da participação em eventos e demais atividades a serviço do Conselho Regional de Nutricionistas 8ª Região, dos conselheiros, assessores, funcionários e colaboradores eventuais, RESOLVE:

Artigo 1º - A Portaria CRN-8 nº 004/2014, publicada na sessão I do DOU em 17/04/2014, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 3º - A diária será no valor de R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) para território estadual e no valor de R$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais) para o território interestadual. Parágrafo Primeiro: Além do valor das diárias, como complemento do custeio de transporte urbano, será pago até R$ 300,00 (trezentos reais), destinado à cobertura de deslocamentos até o local de embarque e do desembarque até o local do trabalho, hospedagem e vice-versa. Art. 7º - Aos participantes de Reuniões Plenárias, de Diretoria, de Comissões e Eventos e, outros de interesse do CRN-8, com carga horária superior a 04 horas e que tenham domicílio na sede do Conselho Regional, e desde que estas reuniões ou eventos sejam realizados também em Curitiba, independentemente destas reuniões serem internas ou externas será pago ajuda de custo no valor de R$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais). Art. 8º - Aos participantes de Reuniões Plenárias, de Diretoria, de Comissões e Eventos e, outros de interesse do CRN-8, com carga horária de até 04 horas que tenham domicílio na sede do Conselho Regional, e desde que estas reuniões sejam realizadas também em Curitiba, independentemente destas reuniões serem internas ou externas será pago ajuda de custo no valor de R$ 100,00 (cem reais). Artigo 9º - Para a execução de atos administrativos que não importem naquelas previstas nos artigos 6º e 7º e que sejam para a execução de outras atividades de interesse do Sistema CFN/CRN, o valor máximo da ajuda de custo será de R$ 100,00 (cem reais) ao dia, limitada a concessão do benefício a R$ 200,00 (duzentos reais) por semana.

Artigo 2º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria do CRN-8.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

MARIA EMILIA DAUDT VON DER HEYDE

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 7ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 140, DE 2 DE MARÇO DE 2017

Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Trabalhadores do Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região.

O Presidente do Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe conferem a Lei nº 8.662/93: CONSIDERANDO a necessidade de instituir, no âmbito do CRESS - 7ª Região, através de norma interna, o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos trabalhadores do Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região; CONSIDERANDO que o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração possibilitará a sistematização de critérios justos e equitativos na classificação dos cargos e descrição das atribuições, bem como na remuneração de cada função exercida pelo quadro de trabalhadores do CRESS - 7ª Região; CONSIDERANDO, ainda, que o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração visa a instituir uma forma equilibrada para que os trabalhadores desempenhem com competência, eficiência e responsabilidade ética e técnica suas atribuições funcionais; CONSIDERANDO que o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração conferirá uma maior flexibilidade e dinamismo no sistema de progressão funcional,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017030600095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

bem como de remuneração utilizada pelo CRESS - 7ª Região; CONSIDERANDO a aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região, pelo Conselho Pleno do CRESS, em reunião realizada em 17 de dezembro de 2016; RESOLVE: Art. 1º - INSTITUIR O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO dos trabalhadores do CRESS - 7ª Região, que são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e respectiva legislação complementar. Art. 2º - O Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do CRESS - 7ª Região está registrado em Cartório no 5º Ofício e Títulos e Documentos sob o número 4053481, protocolado no Ministério do Trabalho (nº NUDPRO/DRT-RJ 46215.003466/2017-07) e publicado no sítio eletrônico do Conselho. A presente Resolução que o acompanha será publicada integralmente no Diário Oficial da União. Art. 3º - O Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos trabalhadores do CRESS - 7ª Região entra em vigor na data de publicação desta Resolução, passando a surtir seus efeitos de direito, sendo que os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Pleno do CRESS - 7ª Região. Art. 4° - Os funcionários do CRESS - 7ª Região terão o prazo de 60 (sessenta) dias corridos, após a publicação do PCCR para adesão, mediante assinatura de Termo de Adesão. Parágrafo Único - Os funcionários legalmente afastados terão o prazo previsto no caput deste artigo para adesão ao Plano, contado a partir do término do afastamento. Art. 5º - Ficam revogadas, se houver, as disposições em contrário.

RODRIGO SILVA LIMA

VOCÊ SABIA QUE...



Réplica da nau Medusa, que está em exposição no Museu da Imprensa.

...os primeiros prelos da Impressão Régia vieram nos porões da nau Medusa, quando da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, trazendo à colônia inestimáveis benefícios, dentre os quais, a criação de uma Imprensa Oficial?

SIG, Quadra 6, Lote 800,
Brasília - DF
CEP 70610-460

www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br